



**UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA  
FACULDADE DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS  
NÚCLEO DE ESTUDOS INTERDISCIPLINARES SOBRE A MULHER – NEIM  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ESTUDOS INTERDISCIPLINARES  
SOBRE MULHERES, GÊNERO E FEMINISMO  
(PPGNEIM)**

**SILVANA OLIVEIRA SOUZA**

**MULHER E POLÍTICA: AMABILIA ALMEIDA,  
UMA FEMINISTA BAIANA NOS REDUTOS DE PODER (1929-1990)**

Salvador  
2011

**SILVANA OLIVEIRA SOUZA**

**MULHER E POLÍTICA: AMABILIA ALMEIDA,  
UMA FEMINISTA BAIANA NOS REDUTOS DE PODER (1929-1990)**

Dissertação apresentada ao Programa de Estudos Interdisciplinares sobre Gênero, Mulher e Feminismo, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, UFBA, como requisito para obtenção do grau de mestre.

Orientadora: Prof. Dra. Iole Macedo Vanin

SALVADOR  
2011

---

S729 SOUZA, Silvana Oliveira  
Mulher e política: Amabilia Almeida, uma feminista baiana nos redutos de poder (1929-1990). /  
Silvana Oliveira Souza. Salvador, 2011.  
176 f.: il.

Orientadora: Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Iole Macedo Vanin  
Dissertação (mestrado) – Universidade Federal da Bahia, Faculdade de Filosofia e Ciências  
Humanas, 2011.

1. Mulheres – História.. 2. Feminismo. 3. Mulheres – política. I. Vanin, Iole Macedo II.  
Universidade Federal da Bahia, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas. III. Título.

CDD: 305.42

---

SILVANA OLIVEIRA SOUZA

**MULHER E POLÍTICA: AMABILIA ALMEIDA,  
UMA FEMINISTA BAIANA NOS REDUTOS DE PODER (1929-1990)**

Dissertação apresentada ao Programa de Estudos Interdisciplinares sobre Gênero, Mulher e Feminismo, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, UFBA, para obtenção do grau de mestre.

Aprovada em 28 de maio de 2011

BANCA EXAMINADORA

---

IOLE MACEDO VANIN – ORIENTADORA  
Doutora em História pela Universidade Federal da Bahia (UFBA)

---

GLORIA DE LOURDES FREIRE RABAY  
Doutora em Ciências Sociais pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN)

---

LINA MARIA BRANDÃO DE ARAS  
Doutora em História Social pela Universidade de São Paulo (USP)

SALVADOR  
2011

A  
Amabilia Almeida,  
A todas as mulheres guerreiras  
*Em especial a Maria José, minha mãe querida, por ter me ensinado a ser guerreira.*

## **AGRADECIMENTOS**

Os percursos de construção de um trabalho de pesquisa são múltiplos, repletos de encontros, marcados pela solidariedade, troca de experiências e muitos ensinamentos. Muitas pessoas contribuíram para o resultado que agora está aqui na forma de narrativa histórica.

Minha família, grande e generosa se estende a todas (os) que me apoiaram sempre em minha trajetória com todo carinho e sendo solidários comigo. Meu muito obrigada sempre, família linda e unida!

Minha orientadora, Iole Macedo Vanin, que me acompanhou nesse percurso de pesquisa. Indicou caminhos, corrigiu e (re) corrigiu o texto. Disponível quando solicitava me fez compreender um pouco melhor sobre as possibilidades da escrita da história. Construímos nessa labuta uma relação agradável, onde houve respeito e profissionalismo ao meu trabalho, portanto Iole esse trabalho é nosso!

A Lina Maria Brandão de Aras que me acolheu na UFBA no meu retorno a Salvador em 2008, me ensinou a escrever uma linguagem mais acadêmica, a analisar os discursos, a me fazer rir do que eu escrevia. Sua competência e mais do que isso, sua generosidade, digno de grandes seres humanos, em ler as primeiras versões do projeto e depois o texto da qualificação, mesmo ocupada, como foram fundamentais para que aos poucos o texto se transformasse, ganhasse novos contornos, ficasse mais “bonito”. Nossas conversas me davam força e estímulo para continuar. Meu muito obrigada, querida! Essa dissertação é também para você.

As professoras (es) que também me auxiliaram com comentários preciosos sobre a narrativa histórica, pelas indicações, fontes e metodologias diversas e também as críticas da banca que enriqueceram a escrita dessa história.

Aos amigos (as) de muitas andanças. Todos(as) que contribuíram de alguma forma; me deram referências, sites, artigos, contatos, enfim os toques preciosos, muito obrigada! Em especial aquelas duas moças da minha turma a quem hoje eu respeito e acredito que farão parte do meu círculo de amizade além mestrado. Ivani e S. Bispo dividimos nossas angústias, dúvidas e

alegrias durante esses dois anos, meninas vocês contribuíram para que eu ficasse mais leve, portanto, obrigada pelos muitos encontros e conversas intermináveis.

Aos amigos (as) que precisei ficar distante, agradeço o carinho e a compreensão em entender a minha ausência nesse processo que precisei me afastar, obrigada em entender e respeitar esse tempo!

As pessoas de modo geral que conheci em encontros, congressos e nas viagens de trabalho, nesses caminhos que percorri e fiz amizades que muito me acrescentaram, meu agradecimento pelos ensinamentos e rica troca de experiências, no qual me possibilitaram crescer mais.

Aos professores (as) e amigos (as) da minha primeira casa (UNEB), em especial a Kathia Marise que aceitou ler o meu projeto e fazer o parecer para apresentação do mesmo, aos tantos da UFBA, em especial, a família NEIM pela convivência e os valiosos momentos de crescimento e fortalecimento da nossa luta nas questões de gênero. Obrigada as meninas (os), desde os rapazes da portaria, a coordenação e professoras (que muito me ensinaram), aos colegas desse Programa que me auxiliaram, sem esquecer a Fernanda na secretaria, sempre me foi solícita e muito simpática conosco, meu sincero agradecimento pelo carinho e apoio durante esse percurso.

A FAPESB pela concessão da bolsa de mestrado, pela qual sem a ajuda de custo seria difícil realizar esse trabalho, obrigada!

As instituições, aos funcionários, órgãos de pesquisa em geral e as casas que me foram abertas para que tecesse essa história, meu sincero obrigada a todo(as) que me ajudaram a compor essa trajetória, afinal sem a colaboração, dedicação e sobretudo a boa vontade dos funcionários, essa pesquisa não teria sido realizada.

E finalmente, boa parte dessa dissertação foi realizada graças a boa vontade dos entrevistados (as) que me permitiram os depoimentos e contar essa história. Em especial a Amábíla e família, pela gentileza, disponibilidade e disposição em me receber tantas vezes em sua residência e me abrir a sua vida, respondendo as minhas inúmeras questões e dúvidas. Obrigada por me ajudar a socializar a sua história de luta e a importância dela para nossa cidade.

*Meu muito e sincero obrigada a todas (os) que estiveram comigo nessa jornada!*

*“Que nada nos limite.  
Que nada nos defina.  
Que nada nos sujeite.  
Que a liberdade seja nossa própria substância.”*

Simone de Beauvoir.  
(1908-1986)

## RESUMO

Esta dissertação apresenta a pesquisa “Mulher e Política: Amabilia Almeida, uma feminista baiana nos redutos de poder”, que tem como finalidade compreender por intermédio da trajetória dessa personagem, como Amabilia (educadora, foi vereadora e deputada Estadual Constituinte de Salvador nos anos 80), se relacionou com a política e participou de momentos emblemáticos da história baiana. Objetiva-se mostrar os modos como a política se infiltrou no seu percurso, criando para ela um itinerário como mulher, educadora e política, marcadas por formas de atuação e participação no cenário do poder público. Busca-se entender como a mulher, em um contexto das relações de gênero, vivencia, reproduz, contesta ou subverte o poder. Para tanto, entende-se o poder como algo mais que um conjunto de aparelhos e instituições que garante a sujeição de indivíduos ao Estado ou um sistema de dominação exercida por uma classe sobre a outra. Compreende-se o poder como o resultado de práticas educativas, culturais, das relações econômicas e sexuais (FOUCAULT, 1998). Nessa perspectiva, a abordagem biográfica permite situar, no centro da problemática, a experiência social da mulher no qual se insere o projeto de uma vida e que constrói e reconstrói o universo social no qual se afirmam, enquanto sujeitos, os indivíduos.

**Palavras-chave:** Mulher - História – Feminismo – Política

## **ABSTRACT**

This work academic presents the research “Woman and Politics: Amabilia Almeida, a bahian feminist in the redoubts of being able”, that it has as purpose to understand for intermediary of the trajectory of this personage, as Amabilia (educator, was councilman and Constituent state deputy of Salvador in years 80), if related with the politics and participated of emblematic moments of bahian history. Objective to show the ways as the politics if it infiltrated in its passage, creating for it an itinerary as woman, educator and politics, marked for forms of performance and participation in the scene of the public power. One searches to understand as the woman, in a context of the sort relations, lives deeply, reproduces contests or subvert the power. For in such a way, the power is understood as something more than a set of devices and institutions that the subjection of individuals to the State guarantees or a system of domination exerted for a classroom on the other. The power is understood as the result of practical educative, cultural, of the economic and sexual relations (FOUCAULT, 1998). In this perspective, the biographical boarding allows to point out, in the center of problematic, the social experience of the woman in which if it inserts the project of a life and that it constructs and it reconstructs the social universe in which if they affirm, while citizens, the individuals.

Key-words: Woman - History - Feminism - Politics

## LISTA DE FIGURAS

FIGURA 1 -	Maria da Conceição (início do Século XX)	40
FIGURA 2-	Os noivos: Amabilia e Contreiras no dia do casamento, Jacobina – Ba em 02/05/1952	69
FIGURA 3-	Representantes das mulheres de todo o Brasil discutiram seus problemas	106
FIGURA 4-	Protesto da A.F.B na Camara	107
FIGURA 5-	Posse da presidência da A.F.B.	110
FIGURA 6-	Amabilia na posse da presidência no lar	117
FIGURA 7 -	Fachada do prédio onde está localizada a CEPROM	119
FIGURA 8-	Amabilia no lar com as mulheres desenvolvendo trabalho de conscientização e informação sobre o planejamento familiar	121
FIGURA 9 –	Amabilia recebendo o diploma de Vereadora de Salvador em 1982	125
FIGURA 10-	Amabilia na instalação da Comissão Especial da Mulher na Câmara de Vereadora, 1984	126
FIGURA 11-	Amabilia sendo diplomada como deputada estadual, 1986	131
FIGURA 12	Amabilia em sua chegada na Assembléia Legislativa	132
-		
FIGURA 13-	Amabilia (sentada ao lado de Trancredo Neves) em reunião para resoluções em torno da Defesa do Consumidor, 1984	147

## **LISTA DE TABELA**

TABELA 1	Taxa de sucesso da proporção de iniciativa legislativa	141
TABELA 2	Exercício das atividades na Assembleia Legislativa	145

## LISTA DE ABREVIATURA

AFAA	Acervo Fotográfico Amabilia Almeida
AFB	Associação Feminina Bahiana
ALB	Academia de Letras da Bahia
ALBA	Assembléia Legislativa da Bahia
APLB	Sindicato dos Trabalhadores em Educação do Estado da Bahia
BM	Brasil Mulher
BPEB	Biblioteca Pública do Estado da Bahia
CAB	Centro Administrativo da Bahia
CEPROM	Centro de Profissionalização da Mulher
CDIM	Centro de Documentação, Informação e Memória Zahidé Machado
CNBB	Confederação Nacional dos Bispos do Brasil
CMOPE	Confederação Mundial das Organizações de Profissionais do Ensino
CNBB	Confederação Nacional dos Bispos do Brasil
CP	Comissão permanente
CPPB	Confederação dos Professores Primários do Brasil
CRLV	Centro de Referência Loreta Valadares
DDM	Delegacia de Defesa da Mulher
FAPESB	Fundação de Amparo a Pesquisa do Estado da Bahia
FBPF	Federação Bahiana pelo Progresso Feminino
FEB	Federação Brasileira
FMB	Federação de Mulheres do Brasil
IAC	Instituto Ação Comunidade
IHGB	Instituto Histórico e Geográfico da Bahia
LBA	Legião Brasileira de Assistência
LAR	Liga de Associação e Reintegração
MAIS	Movimento Integrado de Ação Social
MDB	Movimento Democrático Brasileiro
NAWSA	National American Woman's Suffrage Association
OAB	Ordem dos Advogados do Brasil
ONU	Organização das Nações Unidas
ONG	Organizações não governamentais
PEC	Projetos de Ementa Constitucional
PCB	Partido Comunista Brasileiro
PL	Projeto de Lei
PLC	Projetos de lei Complementar
PSD	Partido Social Democrático
PM	Polícia Militar
PMDB	Partido do Movimento Democrático Brasileiro
PR	Partido Republicano
PSD	Partido Social Democrata

PTB	Partido Trabalhista Brasileiro
RICD	Regimento Interno da Câmara dos Deputados
SESI	Serviço Social da Indústria
SUPP	Sociedade Unificada dos Professores Primários
SUPPE	Sociedade Unificada dos Professores Primários do Estado
TRE	Tribunal Regional Eleitoral
UDN	União Democrática Nacional
UDF	União Democrática Federal

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO</b>	16
<b>1. A JOVEM A AMABILIA E MARIA DA CONCEIÇÃO: A AFIRMAÇÃO DE UMA CONSCIÊNCIA DE GÊNERO</b>	33
1.1 ENREDOS E CONTEXTOS NO FINAL DA DÉCADA DE 20 NA BAHIA: O CENÁRIO EM QUE NASCE AMABILIA VIRALONGA DE PINHO	33
1.2 JACOBINA: TECENDO HISTÓRIAS NA CIDADE NATAL DE AMABILIA ALMEIDA	36
1.3 MARIA DA CONCEIÇÃO: OS PRIMEIROS PASSOS PARA UMA CONSCIÊNCIA DE GÊNERO	41
1.4 EDUCAÇÃO: DA PAIXÃO PELO POSSÍVEL À POLÍTICA	72
<b>2. AMABILIA E OS MOVIMENTOS DE MULHERES: A CONSTRUÇÃO DA “CONSCIÊNCIA FEMINISTA DE GÊNERO”</b>	80
2.1 JOGOS DO PODER: A PARTICIPAÇÃO POLÍTICA DE AMABILIA	80
2.2 A ESCOLA EXPERIMENTAL: FAZENDO DA QUEDA UM PASSO PARA LIBERDADE	88
2.3 ENTRE PRÁTICAS E REPRESENTAÇÕES: O MOVIMENTO DE MULHERES NA DÉCADA DE 70	93
2.4 JOGOS DE DAMAS: PARTICIPAÇÃO DE AMABILIA NAS ENTIDADES E ASSOCIAÇÕES FEMININA	102
2.4.1 ASSOCIAÇÃO FEMININA DA BAHIA: EM DEFESA DA LUTA PELA PAZ E OS DIREITOS DA MULHER	105
2.4.2 A CASA DA MULHER BAIANA: ESPAÇO POLÍTICO FEMININO	111
2.4.3 A ATUAÇÃO DE AMABILIA NO LAR: LIGA DE ASSISTÊNCIA E REINTEGRAÇÃO	115
<b>3 EXERCENDO O PODER: PRÁTICAS E REPRESENTAÇÃO SOBRE A AÇÃO POLÍTICA DE AMABILIA</b>	124
3.1 A POLÍTICA PARTIDÁRIA E O MANDATO DE VEREADORA EM SALVADOR	124
3.2 AMABILIA ENTRE 43 PARLAMENTARES MASCULINOS: A VOZ FEMININA NA CÂMARA DOS DEPUTADOS	131
3.3 PRODUÇÃO LEGISLATIVA: LEGISLANDO PARA AS MULHERES	139
3.4 A MUDANÇA DE PARTIDO A UM NOVO CAMINHO NO PSB	156
<b>4 CONSIDERAÇÕES FINAIS</b>	159
<b>REFERÊNCIAS</b>	164
<b>LISTA DE FONTES</b>	173

## INTRODUÇÃO

O século XX caracteriza-se pelas alterações de valores, práticas e papéis que enfatizam a mulher de uma nova forma. A imagem de ser frágil submissa ao homem e necessitada de proteção, sob o domínio dos sentimentos, atuando na intimidade e presa aos cuidados com os filhos, ganhou outros contornos, fazendo dela um ser em construção, na busca de seu desenvolvimento e realização de potencialidades.

O longo período de invisibilidade feminina e a forma de opressão pelas quais passaram as mulheres apontam o seu lugar em um dado momento para a história e mostra o processo de exclusão que estavam submetidas. Durante esses anos, ocorreram mudanças importantes na forma de identificar e analisar os objetos históricos. Dentro desse movimento, as mulheres estiveram atreladas ao sistema patriarcal, oscilando entre a exclusão, tolerância, banalização e vitimização. Essas últimas abordagens são da maior importância ao evidenciar a própria inclusão da mulher sob uma perspectiva analítica na pesquisa histórica, pois acreditava-se que, ao falar dos homens, as mulheres estavam igualmente contempladas, o que não corresponde à realidade (SOIHET; SOARES; COSTA, 2001).

A partir da constatação da negação e do esquecimento, a historiografia das mulheres tomou seu impulso em 1970, apoiada no movimento feminista e articulada ao crescimento da história das mentalidades, incorporando as contribuições da história social e dos aportes das novas pesquisas sobre memória. A preocupação da historiografia com o surgimento de outras histórias favoreceu a incorporação da abordagem de gênero. Esses estudos têm contribuído de forma significativa, não apenas pelo fato de terem mostrado as experiências de inclusão das mulheres ou por questionarem a tradicional concepção baseada na idéia de um “sujeito humano universal”<sup>1</sup>, mas, principalmente, para a renovação temática e metodológica, ampliando áreas de investigação, renovando marco conceitual e redimensionando o campo de saber histórico. (SOIHET; SOARES; COSTA, 2001, p.63-95).

A historiografia das mulheres é recente, desenvolveu-se nas últimas décadas do século XX, quando a família passou a ser considerada como célula fundamental e evolutiva da sociedade, tornando-se tema de interesse na emergente antropologia histórica (DUBY; PERROT, 1990). A historiografia da mulher foi pioneira nos meios acadêmicos nos Estados Unidos, num contexto de mobilizações pelos direitos civis que resultaram em estímulos oficiais, como as políticas governamentais de ação afirmativa. Nos meios acadêmicos, em

---

<sup>1</sup> Sobre esse conceito ver: (SCOTT, 1992, p. 63-95.)

geral, as feministas reivindicaram uma revisão da história tradicional, buscando nas suas próprias histórias elementos que servissem para mostrar como as mulheres tinham sido oprimidas e, assim, como registro histórico acerca da participação/atuação feminina no passado que pudessem servir de base legitimadora para as suas estratégias (LEYDESDORFF, 1992).

Um dos desdobramentos que se pode considerar uma fase significativa do movimento feminista nas décadas de 70-80 foi, sem dúvida, o da reconstituição de biografias ou de traços biográficos de mulheres, com o objetivo, nem sempre formulado explicitamente, de enaltecer a participação das mulheres na História, mas realçando aquelas situações em que essas ocuparam papéis tradicionalmente associados a modelos e valores masculinos.

O gênero não era novo e se inseria no processo de produção de fontes privadas, de uma escrita autoreferencial datada do século XVIII, quando indivíduos ditos comuns passaram a produzir, deliberadamente, uma memória de si. A situação se mostrou mais promissora, porém, quando numa opção, de certa forma auto-referente, as atenções dos estudiosos voltavam-se para aquelas mulheres que se destacaram na própria luta feminista ou no movimento operário, podendo combinar as duas frentes de batalha em uma única militância, seja ao longo do século XIX, seja no início do XX.

No Brasil, os estudos pioneiros tenderam a privilegiar as abordagens sobre aquelas figuras que se revelaram como lideranças na luta pelos direitos civis das mulheres, a exemplo de Berta Lutz, considerada uma das figuras pioneiras do feminismo no país, que travou batalhas principalmente no campo da imprensa e do Parlamento em defesa dos direitos das mulheres. Nessa perspectiva de reconstituição de vida de mulheres militantes, principalmente de esquerda, trago como referência o trabalho da educadora, vereadora de 1983 a 1987 da Cidade de Salvador Amabilia Almeida e posteriormente deputada estadual constituinte de 1987 a 1990.

A partir dos anos oitenta do século XX a produção historiográfica apresentou variadas abordagens que analisaram aspectos diferenciados da questão, tornando-se uma contribuição significativa, onde poderes e lutas femininas foram recuperados, mitos examinados e estereótipos repensados. A preocupação da historiografia em renovar os marcos conceituais, redimensionou o campo do saber histórico em um leque de várias correntes de interpretações (SOIHET; PEDRO, 2007), as (os) pesquisadoras (es) passaram a utilizar a categoria gênero para discutir as relações entre os sexos, partindo da compreensão de que a história das mulheres passava necessariamente pelo estudo de sua relação com o homem.

A perspectiva de gênero é apontada como fundamental para responder a várias questões, especialmente para compreender idéias acerca da diferença sexual (os diferentes significados atribuídos ao masculino e ao feminino) na sociedade e na cultura (SCOTT, 1991). Assim, a categoria gênero reivindica para si um território específico, em face da insuficiência dos corpos teóricos existentes para discutir a persistência da desigualdade entre mulheres e homens. Como categoria, o gênero procura dialogar com outras categorias históricas já existentes.

A categoria gênero encontrou um terreno favorável na história brasileira contemporânea ao desnaturalizar as identidades sexuais e postular a dimensão relacional. Na década de noventa, os estudos se ampliaram e diversificaram em temáticas de abordagens e focalizaram diferentes momentos históricos. As diversas modificações na área política, econômica e social, repercutiram nos estilos de vida do universo feminino. O direito ao voto, o acesso à educação e a inserção no mercado de trabalho, a liberdade sexual, a liberação dos costumes e as conquistas feministas dinamizaram o processo de crescimento da consciência e da participação política das mulheres e contribuiu para o entendimento de suas necessidades.

Cabe trazer aqui a discussão de alguns referenciais teóricos sobre as possíveis formulações de Poder e Política. Para os estudiosos (as) da política, os conceitos mais imprecisos e importantes são o de poder e de política. Segundo Foucault (1985), o poder deixou de ser concebido como algo localizável em um determinado centro (por exemplo, no Estado), pertencente e/ou detido por alguns. Na concepção do autor, não há, de um lado, os possuidores do poder e, do outro, os destituídos dele, uma vez que o poder é caracterizado como exercício e, como tal, está em constante movimento.

Com base nessa concepção de poder, Soihet (1997), elaborou um aparato teórico-metodológico para a análise da relação mulher e poder. Apoiada no argumento de Arlete Farge (1991) que preconiza ser necessário, na análise das relações de poder, equacionar a idéia de dominação, concebendo-a como uma relação dialética, Soihet (1997) a interpreta afirmando que a autora evita o binômio dominação/subordinação como único terreno de confronto para colocar no seu lugar os complexos contra-poderes femininos: poder maternal, social, poder sobre outras mulheres e as subseqüentes compensações no jogo das seduções e do reinado feminino.

No que tange ao conceito de política, para Scott (1992), a palavra carrega diversos significados e ressonâncias. A autora identifica três deles: o primeiro pode ser uma atividade dirigida para ou em governos ou outras autoridades poderosas, atividade que envolve um apelo à identidade

coletiva, à mobilização de recursos, à avaliação estratégica e à manobra tática; o segundo é também utilizado para referir-se às relações de poder mais gerais e às estratégias visadas para mantê-las ou contestá-las; no terceiro, a palavra política é aplicada, ainda mais amplamente, às práticas que reproduzem ou desafiam o que, às vezes, é chamado de ideologia e que, por isso, são encarados como naturais, normativas ou auto-evidentes.

Para Scott, o emprego da palavra, em qualquer sentido, tem múltiplas ressonâncias, produzindo narrativas políticas. Afinal penetrar na esfera pública era um velho anseio por longo tempo vedado às mulheres. Significava uma conquista, possibilitando-lhes, segundo Hannah Arendt (2005), assumir sua plena condição humana através da ação política, da qual por muitos anos permaneceram violentamente excluídas e Amabilia Almeida tinha acompanhado a luta das mulheres para adentrar nessa esfera majoritariamente masculina e sabia das dificuldades que iria enfrentar, pois tinha consciência das demandas femininas e da resistência masculina que enfrentaria ao entrar nesse espaço.

Em suas múltiplas possibilidades de participação pode ser colocada em xeque a sub-representação feminina nos processos de tomada de decisão. Embora não seja possível analisar os diversos processos sociais que incidiram sobre a exclusão das mulheres no campo político, foi possível observar que a luta das mulheres em busca de direitos contribuiu para aumentar o número de mulheres em cargos políticos, bem como em outras conquistas no espaço público.

A descentralização administrativa inaugurada pela Constituição Federal e a inclusão de instrumentos de gestão participativa e de controle social, a institucionalização de conselhos gestores de políticas públicas, a adoção de estratégias de ação afirmativa, são alguns dos mecanismos que vem contribuindo para a ampliação da participação feminina. Contudo, fica uma questão para reflexão: em que medida o aumento da participação feminina será traduzido em políticas voltadas para a redução das desigualdades de gênero ou para construção de relações simétricas e não discriminatórias?

Como assinala Céli Pinto (1992), a ciência política não teve a sua disposição uma entrada expressiva da mulher no mundo tradicionalmente entendido como político como também, em função do privilégio de certas searas da vida social, peculiar à trajetória do despertar do interesse pelo gênero, o político foi frequentemente tomado como alheio à condição feminina. Por um lado isso inclinava para um esforço auto-reflexivo, por outro sinaliza a preferência das pesquisadoras e estudiosas sobre a história das mulheres por temas centrados na experiência mais imediata das mulheres.

Nessa perspectiva, a participação de Amabilia Almeida nos espaços de poder constituiu um objetivo específico para articular essas reflexões, pois o fortalecimento da população feminina na arena política tem o potencial de transformar as sociedades. Seu envolvimento em organismos governamentais nos níveis nacional e local leva à criação de políticas e leis centradas na mulher, na criança e na família. Contudo, a escassa participação feminina no poder político da sociedade aponta para o fato de que se nega à mulher a plena fruição dos benefícios que adviriam de sua presença mais efetiva naqueles espaços, constituindo um processo saudável em toda sociedade que se pretende democrática e pluralista.

Outrora as mulheres foram mantidas mudas e submissas no privado (esfera doméstica da casa, da família e papel de reprodução), no momento atual testemunha-se a reinvenção dos espaços públicos e privados (trabalho produtivo e responsabilidades sociais), o que implica repensar a questão das modalidades de trabalho e de sua memória.

No caso da trajetória de Amabilia Almeida foi acompanhada a sua vivência e a experiência de participação nos espaços políticos com a intensificação de sua qualidade de sujeito. Aprendeu a reivindicar, a apresentar as novas demandas referentes às suas experiências individuais e fragmentadas. Ela revelou um imaginário político e social, o qual foi construído definindo o espaço político como predominantemente masculino. O estudo das modalidades através das quais as mulheres marcam presença nos espaços públicos é – necessariamente – um indicativo de sua maior participação e do enfraquecimento do patriarcalismo. (CASTELLS, 1999).

O trabalho sobre Amabilia Almeida é um estudo biográfico que traça a trajetória desta personagem na intersecção entre história das mulheres e história política, com o objetivo de analisar de que maneira as questões feministas guiaram a sua trajetória política. Por intermédio da biografada, buscamos mostrar como uma mulher se relacionou com a política e participou dela. Seguindo Amabilia Almeida, foi possível lançar um olhar mais atento para outros aspectos da política, deslindar assuntos referentes à participação das mulheres na política assistencial das primeiras décadas do século XX e iluminar questões relacionadas à sua participação e contribuição na história política e na construção do estado baiano.

A noção de trajetória, segundo Bourdieu (2002), conduz à série de posições sucessivamente ocupadas por um mesmo agente ou mesmo grupo num espaço que é ele próprio um devir, estando sujeito a incessantes transformações. Ao estudar a história dessa personagem, que se distinguia de outras mulheres pela sua participação política, é preciso, como sugere Scott (1992, p.63-95), “compreender as raízes da dominação que suportavam”.

Mas não é só isso, é necessário também entender a conformação dessa cultura no papel social que esta personagem desempenhava. Ao escolher Amábilia Almeida pretende-se estabelecer relações horizontais e verticais entre ela e a participação feminina na política como instrumento de construção de direitos e conquista da cidadania.

As categorias mulher e política assumem um sentido relevante para uma abordagem que pretende destacar as características de sua trajetória de vida relacionada entre si através de vínculos pessoais privados e profissionais/público ao longo de sua história. Segundo Gomes (1996, p.41-42), os locais de sociabilidade “podem ser indicadores valiosos para análise de movimentos de produção e circulação de idéias”. A autora chama a atenção para a análise destes locais e da atuação nesses espaços no qual ajudará a “elucidar aspectos da constituição de uma formulação intelectual, de sua vitalidade e continuidade através do tempo” (GOMES, 1996, p. 42).

As experiências parlamentares da nossa personagem corporificam as múltiplas funções que a professora, por formação, assumiu na Assembléia Legislativa (ALBA). Segundo Gomes (1996, p. 42), podemos desvelar as tramas do jogo do poder e o papel desempenhado por ela nesse espaço onde ocupou diversos cargos, evidenciando a história política da mulher baiana, suas formas de exercer e se relacionar com o poder, as pessoas do meio e a sua própria feminilidade.

Segundo (RAGO, 1998), por vários lados, as feministas passavam a feminizar-se<sup>2</sup> valorizando a linguagem feminina, os atributos e os temas femininos, o que significava mais do que um simples retorno aos seus valores próprios, um alargamento do campo conceitual, através do qual teciam suas críticas à sociedade patriarcal capitalista, revelando suas armadilhas e limitações. Mais do que nunca, passaram a pensar em si mesmas sob uma ótica própria, dando visibilidade ao que antes fora escondido e recusado, o que inevitavelmente levou a uma radicalização da potencialidade transformadora da cultura feminista em contato com o mundo masculino.

Tratava-se, então, não mais de recusar o universo feminino, mas de incorporá-lo renovadamente na esfera pública, o que se traduziu ainda por forçar um alargamento e uma democratização desse mesmo espaço. As questões do mundo privado, da subjetividade, da família, da sexualidade, das linguagens corporais ganharam visibilidade, tanto na prática cotidiana dos grupos feministas, quanto nos debates acadêmicos e nas reuniões dos militantes.

---

<sup>2</sup> Isso nos anos 1980, no momento de explosão destrutiva do movimento social e político que lutava pelos direitos das mulheres, mas que também se colocava na luta pela redemocratização do país, é que as feministas passam a propor uma nova concepção da política, ampliando os próprios temas que constituíam o campo das enunciações feministas na esfera pública (RAGO, 1998).

O distanciamento do discurso marxista-masculino, por sua vez, facilitou a incorporação de temas tabus como os referentes às emoções, ou à moda e, por conseguinte, a procura de novos conceitos capazes de enunciá-los e interpretá-los. Estes foram buscados, sobretudo, no campo conceitual que proposto pelas correntes do pensamento pós-moderno, a exemplo do conceito de “desconstrução” de Derrida, ou das noções de “poder disciplinar” e de “subjetivação”, trabalhadas por Foucault.

A crítica feminista tem desempenhado um papel importante na construção de aportes teóricos para responder as questões levantadas ao longo deste trabalho. Um estudo que traz reflexões importantes para se pensar a trajetória de Amabilia Almeida é o trabalho de Costa, (1998). A autora apresenta pontos que serão fundamentais para esse trabalho. Primeiro quando reflete sobre as formas desiguais de poder, apesar das transformações ocorridas na condição feminina; depois, ao defender a idéia de que é necessária a compreensão de uma alteração nos processos e estruturas que reduzem a posição de subordinada das mulheres como gênero.

Ao longo da história do pensamento social e político, os significados de público e de privado sofreram transformações. A rígida dicotomia entre o público e o privado, dominante na antiguidade, diluiu-se durante a Idade Média e chegou ao final do século XIX, cada vez mais, delicada. As atividades econômicas e relacionadas com a sobrevivência tornaram-se de interesse público, a autoridade privada e pública se fundiu e se confundiu com o poder público.

Costa (1998, p.55) abre a discussão refletindo que o privado passa a ser somente uma esfera da intimidade no qual “as mulheres permaneciam excluídas da cidadania, sujeitas a toda uma série de restrições e normas legais, que limitam seus direitos dentro e fora da família”. A autora, nesse estudo, formula questões relevantes sobre o passado político da mulher baiana, interpreta as características da atuação feminina na política, buscando compreender como se dá a relação da mulher com o poder. Essa perspectiva analítica será significativa ao nosso estudo, uma vez que o tema tem como valor primordial a participação da mulher nas esferas do poder. Assim, nos interessa seguir diretrizes estabelecidas por Costa ao discutir as especificidades da trajetória de Amabilia Almeida.

Rebeca Gontijo (2005, p.277), por sua vez, chama a atenção para os estudos da sociabilidade intelectual a fim de construir um mosaico de possibilidades de forma que toda e qualquer circunstância de produção ou atuação intelectual seja evidenciada. Assim, propor uma história de política e gênero pautada nas redes de sociabilidade significa “seguir as trajetórias de indivíduos e grupos buscando mapear suas idéias, tradições, comportamentos,

formas de organização, de modo que seja possível caracterizar e compreender seus esforços de reunião e de afirmação de identidade em determinados momentos”.

Gontijo, (2005, p.277) está correta ao defender que a história das sociabilidades se pauta em representações de uma comunidade, daí pretendemos averiguar de que forma ela assume essa representatividade no caso da trajetória de Amábília Almeida. A participação feminina na política será vista como produtor de bens simbólico e como mediador cultural que tem sua atuação atrelada ao surgimento de um espaço público de poder que, como afirma Chartier (1991), dá um sentido às suas atividades práticas ao tempo em que lhes confere doses de autonomia.

Levaremos em consideração o estudo do papel social e histórico da mulher ao entrar no espaço público, para lembrar Perrot (1995). A este propósito, de acordo com Samara (1989), o espaço público e a inserção do universo feminino nele, é palco de luta e de articulação dos “micro-poderes”. Como elemento a ser utilizado para apreensão dos significados das representações que marcam as ações deste grupo. O espaço público concerne à discussão e o espaço político da decisão. Seguindo essa linha de pensamento, as mulheres do início do século XX, que conseguiam, de algum modo, se lançar nesse espaço que fora considerado unilateral (masculino), sem dúvida, aumentava a existência de que uma parcela dessas mulheres preenchia papéis que permitiam romper, em alguns momentos ou circunstâncias, essa supremacia masculina.

Os lugares de sociabilidade por onde circulavam as idéias feministas das mulheres em seus discursos, estabelecem uma relação de significado entre a trajetória pessoal e profissional, são aspectos que permeiam o imaginário e servem como elementos de legitimação. Nossa intenção será refletir o significado que essa leitura do material apresentava na sociedade que a viu nascer. Nesse sentido, Priore (2001) enaltece as potencialidades representativas de que um texto pode trazer a partir de uma leitura minuciosa em trazer respostas a questões formuladas para uma sociedade. Esse exercício intelectual tem a função de “recuperar a visão do passado” e a partir daí pensarmos o conjunto de significados e representações que estes discursos apresentam.

Nessa trilha trabalhos como o de Hahner (1981) que focaliza um aspecto crucial da condição feminina no Brasil, pois discute a participação política da mulher, o acesso à cidadania e a questão dos direitos e suas lutas sociais e políticas. Organizado sob múltiplas perspectivas e de caráter indisciplinar, esse estudo mostra que algumas mulheres brasileiras avançaram em argumentos muitos similares aos das feministas americanas.

Especialmente significativo nesse conjunto de preocupações sobre a inserção das mulheres no plano político é o trabalho de Saffioti (1987) que, no bojo da discussão, clama mudanças na posição ocupada e nas aspirações da mulher, além de afirmar um crescente grau de consciência da mulher brasileira nas diferentes formas de dominação e subordinação no processo estruturador da sociedade.

Outras vertentes na historiografia <sup>3</sup> latino-americana recente sob a ótica dos papéis informais vêm à inserção das mulheres no espaço público de maneira ostensiva, embora institucionalmente e, mesmo socialmente, pouco valorizada. Apesar dos estereótipos e da desclassificação social eram parte integrante do próprio sistema de dominação. Assim, excluídas do poder fizeram a sua própria história ao recuperar sua identidade social e de mostrar a sua presença no processo de tomada de decisões.

A participação da mulher no poder representa um campo do saber a ser construído. Por isso, é necessário entender as características específicas do agir político feminino, no sentido de se buscar as necessidades básicas de gênero, como a bandeira das creches, por exemplo. Também é relevante, compreender ao realizar estudos sobre a temática o contexto de submissão ao quais as mulheres estão submetidas e não perder de vista, os efeitos da simbiose patriarcado-capitalismo e discriminação em relação ao sexo, enfatizando as características sinalizadas por Saffioti (1987) sobre as mulheres no sentido de mantê-las subjugadas e isoladas no mundo doméstico-privado.

A presença da participação feminina em diferentes espaços públicos instiga o interesse na reconstrução das experiências, vidas e expectativas de mulheres nas sociedades passadas, descobrindo-as como sujeitos da história e objeto de estudo. Essa expectativa alia-se à pluralidade de possibilidades de olhares sobre o passado, mostrando que este pode ser desvendado a partir de múltiplas questões, entre elas as motivadas pelo presente. Permite perceber toda uma vinculação entre a produção acadêmica e a emergência dos movimentos feministas e de mulheres (MATOS, 1998). Essas informações são significativas quando se dá conta de que a história não recupera o real no passado, mas constrói um discurso sobre ele, trazendo tanto o olhar quanto a própria subjetividade do pesquisador (a) que recorta e narra o passado, deixando claro que o domínio que os pesquisadores (as) têm é sempre parcial.

Segundo Matos (1998), os estudos de gênero vão ao encontro a certas tendências da historiografia contemporânea que questionam a concepção de história como evolução linear e progressista e a do tempo vinculado a leis de mudanças e prognósticos do futuro. Nesse

---

<sup>3</sup> Sobre esse assunto ver: CHANEY, 1983; MASSOLO, 1994; CORRULLA, 1990.

sentido, procurando diminuir com a segmentação entre passado e presente, os estudos de gênero contribuíram para a ampliação do objeto de conhecimento histórico, levando a descoberta de temporalidades heterogêneas, ritmos desconexos, tempos fragmentados e descontinuidades, descortinando o tempo imutável e repetitivo ligado aos hábitos, mas, também, o tempo criador, dinâmico e das inovações, focalizando o relativo, a multiplicidade de durações que convivem entre si. Assim, as nuances, as tendências, os movimentos, passaram a ocupar a atenção dos pesquisadores (as), em lugar da certeza de fatos cronológicos e periodizações específicas.

Sabemos da contribuição da produção historiográfica sobre o gênero na ampliação das visões do passado, mas ainda há muito mais por ser feito, visto que grande parte dos segredos a serem conhecidos ainda está encoberta por evidências inexploradas. Nesse sentido, é que se dá a importância dos novos estudos, com a abordagem da participação da mulher nas estruturas do poder político, para ampliar as contribuições, diminuir as lacunas deixadas por trabalhos anteriores, assim como apresentar algumas formulações que possibilitem um maior conhecimento sobre a problemática.

Desta sorte, o campo da história das mulheres contribuiu para revelar a potencialidade das fontes documentais oficiais para o estudo da população feminina e das relações de gênero, revalorizando-as. Ao mesmo tempo, demonstrou a importância de uma série de registros documentais considerados não convencionais para a reconstituição dos processos em que as mulheres aparecem como agentes, com maior ou menor ênfase no caráter relacional entre os sexos.

Na narrativa o privado não foi abandonado, mas procuramos apresentá-lo permeado pela política e refletido na trajetória pública da personagem, sobretudo nas associações femininas criadas a partir de 50.

O propósito de seguir os passos de Amabilia Almeida para conhecer o percurso por ela construído não foi tarefa fácil. Embora os depoimentos sobre sua vida política fossem fartos em informações sobre seus feitos, enfim, embora muito se diga sobre ela, encontrar os documentos para confirmar os fatos analisados nos depoimentos e a forma como encontramos a personagem na documentação trouxe problemas específicos a este trabalho.

De cunho pessoal, sobreviveram apenas alguns depoimentos impressos e fotos que constituíram fragmentos da esposa, mãe, professora e militante que ela foi e, por intermédio delas, foi possível conhecer um pouco de seus sentimentos e emoções. Assim, pouco ou nada havia de registro impresso com ela, pois com as muitas batidas da polícia em sua porta na época da ditadura nada ou muito pouco ficou dessa memória.

Localizar os documentos que permitissem conhecer o trabalho que ela desenvolveu também representou um problema. Sobrara pouco de tudo o que haviam dito que ela fez quando comparado ao que lhe é atribuído como realizações. Para a Associação Feminina Baiana (AFB), contávamos com os registros fotográficos que constituem um ponto em uma pista para o desvendamento do passado, como afirma Boris Kossoy (2001). Elas mostram um fragmento selecionado de coisas, de pessoas, de fatos, tal como foram esteticamente congelados em um dado momento e os recortes do jornal **O Momento**. Do período como educadora, vereadora e deputada, no qual criou muitos projetos, liderou e presidiu entidades de maior destaque em seu percurso, documentos de várias espécies foram coletados (atas, boletins, relatórios, fotografias, projetos, leis, jornais, revistas, etc) e aqueles provenientes da imprensa mostravam uma personagem atuante que se fazia presente nas reuniões, nas solenidades, nos movimentos; enfim, nos acontecimentos.

Na documentação trabalhada, encontramos uma mulher que inquietava, intrigava, incomodava. Os documentos e depoimentos insistentemente mostravam e afirmavam: “ela presenciou”, “ela participou”, “ela acompanhou”, “ela estava lá”, “ela criou”, “ela fez e aconteceu”... Não restava dúvida, Amabilia Almeida tinha uma trajetória para ser narrada.

Controlando as versões e os campos de visão, os documentos produziram materiais narrativos e visuais com vestígios daquilo que Amabilia Almeida representava no cenário educacional e político e da posição que ela ocupava na família e na sociedade.

Seguindo as pistas de Amabilia Almeida presentes nas representações produzidas pelos documentos para a personagem, procuramos captar e acompanhar as transformações provocadas pela política na mulher, esposa e mãe, e que vieram a construir uma trajetória marcada pelo envolvimento na política e por formas de participação na política partidária.

Nessa discussão da metodologia tomei as fontes documentais como ponto de partida, pretendendo tecer algumas considerações acerca dos métodos, temas e das abordagens presentes no trabalho. Importa assinalar que não houve a preocupação em esgotar a potencialidade dos conjuntos documentais relacionados a seguir. Contudo, não há como desconhecer, também que a tarefa trás embutida um sério dilema: ou é seletiva demais ou interminável, o primeiro risco foi o que me espreitou a cada passo. Minha experiência como professora de história e pesquisadora foi o critério que adotei para as escolhas que me guiaram na seleção que apresento. Trata-se de opções pessoais, mas suponho que não arbitrarias, nem aleatórias, pois os critérios de escolha foram privilegiar a minha formação de historiadora, daí a importância da diversidade de fontes históricas para dar suporte à pesquisa e o referencial teórico composto por autoras feministas foi o que me guiou basicamente nesse estudo. Espero

que as várias lacunas que, inevitavelmente, se verificarão ao longo do texto sirvam para reavivar no leitor (a), que certamente evocará suas próprias experiências para completá-las, a riqueza dos campos abertos pela história das mulheres e de gênero, ao se consolidarem como áreas de pesquisa nas últimas décadas.

A atenção conferida às fontes documentais produzidas no espaço privado, com base nas mudanças introduzidas no fazer historiográfico, principalmente com a História Social, a Cultural e a Nova História, mostrou-se como uma das mais promissoras para o estudo da história das mulheres. Potencializadas pela crescente aceitação de que o exercício do poder político não se limitava apenas ao espaço público, ao âmbito do Estado, tais fontes foram essenciais para evidenciar os contra poderes exercidos pelas mulheres nos recônditos do lar, junto à família, no exercício de atividades e ocupações que, grosso modo, surgiram como extensão daquelas realizadas no espaço doméstico, no interior das comunidades onde atuaram, com diferentes características, em se tratando de áreas urbanas ou rurais.

A releitura de um conjunto de documentos reputados como “oficial” também propiciou avanços na compreensão do multifacetado universo das mulheres. Sem a expectativa de ser exaustiva, trabalhei com uma lista de fontes, umas mais originais, outras submetidas à valorização de aspectos antes desprezados, que se mostram úteis à história das mulheres e de gênero, as quais serão dissertada nos próximos capítulos, bem como a história oral, que vem sendo utilizada intensamente e de maneira original, contribuindo para resgatar as vozes que, de outra forma, estariam condenadas ao silêncio e recuperando a chamada “história vinda de baixo”. Também, quando possível, buscamos apontar aspectos interdisciplinares da história das mulheres e de gênero, principalmente com a antropologia, a sociologia e a literatura.

Do ponto de vista metodológico o trabalho segue a perspectiva de estudos sobre as relações sociais de gênero e está fundamentada em uma base interdisciplinar e feminista. Os métodos de investigação foram possíveis graças às bases epistemológicas desenvolvidas por estudiosos (as) do tema e teóricas feministas das mais diversas áreas. A metodologia pressupõe as concepções epistemológicas e teóricas adotadas, em consonância com as técnicas que permitem apreender o mundo social em sua complexidade, a capacidade de articular os conceitos e categorias teóricas com o material empírico, ou seja, com a realidade que analisamos. O método, então, não é exterior, mas a própria *alma* do conteúdo, porque faz a relação entre o pensamento e a existência e vice-versa.

A expansão e o enriquecimento do tema de investigação proposto pela pesquisa foram acompanhados por renovações dos marcos temáticos e metodológicos, enfoques e modos de

análise significativa que, além de questionar os paradigmas históricos tradicionais, vêm apresentar novas questões, descobrir novas fontes, enfim, contribui para redefinir e ampliar noções antigas do significado histórico. Dessa maneira, busquei descortinar o processo imposto na construção de alguns conceitos supostamente “naturais”, bem como observar a heterogeneidade das experiências, incorporando a complexidade do processo histórico, o que implica aceitar as mudanças e descontinuidades históricas. Nesse sentido, como estratégia metodológica trabalho com as seguintes fontes:

Livros e documentos administrativos da legislatura dos vereadores (as) no Memorial da Câmara de Vereadores (as); análise das produções de discursos de atas de reuniões, boletim de notícias, recortes (com programas e estatuto do partido) da Assembléia Constituinte; notícias circuladas na época de mandato de vereadora e deputada de Amabilia Almeida pelos periódicos tais como: A Tarde, O Momento e outros esporádicos da época, além de revistas femininas (A Vida Doméstica e Noite Ilustrada) da década de 30/40; dados dos processos eleitorais no Tribunal Regional Eleitoral (TRE).

Utilizei também a metodologia da História Oral, uma vez que esta torna-se um recurso bastante rico para trazer a luz, as lembranças das pessoas que vivenciaram a trajetória de Amabilia Almeida, recordações acerca de cotidianos, emergem nas falas; passados, presentes e futuros que se imbricam em complexas relações com espaços e tempos múltiplos. Desse modo, as entrevistas se constituem como fontes solícitas e generosas e para além de compreensões nostálgicas da memória, ela é apresentada na oralidade como uma importante ferramenta de avaliação e reavaliação do passado/presente depoimentos, lembranças e esquecimentos.

Assim, as lembranças dos entrevistados se apresentaram como documento hábil na (re) construção e preenchimento de parte das lacunas existentes. Dessa forma, foram colhidos depoimentos de personagens que estavam inseridos no seu cotidiano e fizeram parte desse processo na época que Amabilia Almeida era Vereadora e Deputada, pessoas do partido, educadores, militantes do Movimento Feminista que a ajudaram a construir o texto com o capítulo especial sobre a mulher que fez parte da Constituição de 1988, além do depoimento da própria Amabilia Almeida.

As discussões em torno da trajetória de Amabilia Almeida serão permeadas, todo o tempo, por questões relacionais de gênero, a partir do momento que encontros e desencontros, negociações e conflitos, exercícios liminares de construções e desconstruções simbólicas de gênero por sujeitos em movimento é que definirão como os processos ocorriam. Nesse sentido, o interesse central sobre as questões de gênero residirá na utilização combinada da

teoria feminista com a de gênero, o que possibilitou um instrumental teórico-metodológico para se analisar as diversas liminaridades em que os sujeitos se colocavam, modificando-o e sendo modificado por este.

Foi indispensável, portanto o uso da teoria feminista e dos estudos de gênero para iluminar o trabalho durante a pesquisa, o devir e representação social de Amabilia Almeida e dos sujeitos que a rodeavam no seu cotidiano. Nesse sentido, os aportes teóricos são amplos e dialogam com vários autores (as) feministas e de várias áreas do conhecimento, a fim de pensar os pontos positivos e os limites do uso de gênero, enquanto uma categoria de análise. Vale ressaltar, ainda, que na utilização dos discursos em geral, foram tomados os cuidados contextuais, pois a temática possui um recorte temporal e espacial específico: 1929-1990, o ano do seu nascimento nas serras de Jacobina e o ano do seu afastamento do cenário político, já em Salvador.

Nesse contexto de transformações de indivíduos e desenvolvimento de consciência é que discutimos o conceito de experiência. Thompson (1981) em seus estudos sobre a classe operária apresenta uma categoria que demonstra o espaço conferido aos sujeitos, singulares ou particulares (grupo), e que discute por meio do termo experiência, visto pelo autor, como:

[...] uma categoria que, por mais imperfeita que seja é indispensável ao historiador, já que compreende a resposta mental e emocional, seja de um indivíduo ou de um grupo social, a muitos acontecimentos inter-relacionados ou a muitas repetições do mesmo tipo de acontecimento. (THOMPSON, 1981, p. 15)

É de fundamental importância ressaltar as idéias de Thompson, que através da noção de experiência recuperou o movimento que se passa no cotidiano da classe e não apenas dos movimentos políticos, dos partidos, etc. O autor considera a experiência humana fundamental para se compreender o diálogo entre o ser social e a consciência social e é através dessa categoria que podemos também compreender o processo de produção de conhecimento. Assim para Thompson (1981, p.182),

[...] os homens e as mulheres também retomam como sujeitos, dentro desse termo – não como sujeitos autônomos, indivíduos livres, mas como pessoa que experimentam suas situações e relações produtivas determinadas como necessidades e interesses e como antagonismos e, em seguida tratam essa experiência em sua consciência e sua cultura, [...] das mais complexas maneiras [...] e em seguida [...] agem, por sua vez, sobre uma ação determinada.

Com a utilização do conceito de experiência, a estrutura é transmutada em processo e o sujeito é inserido na história. Com a introdução desse conceito, Thompson funda um novo

espaço teórico, no qual, segundo o próprio autor, “um nome [...] é ambigüidade, outro é possibilidade” (Thompson, 1981, p. 187). Visto por esse ângulo, pensamos ser possível nos apropriarmos da discussão trabalhada por ele, no tocante aos processos de construção das relações numa determinada realidade. Como o cotidiano de Amabilia na fazenda, a relação com os irmãos, a saída do sítio para a cidade, o convívio na casa nova, a ida para a escola, a sua formação intelectual e o desenvolvimento de uma nova consciência. O ponto de partida são as experiências de Amabilia, as relações que as constituem, as tensões que se apresentam na construção de novas culturas, da quebra desses espaços. A título de exemplo, quando ela sai de Jacobina e vem para Salvador dando seguimento a seus estudos, ela insere-se em novo universo, bem maior e diferente do que estava acostumada a lidar.

A dissertação se subdivide em três capítulos, os quais espelham o objetivo em discutir de modo mais integrado possível às experiências de Amabilia Almeida. Em resumo, os capítulos tentam responder às questões postas pela investigação. São eles:

O primeiro capítulo apresenta-se o contexto histórico durante os primeiros momentos, desde o nascimento de Amabilia Almeida, em 1929, ano emblemático não só para a Bahia, estado em que nasce a nossa personagem, mas também para o mundo, pois é um ano de crise mundial e de decadência econômica e inúmeras transformações no contexto político social. Passamos pela chamada “revolução de 30”, período que antecede o Estado Novo. Desta sorte, neste capítulo a narrativa registra, desde os espaços e experiências marcadas por feminismos e patriarcado na infância e juventude, além de destacar a influência de Maria Conceição em sua trajetória, rumo aos primeiros passos para uma construção da consciência de gênero <sup>4</sup>; o casamento com o militante do Partido Comunista Brasileiro, Luiz Fernando Contreiras e os fatores que motivaram a sua saída de Jacobina (sua terra natal), até chegar à cidade de Salvador e as mudanças advindas com essa decisão.

As discussões acerca da participação de Amabilia Almeida nos movimentos de mulheres a partir da década de 50 constituem o interesse do segundo capítulo, no qual discuto a passagem de uma “consciência de Gênero” para uma construção de uma “consciência

---

<sup>4</sup> Cabe trazer aqui de forma sintética uma conceituação sobre o termo Consciência de Gênero e Consciência de Gênero feminista, mas voltaremos a discutir esse assunto no II capítulo do trabalho. Afinal a idéia de identidade como um sistema de sentimentos e representações que singulariza o indivíduo dentro do seu cotidiano precede um processo de consciência (no caso o primeiro, consciência de Gênero), entendida como um produto da situação social e da resistência que vivencia as mulheres. Já o desenvolvimento dessa identidade feminina em feminista, é um processo de uma larga construção histórica de transformação da identidade em consciência que especifica o objetivo do feminismo ao pressupor o surgimento de uma consciência feminista de gênero, na qual se projetam e se reelaboram as desigualdades vividas pelas mulheres dentro e fora do seu cotidiano. Portanto, é um processo lento, que deve acontecer no contexto das relações de gênero, e que se materializa nas práticas sociais dessas mulheres. Para maior fundamentação ver: (COSTA e SARDENBERG, 1994).

feminista de gênero”. Para tanto, discuto o seu afastamento compulsório do serviço público pelo golpe de 64, suas lutas e resistências ao regime militar. Destaco ainda em sua trajetória, as dificuldades passadas com os filhos quando o companheiro é preso pelo regime por duas vezes e os movimentos em prol da anistia nessa conjuntura política do regime militar. Analiso, por fim, o contexto de criação das organizações não-governamentais (ONGs) femininas dando ênfase as associações femininas em que ela desenvolveu um trabalho ativo enquanto sujeito político aos jogos do poder na Bahia.

E, no terceiro capítulo, apresento a sua entrada nas instâncias da política partidária; como as representações de gênero estavam articuladas no seu mandato de vereadora e deputada de Salvador, traçando o contexto do legislativo a partir da revolução de 1930 para discutir a Nova Constituição e as proposições de iniciativa apresentadas por ela nesses espaços de sociabilidades de poder dando ênfase aos projetos e ementas a cerca dos direitos das mulheres.

Convido o/a leitor (a) a fazer um grande passeio e adentrar na trajetória dessa personagem que se identifica com o feminismo socialista e que tanto nos marcou com seu comprometimento na educação, seu envolvimento coerente em prol dos direitos das mulheres no cenário político e seu empreendedorismo na vida, num período onde suas asas ousaram novos vôos mesmo quando suas raízes teimavam em mantê-la presa ao solo.

## **1. A JOVEM AMABILIA E MARIA DA CONCEIÇÃO: A AFIRMAÇÃO DE UMA CONSCIÊNCIA DE GÊNERO.**

Neste capítulo nos propomos a apresentar os primeiros momentos, desde o nascimento de Amabilia, em 1929, ano emblemático não só para a Bahia, estado em que nasceu a nossa personagem, mas também para o mundo, pois é um ano de crise mundial e de decadência econômica e inúmeras transformações no contexto político social. Desta sorte, tecemos esse cenário baiano, desde os espaços e experiências marcadas por feminismos e patriarcado até perpassamos pela sua juventude, a formação em magistério ressaltando a influência de Maria Conceição em sua trajetória, rumo aos primeiros passos para uma construção da consciência de gênero, o casamento com o militante histórico do PCB, Luiz Fernando Contreiras e os fatores que motivaram a sua saída de Jacobina (sua terra natal), até chegar à cidade de Salvador e as mudanças advindas com essa decisão.

### **1.1 ENREDOS E CONTEXTOS NO FINAL DA DÉCADA DE 20 NA BAHIA: O CENÁRIO EM QUE NASCE AMABILIA VIRALONGA DE PINHO.**

O eixo político-econômico do contexto social brasileiro nas décadas iniciais do século XX se desloca dos grandes fazendeiros e sua estrutura social agrária e se transferiu para os industriais e comerciantes, que se instalam como os novos mandatários do poder e do dinheiro e moldam a dinâmica social urbana da nova sociedade onde a linguagem sem fronteiras, que muitos desses administradores entendem, é o dinheiro. Essa nova sociedade que se forma, segue em transformação acelerada até eclodir a II Guerra Mundial. Porém há que se observar que, em todas estas transformações sociais, se manteve o conceito da permanência histórica das elites no comando das mudanças sociais sempre manobrando o jogo político em proveito próprio (MEIRELES, 2006).

Em outubro de 1929 ocorreu a queda vertiginosa de milhões de ações na Bolsa de Valores de Nova York, denominado *crack* que abalou o mundo inteiro (RIBEIRO, 1985). As ações perderam quase todo o seu valor financeiro e inúmeras empresas e bancos foram à falência. Com o desdobramento da crise, entre 1929 e 1932, a produção industrial americana foi reduzida em mais de 50% e, dessa forma o comércio internacional sofreu grande declínio.

O *crack* teve enormes desdobramentos e aumentou a polarização social e política em todo mundo nos anos de 1930. A crise levou a uma fragilidade das democracias burguesas, colocando abaixo todas as formas ideológicas que ocultavam as relações de exploração e permitiam a realização dos lucros. Para a democracia burguesa funcionar era necessário convencer ideologicamente as massas de que com ela o povo decide quem vai governar, de que o Estado está acima dos interesses de classe.

Assim, a crise representou um grande desastre na história do capitalismo no século XX e uma devastação da economia mundial, pois a falência do modelo liberal da não intervenção do Estado inaugurou uma nova fase em que este entra para regular as relações econômicas e subsidiar o capital. Os resultados foram a pobreza generalizada das massas, uma drástica desvalorização e a aniquilação de capitais e mercadorias. A queda, evidentemente, foi mais alta nos EUA, epicentro da crise e a maior economia global (RIBEIRO, 1985).

Sem poder vender, os comerciantes também deixaram de comprar. Isso afetou a economia dos países que dependiam de exportações para os Estados Unidos, como foi o caso do Brasil, que deixou de vender milhões de sacas de café para o mercado norte-americano. Foi um grande desastre econômico que levou muitos cafeicultores brasileiros à falência (RIBEIRO, 1985), e abalou as estruturas políticas da Primeira República<sup>5</sup>. Essa situação, provocada pelo enfraquecimento econômico dos cafeicultores contribuiu para desmontar as bases políticas que sustentavam a Primeira República, um projeto que começava a se esgotar dentro do mesmo grupo que a fundou (RIBEIRO, 1985).

O contexto político-social em que isso ocorreu foi, também, de agitação e mudanças. As sucessivas crises da economia cafeeira, sustentáculo da vida republicana, haviam abalado o prestígio social da aristocracia paulista. Ao mesmo tempo, expande-se a industrialização com conseqüente urbanização e maior mobilidade social. A pequena burguesia<sup>6</sup>, que subira à cena política no início da República, começava a dar sinais de inquietação. A grande burguesia<sup>7</sup> se dividiu, com um segmento investindo na indústria nascente e hostilizando o segmento agrário que ainda controlava o poder público (GUERREIRO, 1994).

---

<sup>5</sup> A crise do café afetou diversos setores da economia brasileira da época, pois no café estava investida a maior parte do capital das elites econômicas. A cafeicultura era a atividade econômica mais dinâmica, pelo valor de sua exportação e por toda a importação que custeava. Sendo produzido em unidades monocultoras, as fazendas de café são os principais núcleos de consumo das safras de alimentos. Assim, a crise da economia afetou do lavrador ao empresário fabril. (RIBEIRO, 1985)

<sup>6</sup> Classe social que, embora já tenha adquirido a capacidade de ter um negócio próprio ou de assalariar mão-de-obra, não se libertou completamente da necessidade de trabalhar. Esse segmento comporta todas as camadas intermediárias entre o proletariado e a burguesia, funcionários públicos, profissionais liberais, funcionários executivos e técnicos de alta qualificação de grandes empresas etc. (RIBEIRO, 1985)

<sup>7</sup> Classe social composta de industriais, grandes comerciantes e grandes fazendeiros do café. (RIBEIRO, 1985)

Na Bahia não foi muito diferente dos outros estados afetados pela crise de 1929, as mudanças já ocorridas no país, potencializadas pelas crises externas com a queda econômico-financeira a partir de 1929, implicaram numa série de modificações no estado, tanto no seu aspecto físico como no seu dimensionamento administrativo<sup>8</sup> (GUERREIRO, 1994). Assim, as mudanças de cunho econômico também podiam ser sentidas, mesmo que de formas e em graus de abrangências diferenciados no interior do Estado. De 1930 até 1950, a Bahia continuou dependendo, economicamente, do seu principal produto de exportação: o cacau, dependência essa que continuou até a década de 1980, mesmo após o processo de industrialização iniciado em 1950 com a implantação da Refinaria de Mataripe, que representa um marco no processo de desenvolvimento do Estado da Bahia (PINHEIRO, 1999).

Segundo Pinheiro (1999), o fenômeno da estagnação econômica da Bahia a partir de meados do século passado e de seu isolamento enquanto pólo tradicional da riqueza colonial opera uma profunda transformação na sociedade baiana, no sentido do estancamento de suas estruturas sociais e fixação do passado como referência recorrente no presente. A crise mundial de 1929 atingiu também a Bahia. O cacau, que se tornou o principal produto de exportação do Estado a partir de 1925, não foi capaz de desencadear a implantação de outras atividades econômicas que possibilitassem a diversificação da estrutura produtiva da região.

A decadência econômica da Bahia a partir da crise no final da década de 20 levou as elites a ver no controle do Estado a forma de continuidade do seu antigo poder. Uma continuidade conservadora, porque era baseada na idéia de um poder individual, sem implicações coletivas imediatas. Tudo isso fez o passado avançar, se prolongar no presente e com isto seus usos e costumes, onde a figura do ‘coronel’ ainda é sua marca fundamental, pese à versatilidade de suas expressões (PINHEIRO, 1999).

O desgaste do poder econômico passa a ser um drama a ser aliviado pelo exercício da política. Não da política enquanto processo, enquanto dinâmica de vida social, mas enquanto aparato de Estado, enquanto poder burocrático. Poder que serve tão só para fixar uma relação de dominação sobre a sociedade, voltada para uma relação individual que não passa por nenhum projeto coletivo. A Bahia, a partir desta estagnação, entrou num processo de profunda crise econômica e perdeu de forma significativa o papel de vanguarda dos movimentos

---

<sup>8</sup> Aqui a crise econômica trouxe consigo o desemprego e os desajustes sociais mais profundos, e revelaram de forma mais evidente as fissuras do sistema econômico capitalista. (GUERREIRO, 1994).

políticos que teve antes <sup>9</sup>. De modo que, até o início da década de 60, a economia da Bahia caracterizou-se pela produção de produtos de base predominantemente agrícola, como o cacau, sisal, mamona e fumo, dentre outros, voltados para a exportação.

Nesta conjuntura nasceu Amábília Viralonga de Pinho<sup>10</sup>, no dia 24 de maio de 1929, em Jacobina. Paralelo às inúmeras transformações sociais e políticas da oligarquia da República Velha, um período caracterizado pela crise econômica mundial, que afetou também, mesmo que de maneira incipiente, a sua cidade natal.

## 1.2 JACOBINA: TECENDO HISTÓRIAS NA CIDADE NATAL DE AMABILIA ALMEIDA

Nesse contexto de estagnação econômica e crise política pelo qual passava o estado baiano, uma das cidades importantes nessa conjuntura era Jacobina. Localizada na região da Chapada Diamantina, no Sopé da Montanha – uma das regiões mais belas do interior baiano, pelo seu relevo, sua natureza exuberante e local onde se encontrava lavras de diamantes e pedras preciosas no século XVII, explorada pelos bandeirantes e outros aventureiros que chegaram as terras em busca de minas de ouro. Seu nome tem origem indígena e significa “campo aberto”. Existe uma lenda que diz que naquelas terras vivia um casal de índios chamados, Jacó e Bina e que a junção dos seus nomes deu procedência ao atual nome do município. Seu povoamento iniciou-se em 1562, com a fixação da família Guedes de Brito, seus escravos e colonos, na região onde estabeleceu currais, iniciando a implantação da pecuária (LEMOS, 1995).

Do ponto de vista econômico, a cidade de Jacobina possuía uma produção diversa. Na agricultura produzia arroz, cana-de-açúcar, mamona, feijão, milho, mandioca, algodão e batata. Na área pastoril, dedicavam-se a criações de animais de médio e grande porte como; suínos, caprinos, bovinos e outros. No campo da indústria extrativa, o município explorava e comercializava muitas riquezas naturais e geradas economicamente na região como; ouro, cal, cerâmica, lã, coquilho de ouricuri e mel de abelhas. Na parte agrícola fabricava farinha de mandioca, tapioca, polvilho, aguardente, e na indústria de origem animal, a principal produção estava centrada nas fábricas de laticínios (JESUS, 2005).

---

<sup>9</sup> Lembrar que a Bahia teve um papel pioneiro e esteve no centro deste cenário sintonizado com o mundo naquele período de movimentos rebeldes e vanguardistas como os republicanos antes da independência e os federalistas depois (PINHEIRO, 1999).

<sup>10</sup> Nome de batismo de Amabilia, mais tarde, após o casamento com Luiz Fernando Contreiras de Almeida passará a usar apenas Amabilia Almeida.

Segundo Zenaide de Jesus (2005), no município, em relação à parte cultural, Jacobina realizava anualmente a micareta, que surgiu no início de 1930, festa que mobilizava principalmente os membros mais abastados da sociedade local; esse segmento da população era quem formavam os blocos e se dedicavam à confecção de fantasias e elaboração de marchinhas. Os bares traziam como atração, as barracas de bilhares, rádios e gelados e eram tudo anunciado, convidando, principalmente, a população masculina a desfrutar desses recursos modernos.

O Bar era o principal reduto para o exercício da sociabilidade masculina, espaço onde colocavam em prática as atividades tipicamente denominadas pela sociedade como masculinas: jogo de sinuca, costumes, conversas sobre mulheres e possíveis conquistas amorosas, futebol, etc. Atitudes e comportamentos esperados pelo modelo masculino regional. Nesse sentido, o bar era visto dentro de um processo de construção do aprendizado das masculinidades, que estava uma vez relativamente integrada as redes de comunicação local, constituída basicamente por uma representação masculina, que gozava do espaço público, no qual era o maior beneficiado com as transformações na geografia do prazer, posto que o jogo em si fosse visto tradicionalmente como um espaço de entretenimento masculino, por sua vez inseparável do processo de trabalho, da sua organização e do disciplinamento civilizatório da sociedade industrial. (VALE, 1995).

Ao analisarmos a representação que moldava as práticas masculinas cotidianas, os valores, costumes e discursos dos homens sertanejos, percebemos os códigos que regem a construção e a reprodução do que denominava identidade masculina hegemônica<sup>11</sup> na sociedade jacobinense. Também preenchiam o calendário festivo da cidade, as festas religiosas como as de São Benedito e Santo Antônio, espaços de sociabilidade feminina<sup>12</sup>.

A cidade de Jacobina, assim como outras cidades do interior baiano era uma cidade pequena e pacata, marcada pelo provincianismo e devido às mudanças no decorrer do processo histórico pelos quais passava a cidade e o próprio país dava outro contorno ao cenário que já vivenciava pequenas transformações nos seus aspectos políticos, econômicos, sociais e urbanos.

É chegado o período das modernizações – etapa do processo pelo qual passou o país e esse momento influencia a cidade de Jacobina, pois a mesma passou então por uma série de

---

<sup>11</sup> Segundo Vanin (2002), masculinidade hegemônica seria uma representação ideal, um modelo a ser seguido perante outras imagens de masculino e que os homens têm como parâmetro. O mesmo discurso e com maior detalhes pode ser visto por Miguel Vale de Almeida ao comentar sobre os modelos de masculinidade, e em específico sobre o hegemônico (VALE DE ALMEIDA, 1995).

<sup>12</sup> Esta questão será analisada ao longo do capítulo.

transformações e reestruturações do espaço urbano na primeira metade do século XX. Assim, a preocupação com o aspecto físico da cidade passava por esse contexto de transformação no cenário da cidade, no qual a urbanização da mesma se definiu, em grande parte, por um processo de privatização da vida pública, segundo o modelo higiênico de vida e lazer das elites, com uma enorme preocupação por parte do poder público em modificar o aspecto físico da cidade.

Até o início do século XX, a “sociedade do café” investiu na redefinição do espaço público, onde imperasse a respeitabilidade burguesa e em que os padrões *civilizados* de comportamento e sociabilidade, progressivamente adotados no universo patriarcal da elite cafeeicultora e dos industriais emergentes, fossem enviados para toda a cidade. Evidentemente, a instituição desses valores e códigos não se deu sem tensões, conflitos, tumultos e resistências, nem impediu a emergência de modos diferenciados de organização da vida social, especialmente nos bairros mais pobres, onde se desenvolveu uma cultura específica, fortemente marcada pelas tradições culturais e políticas de origem dos grupos de trabalhadores rurais da região (SANTOS, 2002).

Disputas e conflitos no cenário político, um determinado crescimento econômico, a adesão a novos hábitos e costumes e mudanças no espaço urbano com a chegada de certos equipamentos, como luz elétrica, água encanada, canalização dos rios que cortavam a cidade, construção de praças, jardins e estradas. A instalação da Ferrovia Leste Brasileiro <sup>13</sup> na década de 20 foi uma notícia muito comentada na cidade, além da própria Companhia Força e Luz e uma série de incentivos aos cidadãos por parte do poder público para ornamentar suas casas (SANTOS, 2002).

Nesse período, com a ausência da televisão e só a partir da década de 1930 a chegada do rádio na cidade, o acesso às informações se dava através dos jornais da capital e dos poucos periódicos locais, sendo estes os veículos de comunicação, através dos quais se ficava sabendo das notícias como: avanços científicos, descobertas, mudanças políticas e demais novidades da capital. Esses pequenos jornais com periodicidade irregular divulgavam notícias de interesse público, que, muitas vezes, buscavam nos jornais da capital, utilizando-se segundo a memorialista local de Jacobina Doracy Araújo Lemos, da imaginação e criatividade jornalística dos escritores, adequando-se a realidade e mentalidade da época.

---

<sup>13</sup> Entre 1920 e 1945, a ferrovia foi um elemento significativo pela representatividade e influência modificadora que teve lugar principal na disputa sobre o que poderia ser considerado moderno em Jacobina, uma vez que trouxe mudanças não só na paisagem urbana como na vida social e cultural de seus habitantes. Ver, a respeito à dissertação de Fabiana Machado da Silva (2009) sobre a ferrovia e seu impacto social em Jacobina.

É dentro desta conjuntura que Amabilia nasceu. Seu pai, Estevam Pereira de Pinho, agricultor, um homem do campo, dinâmico, tinha uma fazenda de médio porte na zona rural de Jacobina, da qual se tirava o sustento da família. Sua mãe, Generosa Vilaronga de Pinho, era dona de casa, em um momento em que era esperado das mulheres a subordinação paterna e conjugal, a abdicação dos seus sonhos de realização pessoal em prol da família. Ajustando-se, portanto, ao papel exclusivo de esposa e mãe de família, Generosa cuidava dos doze filhos (as), do qual Amabilia era a caçula das meninas. Quando Amabilia tinha quatro anos de idade, Generosa engravidou novamente e, em decorrência de um parto complicado, faleceu, deixando para Estevam a responsabilidade de cuidar da numerosa prole; dos problemas domésticos, do cotidiano, além da sua função de provedor. Cuidar dos filhos (as) não era uma atividade atribuída ao homem, afinal, essa, não era uma característica da masculinidade hegemônica regional. Os direitos do pai eram inquestionáveis. Administrava tudo e todos com mão-de-ferro, da propriedade à família. Sua autoridade era incontestável sobre sua mulher, a prole, os empregados e, também, sobre os agregados. Segundo Sodré (1944, p. 103), de modo geral, aos homens “compete-lhe em todos os assuntos o voto decisivo”. O chefe da família tinha autoridade absoluta, cabendo à esposa um papel restrito. Antes do casamento, ela estava sob a autoridade do pai; depois, do marido, cabendo-lhe cuidar dos filhos e da casa. Era condicionada “a assumir o papel de esposa e mãe colocando-o à frente de seus interesses” (SAMARA, 1989, p.46).

Havia uma convicção do direito natural pregado pela Igreja, de o pai mandar e ser obedecido, cabendo aos demais obedecer. À distância e a inacessibilidade davam-lhe mais autoridade. “A ele competia determinar o grau de instrução, a profissão, a escolha afetiva e sexual de seus dependentes” (ALMEIDA, 1987, p.98). Seguindo essa vertente, o autor afirma: “o pai representava o princípio da unidade, da propriedade, da moral, da autoridade, da hierarquia, enfim, de todos os valores que mantinham a tradição e o *status quo* família.” Com isso, eliminavam-se as vontades individuais e não havia possibilidade de aspirações particulares, o único interesse era o do grupo e da propriedade, expresso pelo pai (ALMEIDA, 1987, p.95).

Ao estabelecer que as funções femininas deveriam estar restritas ao lar e as masculinas associadas com a rua – o mundo público -, estabeleceu-se uma desigualdade entre essas funções. Culturalmente, passou-se a valorizar as funções masculinas, em detrimento das funções femininas. Daí uma ideologização dos papéis para que, por consequência natural, “ao homem fossem atribuídas às funções decisivas e públicas da organização social, e à mulher, as tarefas menores e mais interiorizadas” (LOURO, 1986, p. 165).

Nesse contexto, isso se manifesta nas ações de Estevam e guiado por esse modelo hegemônico, ele resolveu casar-se novamente. A escolhida foi uma jovem senhora<sup>14</sup> da região, chamava-se Maria da Conceição de Souza, com trinta e três anos, era solteira, morava sozinha, tinha seu próprio negócio e vinha de uma família de poses do local<sup>15</sup>.



FIGURA 1 - MARIA DA CONCEIÇÃO: INÍCIO DO SÉC. XX  
FONTE: A.F.J.E

### 1.3 MARIA DA CONCEIÇÃO: OS PRIMEIROS PASSOS PARA UMA CONSCIÊNCIA DE GÊNERO.

Filha de uma família tradicional de proprietários rurais do Piemonte da Chapada, Maria da Conceição era uma mulher que diferentemente de Generosa, compreendia que, embora biologicamente diversa do homem, a mulher a ele se equivale no que se refere aos direitos à vida e ao objetivo de seus ideais. Não se ajustava, portanto, ao exclusivo papel de esposa e mãe de família. Cedo começou a preocupar-se com questões práticas da condição da mulher, como nos conta o seu filho José Emanuel Pinho (2010),

Ela era uma feminista antes da palavra existir. Era uma mulher extraordinária! A memória que eu tenho dela é de uma mulher que marca a trajetória das pessoas. Ela mudou a vida de muita gente! Era uma mulher fora de época. Um mulher da cidade, que lutava pelos direitos das mulheres, pelo respeito, batalhava muito, tinha seu negócio, sua renda própria para seu sustento. Em casa não se destacava muito nos serviços domésticos, sabia fazer alguma coisa, mas não se destacava na seara

---

<sup>14</sup> Para o contexto da época, Maria da Conceição não era uma “jovem senhora”, e sim uma “moça velha”, no qual as pessoas costumam chamar de “encalhada”.

<sup>15</sup> Caracteriza-se como uma família de poses, pois seu pai era um dos homens mais ricos do local, possuía muitas terras e bens na cidade.

doméstica com tanto afinco como nas outras áreas. Em relação a educação, ela tinha uma formação básica, cursou os primeiros anos de ensino normal, mas não foi a faculdade. Entretanto, lia muito, diariamente, acompanhava tudo a sua volta, era uma mulher de raciocínio rápido e muito inteligente. Recebia jornais e revistas da época, que vinha do Rio de Janeiro, tinha assinatura de algumas. Era muito informada e atenta com o seu tempo <sup>16</sup>.

No depoimento de José Emanuel percebemos o quanto Maria da Conceição tinha acesso a informação: lia literatura assiduamente e, portanto, apresentava um grande conhecimento do que acontecia na sua região e no mundo. Nesse sentido, fiz o levantamento <sup>17</sup> das revistas que Maria da Conceição tinha acesso <sup>18</sup> e verifiquei o quanto ela se rodeava de informações e debates sobre a questão feminina e do próprio movimento feminista da época.

Nesse sentido, ao fazer a análise das revistas que Maria da Conceição possuía assinatura percebemos, através dos conteúdos que ilustravam nas páginas desses periódicos, o cenário desse período. As Revistas eram: **A Noite Ilustrada e Vida Doméstica**, ambas de cunho nacional. Elas foram criadas na segunda década do século XX, publicadas no Rio de Janeiro, apresentando o debate em torno dos ideais feministas de emancipação do sexo feminino. **A Vida Doméstica** falava para mulheres que possuíam poder aquisitivo alto ou médio, abordando a infância de seu meio social, e apenas eventualmente mencionando o universo da pobreza. Seu primeiro número foi em março de 1920, dirigida pelo Sr. Jesus Gonçalves e tendo como redator o Sr. Mário Nunes, propriedade da firma Jesus & Jarque. Inicialmente mensal, tornou-se quinzenal a partir de junho de 1922 e semanal a partir de julho de 1923 e sua publicação se estendeu até 1962 (SWAIN, 2001).

**A Noite Ilustrada** era uma revista que vinha com o jornal 'A Noite' no Rio de Janeiro. O seu primeiro número saiu em 1930 e foi um sucesso imediato. Em 1949 a revista já saía independente do jornal, pois os comerciantes perceberam o sucesso da mesma que já vendia 50 mil exemplares. Em 1950 já se tornava semanal. A razão disso estava na forma diferenciada como a publicação tratava o mundo do rádio. Antes existiam outras publicações sobre o assunto, mas funcionavam como órgão oficial de divulgação da Rádio Nacional, pertencente ao governo. Ou seja, era o que se chama no meio jornalístico de revistas de *releases*. Esta, ao contrário, divulgava todas as rádios e de forma mais autônoma, agradando a um público mais amplo (BASSANEZI, 1996).

---

<sup>16</sup> José Emanuel de Souza Pinho, farmacêutico químico (UFBA), professor aposentado da UFRJ. Depoimento colhido pela autora em sua residência em Busca Vida – Camaçari-Ba, em 26 de maio de 2010.

<sup>17</sup> O levantamento foi feito pela autora nos arquivos da Biblioteca Pública dos Barris (SSa), no setor de pesquisa de jornais e revistas raras, com as revistas; Vida Doméstica e Noite ilustrada. Foram analisadas 20 revistas entre os anos de 1925 a 1940.

<sup>18</sup> Essa informação acerca das revistas que ela lia me foi levantada nas muitas conversas com Amabilia Almeida.

Ambas apresentavam textos variados e alguns densos, que expressam opiniões de intelectuais e artistas da época, num convite à reflexão e tomada de partido, sobretudo quanto à abordagem de questões do feminismo (BRITES, 2000). Embora **A Vida Doméstica** fosse caracterizada como uma revista de leitura mais fluida e descompromissada, abordando temas mais práticos, não se furtava à discussão do feminismo, ainda que de maneira mais discreta.

Nesse sentido, Mário Nunes, editor e redator da Revista criou uma seção denominada “Pelo Progresso Feminino”, no final da década de 20, revelando uma sintonia no tocante à luta feminina pela educação com a justificativa no contexto de transformações sociais, marcado pelo avanço do capitalismo, da urbanização, maior inserção das mulheres no mercado de trabalho e mudanças nos costumes tradicionais do país, levando a novos padrões de comportamento social.

O referido periódico acompanhava a tendência do debate da época dos temas de interesse para as mulheres das camadas médias e alta e procurava contribuir para o encaminhamento dessas discussões de acordo com as orientações de seus diretores, oportunizando mais espaços para temas políticos do momento, como a educação, profissão, trabalho e o direito de voto para as mulheres. Em seu terceiro ano de circulação, publicou matérias ilustradas com fotografias e entrevistas com feministas sobre as conquistas das aspirações femininas. A seção trazia artigos de seus editores e colaboradores, no qual apresentavam estilos e orientações específicas na área de educação, revelava uma discussão sintonizada de idéias no tocante à luta feminista pela educação. Em um artigo trazia a seguinte chamada: “Quanto maior for a instrução da mulher tanto maior será o seu poder e a sua força” (SIERRA, 1932).

Nesse sentido, a educação seguia como carro-chefe das reivindicações de um feminismo comportado <sup>19</sup>, tática das mulheres para suavizar sua luta e conquistar o apoio de sua classe, especialmente à elite dirigente e elaboradora das leis. Essa pode ser uma interpretação para esse paradoxo da educação que reforçava a missão de mãe, ao mesmo tempo em que possibilitou o avanço das mulheres na conquista de espaço público e direitos políticos.

Nas revistas pesquisadas no período de 1925-35, identifiquei leitores aborrecidos com as falas das mulheres e por causa desse motivo, nas edições seguintes do periódico, deu lugar também a críticas por vezes, contundentes como as manifestações contrárias ao feminismo do

---

<sup>19</sup> Feminismo moderado, defensor de uma emancipação feminina que contribuísse para uma melhor educação, ampliando as opções para a sua independência econômica e também trazer resultado em mudanças sociais. Ele ajudou a elevar o nível de consciência das mulheres de classe média, quanto a seus problemas num mundo em mudança, e garantiu legitimidade a muitas atuações femininas fora de casa.

“Sr. Osório Lopes” onde opinava que as militantes eram mulheres que haviam falhado no casamento e queriam se vingar dos homens. Este senhor em uma das suas críticas a revista, acionava a fé cristã, atribuindo caráter político ao movimento feminista, conforme explana Lopes (1925):

Hoje as mulheres já não se conformam com a igualdade em Jesus Cristo, e querem a igualdade preconizada pelo socialismo. Amanhã, confirma-se-à plenamente a profecia de Tito Lívio: “não se contentarão com seres iguais aos homens, hão de querer dominá-los”. Oh! Feminismo ingrato...<sup>20</sup>

Percebemos através da análise dos trechos de um artigo da revista intitulado “A mulher e os filhos”, a versão sobre o papel fundamental da maternidade na vida da mulher, De acordo com Sierra (1932):

Tres “poderes”, digamos disputam o filho: a mãe, o pai e o Estado. Os três affirmam ter sobre elle direitos que de certo modo os autorizam a dispor sobre o seu destino, uma vez que lhe dão a faculdade de dirigir a sua educação que é em última analyse, a determinação principal do caminho do homem na terra. A mãe diz: “O filho é meu, porque é carne da minha carne, porque o puz no mundo com soffrimento e o criei com solicitude. A minha Mao com elle é a unica com que não cabe duvida. A minha autoridade sobre elle deve ser igualmente indiscutível. É da natureza”. O pai diz: “O filho é meu, porque o jugo com o meu trabalho, que é o sustento da minha vida. O meu direito não é só material, mas está acima da própria realidade. A minha autoridade é legal: Sou proprietário desta carne como o fui da de sua mãe, desde o instante em que a lei ma entregou”. Diz o Estado: “Este homem é meu, porque nasceu sobre a minha custodia. O meu direito funda-se na força que eu o amparo”

O trecho enfoca o discurso de duas instituições (Família e Estado), na disputa de quem tem maior poder sobre o filho. Contudo, apesar do ponto de vista e argumentos de cada uma das partes, a figura materna é relacionada ao direito “natural” pela tutela do filho, posto que é quem deu a vida, quem trouxe ao mundo, aquele ser, o carregou durante meses em seu ventre. Logo, tem um direito especial na guarda da educação dessa criança, pois tem uma ligação de maternagem intrínseca com o mesmo, o qual difere do discurso baseado na tutela material do pai e do Estado, que possuem o pátrio-poder, mas a sua autoridade não é dada pela natureza, nem pertence ao destino do ser masculino o dom de educar um filho.

A Revista trazia, portanto, escrito pelos seus editores e colaboradores, um discurso em favor da educação feminina, bem como a confluência para o ideal de mãe civilizadora, em defesa da função social da mulher como mãe e primeira educadora dos filhos, futuros cidadãos.

---

<sup>20</sup> Osório Lopes, “Feminismo ingrato”, Revista Vida Doméstica. Rio de Janeiro, n. 89, jun. 1925.

O papel mais importante da mulher era ser mãe e educar seus filhos no qual as revistas ressaltavam esse aspecto de maneira contundente, também nesse íterim vinham surgindo o movimento organizado por mulheres que foi inaugurado em 1922, mesmo ano em que acontece a Semana de Arte Moderna<sup>21</sup>, se funda o Partido Comunista Brasileiro e começam as revoltas militares<sup>22</sup>. É criada no Rio de Janeiro a Federação Brasileira pelo Progresso Feminino, por iniciativa de mulheres de elite e apoiada pelas organizações femininas americanas, o que é significativo para a sua legitimação, posto que a Federação voltava-se para a conquista de direitos políticos e de um conjunto de reformas na legislação civil e trabalhadora em relação à mulher (ALMEIDA, 1986).

Em 1922 fora instalada a Federação Brasileira para o Progresso Feminino - FBPF, vinculando ao feminismo brasileiro ao norte-americano, no caso à NAWSA- *National American Woman's Suffrage Association*, vertente conservadora, que assumira a liderança naquele país. Através da FBPF, dispunha-se a fazer reconhecer os direitos da mulher e sua ampla participação na vida pública, dando arrancada a um movimento em que a tenacidade foi a sua marca principal. Esta seria ao mesmo tempo, segundo Branca Alves, uma das razões da força e da limitação do movimento, na medida em que nele predominou sua forte personalidade (ALVES, 1980).

O feminismo na Bahia na década de trinta foi um período considerado de forte ebulição, principalmente na sua luta sufragista, o que nos leva a crer a intrínseca relação entre as mudanças político-sociais ocorridas na condição feminina e as transformações e conquistas da chamada Revolução de Trinta, que promove, na Bahia, a rearticulação das forças políticas locais que, até então, se concentrava na hegemonia das forças oligárquicas do período como ressalta Consuelo Sampaio (1985, p.39),

Tal concentração funcionava como um fator de inibição ao desenvolvimento econômico, a renda por ele gerada não era investida na região de modo a permitir a expansão do mercado doméstico. A burguesia local, em geral subordinada a firmas estrangeiras, exercia controle secundário sobre os diferentes setores da produção, o que reduzia seus lucros e sua disposição de investir na região.

---

<sup>21</sup> Evento de 1922 que representa uma renovação de linguagem, a busca de experimentação, a liberdade criadora e a ruptura com o passado.

<sup>22</sup> Foi nesse quadro de crescente insatisfação, com as condições do Exército e com a política do governo, que eclodiram diversos levantes militares. A presença significativa de tenentes na condução desses movimentos deu origem ao termo "tenentismo". Os principais movimentos tenentistas da década de 1920 foram os 18 do Forte, os levantes de 1924, e a Coluna Prestes.

De acordo com Almeida (1993), o debate sobre as idéias feministas na Bahia no período de 1930 na imprensa baiana apresentava os discursos feministas da Federação Bahiana pelo Progresso Feminino e das aliadas da causa. Nesse sentido, Almeida (1993, p.80-81) afirma que,

A importância maior do feminismo dos anos 30 na Bahia não residiu em sua dimensão de movimento reivindicatório. Residiu no fato de ter inaugurado um espaço para difusão de idéias sobre a mulher, em ter tornado a mulher ativista (...) Muitas de suas conquistas, notadamente o voto, significaram um largo passo na caminhada pela emancipação da mulher. (...) As mulheres foram feministas dentro do espaço que historicamente puderam dispor no Brasil e na Bahia da época, e dentro dos limites colocados por sua posição social. Enfim, dentro do horizonte ideológico que lhes era possível.

É nessa conjunção que se desenvolve, a partir de 1931 o feminismo na Bahia. Aos 09 de abril desse mesmo ano, em sessão solene no Instituto Geográfico e Histórico da Bahia, torna-se realidade a Federação Bahiana pelo Progresso Feminino (FBPF). No grande evento estavam presentes os mais ilustres representantes do governo, membros do Instituto, intelectuais, senhoras e senhoritas baianas, apesar da maioria do auditório ser predominantemente masculino.

A Federação Bahiana era composta assim como a nacional, por mulheres intelectualizadas, da classe média alta, senhoras da elite pertencentes às oligarquias locais, no qual a maior parte delas já obtinha destaque social em razão de sua atuação profissional. Era constituído por um grupo pequeno e enfrentava as críticas da sociedade conservadora que não via com bons olhos essas mulheres que, paulatinamente, estavam ocupando os espaços públicos nas diversas áreas com ingresso mediante concurso público. Contudo, a Federação seguia atuando apesar dos conflitos. Posteriormente, são criados os objetivos da organização, nos quais eram explicados em uma publicação específica da Federação Bahiana pelo Progresso Feminino (1931-1936, p. 4):

Seu objetivo essencial é um duplo esclarecimento de consciência da mulher para que perceba as injustiças de que é vítima e tenha a nobre coragem de lutar contra ellas com as armas da razão, que são as únicas armas dignas; do homem para que avance no rumo do aperfeiçoamento social recuando no caminho dos privilégios masculinos.

Apesar das fortes críticas que sofreu o movimento e as feministas nesse período, é inegável a sua contribuição à condição feminina, o seu engajamento político, bem como a formação de novas mentalidades e papéis das mulheres baianas na sociedade. Uma destas

contribuições importantes foi a de Bertha Lutz, indicada pela FBPF como representante na Comissão de Elaboração do Anteprojeto à Constituição de 1934. O trabalho desenvolvido pela Assembléia Constituinte foi atentamente acompanhado pela liderança feminista da FBPF, no sentido de evitar qualquer retrocesso, empenhando-se, igualmente, pela aprovação de determinadas questões que consideravam básicas. Ao final da luta, as feministas tiveram suas reivindicações concretizadas na Constituição de 1934, quando foram incorporadas muitas das sugestões de Lutz como membro da Comissão que elaborou o anteprojeto, o que revela o interesse marcante pelos aspectos básicos da sociedade brasileira, ao mesmo tempo em que se preocupou em propiciar às mulheres condições de se integralizar nos planos da vida nacional e internacional (SOIEHT, 1974).

Os periódicos e revistas da década de 30/40 traziam em suas páginas o tema feminismo, em meio ao confronto de valores culturais presentes na sociedade de então. A participação das mulheres nessas revistas e periódicos representou, uma evolução, seja por sua inserção em um espaço majoritariamente masculino, seja pelo reconhecimento de suas potencialidades e sua co-participação na criação da nova sociedade ou pela conscientização de outra idéia de mulher, ser humano dotado de direitos e deveres. Por meio dessas mulheres se deu um feminismo interventivo e não apenas participativo.<sup>23</sup>

É nessa conjuntura de início do século XX, com o impulso das transformações políticas, econômicas e sociais pela qual passa o país e, especificamente, com a tímida integração das mulheres de classe média no mercado de trabalho, que se reforça um espaço para luta feminista, o qual Maria da Conceição teve conhecimento através das notícias lidas nos jornais e suplementos femininos que tinha acesso. Ela deve ter acompanhado as mudanças, os discursos, as veiculações das idéias feministas e atividades do movimento pela imprensa, que foi receptiva nesse momento abrindo espaço nos jornais baianos de grande circulação para assuntos relativos ao sexo feminino (SODRÉ, 1977).

De acordo com os depoimentos analisados e o levantamento dos conteúdos das revistas e artigos de autores sobre essas produções, tudo indica que Maria da Conceição partilhou da efervescência política e social que passava o país e o próprio estado da Bahia, através das leituras e assinaturas de suplementos femininos que fazia parte do seu cotidiano. Nesse sentido, Maria da Conceição, a partir das leituras que fazia nas revistas, tinha simpatia

---

<sup>23</sup> Para maiores detalhes das diferenças entre eles ver: Artigo de Zília Osório de Casto em “**Na senda do feminismo intelectual**”. Quartet: Rio de Janeiro, 2008.

pelo Movimento Sufragista, era uma admiradora de Bertha Lutz<sup>24</sup>, pois acreditava, assim como a Lutz, na emancipação intelectual da mulher. Essas leituras lhe traziam novos ares, com grande ressonância nos costumes e práticas sociais que, de certa maneira, empurravam o sexo feminino porta afora do exclusivo mundo doméstico (SOIHET, 2000). Desta sorte, segundo Senhor Emanuel Pinho (2010), ela falava com eles (elas) sobre o feminismo,

Ela conversava com a gente sobre o feminismo daquele tempo, nos falava da exploração da mulher, de todo o sistema de opressão que estavam submetidas. Ela se indignava com a situação das mulheres no mundo, principalmente aquelas que não tinham seu sustento. Achava um absurdo a condição humilhante que suportavam algumas mulheres. Era uma mulher fora do seu tempo, nos falava muito do respeito que faltava para as mulheres e passava isso pra gente e mais tarde continuou a falar pros netos. Ela nos passava muitas lições, convivia muito com a gente, nos educava com todas essas lições diárias.

Este depoimento nos revela que Maria da Conceição tinha uma preocupação pela condição da mulher naquela época e isso se expressava nos seus discursos ao educar os meninos e as meninas. Ela, desde cedo, trazia a realidade da condição que viviam as mulheres para que eles (as) enxergassem essa situação de inferioridade que vivia a população feminina. Considerava cruel a dependência das mulheres e a sua dificuldade de sobreviver fora da tutela masculina, esse pensamento era expressado nas lições diárias que dava aos adolescentes.

Como conseqüência das resistências às idéias feministas tornou-se necessário a construção de discursos que demonstrassem que o feminismo não representava perigo para as relações políticas, econômicas e sociais do período. Ao contrário ele era apresentado como uma ferramenta útil para o desenvolvimento da nação e fortalecimento da família (VANIN, 2010; 2008). De sorte as revistas traziam entrevistas de líderes feministas como Bertha Lutz, que apesar de defender o trabalho como caminho para a emancipação das mulheres, não desmerecia o importante papel maternal (BRITES, 2000).

De uma forma geral, as revistas femininas divulgavam, por um lado, a prática da filantropia, a disseminação dos bons costumes e de princípios moralizantes; por outro, inseriam a temática da adesão de mulheres brasileiras na vida pública, a necessidade da conquista do voto feminino e da escolarização feminina. A tônica central, entretanto, era preparar, organizar e conscientizar a mulher moderna que, pela educação, inseria-se no

---

<sup>24</sup> Bióloga e especialista em museus adentra ao campo da política, ciências e feminismos, isso fez toda a diferença, uma vez que ela transgrediu na própria trajetória a sub-representação das mulheres nas ciências e na política, recusando-se ao casamento e à maternidade, acoplando ideais feministas a uma concepção de ciência neutra, racional e objetiva em um contexto no qual não se questionava a ciência. (SOIHET, 1974).

mercado de trabalho, teria uma carreira profissional, e seria instruída e competente na sua grande missão: a maternidade.

Nesse ínterim, Maria da Conceição, não gostava de depender dos outros, tinha a necessidade de ter uma profissão e não via lógica em depender exclusivamente do marido. Certamente, rompia com a idéia de mulher submissa e dependente da cidadezinha do interior da Bahia na década de trinta. Ela era vista na cidade como uma mulher independente, inteligente e dona do seu próprio destino, as jacobinenses a admiravam e os homens a tratavam com respeito. Entretanto, segundo José Emanuel Pinho (2010), muitos não entendiam porque ela casou com mais de 30 anos e o escolhido foi Estevam, conforme relata Pinho (2010):

Naquela época, mulher que chegava a idade adulta e não casava era mal vista, tinha alguma coisa errada; as pessoas imaginavam que ela tinha algum defeito grave, porque não era comum chegar aos 33 anos sozinha e isso repercutia na cidade. Mas ela não tinha um temperamento difícil, era uma mulher vaidosa e com idéias próprias e isso assustavam os homens na época. Acredito também que teve muita pressão do seu irmão (o que ela mais gostava, tinha uma identificação com ele e o ouvia muito), ele tinha medo que ela terminasse o fim da vida sozinha, a família estava acabando e ele não queria deixá-la sozinha, queria que ela tivesse uma família, ele se preocupava com a sua velhice e talvez ela tenha escutado os seus conselhos. Assim, ela aceitou o pedido de meu pai e junto com ele veio a grande família, onze filhos, a maioria já adolescentes. Ele era nove anos mais velho do que ela. Um homem que tinha uma origem diferente da dela. Um homem do campo, um tanto rude. Era alfabetizado, mas escrevia mal, tinha dificuldade de ler e ela era uma mulher das letras.

A fala citada evidencia traços da personalidade de uma mulher forte, independente e batalhadora, mas que valorizava a opinião da família e, nesse sentido, talvez ela estivesse cansada de lutar para não reproduzir e nem reforçar, em sua trajetória o modelo de feminilidade predominante no início do século XX, que transformava em missão e destino da mulher: o casamento e a maternidade. Cumpria-se para Maria da Conceição o seu ciclo de desbravadora do seu próprio caminho e iria traçar um caminho menos solitário, com a perspectiva de ajudar no desenvolvimento de outras pessoas e começava, assim, um novo percurso em sua vida madura: além de mulher, ser esposa e mãe.

Enfim, o fato é que seja pela pressão da família (irmão) ou por motivos pessoais, que não me foram possíveis investigar, ela aceitou o desafio de educar doze crianças, pois já havia cuidado de suas sobrinhas que perdera a mãe e, então, aceitou casar-se com o viúvo Estevam em 1935. Amabilia tinha apenas cinco anos quando ela veio morar com o seu pai.

Em nenhum momento Maria da Conceição pensou em abandonar suas convicções, como as pessoas da sua cidade imaginavam naquela época: que casando e procriando, cumpria-se o “destino” traçado para as mulheres pela cultura da época. Uma vez que era uma mulher que se ocupava de leituras com questões que diziam respeito ao feminino – igualdade de direitos sociais e políticos – tinha a concepção que o casamento não era à única alternativa na vida de uma mulher, buscava, então, a conciliação entre os papéis de esposa e de dona do seu próprio caminho, pois já tinha uma atividade produtiva. Desde os trinta anos, assegurava a sua independência financeira, administrando seu próprio comércio, era proprietária de uma panificadora local, onde Estevam costumava fazer suas compras e observava aquela jovem senhora com simpatia.

Após o casamento ela teve que se desfazer da panificadora, pois seria difícil, naquele momento, cuidar e educar doze crianças e jovens na fazenda e se deslocar para a cidade para tomar conta do seu comércio. Caso a padaria fosse de Estevam, será que ele venderia? Ou teria as mesmas dificuldades de locomoção? Nesses questionamentos percebemos os significados e as implicações de ser homem e ser mulher naquele contexto em que o modelo de masculinidade proposto era fincado no androcentrismo <sup>25</sup>. Em relação à venda da padaria, o José Emanuel Pinho (2010) nos relata que Maria da Conceição não ficou muito contente,

Ela tinha uma certa queixa porque depois do casamento, todo o patrimônio (inclusive a padaria), fazia parte do patrimônio do casal e não só dela. O dinheiro da venda do imóvel, foi para o casal e naquela época “patrimônio do casal”, significava que os bens, o dinheiro, ficava na mão do homem. Então, tudo ficou com meu pai e ela reclamava muito em casa. Dizia que o imóvel era dela e que, portanto o dinheiro deveria ficar com ela. A final era uma mulher que não estava acostumada a depender dos outros, tinha seu sustento, não dependia de ninguém para sobreviver e podia gastar seu dinheiro com o que desejasse, então era muito difícil para ela depender aquela altura da vida de alguém. Mas aí ela tentou resolver as coisas, pois era uma mulher de garra e determinação. Pensou no que podia fazer por ali mesmo, sem precisar sair da fazenda e logo começou a criação de animais de médio porte e assim foi criando uma renda dela, bem verdade que era pequena, mas era só dela, um recurso próprio que lhe dava autonomia para que não precisasse pedir “trocados” para meu pai.

O depoimento de José Emanuel reitera a concepção de uma mulher independente, que não se conformava com a representação de dona de casa sem um recurso financeiro próprio. Em pauta está, sobretudo, o questionamento em relação às leis, que de maneira geral na época vigente, privilegiava os homens, pois no olhar da justiça, eram eles quem sabia e devia cuidar

---

<sup>25</sup> Entende-se androcentrismo como uma leitura da realidade onde o homem é a medida de todas as coisas. Enfoque de um estudo, análise ou investigação desde a perspectiva masculina unicamente, e utilização posterior dos resultados como válidos para a generalidade dos indivíduos homens e mulheres. Para um maior aprofundamento da discussão ver: (MORENO, 1987).

dos bens do casal, a mulher restava à função de dona-de-casa e obediência ao marido. Ela também argumentava o valor de ter em mãos seu próprio dinheiro e não precisar pedir auxílio para a compra de produtos e outros fins pessoais. Entretanto, esses são os condicionamentos de gênero. Ela se enquadra, pois não vê saída, não gosta da idéia de depender de outrem, mas se vê obrigada a aceitar e acabava cedendo nessas ocasiões e não entrava em confronto com aquele modelo vigente do início do século XX, pois devia perceber as implicações de certas atitudes, assim como as construções subjetivas de gênero recorrentes naquele contexto e a sua autonomia era moderada.

Maria da Conceição era uma mulher politizada, daquelas que se rebelava contra o sistema vigente, segundo Amábíla, “ela era uma revolucionária das idéias”, rompia com os princípios aceitos pela maioria das mulheres e, também, era uma leitora ávida, recebeu de seus pais uma educação doméstica, foi estimulada desde cedo pela família a gostar de ler <sup>26</sup>, pois era nítido o desejo de saber mais e a curiosidade intelectual que sempre a caracterizou, contribuindo para que demonstrasse facilidade na leitura e talvez por isso, tivesse concepções sobre a vida e a condição da mulher, que eram valores bem avançados para a época.

As mulheres da elite baiana do interior tiveram um acesso maior a leitura e Maria da Conceição passa a se inteirar mais das questões do Estado, da cidadania, da situação das mulheres a sua volta <sup>27</sup>. A partir da constatação de que o segmento feminino experimentou aquela prática cultural e educativa ao longo do processo no cotidiano das suas vidas, é que se pode vislumbrar uma maior socialização para as mulheres. O exercício da escrita e da leitura esteve, por muito tempo, associada a uma ação da aprendizagem das mulheres de camadas médias e alta, incluindo a introjeção de valores pertinentes á condição de classe. Era uma experiência que tendia a criar um aporte de amadurecimento intelectual necessário ao outro sexo e, também, uma possibilidade de formação para as jovens nesse ínterim das transformações sociais.

Maria da Conceição que acompanhava as discussões do movimento feminista e, principalmente, no que tange à questão educacional, se preocupava com a educação dos jovens por quem ela era responsável, queria que todos (as) estudassem. Dessa forma, compartilhou com Estevam as suas idéias acerca da importância da educação na vida dos filhos (as) e que dessa sorte, não podiam ficar morando na fazenda, tinham que mudar para

---

<sup>26</sup> O pai de Maria da Conceição era um homem com certa importância na cidade, exercia uma função na região que o prestigiava na época, era Coletor Fiscal de Jacobina, possuía posses no local e uma biblioteca particular, a qual ela teve acesso desde muito nova e adentrou para o mundo dos livros.

<sup>27</sup> Para maiores detalhes sobre as leituras femininas na Bahia nesse período ver: Márcia Maria Barreiros Leite (2005).

uma casa na cidade para colocar as crianças na escola, pois eles moravam no distrito de Itaitu, fora do centro da cidade de Jacobina. Em atenção às preocupações da esposa, ele comprou uma casa grande e confortável na cidade e ela providenciou a matrícula de todos (as) nas escolas. Porém, dedicara uma atenção especial a nossa personagem, tinha um cuidado com o seu intelecto, segundo a própria Amabilia Almeida (2008):

Ela teve uma influência muito grande na minha formação e estimulou o meu crescimento; me dava conselhos para estudar com afinco e ser uma moça instruída, alertava para a necessidade de ter uma profissão e não depender, economicamente de um homem, tornar-me diferente das moças da cidade, saber dar elevada finalidade à minha vida e não somente casar e ter filhos como a maioria delas eram educadas na cidade.

Essa passagem do seu depoimento sobre a influência de Maria da Conceição na sua formação intelectual revela como marcou o vínculo emocional entre ambas e este influenciou no seu processo de formação enquanto uma jovem mulher da elite jacobinense. No processo de constituição do sujeito o indivíduo é visto como constituído numa rede de inter-relações sociais, assumindo seu caráter histórico-cultural em conexão com a cultura e a sociedade.

Segundo Hall (2001, p. 13) que afirma que: “O sujeito assume identidades diferentes em diferentes momentos, identidades que não são unificadas ao redor de um “eu” coerente”. O que significa que nossa identidade e subjetividade são fluidas e constantemente modificadas em função das novas significações culturais que surgem todos os dias. Segundo o autor:

[...] à medida em que os sistemas de significação e representação cultural se multiplicam, somos confrontados por uma multiplicidade desconcertante e cambiante de identidades possíveis, com cada uma das quais poderíamos nos identificar – ao menos temporariamente

Assim, o autor vê os fenômenos psicológicos em estreita relação com os processos sociais; que situa esse sujeito no campo da política e da ética, da tensão estabelecida nas relações entre poder e saber, e compreende o indivíduo como constituído em sua história pessoal e as representações sociais que estão vinculadas diretamente com a formação da subjetividade individual e social.

Falar em subjetividade é abrir um leque infindável de discussões sobre as dimensões do desenvolvimento do indivíduo e da sociedade. Quando falamos de sujeito e subjetividade, estamos nos remetendo à compreensão que temos sobre o nosso eu, o que envolve pensamentos, emoções conscientes ou inconscientes que são à base das concepções sobre o

conceito de identidade. Contudo, Amabilia vivenciou a sua subjetividade em um contexto social, onde a linguagem e a cultura davam significados à experiência que apreendia, ou seja, somos sujeitos discursivos e que, por sua vez, será constituinte de nossa identidade.

Assim, a identidade de gênero é construída a partir de processos de subjetivação que são gerados por determinantes sociais, sejam eles políticos, ideológicos, históricos, religiosos ou de gênero, conscientes ou não, o que nos leva a concluir que em contextos sociais diferentes, subjetividades díspares serão produzidas nesse processo de formação dos indivíduos. Nesse sentido, a identidade de gênero é estabelecida dentro de atributos que são veiculados ao indivíduo de acordo com o seu sexo, sendo caracterizada, portanto, pelos comportamentos, atitudes, gostos, sentimentos, pensamentos e ações, que possui e que possibilita que este seja reconhecido e se reconheça, enquanto homem ou mulher (PASSOS, 1999).

Segundo Costa (1997), a “identidade” feminina resulta de uma longa construção histórica, que assumiu diversas formas e modalidades culturais específicas de acordo com as necessidades do sistema de dominação patriarcal<sup>28</sup>. Segundo Costa (1998), foi Saffioti quem melhor conseguiu explicar a relação entre patriarcado e capitalismo, nessa perspectiva da discussão da desigualdade da mulher. Saffioti (1992) parte então de uma nova análise do patriarcado, do ponto de vista do materialismo histórico, ela chega ao que intitula como a simbiose patriarcado-racismo-capitalismo.

Saffioti (1992) fundamenta o conceito de patriarcado, excluindo qualquer semelhança com a teoria de Weber. Nesse sentido, ela afirma o seu entendimento do termo:

Um dos componentes de dominação-exploração componentes de uma simbiose da qual participam também o modo de produção e o racismo [...]. Pode, por conseguinte, ser utilizado para designar outra concepção de relações de gênero, diferente das resultantes das posturas dualistas.

Nesse caminho, Saffioti evidencia que não se pode compreender o patriarcado e o capitalismo como sistemas autônomos ou independentes, ambos, segundo a autora, são faces de um mesmo sistema produtivo, devendo analisá-las como formas integradas que se constituem e englobam de forma concreta as interações mútuas do capitalismo patriarcal (SAFFIOTI, 1992).

---

<sup>28</sup> O conceito de patriarcado não se resume a um sistema de dominação, modelado pela ideologia machista. Mais do que isto, ele é também um sistema de exploração. Enquanto a dominação pode, para efeitos de análise, ser situada essencialmente nos campos político e ideológico, a exploração diz respeito diretamente ao terreno econômico. A ideologia machista, na qual se sustenta esse sistema de dominação patriarcal, socializa o homem para dominar a mulher e esta para se submeter ao “poder do macho” (SAFFIOTI, 1987).

As necessidades do sistema de dominação patriarcal se reproduziam no dia a dia de Maria da Conceição e de sua enteada, nas diversas relações sociais nas quais elas participam e se integram. Esse processo de mudanças pelo qual nossa personagem passa, através das lições diárias orientadas por Maria da Conceição, tomados em conjunto, representa uma ação de transformação fundamental e abrangente em sua vida, que essa formação do “eu” no olhar do outro (no caso, no olhar de Maria da Conceição), inicia a relação de Amabilia com os sistemas simbólicos por onde o patriarcado operava nos vários mecanismos sociais estabelecidos no seu universo feminino.

A identidade é formada ao longo do tempo, num processo lento e gradual, portanto não é algo inato, existente no momento do nascimento, é construído, em um longo processo de aprendizado. Amabilia vai construindo paulatinamente, a sua identificação para, então, vivenciar a sua própria identidade. Nesse sentido, é que as lições diárias da vida cotidiana passada por Maria da Conceição modelavam os valores, a configuração da forma de vida, as crenças, as aspirações, suas representações da realidade e a ideologia, ia configurando uma identidade feminina, formando um modelo de feminilidade, definidor do que é e do que deve ser uma mulher.

A ideia de identidade como um sistema de emoções e representações que especifica e singulariza o indivíduo dentro de seu cotidiano, precede a um processo de consciência entendida como um produto da situação social e da resistência como afirma Lavinias (1998, p.15),

Os mecanismos que agem sobre a identidade ou a consciência que são os mesmos: a identidade é um projeto em devir, o que implica a construção de novas representações positivas, implica transformação dos conteúdos sociais (quebra de estigmas) e produção de novos significados. A consciência é o que somos. Ela nos permite pensar as relações nas quais estamos inseridos, tal como existem no momento presente. Mas não traz forçosamente consigo um projeto de emancipação.

Essa citação de Lavinias se articula com a trajetória do processo identitário de Amabilia, formada e transformada continuamente em relação às formas pelas quais foram representadas ou interpeladas nos sistemas culturais que lhe rodeavam. Maria da Conceição lhe mostrava novos horizontes, tecia lições diárias sobre a condição da mulher no mundo moderno, os caminhos que deveria trilhar para se tornar uma mulher independente e dona do seu caminho.

O exercício da consciência de gênero é mais complexo e fluido em termos de significado e no caso de Amabilia o exercício dessa consciência ocorre quando absorve os ensinamentos de Maria da Conceição. Contudo, como afirma Lavinias (1988) essa consciência

desenvolvida nem sempre traz consigo um projeto de emancipação. No caso de Amabilia, ela era construída a partir da natureza de cada papel, no curso da vida, moldada pela capacidade individual, pelas circunstâncias e, também, pelo conjunto predominantemente de noções, as quais vão se alterando ao longo de sua existência.

Na fala do José Emanuel, a seguir podemos compreender de maneira mais nítida a personalidade forte de Maria da Conceição e a sua relação de amizade e afeto com Amabilia. Tal relato nos permite entender o agente transformador de vidas que fora Maria da Conceição no curso da existência de muitas vidas, inclusive a de Estevam, que, segundo o depoente, teve sua vida também modificada por ela. Ela levava as pessoas a se transformarem, tamanho era seu poder de persuasão que conseguia com suas lições e discursos levar o outro a fazer algo que normalmente não faria.

Nesse sentido, o poder da mudança nas pessoas ou situações é um processo, não uma qualidade inata. A chave do exercício desse poder que tinha Maria da Conceição era fomentada em meio a uma gama de noções e entendimentos, inclusive crenças, maneiras de pensar, leis, costumes, convenções e padrões de comportamentos, prevalecentes num dado momento. Exemplo disso, é o momento em que os jovens precisavam estudar e ela o convence a comprar uma casa na cidade e matriculá-los na escola e tempos mais tarde, o convence novamente a deixar Amabilia ir para Salvador sozinha para aprofundar seus estudos, conforme relato de Pinho (2010).

A relação de Amabilia com minha mãe era uma relação de muita atenção. Ela queria saber tudo a respeito dos sonhos dela e incentivava, ajudava no que podia, providenciava os recursos necessários para a concretização desses planos. Acredito que Amabilia também trouxe essa marca de transformar a vida das pessoas, isso é muito da minha mãe. Ela pensava em fazer alguma coisa e contava para minha mãe e ela (Maria da Conceição), dizia; “vai fazer” e providenciava tudo. Mas, as coisas não caíam do céu, as coisas precisavam de dinheiro e isso era complicado, porque mãe não tinha dinheiro, o dinheiro era de pai, e ela tinha que convencer a ele a dar, e isso não era tão simples assim, mas ela conseguiu transformar ele também. Ele cresceu também com seus ensinamentos. Antes do final de sua vida, ele já tinha saído do interior, morava em Salvador abriu seus horizontes, ele mudou também por causa dela.

Ao trabalhar com a noção de experiência<sup>29</sup> como fundamental para o processo de construção das identidades, sejam elas de gênero ou de classe, raça/etnia e sexualidade, não se pode esquecer que aquela também é fruto da articulação destes marcadores sociais. Assim, através dos princípios passados por Maria da Conceição e as próprias experiências desta, é que nossa personagem desenvolveu a sua personalidade.

---

<sup>29</sup> As questões relativas a este conceito foram discutidas na introdução.

E não só em relação a uma questão de gênero. As ações de Maria da Conceição eram condizentes com o status social da família e isto era também passado para Amabilia, como uma maneira de prepará-la para a convivência no grupo do qual era parte. A preparação cultural é um exemplo de tal fato, e em relação a Amabilia fica evidente quando esta revela as leituras que lhe eram incentivadas pela madrastra. Lembra que aos doze anos, Conceição lhe deu de presente, um livro de Castro Alves, “Espumas Flutuantes” foi o primeiro contato da então adolescente com a poesia e o poeta<sup>30</sup>, até hoje a nossa personagem é apaixonada pelo poeta, ela nos diz que sempre declamava nas festividades por onde andava.

Naquela época, as comemorações escolares eram com desfiles, eventos recitativos, programa de rádio e outros eventos e ela nos conta que Maria da Conceição fazia questão que ela participasse de tudo. Mandava fazer roupas para ocasiões especiais, pois queria que a filha, que ela não teve, brilhasse <sup>31</sup>. Afinal, Amabilia era filha de pessoas da elite local, pertencia a uma determinada classe que era privilegiada na região. Nesse contexto, fica possível perceber as implicações da leitura de classe do período na região e talvez tenha sido por esse motivo que Maria da Conceição se preocupava com a sua aparência, suas vestimentas, pois a mesma representava o seu grupo e deveria mostrar essa posição social através de sua imagem.

Dessa forma, o intelecto de Amabilia foi estimulado desde muito cedo por sua madrastra, que foi trabalhando aos poucos, mas de maneira eficaz, o seu raciocínio que despertara valores desamarrados ao biológico e o “natural” a qual, a sociedade baiana considerava adequado para que o indivíduo pudesse ser considerado um homem ou uma mulher. Nesse sentido, Maria da Conceição foi a sua mentora intelectual e desvelava as construções subjetivas de gênero recorrentes naquela conjuntura para a sua enteada.

A feminilidade continuava em Jacobina regida pelo culto da beleza, distinção, bom comportamento moral, vontade de casar e formar uma família, enfim, como mandava a tradição patriarcal <sup>32</sup>, o espaço privado era destinado ao sexo feminino, ou seja, o lugar do

---

<sup>30</sup> Antônio Frederico de Castro Alves nasceu em 14 de março de 1847 em Currálinho, na Bahia. Era conhecido como o poeta dos escravos, sua obra foi fortemente influenciada pela literatura político-social de Vitor Hugo. O poeta cultivou o egocentrismo, porém, diferentemente dos românticos tradicionais, interessou-se também pelo mundo que o cercava e defendeu a república, a liberdade e a igualdade de classes sociais e o sufrágio feminino (GOMES, 1960).

<sup>31</sup> Maria da Conceição teve quatro gestações após o casamento com Estevam, mas devido a complicações no parto, perdeu um menino e a única menina que teve nasceu prematura e não resistiu. Sobreviveram apenas 2 meninos, Fernando e Emanuel.

<sup>32</sup> Aqui o conceito de Patriarcado é utilizado na leitura de gênero como a base da organização da vida de muitas sociedades pela idéia de que existiria uma superioridade física, psíquica, moral, religiosa e intelectual dos homens em relação às mulheres. Essa perspectiva se expressa, através da primazia do homem ao poder, na vida em sociedade. Na família, cabe ao pai a definição dos destinos dos filhos (as), no público, o governo da religião,

espectador, de quem apenas assiste, ouve, silencia e passa sem marcar sua presença. Dentre os atributos conferentes à identidade feminina nesse período na Bahia, além daqueles aparentemente de ordem física, mas que no fundo tinha um cunho moral, como a beleza e inteligência, classificadas como virtudes, onde se inclui a dependência, a passividade, a fraqueza e a sujeição<sup>33</sup> e, do outro lado, o oposto, aqueles denominados como negativos, o qual as mulheres deveriam evitar não pelo que ela traz de perigoso a mulher, mas o que representa para a estrutura de poder patriarcal, onde cabe ao homem dizer o que pode e deve ser feito.

No momento em que a mulher assume essas atitudes, mostra-se resistente ao poder do homem, faz a opção pelo seu desejo, aponta para uma nova ordem, atitudes que são recomendadas apenas ao sexo masculino, como a teimosia, a astúcia, a rivalidade e a ousadia (PASSOS, 1999). Contudo, ela ia sendo educada com outros valores bem a frente do seu tempo, e era alimentada a formação de uma consciência de gênero, a qual só viera a entender tempos mais tarde (BOURDIEU, 1995). Era educada juntamente com seus irmãos do sexo masculino, portanto, algumas atitudes discutidas no cotidiano de Amabilia, eram tidas como normais a qualquer sexo, sem recriminações no seu lar, posto que, Maria da Conceição transmitia educação doméstica com base na igualdade entre os dois sexos, pois entendia que ambos são iguais em capacidades e, portanto, tinham os mesmos direitos. Contudo, essa educação “igualitária” tinha seus limites, pois as meninas não podiam ter a mesma liberdade, no seu sentido mais amplo, como: sair sozinha, viajar ou os mesmos direitos sexuais que seus irmãos do sexo oposto, a final perpassava por aí a questão do assujeitamento, da necessidade de reconhecimento pela normatização dos gêneros naquele universo no início do século XX. Com relação a essa questão educacional, José Emanuel Pinho (2010) nos dá um depoimento revelador,

A relação com os filhos (tanto nós homens filhos do casal, quanto os irmãos de Amabilia do primeiro casamento), era uma relação muito intensa. Ela nos educava de uma maneira em que todos nós pudéssemos nos tornar pessoas melhores. Falava, principalmente com os meninos que devíamos ter respeito pelas mulheres, saber tratar sem distinção por causa do sexo. Ela estimulava muito a gente a estudar, procurar o conhecimento, mudar a vida. Era uma relação de ajuda, nos fazia enxergar novos horizontes. Ela queria que saíssemos daquele universo, que não era ruim, mas nos ofertava muito pouco em relação a crescimento pessoal e profissional,

---

do Estado. Enquanto isso, o quinhão de vida que coube ao sexo feminino foi à obediência ao seu senhor, o espaço doméstico, a ausência na vida pública.

<sup>33</sup> Tem sido indicada como um elemento construtivo da identidade feminina em todos os tempos e sob diferentes motivos, que envolvem desde o aspecto biológico até os socioeconômicos.

falava que deveríamos todos fazer a faculdade. Contudo, para nós meninos era mais fácil e aceitável esse vôlei, mas para as meninas, sabia que era mais complicado, porque mulher naquele universo de Jacobina e naquela época, por qualquer coisa era mal vista. Então, para que as meninas soubessem para estudar era mais difícil, exigia uma dose maior do seu esforço e uma boa argumentação para meu pai. Entretanto, ela o sabia convencer, justificava a necessidade de uma boa educação para ambos os sexos, ele era um homem rude, mas ela conseguiu transformar ele também, era uma mulher extraordinária!

Nesse depoimento percebemos o quanto Maria da Conceição se preocupava com a questão educacional para as meninas, pois no pensamento dela toda a sujeição da mulher decorria do impedimento de terem uma boa educação e que as desigualdades que resultam em inferioridade, vinha da falta de uma educação sem distinção entre os sexos, pois as mulheres na sua visão não eram inferiores quanto ao entendimento, a competência, ao saber e ao aprendizado e acreditava que esse círculo que o Estado impunha as mulheres só seria rompido pela educação. Devemos destacar que assim como a educação feminina era uma demanda do movimento feminista de então, o exercício profissional também o era.

Segundo Besse (1999), as próprias famílias de classe média e antes, nas primeiras décadas do século XX, percebiam o trabalho feminino de forma positiva, pois para muitas delas, os rendimentos advindos das mulheres possibilitavam a manutenção do *status quo* e, também, seria para as mesmas, uma forma de sobreviver de maneira honesta em caso da perda da capacidade familiar, por meio do pai, marido ou irmão, de provê-la. Ao que tudo indica, estas idéias chegavam até Maria da Conceição e associada a sua própria experiência em se manter financeiramente por meio da atividade comercial<sup>34</sup> que possuía antes do casamento, e isso levou a incentivar a enteada a continuar os estudos e formar-se em magistério – profissão naquela época e, como ainda hoje, considerada feminina. Isso possibilitava Amabilia ter seus próprios rendimentos e, portanto, certa independência sem romper com os valores da sociedade jacobinense. Assim, o magistério torna-se um caminho para a jovem.

Depois do curso primário, com extensão para o ginásial/colegial, Amabilia fez o exame de admissão para o curso normal rural<sup>35</sup> em Jacobina na década de quarenta. O curso tinha uma parte do aprendizado voltado para o conhecimento da agricultura, no qual os discentes tinham que aprender atividades relacionadas com o campo, sendo que o curso

---

<sup>34</sup> Não podemos esquecer que Maria da Conceição era proprietária de uma panificadora em Jacobina.

<sup>35</sup> Isso tem relação com a questão do ensino agrícola e o desenvolvimento do país e do Estado, que viam no ensino rural uma alternativa para o desenvolvimento da Bahia, uma vez que a instituição com este curso proporcionaria aos pequenos produtores, por meio de seus filhos que freqüentavam a Escola, conhecimentos que lhes possibilitaria usufruir melhor a terra, facilitando a mão-de-obra, possibilitando meios para operar tecnologias que lhes possibilitasse melhor aproveitar a produção agrícola e, conseqüentemente desenvolver melhor o preparo do homem do campo. Ver: (VANIN, 2002, p. 39-41).

perfazia cinco anos de formação. Funcionava meio período, destinava-se a formação de moças e rapazes para professoras (es) primárias (os) e, nessa época, o Instituto Normal Senhor do Bonfim, colégio localizado na cidade de Jacobina, era dirigido pelo professor Amarílio Aroldo Benjamim da Silva que, segundo Amabilia, era um homem respeitável, formado em Direito, dirigia o instituto, desde 1938, com competência e dedicação. Foi lá que Amábília formou-se em 1946 em professora.

Ela nos revela que o Instituto era amplo, bem organizado e comportava os dois sexos nas salas de aulas. As turmas eram pequenas, doze discentes por classe e existia apenas dois rapazes na sala e dez moças. O diretor Amarílio da Silva era um jovem senhor que dirigia a escola com muito pulso, porém não era uma pessoa difícil de lidar, era bastante coerente, dedicado e preparado para exercer o cargo. As aulas eram dadas por professores licenciados e com experiência nas áreas ofertadas <sup>36</sup>. Amabilia nos conta a vivência no colégio e a sua rotina em Jacobina durante a fase escolar:

A escola era pública, com bons professores e colegas em geral. A vivência no colégio foi muito boa, a turma era pequena e todos podiam se destacar. Eu não era uma aluna brilhante, porque era mais voltada pros movimentos, pras festas, pras reuniões, mas lia minhas lições, fazia as tarefas, mas não era muito estudiosa, estudava na hora que tinha de estudar, mas dava meu recado, nunca fiquei de recuperação. Isso foi no término da guerra e não tinha muito isso de se discutir o contexto político. A escola era voltada pra questão do patriotismo, fazia muitos desfiles, pra mostrar o amor pela pátria e mobilizava toda a cidade. Eu sempre participei de tudo, de todas as atividades e eventos da escola: Teatro, poesia, desfile. A escola era bem patriota, se falava muito da nação, formação na escola, aqueles momentos cívicos.

A fala de Amabilia nos dá pista de que o ensino era caracterizado por um currículo extenso e genérico, voltado para uma educação rígida, controlada pelo centro, em relação aos exames e provas, fazendo com que a metodologia tradicional e a seleção de notas fossem a tônica de todo o sistema que regia o Instituto. Isso se deve ao contexto da Educação no período de Gustavo Capanema <sup>37</sup> e revela a maneira como o curso visava a formação de homens e mulheres sujeitos a um regime da mais restrita disciplina, sob as influências dos conceitos e práticas pedagógicas ministradas pelo corpo docente na época. De acordo com

---

<sup>36</sup> O que dava certo destaque ao colégio, pois professores licenciados eram difíceis no interior nesse período. Para maior aprofundamento sobre a questão ver: VANIN, 2002.

<sup>37</sup> Gustavo Capanema, Ministro da Educação de 1937 a 1945, foi responsável por uma série de projetos importantes de reorganização do ensino no país, assim como pela organização do Ministério da Educação em moldes semelhantes ao que ainda é hoje. O apoio dado por Capanema a grupos intelectuais e, mais especialmente, a arquitetos e artistas plásticos de orientação moderna, contribuiu para cercar sua gestão de uma imagem de modernização na esfera educacional (SCHWARTZMAN, 1984)

essa proposta de ensino, seria objetivo da educação a inculcação da obediência, da organização, do respeito à ordem e às instituições, do respeito à hierarquia e o amor à pátria (SCHWARTZMAN, 1985).

Segundo Silva (2010), que estudou esse período de Gustavo Capanema na sua dissertação, a sociedade necessitava de profissionais competentes e preparados para assumir os cargos e as funções que a transformação ocasionada pelo conjunto de reformas e a busca pelo progresso criavam a cada dia. A estrutura social se complexificava e a ampliação dos quadros de ensino nas escolas deveria contribuir para a concretização desse novo Brasil. O investimento na educação buscava modelar um novo padrão de identidade nacional, que trazia, em seu rastro, os anseios de fortalecer o Estado nacional. Em especial, segundo a autora, a educação talvez fosse uma das traduções mais fiéis daquilo que o Estado Novo pretendeu no país – formar um homem novo para um Estado Novo (SILVA, 2010). Nesse sentido, não se pode perder de vista que a educação fazia parte de um universo controlado pelo ministro Capanema, que era o grande responsável pela produção artística e cultural que deveria servir aos interesses do Estado.

Ao perguntar a Amabilia (2009) sobre a vocação para a escolha do magistério, ela retruca:

Nem posso dizer que foi uma vocação, porque não havia outra opção, só tinha em Jacobina nessa época a formação para professor, se eu não quisesse lecionar tinha que ir para outra cidade mais desenvolvida, mas nessa época meu pai era rígido com a nossa educação e não deixava que as meninas ficassem longe dele. Mas se eu pudesse escolher, naquele momento, era teatro a minha escolha, artes cênicas, eu gostava de atuar. Mais tarde, descobrir que a educação era muito importante para formação dos cidadãos, para o nosso país melhorar e aí eu me apaixonei!

Nas palavras de Amabilia vê-se então a opção para as mulheres, que não podendo ir para outra cidade escolher outro ofício, tinha apenas a possibilidade do magistério como escolha profissional. Durante muito tempo a profissão de professora foi praticamente a única em que as mulheres exerceram um trabalho digno e conseguiram uma inserção no espaço público, dado que os demais campos profissionais, apesar de não serem vedados, existia uma resistência maior para o seu ingresso, salvaguardo os ofícios de enfermeira e outros serviços de saúde.

Ao longo da história, a educação e a profissionalização feminina têm sido relegadas a segundo plano. Também são objeto de distorções do ponto de vista masculino e feminino que, por força das imposições culturais, assimilaram os pensamentos de homens e aceitam apenas o caminho da reprodução biológica e à esfera privada sem questionar os papéis de mãe e dona-de-casa. Isso implica na desigual relação de poder entre os sexos, dado que

conhecimento e poder estão interligados. Logo, manter as mulheres longe da esfera do saber foi e continua sendo uma estratégia eficiente no controle e na manutenção de mecanismos de dominação (ALMEIDA, 1998).

Nessa conjuntura, é que se expande o processo de feminização do magistério<sup>38</sup>. A profissão de professor (a), a princípio, foi ideologicamente pensada como dever sagrado e sacerdócio por conta da tradição religiosa do ato de ensinar, tornou-se, na segunda metade do século XX, alvo das acusações e das denúncias de proletarização do magistério, ora colocando professoras (es) como vítimas do sistema, ora como responsáveis pelos problemas educacionais desde o momento de sua formação profissional (ALMEIDA, 1998).

Ao incorporar que o magistério era um trabalho essencialmente feminino, essas mesmas teorias acabaram por promover distorções analíticas quando vincularam no sexo do sujeito a desvalorização da profissão, o que foi, convenhamos, uma contribuição que acabou por se revelar também como um fator de discriminação e vitimização da mulher. Esses estudos sobre a trajetória do magistério foram significativos, porque trouxeram uma importância sobre o ofício e serviram para desmistificar e denunciar as mazelas da carreira docente, embora tais pensamentos não fossem uma grande novidade nos meios intelectuais e políticos, e para trazer ao espaço público as mulheres enquanto profissionais, e decisivamente, isso se constituiu um avanço. Porém, há de se pensar que se pode ter havido seqüelas; a categoria profissional, a professora como pessoa e a própria relação pedagógica sofreram, concomitantemente, no plano objetivo, uma efetiva desvalorização profissional e um processo de desqualificação que, ainda nos tempos atuais, não dá mostras de reversibilidade.

Ao longo da história, a cultura lusitana moldou na sociedade os contornos definidos dos papéis sexuais. Reservar às mulheres a responsabilidade educativa das crianças foi uma proposta defendida por políticos e intelectuais, por meio de uma mentalidade forjada nos moldes da herança cultural portuguesa. Para os lusitanos, a responsabilidade feminina jamais deveria ultrapassar as fronteiras do lar. Esse era o contexto de mentalidades vindo dos meios intelectuais e aceito como máximas de verdades e bom senso nos quais as mulheres eram submetidas e tinham que lutar ou conformar-se para viver em sociedade.

A extrema ambigüidade da posição feminina a respeito de instrução e profissão, representada pelo equilíbrio entre a condição desejável e a possível de se obter, situa-se aí. O magistério, por sua especificidade em lidar com educação, foi uma das oportunidades com a qual o sexo feminino podia contar para atingir esse equilíbrio. Era aceitável, pois as mulheres

---

<sup>38</sup> Este processo se inicia no século XIX.

desempenhavam um trabalho no qual tinham que cuidar de alguém. Significava o doar-se com nobreza e resignação, qualidades inerentes às mulheres. O fato de terem uma maior resistência para ingressarem nas demais profissões, acessíveis somente aos homens, e a aceitação do magistério, cercado pelo atributo de missão, vocação e continuidade daquilo que era realizado no lar, fizeram com que a profissão, rapidamente, se feminizasse.

É nesse contexto que Amábilia aprende a gostar de sua profissão. Assim, ela termina o curso para formação em magistério aos dezessete anos em 1946, e como ainda não tinha idade para prestar o concurso, ela é convidada pelo próprio colégio Senhor do Bonfim para ensinar nas séries iniciais, com a turma de crianças. Segundo nossa depoente o convite se deu devido o seu destaque na parte de estágios da grade curricular, mas foi por um período curto, pois em março de 1948 é nomeada no concurso para o município de Miguel Calmon. Almeida (2008) nos conta que já lecionava, mas ainda não tinha uma visão politizada,

Moça, naquela época, final da década de 40, tinha uma visão bem limitada: o mundo muito familiar, festas, o exercício da profissão. Eu estava consciente que queria ensinar, fazer outros cursos e trabalhar em prol da educação, mas não me considerava uma moça politizada nem fazia parte de nenhum movimento social nem político nesse momento. De forma que eu não tinha nenhum conhecimento das questões políticas e só vagamente ouvia falar dos comunistas, pois minha madrastra falava com certa admiração de Luís Carlos Prestes, “o Cavalheiro da Esperança”. Entretanto, só vim a descobrir o que era ser comunista quando já estava casada com Luiz, aí já era um caminho sem volta.

No depoimento de Amábilia fica evidente que a população feminina jacobinense em sua maioria, ficava excluída das fontes de informação e participação política. Tal constatação fez com que as leituras de mundo de Conceição, certamente vindas da sua vivência cotidiana, bem como das informações que chegavam via os periódicos diários e mensais- a exemplo da “Noite Ilustrada” e “Via Doméstica”, se destacava em relação à maioria das mulheres. Visto que não se pode negar a marginalização feminina na política. Nesta perspectiva, compreende-se a reação feminina diante do processo político em geral, sua marginalização, sua condição, muitas vezes, de mera expectadora dos acontecimentos. Amábilia venceu e superou sua visão limitada acerca da política, quando se mudou para Salvador e passa a participar das lutas do professorado <sup>39</sup>.

Ainda em relação às articulações políticas da sua família, o papel de Maria da Conceição é destacado por José Emanuel:

---

<sup>39</sup> Esta questão será discutida no segundo capítulo.

Minha mãe tinha uma participação de tomar conhecimento, meu pai era mais alheio. Ela era uma admiradora do partido contrário ao poder local, o Partido Social Democrático (PSD). Na época tinha uma visão muito grande os partidos (UDN-PSD) é claro que ela tomava a frente para saber das propostas, mas não tinha um envolvimento partidário, não tinha uma participação efetiva nas campanhas ou coisa assim. Estava atenta, acompanhava as discussões, as propostas de cada partido, a credibilidade dos candidatos, procurava saber das demandas, mas nunca se filiou a nenhum partido político, era uma mulher atenta e se interessava pela política como cidadã inteligente e participativa que era.

A fala de Emanuel nos revela uma mulher que tinha uma visão política formada e que sabia se posicionar. Nesse sentido, distinguia o que era melhor para a sua localidade, seu município, seu povo e talvez por isso tomasse o partido da oposição.

Maria da Conceição não era membro do PSD<sup>40</sup>, mas simpatizava com a causa do partido e tanto ela como o marido mantinham relações políticas com pessoas vinculadas ao PSD, talvez tenha sido por causa desse motivo, que Amabilia foi colocada pela Secretaria de Educação de Jacobina para lecionar fora da cidade, no município de Miguel Calmon, um lugar com menos recursos, distante de tudo, que ficava longe da sede local, apesar de ter passado em um dos primeiros lugares no concurso público. Considerou-se injustiçada naquela situação e mesmo sem saber direito o que era a política, sabia que era por causa dela e pela oposição da família ao partido UDN que tinha sido enviada para trabalhar em outro município<sup>41</sup>. Nesse sentido, é revelador o depoimento de Emanuel sobre a política em Jacobina,

A cidade de Jacobina naquela época era muito atrasada em todos os aspectos e a parte política não fugia a regra disso, funcionava a base do coronelismo. Era uma sociedade bem parquial. A política tinha um caráter pessoal, bastante tradicional. Existia a família Pires que era o núcleo de coronéis de Jacobina, uma família muito

---

<sup>40</sup> Fundado em 17 de julho de 1945 sob o comando dos interventores estaduais nomeados por Vargas durante o Estado Novo. Sua criação esteve relacionada às articulações das lideranças ligadas a Vargas para se contrapor ao lançamento da candidatura do brigadeiro Eduardo Gomes pelo partido opositor a União Democrática Nacional (UDN). Dessas iniciativas surgiria a candidatura presidencial do general Eurico Dutra, ex-ministro da Guerra de Vargas. A descompressão da vida política promoveu a formação de agremiações partidárias que exprimiam os anseios até então represados no cenário político. Na conjuntura final do Estado Novo, se entrelaçaram à crise política interna, formando uma complexa rede de contradições que resultou na criação de conjunturas favoráveis ao desmantelamento do Estado Novo. Foram criados os principais partidos políticos brasileiros atuantes da década de 1940 à de 1960: a União Democrática Nacional (UDN), o Partido Social Democrático (PSD) e o Partido Trabalhista Brasileiro (PTB). A lei eleitoral de maio de 1945 determinou a constituição de partidos de caráter nacional, o que rompia com a tradição regionalista da política partidária brasileira. A UDN foi fundada no dia 7 de abril de 1945, reunindo diversas correntes que nos anos anteriores haviam-se colocado em oposição à ditadura do Estado Novo. Em seu programa o PSD defendia a legislação trabalhista e a intervenção do Estado na economia (D'ARAÚJO, 1997).

<sup>41</sup> Isso ainda é uma prática comum no interior da Bahia.

rica que possuía posses em todo o município e não admitia pessoas que pudessem atrapalhar ou fazer o menor barulho com seus planos políticos.<sup>42</sup>

O coronel Francisco Rocha Pires era uma figura tão importante em Jacobina que na entrada da cidade, logo na subida do bairro da Missão, tem um busto dele<sup>43</sup>. E ao perguntar aos moradores quem ele é, se ouvirá que se trata do homem que, por muito tempo, comandou politicamente o município e que sua inserção na política jacobinense se deu com o afastamento político do seu tio, o também coronel Ernestino Alves Pires, que, por vários anos, após o advento da República, disputou o poder local com o coronel Galdino César de Moraes.

Ao tomar conhecimento da renúncia do tio (Francisco Pires), reuniu os partidários do velho coronel e anunciou que daquele momento em diante assumiria a chefia do partido, como o fez, herdando também o inimigo do seu tio (o coronel Galdino). Em 1930, quando grupos políticos ligados a ele assumiram o poder na Bahia, criaram-se as condições para que permanecesse até a década de 70, marcando presença no comando político de Jacobina<sup>44</sup>.

A fala de Emanuel sinaliza para o feito de que a remoção de Amabilia para ensinar em povoado distante da sede, teria sido uma forma de retaliação à oposição política da família Vilaronga ao grupo do coronel Francisco Pires. Tipo de estratégia política que não era exclusiva de Jacobina e nem inovadora; haja vista que encontramos rastros da sua utilidade na

---

<sup>42</sup> José Emanuel. Camaçari, maio de 2010.

<sup>43</sup> Os grandes fazendeiros interferiam violentamente nas eleições. Eram chamados de coronéis e com seu sistema de dominação, o coronelismo, acabavam assumindo um grande poder. O coronel era sobretudo uma figura local, exercendo influencia nas cidades menores, mais afastadas e sua imediações. Nessas localidades, aonde não chegava a influencia do Estado, certas funções públicas, tais como polícia, justiça e outras passaram a ser exercida de forma privada, pelos coronéis. O coronel mandava e deveria ser obedecido, era a prática do "mandonismo local". Os coronéis além de manipular os votos através do voto de cabresto, utilizavam muitas fraudes para ganhar as eleições. Exemplos: documentos eram falsificados para que menores analfabetos pudessem votar; pessoas que já tinham morrido eram escritas como eleitores; urnas eram violadas e votos adulterados; muitas artimanhas eram feitas na contagem de votos. A força do coronelismo era maior nas regiões mais atrasadas como Jacobina, porque nesses lugares a população não encontrava ou encontrava poucas possibilidades de viver fora da agricultura. Nas regiões mais urbanizadas a população ganhava mais independência política que podia encontrar empregos no comércio e na indústria. São resultantes desse compromisso algumas características do sistema Coronelista que infelizmente ainda perduram em nosso país, como uma prática muito comum: o mandonismo, o nepotismo, o falseamento do voto e a desorganização dos serviços locais. Com efeito, o coronelismo tomou outras dimensões e adentrou ao cenário urbano. Quem, não por acaso, deu o impulso definitivo a esse surgimento foi um dos mais legítimos representantes dessa versão brasileira do caudilhismo, o ex-senador Antonio Carlos Magalhães que, quando ministro das Comunicações do governo José Sarney, distribuiu canais de rádio e televisão a todos os grupos políticos regionais dominantes, especialmente no Norte e Nordeste do País, e articulou a filiação de muitos desses canais a mais poderosa das redes privadas de televisão, à qual ele estava, na época, umbilicalmente ligado. Assim nasceu a relação de crescente promiscuidade entre o poder político e o poder da mídia que desvirtua a democracia brasileira (DANTAS, 2006).

<sup>44</sup> Para maiores informações sobre o assunto ver: MURITIBA (1997).

manutenção e manipulação do poder na obra “O Príncipe” de Maquiavel <sup>45</sup>.

A prática política baiana então ganha significado na teoria de Maquiavel, quando este invoca a necessidade de afastar os opositores deliberando este afastamento a seu próprio modo. É nesta perspectiva que o Príncipe, permite problematizar o contexto em que vivia Amabilia no momento em que fora afastada do seu município pela política local. Assim, o uso da força (violência física), não foi necessário, visto que, como o próprio Maquiavel afirma, esta deve ser usada quando as leis, a maneira própria aos homens de governar, não bastarem. O jogo político em Jacobina, nesse período usado pelo grupo político dominante (no caso o partido UDN), destacava-se na astúcia da raposa à violência do leão. (MAQUIAVEL, 2007).

Nessa conjuntura e sem modificações significativas no cenário político em Jacobina, Maria da Conceição consolou Amabilia e a incentivou a não desistir e exercer a sua profissão por um tempo a fim de ganhar experiência e ficar atenta, pois a primeira oportunidade que tivesse se dirigisse para uma cidade mais adiantada, no qual obtivesse a possibilidade de avançar em seus estudos. Ela ouviu o conselho da madrasta e ficou lecionando em Miguel Calmon no período de 1948 a 1950. Em junho de 1950, surgiu a oportunidade de se transferir para Salvador, a fim de fazer o curso de especialização em Educação Infantil e de Higiene Escolar <sup>46</sup>. Ela nos conta que soube do curso pelo médico da cidade, o Dr. Florisvaldo Barberino, que era um profissional respeitado, filho de Jacobina, mas que atuava também em Salvador e atendia sua madrasta que em conversas já tinha contado a situação de Amabilia. Assim, sabendo da vontade de crescer que ela tinha, contou a Conceição do curso frisando que essa seria uma ótima oportunidade da enteada desta ir para vir a Salvador e fazer parte da equipe dele.

O curso era patrocinado pela Legião Brasileira de Assistência (LBA) <sup>47</sup>, em convênio

---

<sup>45</sup> Na obra Maquiavel faz uma análise da conquista do poder e de sua manutenção através das manipulações de todos os tipos; tendo como guia para suas reflexões a seguinte pergunta: qual a condição para o exercício e manutenção do poder político? Se a instituição de um Estado não costuma dispensar o uso da força, a conservação do poder abre uma dimensão diferente no domínio da ação: para manter-se no poder, o homem político deve ser capaz de entrar no jogo da aparência, que não pode ser reduzido à manipulação da imagem ou à aplicação de uma técnica da ilusão. O que está em questão é a constituição de um lugar para a ação política: o lugar do príncipe (MAQUIAVEL, 2007).

<sup>46</sup> Naquela época, a mortalidade infantil estava crescendo de forma assustadora e então a solução encontrada no governo de Getúlio Vargas foi à criação de vários postos de higiene infantil, implantados em todo o país; estes postos tinham como função a vacinação e alimentação de crianças recém-nascidas e, especialmente, na primeira infância. Esta foi uma iniciativa da primeira dama Darcy Vargas que se preocupava com os altos índices da mortalidade infantil (BONILLA & RIVORÊDO, 2005)

<sup>47</sup> A LBA foi um órgão brasileiro fundado em 1942 pela então primeira dama Darcy Vargas (a instituição nessa época era presidido pela primeira dama do país), com o objetivo de ajudar as famílias dos soldados enviados à Segunda Guerra Mundial. Com o final da guerra, se tornou um órgão de assistência as famílias necessitadas em geral e com a finalidade participativa da formulação da política Nacional de Promoção e Assistência Social, bem como estudar e planejar as medidas necessárias a sua execução em proveito da população carente aos seu serviços.

com a Secretaria de Educação, tinha a duração de dois anos e a finalidade de especializar pessoas em Higiene Infantil. Amabilia foi para Salvador com o Dr. Florisvaldo em junho de 1950 fazer o curso na área de Puericultura, com o objetivo de ajudar na redução da mortalidade em crianças e a sua atividade era a educação com as mães, ou seja, educá-las para o cuidado com a criança (questão de higiene, saúde, educação alimentar, leite materno, atendimento com as vacinas, primeiros cuidados com a infância).

No curso Amabilia tinha aulas teóricas e práticas. Fez o estágio, atuando no posto de saúde no bairro do Rio Vermelho. Para se dedicar a especialização, ela precisava morar em Salvador e contou, mais uma vez, com a ajuda de Maria da Conceição para convencer o pai da importância do curso. Nesse sentido, a madrasta conversou com o pai e providenciou tudo para a sua mudança a capital. Falou com Maria Alice, uma prima que trabalhava no Patronato do Salete <sup>48</sup> e pediu para que a mesma ficasse responsável por Amabilia até a conclusão do curso, seria assim uma espécie de tutora para ela.

Fazendo uma breve análise de gênero nesse ponto, observamos que a mulher solteira e longe dos olhos do pai ou marido ou de uma figura masculina tinha que ter em sua companhia uma pessoa que se responsabilizasse por sua guarda, visto que a mulher nessa época ainda deveria ser tutelada, para condescender com as regras da sociedade vigente. Sociedade essa que não havia admitido ainda a emancipação feminina, por isso as moças não declinavam um instante da própria vontade para governar sua vida, nem dirigir suas ações como entendesse. Assim que tudo fora acertado, Amabilia seguiu para Salvador.

Foi nesse período do curso que Amabilia conheceu Luiz Fernando Contreiras <sup>49</sup> numa viagem de bonde aos 19 anos. Em depoimento Amabilia Almeida (2010) revela o dia em que se conheceram:

Era um sábado, eu estava em companhia da tutora Maria Alice, saímos do Patronato da Salete em direção a Sete Portas, para fazer compras. Naquela época para se chegar ao Mercado das Sete Portas se pegava um bonde até a Ladeira da Praça e de lá outro para a Sete Portas. No regresso, na Praça Municipal, eu observei um homem, magro, vestindo uma capa de chuva e usando um chapéu e que me olhava com certa insistência. Quando descemos do bonde, ele nos cumprimentou. Eu perguntei a Maria Alice quem era o estranho e ela respondeu: “um sobrinho de uma amiga, pessoa honesta e respeitadora, um jovem promissor”. Daí eu fiquei com aquele sobrenome estranho na memória: “Carrasqueira”, Luiz Carrasqueira”! Dias se passaram, até que nos encontramos novamente. Eu estava na tradicional Sorveteria da Cubana, na Rua Chile, tomando um Milk-shake, em companhia de um

---

<sup>48</sup> O Patronato do Salete era uma instituição privada conduzido por freiras que recebia moças de outras cidades que vinham estudar ou trabalhar na capital e precisavam de uma residência respeitável para morar.

<sup>49</sup> Formado em Engenharia Civil em 1947 pela Escola Politécnica da UFBA. Nasceu em 1923, em Mundo Novo – BA, militante histórico do Partido Comunista Brasileiro (PCB), participou das principais lutas políticas e conquistas democráticas do Estado da Bahia, do final da década de 40 e pela sua militância foi preso três vezes, uma dessas prisões, foi torturado, condenado e trancafiado pela ditadura militar nos anos 70.

casal, quando ele se aproximou, vencendo uma grande timidez e perguntou ao casal (que já conhecia) se podia se juntar ao grupo e então nós fomos apresentados oficialmente. Ficamos conversando e no final ele perguntou para onde eu iria, eu respondi que iria para o Saleté. Ele disse que era muita coincidência, pois estava indo para aquele lado e se podia me acompanhar até o Patronato. Eu disse que sim e fomos pegar o bonde. Fomos conversando com a intimidade de velhos conhecidos ou de almas gêmeas, como diria os mais românticos. Ele me deixou na porta do Patronato e marcamos um novo encontro, no próximo sábado na festa do Bonfim.

E como os amores estão fadados a desencontros da vida e a resistência ao tempo, Contreiras não foi ao Bonfim. Amabilia conta que depois ele telefonou para pedir desculpas, dizendo que não compareceu por motivo de força maior. Segundo o próprio Contreiras em depoimento <sup>50</sup>, declara que era homem de disciplina partidária e teve compromissos políticos do PCB naquele dia, posto que no início dos anos 50 era ativa a participação dos comunistas na defesa do patrimônio nacional e das liberdades públicas. O partido <sup>51</sup> tinha crescido muito, deixando Contreiras cheio de trabalhos profissionais e partidários, afinal era encarregado de armar os palanques, pois era engenheiro. Após a justificativa Amabilia conta que aceitou as desculpas e marcaram um novo encontro, agora no Farol da Barra. Desta vez, Amabilia enfatiza que ele não faltou ao encontro e segundo ela, ele caprichou na elegância. Com uma memória prodigiosa, ela se lembra de detalhes da roupa: “vestia um terno branco de linho inglês, engraxou o borzeguim, esmerou-se no penteado, inclusive no bigodinho, uma marca da idade adulta”. Esse encontro serviu para consolidar o namoro.

De namoro firme, Amabilia acabou sendo influenciada politicamente por Contreiras passando a participar da Campanha pela Paz <sup>52</sup> e da luta em defesa dos direitos da mulher. Por esse motivo, acabou sendo vista como uma comunista pelo padre assistente espiritual do Patronato onde residia e, infelizmente, teve que deixar o local e procurou abrigo na casa de uma amiga, Itália Magnavita <sup>53</sup>, pois naquela época era difícil para quem era apontado como comunista, as pessoas não os viam com bons olhos, pois suas ideias de transformações econômicas, políticas e sociais voltada para uma necessária revolução democrática burguesa no país, preparando o terreno para a implantação do socialismo com propostas de cunho reformista acabavam por causar temor em grande parte da população que temia esse desconhecido que influenciava a luta política e sindical e, até mesmo, as diretrizes do próprio governo (RIDENTE, 1993). Dessa forma, o exercício da política era para poucos, de modo

---

<sup>50</sup> Luiz Fernando Contreiras. Depoimento concedido em 09 de dezembro de 2010.

<sup>51</sup> Para entender melhor o crescimento do Partido Comunista Brasileiro e o seu processo de burocratização antes da década de 1950, ver: (PINHEIRO, 1981).

<sup>52</sup> Foi na época da Guerra Fria e havia uma intenção do governo Dutra de mandar soldados brasileiros para a Guerra da Coreia.

<sup>53</sup> Foi membro da Associação Feminina da Bahia e era casada com um comunista.

que quando conheceu Contreiras, ela ficou encantada pela sua ideologia partidária e pelo homem politizado que representava, segundo Amabilia Almeida (2008),

Um homem interessante, que falava uma linguagem diferente dos outros moços que eu já havia namorado. Ele falava das pessoas, do povo, de trabalhadores, da paz e do socialismo, tudo isso pra mim era novo (...). Penso que o que mais profundamente me tocou foi à forma diferente de namorar um homem politizado, ele sempre abriu meus olhos para o mundo da política. Falava com ardor do socialismo e não media sacrifícios em busca do seu ideal.

O namoro foi ficando sério e, um ano depois, Contreiras foi a Jacobina pedir a mão de Amabilia em casamento, ao pai dela. Logo veio o empecilho, o velho Estevam resistiu ao pedido, alegando que a religião do pretendente era diferente da dele. Ora, um comunista, querendo casar com sua filha, católica e temente a Deus! Contudo, o irmão mais velho de Amabilia, Joaquim, acabou por interceder por Contreiras, justificando que se tratava de um homem de bem, um jovem digno, honesto e trabalhador e depois de uma longa conversa, seu Estevam concordou com o casamento. O matrimônio se realizou em Jacobina, em 02 de maio de 1952 e, logo depois, voltaram para residir definitivamente em Salvador.

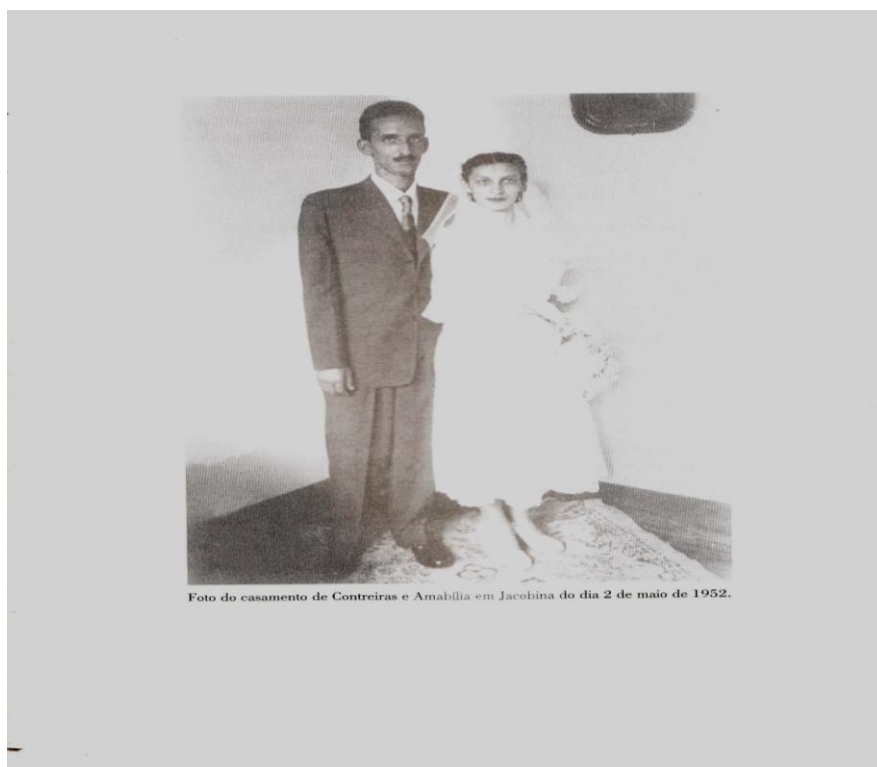


FIGURA 2: OS NOIVOS: AMABILIA E CONTREIRAS NO DIA DO CASAMENTO, JACOBINA-BA EM 02/05/1952

FONTE: AFPAA

Após o casamento nas serras de Jacobina, Amabilia não faltou com o compromisso de organizar e instalar, pela LBA, o primeiro posto de Higiene Infantil naquela cidade, era a sua contribuição para a terra em que nascera e para a sua população carente, precisava dar esse

retorno ao seu município e para tanto, pediu ajuda a prefeitura e através de um convênio, ela deu treinamento a pessoas para o trabalho no posto de Higiene Infantil. Cumprindo essa missão, retorna a Salvador, para fixar residência, ao mesmo tempo em que voltou a assumir a sua cadeira de professora concursada na rede estadual de ensino (ALMEIDA, 2008).

Naquela época era difícil para quem era do interior ensinar na capital, pois existiam dois quadros diversificados para professoras concursadas lecionarem nas escolas: o quadro com as áreas mais nobres, onde se localiza os bairros de classe média e, os outros se concentravam nas áreas mais afastadas do centro da cidade, onde se concentravam os bairros mais pobres. Para aquelas que vieram do interior, por causa da sua formação e atuação em povoado (no caso de Amabilia), tornava-se complexa a adaptação na escola da capital e, por isso, só podiam ser enquadradas nos bairros mais populares de Salvador. Amabilia foi designada para a Escola Carneiro Ribeiro.

Na década de 1950 já tinha sido inaugurado o Complexo Educacional Carneiro Ribeiro, composto por três Escolas e a Escola Parque nos bairros da Liberdade, Pau Miúdo e Pero Vaz. Em 1951, instalou-se a primeira escola de Ensino Moderno idealizada pelo educador Anísio Teixeira <sup>54</sup>, então Secretário de Educação e Saúde. Esta foi considerada uma escola modelo, testando métodos de educação integrada para crianças de comunidades de baixa renda, proporcionava ao aluno tempo integral com direito à alimentação e atendimento à saúde. Além de funcionar como Escola Classe de ensino normal, se completava com um complexo denominado de Escola Parque, em Salvador, local onde funcionavam as oficinas pré-profissionalizantes e outras atividades como esporte, arte e lazer <sup>55</sup>.

O trabalho dessas escolas e da Escola Parque era coordenado pela irmã do Professor Anísio Teixeira, a também professora Carmem Teixeira. Assim, o quadro de educadores vindos do interior teve oportunidade de trabalhar nessas escolas, o que foi muito importante para as suas formações, pois com os ensinamentos da filosofia de Anísio Teixeira, abria novos horizontes para mostrar que a educação não era só aprender a ler, era, principalmente, a preocupação com a promoção do ser humano, do indivíduo, para que este se tornasse um cidadão (ã) consciente e verdadeiro (a) (MONTENEGRO, 2002).

O aprendizado no Instituto iria se materializar na prática e ação pedagógica de

---

<sup>54</sup> Educador, nascido em Caitité (BA) em 1900, formou-se em Direito no Rio e em Educação nos Estados Unidos. Formulou e sustentou, em situações de grande pressão, a tese de dinheiro público para a escola pública, gratuita, laica e obrigatória. Personagem central na história da educação no Brasil, nas décadas de 1920 e 1930, difundiu os pressupostos do movimento da Escola Nova, que tinha como princípio a ênfase no desenvolvimento do intelecto e na capacidade de julgamento, em detrimento da memorização.

<sup>55</sup> O objetivo desse modelo de escola era proporcionar ao aluno todas as oportunidades de crescimento para se tornar um cidadão capaz e consciente na sociedade.

Amabilia. Ela via a função de professora, desse ângulo do discurso voltado para os problemas educacionais e pensado sob um novo prisma, possível para descortinar novos paradigmas que levassem à compreensão da intrínseca relação entre educador e educado. Assim, é que dava o conceito funcional da educação, no qual deveria oferecer à criança um meio vivo e natural, favorável ao intercâmbio de reações e experiências, em que ela, vivendo a sua vida própria, seja levada ao trabalho e à ação por meios naturais que a vida suscita quando a tarefa e a ação convêm aos seus interesses e às suas necessidades. Nessa nova concepção da educação, que é uma reação contra as tendências, exclusivamente, passivas, intelectualistas e verbalistas do sistema de ensino tradicional, a atividade que estava na base de todos os seus trabalhos, era a espontaneidade, dirigida à satisfação das necessidades do próprio indivíduo.

O que distingue da escola tradicional a Escola Nova, não é, de fato, a predominância dos trabalhos de base manual e corporal, mas a presença, em todas as suas atividades, do interesse, que é a primeira condição de uma atividade espontânea e o estímulo constante ao educando (criança, adolescente ou jovem) a buscar todos os recursos ao seu alcance (EBOLI, 1969). Esses princípios se refletiam na prática e experiência educacional e pedagógica de Amabilia, ela aplicava o método construtivista ao trabalhar com seus alunos no espaço escolar.

A partir de então, não largou mais a educação. Preocupava-se com a educação desde aquela época e era seguidora do Movimento da Nova Escola <sup>56</sup>, influenciada por Anísio Teixeira.

#### 1.4 EDUCAÇÃO: DA PAIXÃO PELO POSSÍVEL À POLÍTICA

A partir do início da década de 1950 a paixão de Amabilia pela educação foi crescendo, ficou encantada pelo novo método de educação e foi a partir desse contexto que passou a fazer contatos com outras companheiras de nível superior com estudos em Pedagogia; professoras da então Universidade Federal da Bahia e na Escola da professora Olga Metting, a Nossa Senhora do Carmo, que foi pioneira em formação do professor (a) em

---

<sup>56</sup> O movimento ganhou impulso na década de 1930, após a divulgação do Manifesto da Escola Nova (1932). Nesse documento, defendia-se a universalização da escola pública, laica e gratuita. Entre os seus signatários, destacavam-se os nomes de: Anísio Teixeira, Fernando de Azevedo (1894-1974) - que aplicou a Sociologia da Educação e reformou o ensino em São Paulo na década de 1930. Lourenço Filho (1897-1970) – professor Cecília Meireles (1901-1964) - professora e escritora.

pedagogia em Salvador. Movida pelo desejo de justiça e progresso, ela acaba induzindo as companheiras a se organizarem e lutarem pela valorização da profissão, Contreiras a despertava para o político social e, nesse sentido, ela discursava para as companheiras: “que tinham que se preocupar com o outro, que não era só ensinar e voltar para casa, que tinha muita gente lá fora precisando de ajuda e começou a falar sobre essas questões” (ALMEIDA, 2008).

Logo começou a se envolver nos processos políticos. Participava da luta social, trabalhou na campanha da paz, como já foi mencionado anteriormente, foi da linha de frente da campanha, junto com outras companheiras que eram da Associação Feminina da Bahia <sup>57</sup>, entidade essa que Amabilia se filia em 1952. Em

1953 nasceu à primeira filha do casal, a menina Liana <sup>58</sup>. Foi um momento difícil, para Amabilia, pois estava acontecendo a campanha do petróleo, no qual um grupo de militantes liderou a campanha “O Petróleo é nosso”, pelo monopólio estatal do chamado “ouro negro” e o PCB teve destacada atuação nessa grande mobilização de massa. Nessa campanha, os jovens realizaram comícios nas portas das fábricas e muitos deles foram presos e um desses foi justamente Luiz Contreiras, entusiasta defensor do monopólio estatal do petróleo, que lutava em detrimento do patrimônio nacional e contra a exploração e o refino do petróleo pelos norte-americanos (CÉSAR, 2009).

Contreiras recebeu voz de prisão no momento em que cuidava da reforma de um prédio, na Rua Ruy Barbosa, no centro da cidade. Foi levado para Casa de Detenção, no antigo Forte de Santo Antônio, onde passou quinze dias detido. Foi um momento delicado, pois tinha apenas três dias que Amabilia havia saído do hospital com a filha do casal e, ainda assim, não mediu esforços para retirar seu esposo da cadeia. Foi para a rua, ainda em resguardo do parto e segundo ela, “sem tempo nem de amamentar a menina direito”. Seguiu com a mãe de Contreiras dona Dudu e lutaram para a libertação dele, procurando os órgãos competentes e reivindicando a sua prisão.

Foi ao Forte de Santo Antônio junto com o pai, seu Estevam ver como estava Contreiras e falou com ele atrás das grades, pois não o deixaram sair para falar com os visitantes. Felizmente, logo a história deu razão a todos que saíram às ruas, lutaram e foram presos em defesa do petróleo brasileiro, afinal em 03 de outubro de 1953, Getúlio Vargas, no

---

<sup>57</sup> Associação de mulheres em Salvador, com um trabalho intenso nos bairros populares em prol de melhores condições de vida a população feminina, do qual Amabilia chegou à presidência. Esta questão será tema do II capítulo.

<sup>58</sup> Da união entre Contreiras e Amabilia nasceram Liana, Luiz Fernando e Liz Anete e passaram a dividir também a rotina de trabalho e compromissos políticos.

seu segundo governo, assina a Lei 2004, que cria a Petrobras e decretou o monopólio estatal do petróleo (CÉSAR, 2009).

Após essa prisão as coisas se acalmam por um momento e Amabilia começa a lecionar em Salvador. Ela tem então a primeira oportunidade de adentrar no cenário político educacional em 1954, momento em que se realizou o primeiro Congresso Nacional de Professores (as) Primários<sup>59</sup>, para se discutir questões referentes à formação e à carreira do professorado. Essa discussão foi aprofundada a partir da filiação da CPPB (Confederação dos Professores Primários do Brasil) à Confederação Mundial das Organizações de Profissionais do Ensino (CMOPE), em 1962, fundada na Suíça em 1952, dedicada à causa da educação e do docente, e que teve importante papel na formação dos quadros dirigentes das entidades brasileiras (BALDINO & AFONSO, 2002). Estas entidades lutavam pela valorização dos trabalhadores em educação, pautando-se pela mobilização, pela profissionalização, pela carreira, pelo piso salarial profissional nacional, pela garantia dos direitos sociais e pela ampliação dos espaços de cidadania.

As lutas encaminhadas por greves, manifestações, caravanas, protestos e ocupações contavam com imensa participação da base e marcam os últimos anos de história da categoria. Uma base formada por uma grande maioria de mulheres, e a nossa personagem era uma delas, revelando uma dimensão fundamental para o enfrentamento e as estratégias de luta contra a desprofissionalização, o arrocho salarial e a múltipla jornada de trabalho. Nesta luta contínua pela melhoria da educação, das condições de vida, segundo Amabilia, todos são importantes: professoras, professores, funcionárias, funcionários e especialistas (WEBER, 2003).

Em 1955, Amabilia já era professora que atuava como membro na Sociedade Unificada dos Professores Primários em Salvador (SUPP), já tinha se tornado uma figura pública. Era a partir dessas experiências, que ela resolveu apresentar um trabalho sobre a situação do professorado do Estado da Bahia, defendendo a sua valorização e conclamando os professores (as) a assumirem uma postura de luta em defesa dos seus direitos e, conseqüentemente, da educação pública, pela dignidade profissional, com melhor remuneração num Congresso em Salvador sobre as causas educacionais.

É apoiada pelo vizinho militante Geraldo Cabral <sup>60</sup>que a ajudou a organizar e apresentar uma tese intitulada “A situação do professorado e a melhoria do professor” no I

---

<sup>59</sup> Organizado em 1953 pela Sociedade Unificadora de Professores Primários da Bahia, e consolida-se a entidade em defesa do professorado apenas em 1960, quando em Recife é realizado o IV Congresso Nacional dos Professores Primários, com a denominação Confederação de Professores Primários do Brasil (CPPB).

<sup>60</sup> Pertencia ao Partido Comunista, participou do levante de 1935, foi preso político na ilha Grande e era vizinho de Amábíla e foi uma figura que a ajudou muito nesse movimento em prol dos direitos das professoras.

Congresso Nacional dos Professores Primários em Salvador. A sua tese teve bastante repercussão<sup>61</sup>, razão pela qual se tornou destaque nos movimentos da categoria, chegando a ser indicada para dirigir à SUPP no final da década de 50. Desse trabalho, após intensos debates, toma a deliberação de desenvolver campanhas estaduais pela melhoria salarial de sua classe. A campanha ficou conhecida como “Campanha dos três mil”, para que a categoria passasse a ganhar três mil cruzeiros, naquela época<sup>62</sup>.

Durante a década de 1950, as associações docentes estaduais começam a se articular em nível nacional por meio de Congressos Nacionais de Professores Primários – essas reuniões representaram um importante espaço de discussão para os docentes desse nível de ensino, bem como um espaço de lutas entre as diversas entidades para o estabelecimento de um modelo associativo nacional, o qual começa a se configurar já desde o primeiro congresso, realizado na Bahia em 1953. Este evento foi dedicado à discussão de uma série de temas relativos à profissão, entre os quais se contavam: o problema cultural do professor primário; a formação do professor rural; métodos e programas de ensino. Entre as recomendações finais deste I Congresso encontravam-se várias indicações que revelavam o projeto de uma organização nacional em defesa do magistério: o piso salarial em todo o Brasil deveria ser de Cr\$ 3 mil (salvo nos estados onde se pagasse mais); as associações docentes deveriam eleger representantes de seus interesses para os poderes legislativos e todos os estados brasileiros deveriam contar com uma associação de professores primários (FERREIRA JÚNIOR, 1953).

Tem-se notícia<sup>63</sup> de iniciativas das entidades estaduais visando concretizar estas indicações, como a Campanha dos três mil na Bahia<sup>64</sup> e várias candidaturas de dirigentes das entidades de professores primários a cargos legislativos, como na Bahia, Pernambuco e Goiás. Aparentemente as recomendações do Congresso funcionaram como pautas para a coordenação em nível nacional das diferentes formas de organização coletiva dos professores primários em cada estado.

---

<sup>61</sup> Infelizmente não achamos em nossas pesquisas nos periódicos, notícias sobre a tese. Perguntamos a Amabilia se ela tinha guardado algum recorte ou mesmo uma cópia do documento e ela nos informou que tinha muita coisa, mas por conta das várias batidas que a polícia fazia em sua casa, levaram tudo, todos os documentos que encontraram sobre o período (objetos pessoais, livros, cartas, anotações, álbum de formatura) e segundo ela, não lhe sobrou nada dessa memória.

<sup>62</sup> As informações aqui apresentadas fazem parte do depoimento de Amabilia Almeida em inúmeras conversas que me foram concedidas gentilmente por ela em sua casa entre novembro de 2008 e julho de 2009.

<sup>63</sup> Para verificar essa repercussão da tese apresentada por Amabilia foram levantadas matérias de jornais baianos, como: O Momento e A Tarde; Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos e relatórios da SUPP sobre a situação do ensino primário no período de 1950-60 na Bahia.

<sup>64</sup> Ver, a respeito o trabalho de Rosario Silvana Genta Lugli (2002), que faz essa discussão sobre o Congresso e a Campanha dos três mil na Bahia.

Nessa conjuntura, a tese de Amabilia apresentada no Congresso de Educação, apresentava uma crítica à situação do professorado na Bahia e causou polêmica, conforme observações isoladas nas atas de reuniões de diretoria da Sociedade Unificadora do Professorado Primário (Bahia) – onde consta uma mensagem enviada ao I Congresso por um professor de Salvador <sup>65</sup>, em que este afirma que não estava de acordo com o texto apresentado pela professora no evento. Entretanto, os termos da proposta levantada pelo professor descontente não foi incluída nas pautas de discussão por ter chegado tarde à Comissão Organizadora do evento <sup>66</sup>.

Assim, o objetivo último dos Congressos seria o de solucionar os problemas do ensino primário, o que só seria obtido quando os professores primários deixassem de ser estaduais para se tornarem nacionais, os programas da escola primária fossem padronizados, o livro didático unificado, quando houvesse assistência ao professor do interior e das zonas suburbanas da capital e se proporcionasse ao professor “meio de vida condizente com a sua função, de modo a não desviá-lo de seu *mister* para cobrir necessidades imprescindíveis” (FONTOURA, 1954, p.2).

Nesse sentido, todas as sugestões encontravam-se interrelacionadas, constituindo a proposta de melhoria do ensino primário, que implicaria na centralização pelo Ministério da Educação das contratações e remoções para as escolas de todo o país “de acordo com as necessidades do ensino, sem política, sem pistolão e sem o prestígio dos coronéis.” (FONTOURA, 1954, p. 4). Pareceu-me<sup>67</sup> um indício significativo das repercussões da tese de Amabilia ao Congresso, afinal era proposta não só como forma de solucionar os problemas da educação pública, também era pensada como um meio de proporcionar aos professores certa mobilidade para compensar a inexistência de uma carreira digna, valorizada e com uma remuneração que fizesse jus ao seu trabalho.

---

<sup>65</sup> Não há na documentação analisada, o nome do professor.

<sup>66</sup> Infelizmente nas atas levantadas não conseguir nenhuma informação substancial sobre a tal proposta do professor. Quanto à crítica que este fez a Amabilia, foi em relação ao termo de ela teria utilizado para que o professor tivesse uma certa “mobilidade”, principalmente ao professor do interior e das zonas periféricas da capital, pois eram os menos valorizados. Me pareceu na análise dessa documentação que este professor não via com bons olhos a padronização aos programas das escolas primárias e não era a favor da centralização pelo Ministério Educacional das contratações e remoções para as escolas de modo geral de acordo com as suas necessidades, pois isso implicaria em perder privilégios para alguns professores.

<sup>67</sup> Uso esse termo porque não tive acesso a sua tese por conta da perda de todo material que a polícia levava a cada batida em sua casa, mas em muitas conversas com a própria Amabilia e um ou outro recorte que eu conseguia levantar durante a pesquisa, me mostravam essa correlação entre o teor da tese para uma verdadeira melhoria no ensino público e a discussão que Fontoura (1954) traz sobre o congresso.

Nesse mesmo período o Brasil tinha completado o período de governo dos substitutos de Vargas <sup>68</sup> e logo foram realizadas novas eleições presidenciais em 1955. Os vencedores foi a chapa Juscelino Kubitschek/João Goulart, ambos pela coligação de partidos com origem getulista. A Bahia era governada por Juracy Magalhães <sup>69</sup> (1959-1963), foi uma fase de industrialização do Estado, com um processo de mudança do perfil econômico e político. Juracy Magalhães nessa ocasião teve um papel importante na condução de um movimento reformista que absorvia, entre outros, a reforma agrária, a reforma administrativa, a reforma tributária e a reforma eleitoral. Ao assumir o governo, procura articular um espaço político adequado na esfera federal utilizando, tanto a força nacional do seu partido, quanto o seu trânsito junto às lideranças pessedistas que a pacificação e a entrega de secretarias de Estado ajudavam a consolidar (CARONE, 1974).

Apesar de ter conseguido um forte apoio entre as oligarquias locais, o governo de Juracy Magalhães era considerado muito conservador por parte de um grupo da população que era contrário ao governo e, nessa conjuntura, esse segmento que se opunha ao seu governo começaram a se organizar em tímidos movimentos e passeatas de reivindicações para que a população obtivesse maior consciência política e lutasse pelos seus direitos. No início da década de 60 veio a alternância na direção da SUPPE, que era um órgão de classe em prol da luta do professorado e um grupo do recôncavo (profissionais de Nazaré das Farinhas e Santo Amaro da Purificação) com maior desenvoltura política, tinha uma condição de vanguarda, de luta em oposição ao governo, lança o nome de Amábilis à presidência da Sociedade Unificada dos Professores Primários. Porém esse processo de campanha para eleição foi interrompido bruscamente, pois em poucos meses veio o golpe de Estado, o qual ficou conhecido como o golpe de 31 de março de 1964 (ALMEIDA, 2009).

É o ambiente propício para o surgimento de uma nova forma de hegemonia e do patriarcado, posto que ele subjazem as principais instituições do país naquele momento do golpe, com as tensões e os conflitos que o regime militar provocou na população. Essa nova forma de hegemonia militar e esse novo patriarcado designam uma nova forma de organização social centrada mais uma vez, no poder exercido pelos homens dominantes,

---

<sup>68</sup> Período conturbado entre o suicídio de Getúlio Vargas em 1954 e o golpe militar em 1965. Ver, a respeito, Patrícia Carneiro S. M. de Carvalho (2005), dissertação sobre Juracy Magalhães.

<sup>69</sup> Foi um dos comandantes da Revolução de 30. Era formado em medicina, Cearense, foi nomeado interventor da Bahia em 1931, e em quatro anos depois, eleito governador do Estado, pela Assembléia Constituinte, na legenda do Partido Social Democrático (PSD), mas renuncia ao governo por discordar do golpe de 1937, promovido por Getúlio Vargas, ao implantar o Estado Novo. Voltou às atividades militares, porém, durante a Redemocratização, licenciou-se do Exército para organizar a União Democrática Nacional (UDN).

subordinando e hierarquizando os demais, além da dominação cultural, também a dominação social das mulheres, oprimidas, torturadas e perseguidas pelos novos donos do poder.

Nesse contexto de luta e conflitos, se faz necessário pensar acerca do termo experiência<sup>70</sup>, no que tange a trajetória de Amabilia, no qual buscamos explicitar que a idéia de formação humana passa, necessariamente, pelas interações sociais construídas pelos sujeitos, ou seja, os indivíduos e seus grupos, em seu cotidiano, por meio de práticas e instituições relacionadas às formas como as relações sociais e suas representações se articulam nas diferentes formações sociais, no qual a experiência se ocupa, em sua prática cotidiana, da formação da consciência social e de suas tensões existentes. Assim, o processo identitário não funciona isoladamente e se entrelaça com vários fatores, outras influências que Amabilia sofre em sua trajetória.

Nesse sentido, Contreiras tinha conhecimentos humanistas e criou-lhe influências de lutar pela paz e buscar sua participação social e política nos movimentos. Amabilia ressalva que sempre quis que o marido desse mais atenção a ela e a família do que ao partido, mas não tinha jeito, e confessa “como eu não ia mesmo mudar sua forma de atuar politicamente, tratei de me preparar para, em qualquer circunstância, assumir o comando da família, Luiz sempre conversou muito comigo”. Nessas conversas Amabilia foi incentivada a se desenvolver e a buscar seu espaço em relação à situação das mulheres no mundo socialista.

Desta forma foi Contreiras quem chamou sua atenção para a luta em prol das mulheres, pois tinha uma compreensão da necessidade de valorização feminina, o que já estava sendo discutido dentro do Partido Comunista naquela época. Revelador (devido a força de trabalho que a mulher podia ocupar dentro e fora do partido, além de aumentar o número de membros, logo viram que a mulher podia ser muito útil) é o discurso pronunciado por Luiz Carlos Prestes (1945) sobre a fundamental participação feminina dentro do partido:

Entre nós, comunistas, é urgente acabar com a subestimação política do papel da mulher na luta pelo socialismo e, mais imediatamente, pela União Nacional para o progresso e a democracia, pois, para o nosso Partido é tarefa imediata aumentar de maneira considerável seus quadros femininos e elevar aos seus organismos dirigentes o maior número possível de mulheres comunistas, especialmente operárias, empregadas e camponesas, porque só assim nos ligaremos de fato com a massa trabalhadora feminina e chegaremos a mobilizar a metade do nosso povo, justamente a mais sofredora, oprimida e explorada.

O discurso de Prestes discorre sobre a importância da participação das mulheres dentro dos partidos e reflete uma problemática<sup>71</sup> antiga acerca da necessidade de uma

---

<sup>70</sup> Optamos por fazer uso do conceito de experiência de Thompson e Scott no decorrer do estudo.

<sup>71</sup> Para compreender melhor acerca desta problemática feminina dentro do PCB, ver: (COSTA, 1981).

emancipação feminina, com uma atuação mais consciente do partido junto às mulheres que não eram vistas pelos membros do partido políticos, como militantes comunistas tendo as devidas chances de progredir politicamente como ativista dentro do partido. Nesse sentido, Prestes reconhece o erro das concepções antigas que tinha o partido sobre essa problemática feminina no que tange ao papel da mulher na sociedade e a grande questão sobre a divisão do trabalho por sexo dentro dos partidos.

Cabe destacar que o engenheiro Luiz Fernando Contreiras de Almeida não foi uma mera testemunha dos embates políticos do Brasil do século XX, mas, acima de tudo, um homem ativo das lutas pelas transformações sociais do país. O depoimento do professor Paulo Fábio Dantas nos revela um pouco mais sobre o perfil desse militante comunista que Amabilia fala com emoção:

Primeiro eu conheci Contreiras de nome. Eu era militante do PCB, quando era estudante (...) Só vim a conhecê-lo pessoalmente depois que ele saiu da cadeia, em 1977. Eu estava saindo da faculdade e começava a tomar contato com o trabalho do MDB e passei a vê-lo mais de perto, em 1978 (...). Foi quando eu comecei a encontrar Contreiras no comitê e nas atividades de campanha. Nesse momento, o PCB sofria de restrições de segurança na sua organização, de modo que só passei a conviver diretamente com Contreiras a partir de 1979, 1980, aproximadamente, já como companheiro de direção do partido. Não é muito comum encontrar um militante como Luiz Contreiras, cuja inserção no partido se nos anos 40. (...) É muito raro encontrar um militante ininterrupto, como Contreiras, que, em nenhum momento, teve um hiato de militância e viveu diretamente as várias fases do partido, sempre fiel e solitário a esta história, ao mesmo tempo com uma capacidade de renovar o seu pensamento e até de acompanhar as mudanças do pensamento da própria luta socialista. Em nenhum instante vi Contreiras em posições recalcitrantes, em posições sectárias. Ele sempre foi um homem extremamente aberto para discutir as mudanças. (...) Contreiras estava acima do maniqueísmo. Isso como militante. Ele não precisava ser comunista para ser indivíduo que, como cidadão, lutaria a favor das causas democráticas, da liberdade, da democracia, da justiça. É muito difícil apontar, na constituição dele, aquilo que ele aprendeu no partido e aquilo que ele levou para o partido como uma propensão pessoal. Quando alguém, como Contreiras, junta uma causa racionalmente formulada com uma personalidade generosa, por sua própria constituição, o perfil do militante se completa<sup>72</sup>.

No depoimento de Paulo Fábio percebemos como Contreiras, militante do Partido Comunista Brasileiro, viveu constantemente sob perseguição. Enfrentou tempos sombrios na ditadura, em defesa dos seus ideais, sem transigir no combate às forças retrógradas. Militante disciplinado amargou a prisão por três vezes, as torturas e humilhações de que foi vítima no regime militar, sem jamais abdicar da crença no socialismo democrático e nos ideais de liberdade e igualdade. Um homem aberto a mudanças e à autocrítica que influenciou

---

<sup>72</sup> Paulo Fábio Dantas Neto (Cientista político, ex-dirigente do PCB e do PPS e professor da UFBA). Depoimento ao jornalista Elieser César para ocasião do livro: “Contreiras, camarada engenheiro: uma história de luta e coerência”. Salvador, 2009.

Amabilia na participação para a luta social. E como ela própria destaca a associação dessa influência com a vida política possibilitou a ela realizar a passagem da “Consciência de Gênero” para uma “Consciência de Gênero Feminista”, ao qual discutiremos no próximo capítulo.

## **2. AMABILIA E OS MOVIMENTOS DE MULHERES: A CONSTRUÇÃO DA “CONSCIÊNCIA FEMINISTA DE GÊNERO”**

Neste capítulo proponho a contextualizar as discussões acerca da participação de Amabilia nos movimentos de mulheres a partir da década de 50, no qual faço a discussão de como ela passa de uma consciência de Gênero para uma “construção de uma consciência feminista de gênero”. Para tanto, discuto o seu afastamento compulsório do serviço público pelo golpe de 64, suas lutas e resistências ao regime militar. Destaco ainda em sua trajetória, as dificuldades passadas com os filhos quando o companheiro é preso pelo regime por duas vezes e os movimentos em prol da anistia. Analiso, por fim, o contexto de criação das ONGs femininas, dando ênfase às associações femininas em que ela desenvolveu um trabalho ativo enquanto sujeito político nos jogos do poder na Bahia.

### **2.1 JOGOS DO PODER: A PARTICIPAÇÃO POLÍTICA DE AMABILIA**

Em março de 1964, ocorreram muitas mudanças na vida das pessoas e Amabilia, já engajada nos movimentos educacionais e preocupada com a situação da sua classe, é procurada no mês de abril desse mesmo ano, pelas colegas de ofício para que comande uma reivindicação a favor do pagamento salarial dos professores que, sem explicação, foram suspensos. Em meio à gravidade da situação, ela resolveu, em conjunto com os professores (as), tomar uma providência e comanda uma caminhada que segue da Rua da Ajuda ao Palácio da Aclamação, indo ao governador pedir uma explicação. Nesse sentido, Almeida (2008) relata:

Tive que comandar uma caminhada e lá fomos nós. Só que o governador, Lomanto Júnior, estava sitiado. Teria que se definir se ficava com Jango ou com o golpe. Foi

uma situação muito tensa, lá dentro do Palácio. Só então, comunicadas pelo Coronel Lourildo, é que tomamos conhecimento da gravidade da situação. Mas, falamos com o Lomanto, que assegurou o pagamento em 48 horas, após. Penso que era o tempo que ele precisava para tomar sua decisão. Ficou com os golpistas.

No depoimento percebemos o contexto de tensão política que se instaurou na Bahia no início de março de 64. Notamos também, a liderança de Amabilia perante a sua classe e a sua determinação e coragem no enfrentamento de tal situação. Nesse mesmo contexto, a professora Iracy Picanço (2008), relata com muita emoção, esse acontecimento que envolveu ela e Amabilia no início do período da ditadura militar:

Logo após a deflagração do golpe militar, nós professoras primárias saímos numa passeata pela legalidade, pela Rua Chile e fomos até o Palácio do Governo, para pedir ao governador que ele ficasse com a legalidade. Na Bahia foi à primeira manifestação em torno da questão do golpe (a professora chora... muita emoção). E aí fomos para o Palácio. Chegando lá, solicitamos que liberassem Amabilia porque era a grande líder do movimento dos professores e candidata a presidente da nossa entidade a SUPP. Isso era de manhã e não saímos, ficamos o dia todo, professoras, mães de família, o dia inteiro na porta do Palácio, queremos Amabilia, queremos Amabilia! E só saímos quando ela foi liberada, foi um acontecimento, e só saímos quando Jutay Magalhães, pai desse Jutay Júnior que era da UDN, nós queríamos a nossa líder. Foi quem negociou e conseguiu liberar Amabilia, e quando ela veio era o êxito nosso, o primeiro êxito contra o golpe, o êxito nosso na manutenção da defesa de nossa liderança que era Amabilia. Eu acho que historicamente isto precisa ser registrado, foi um acontecimento extremamente bonito <sup>73</sup>.

Assim, a passeata era tanto pela legalidade como também pela questão salarial, portanto, Amabilia e Pestana Filho apud Picanço (2008) compartilham da mesma idéia:

Eu não cheguei a ser presa, o que houve foi um mal entendido, pois quando tomei a frente pra falar com o governador no Palácio, entrei com uma comissão e o restante das mulheres, tinha uma multidão lá fora, ficaram do lado de fora do palácio esperando a negociação. O problema foi que eu demorei a sair, levou horas lá dentro, foram mais de 6 horas de negociação, pois o governador estava sitiado e de lá eu não podia sair sem a resposta dele em relação ao salário e também queria saber da legalidade e por conta da demora, às mulheres que estavam esperando do lado de fora, acharam que eles tinham me detido, pensaram que eu estava presa pela subversão, mas eu fiquei detida por conta da negociação com Lomanto e de repente a gente, de dentro do Palácio começou a ouvir as vozes das mulheres lá fora gritando que queriam a minha libertação. Depois das 15 h da tarde, tudo se resolveu, Lomanto mandou pagar os salários e eu pude sair do Palácio e me juntar as demais companheiras. <sup>74</sup>

---

<sup>73</sup> Iracy Silva Picanço (Professora titular do Departamento de Educação), em entrevista a Elpídio Pestana Filho, que gentilmente me cedeu uma cópia da entrevista em outubro de 2008 para o desenvolvimento desse capítulo.

<sup>74</sup> Amabilia Almeida. Depoimento a autora em dezembro de 2010.

Na fala de Picanço (primeiro depoimento) percebemos as implicações do início do regime que tinha se instaurado na cidade. Nesse sentido, o governo ditatorial, oriundo do golpe militar, combinou, em maior ou menor escala, drástica repressão policial aos movimentos sociais, às reivindicações dos trabalhadores e às liberdades democráticas em geral, com diretrizes e medidas de política econômico-financeira de inspiração igualmente conservadora. Esse regime arbitrário, como se sabe, adotou como objetivo central barrar as reivindicações e as conquistas das massas trabalhadoras, e se apoiou na manipulação do discurso ideológico típico da Guerra Fria.

O momento era tenso e, muitas vezes, assustador, pois não só na Bahia, como o Brasil de modo geral, em março de 64, o termômetro político marcava altos picos, resultado das mobilizações e conflitos, cada vez mais, exacerbados entre os nacional-reformistas “pró-Goulart” e os conservadores “anti-Goulart” (DANTAS NETO, 2004). Esse clima de radicalização entre esquerda e direita ocorreu exatamente no auge da Guerra Fria, que opunha Estados Unidos e União Soviética. Preocupada com uma eventual guinada do Brasil para a esquerda, a Casa Branca, então acompanha os acontecimentos. As notícias que chegavam através dos jornais já traduziam um clima de extrema gravidade política. Segue manchetes que foram notícias destacadas nas matérias levantadas nos principais jornais que circulavam em Salvador no período da ditadura.

Na primeira página do jornal **Estado da Bahia** saiu: “*JG aos sangrentos: Meu mandato é do povo, ninguém tira.*” O jornal era dirigido por Paulo Nacife e apresentava uma linha editorial de jornal informativo e independente. Contudo, na virada do dia 31 para primeiro de abril, muitos jornalistas não sabiam o que realmente se passava nos bastidores do poder. Os dirigentes dos jornais baianos procuravam manter a ordem natural das coisas, que se traduzia em manchetes contundentes como a destacada. A demais, o 31 de março nos jornais traziam o anúncio do golpe na Bahia e notificava aos leitores os rumos que a “revolução” estava tomando no Estado baiano.

O jornal **A Tarde** noticiou: “*Acatamento à hierarquia legal, pede Goulart*”. Faz-se necessário aqui, ressaltar que em 1964, as notícias chegavam basicamente aos lares baianos por meio do rádio e de jornais impressos<sup>75</sup>. O fato é que no dia primeiro de abril de 1964, em todos esses jornais que circulavam por Salvador saiu publicado uma nota oficial assinada pelo

---

<sup>75</sup> Dos jornais da época- cinco na capital (Tribuna da Bahia, Jornal da Bahia, Diário de notícias, Estado da Bahia e A Tarde), apenas A Tarde possuía máquinas de teletipo, sistema de comunicação que recebia notícias de agências internacionais. Os textos vinham em inglês e eram traduzidos por Jair Gramacho que era baiano de Santa Maria da Vitória, nascido na década de 1930, foi professor universitário e tradutor, trabalhou na Biblioteca Nacional.

governador Lomanto Júnior. A nota defendia a legalidade democrática, o que caminhava no sentido contrário ao novo governo, o dos golpistas militares. O governador da Bahia era tido como janguista. Dessa sorte, conta o jornalista Sebastião Nery (2004) que Lomanto redigiu a nota de solidariedade a Jango porque ambos eram do mesmo partido, o PTB. Na avaliação de Nery, este teria sido um dos motivos que o levaram ao apoio inicial. Segundo o jornalista João Carlos Teixeira Gomes, essa atitude não impediu que corresse o boato de que, no Palácio da Aclamação, foram redigidos dois manifestos: um a favor e, outro, contra João Goulart, tamanha era a incerteza dos acontecimentos e a língua ferina dos adversários. A existência de dois manifestos foi veemente negada, posteriormente, por Lomanto (NERY, 2004).

O golpe de 64 causou forte impacto na sociedade política baiana. Reorientou a linha política administrativa do governo estadual, cassou mandatos, recuperou a influência nacional de Juracy Magalhães e converteu Luís Viana Filho e Antônio Carlos Magalhães em influentes quadros políticos da revolução (Nery, 2004). Nesse contexto, a Bahia experimentou os efeitos do movimento civil-militar de 1964, como no restante do Brasil, este golpe incidiu sobre uma realidade caracterizada pelas contradições e conflitos típicos de uma sociedade de base essencialmente tradicional em um momento crucial de seu processo de modernização. Tais contradições perpassavam o mundo político e social baiano às vésperas do dia 31 de março e se manifestavam no seio da administração do governador Lomanto Júnior (DANTAS NETO, 2004).

O governo de Antônio Lomanto Júnior se constituiu como resultado do triunfo da coalizão UDN-PTB <sup>76</sup>sobre o candidato do PSD, Waldir Pires, nas eleições estaduais de 1962. Sustentada pelos círculos conservadores da política e da sociedade civil baiana de então e tendo como “padrinho” eleitoral Juracy Magalhães — na época governador, liderança da UDN e adversário do presidente João Goulart —, a candidatura de Lomanto engendrava desde o início o paradoxo de incluir em sua chapa o PTB baiano, partido que, conquanto fosse hegemonizado na Bahia por sua ala menos “progressista”, era também o partido do primeiro mandatário da República (DANTAS NETO, 2004).

Inversamente, o Partido Social Democrático, que se notabilizava nacionalmente pela moderação de suas propostas e por um posicionamento de centro, trazia impressa na fisionomia política de seu candidato a marca do comprometimento com o reformismo econômico-social e abertura às demandas populares do ex-ministro do Trabalho de Getúlio

---

<sup>76</sup> Integravam esta aliança ainda dois partidos menores: o Partido Republicano (PR) e o Partido Libertador (PL), ambos surgidos do seio da própria UDN.

Vargas. De imediato, pode-se perceber que o descolamento destas duas formações partidárias em relação às suas matrizes nacionais desejava a possibilidade de problemas no relacionamento bifrontal que qualquer um dos candidatos eleitos haveria de manter, por um lado, com o governo da República e, por outro, com suas bases eleitorais (ARAÚJO, 2008).

O próprio governador Lomanto Júnior chegou a se reunir com sindicalistas na sede do Jornal da Bahia na suposta expectativa de organização de um movimento de defesa do mandato do presidente Goulart, mas acabaria tendo de se conformar ao novo estado de coisas nos dias que se seguiram. Como estímulo a esta decisão, foi despojado, pelo comando militar, do controle sobre a Polícia Militar baiana e visitado no Palácio da Aclamação pelo general de Brigada Manoel Mendes Pereira que, muito provavelmente, o confrontou com duas alternativas: a adesão ao golpe ou sua destituição. No dia 2 de abril de 1964, o governador comunicou pessoalmente pela televisão ao povo baiano seu apoio à “Revolução”. A mesma sorte não teve o prefeito de Salvador, Virgildásio Sena, partidário da UDN, que no ambiente volátil da política partidária baiana, havia se manifestado em favor das reformas de base. Destituído do cargo e confinado na sede da VI Região Militar, teria ainda seus direitos políticos cassados. Por outro lado, cabe assinalar, que o golpe de 64 acelerou transformações na dinâmica do poder neste estado. O triunfo da conspiração de Mourão Filho representou, no plano local, a derrota do “populismo moderado” de Lomanto Júnior e o colapso da política pendular da ala liberal da UDN (FERREIRA, 2004).

Com a formação do Governo Castelo Branco, ascende ao primeiro plano da política baiana, aumentando concomitantemente sua influência política na esfera federal, a facção conservadora de Luiz Viana Filho. Com a decretação do AI-5 e a posterior formação do governo de Garrastazú Médici, criaram-se as condições para a ascensão ao poder de forças mais afinadas com as novas diretrizes federais. Diretrizes que pressupunham a superação de todo o legado da república liberal com o seu tortuoso contraditório parlamentar e os complexos e demorados processos de constituição de maiorias políticas para a tomada de decisões. Tratava-se de “evoluir” para um sistema de administração pública verticalizado, ágil, centralizado e capaz de atender às demandas de um novo ciclo de desenvolvimento econômico acelerado, concentrador e excludente. Nestas novas condições, o tecnocrata deveria ocupar o lugar do político no plano das decisões administrativas (FERREIRA, 2004).

Amabilia Almeida (2008) relata de que maneira tomou consciência do momento que estava vivenciando,

Quando descíamos aos grupos cada um tomando seu rumo passamos pela Piedade. Ali é que vimos que era muito grave a situação, porque havia tanques localizados nas portas dos Sindicatos dos Petroleiros, invasão de outros sindicatos. Havia um clima policialesco na cidade. Fomos para nossas casas após saímos daquela manifestação em favor do nosso pagamento, e ao chegar ligamos o rádio para saber o que estava acontecendo, principalmente nós que éramos de esquerda. Meu marido pertencia a um partido na clandestinidade e aí foi muito difícil. Éramos pessoas ligadas ao governo de João Goulart. Foi um corre-corre, esconde-esconde, todo mundo tomando suas precauções. Eu me lembro que no outro dia às 6 horas da manhã, Luiz já não estava em casa, já tinha saído para um lugar que eu mesma não sabia onde ficava. Uma pessoa ligada ao PCB passou na minha casa e disse: “Amabilia seu nome está na lista dos que vão ser presos. Caia fora antes que isso aconteça”. Dentro de meia hora botei os meninos no carro e não tive tempo de pegar nada. Joguei a chave na casa de minha irmã que morava vizinha, dizendo: “Não deixa ninguém quebrar nada, se chegar aqui você manda entrar, pois sei que eles vão dar uma varrida aqui atrás de mim e de Luiz”. Para minha sorte quando saía com as crianças passei pelo Jipão do exército. Olhei para trás e eles estavam saltando na porta de minha casa. Então por questão de segundos eu não fui presa com meus filhos. Tivemos de sair da cidade e passamos 60 dias fora. A partir daí impantou-se um terror enorme, muitas pessoas foram presas, o prefeito da cidade, Virgildásio Sena e tantos outros aí é como já se sabe o que foi a época do terror da ditadura.

Nessa conjuntura política pela qual passou o estado da Bahia, Amabilia teve que se afastar de Salvador e das filhas, teve que se esconder, para evitar a prisão e não ser levada como o marido. Quando o PCB tentou se reorganizar, Contreiras e muitos companheiros foram presos. Ela nos conta que foi muito difícil, porque teve que se dispersar das crianças, deixá-las na casa dos parentes, foi 60 dias sem as meninas. Teve que se esconder por um período e levou apenas Luiz, seu filho, na fuga para Minas Gerais, foi pedir abrigo na casa de seu irmão, numa fazenda dele, Liana a mais velha ficou em Cruz das Almas na casa da irmã e Lis Anete, a mais nova, ela deixou na fazenda em Jacobina com Maria da Conceição. Porém ela ficou apenas oito dias na fazenda de seu irmão Joaquim, pois ele também era envolvido na política local e a região de Minas estava complicada também, por esse motivo decidiram que era melhor voltar para Bahia, mais especificamente em Feira de Santana e ficar numa propriedade de seu pai por um tempo, até as coisas se acalmarem em Salvador. Mais tarde, quando a situação tinha serenado um pouco, Amabilia voltou pra capital, por causa das crianças e então resolveu se apresentar as autoridades do quartel. Conforme seu relato, Almeida (2008):

Eu pensei: Não posso ficar tanto tempo sem meus filhos cada um num lugar, minhas crianças estão precisando de mim, tenho que reorganizar minha vida, dê no que der eu vou me submeter a responder ao inquérito acompanhada do meu advogado. E foi assim que eu fiz. Vim embora do interior, da casa dos meus pais na fazenda e com o Dr. Jaime Guimarães (advogado já falecido), me apresentei ao Quartel General na

Mouraria. Fui ouvida várias vezes, queriam saber qual era minha atuação e eu contava tudo que tinha acontecido na minha trajetória, não tinha nenhuma subversão, tinha só o desejo de valorização do professorado. A minha questão era só com a educação. Então eles transformaram isso num inquérito policial militar e aí, por força do Ato Institucional nº 2 que afastava todos aqueles que eram funcionários públicos das suas funções, que eles consideravam que tinham algum envolvimento ou participação em sindicatos, órgãos de classe. O que eles queriam mesmo era afastar as lideranças. Então por força desse Ato Institucional fui aposentada compulsoriamente com apenas 16 anos de serviço. Aí eu parei e pensei: O que é que eu vou fazer agora?

O depoimento de Amabilia revela o quão era difícil para uma mulher se envolver nos movimentos de esquerda, especialmente se tivesse família e filhos. Nesse sentido, se faz necessário enfatizar que as lutas feministas passam pelas necessidades práticas de gênero das mulheres. Uma dessas questões de gênero diz respeito à maternidade, uma função distinta da mulher, embora seja vista como a principal, senão a única forma de realização para o sexo feminino. Nesse sentido, o enfoque prioritário é o papel das mulheres na esfera doméstica relacionado fundamentalmente a maternidade.

A entrada das mulheres no mundo do trabalho é uma necessidade imperativa dos tempos, tanto por questões econômicas quanto de ordem pessoal e subjetiva. São justamente estas últimas as que mais nos interessam, pois elas dizem respeito ao lugar de sujeito que as mulheres vêm buscando. A presença feminina no mundo do trabalho, lugar considerado masculino porque associado ao espaço público, certamente oxigenará este espaço pela introdução de posturas e questões associadas ao gênero feminino em nossa cultura, como a subjetividade e a maternagem<sup>77</sup>.

Distinga-se maternagem de maternidade, pois elas são duas instâncias distintas da criação e educação de uma criança. Já a maternidade, é algo mais amplo que se refere ao desejo da mãe de gerar uma criança e dar-lhe sentido de viver. Maternagem e maternidade são confundidas em uma só posição para grande parte das pessoas em nossa sociedade, que vêm na reprodução feminina um dos principais empecilhos da vida profissional das mulheres (NEDER, 2005).

Através do papel de mãe, a mulher tem que se ajustar para cuidar da prole, para melhorar o bem estar da família, especialmente das crianças, e caso isso não seja possível, ela se culpa, pois se depara com a dor da culpa de não cumprir integralmente tarefas relativas ao cuidado dos filhos. Por isto, muitas deixam de ingressar no mercado de trabalho e a maioria das mulheres que são mães, nem sempre investem com toda sua potencialidade na vida pública porque são acuadas pela sensação de descumprimento do que consideram sua

---

<sup>77</sup> Compreendemos por maternagem os cuidados materiais e biológicos com os filhos.

principal atribuição: estar ao lado dos filhos. Para muitas, este é o lugar que o imaginário social lhes destina. Indiscutivelmente, filhos, pequenos ou grandes, exigem muitos cuidados (FONSECA, 2006). E isto se expressa na fala de Amabilia, quando afirma ter sido a preocupação com os filhos o motivo central para a sua volta a Salvador e procurar as autoridades militares.

A maternidade, no seu núcleo, é um espaço de acolhimento, isto é, o da segurança da existência de um lugar de desejo para a vida da criança. Por mais difícil que pareça, a maternidade não está atrelada a uma só pessoa. Trata-se, com efeito, de uma função, denominada função materna, que é exercida por todos para os quais nossa presença no mundo é significativa, mas essa é uma discussão que pretendo não aprofundar aqui. A dimensão de gênero é, dessa forma, definidora de um modelo de maternidade/maternagem em que há uma grande centralidade dos filhos no projeto existencial dessas mulheres, levando-as a não pouparem esforços para garantir a reprodução do seu grupo doméstico, independentemente da presença masculina. Observa-se que a identidade da mulher está muito relacionada à identidade de mãe, ocorrendo uma representação da maternidade como algo sagrado, o que termina por provocar um deslocamento de um papel cultural como se fosse algo próprio da natureza da mulher (processo de “culturalização da natureza”).

A mesma ideologia de gênero contribui ainda para legitimar esse papel da mulher, fazendo com que estas se sintam muitas vezes responsáveis exclusivas pelos "seus" filhos, o que termina por fazê-las indivíduos ainda mais dóceis à marginalização, aceitando mais facilmente que aos homens não competem essa tarefa. São elas, dentro do grupo doméstico, as mais dispostas a sacrifícios, muitas vezes não medindo esforços, para que os filhos possam permanecer na escola e venham a conquistar níveis mais altos de escolarização (BADINTER, 1985).

No entanto, ao vivenciar novas práticas sociais, as mulheres passam a redimensionar sua própria experiência cotidiana, estabelecendo processos de negociação, transformando-se, num certo sentido, em sujeitos de sua própria vida. Isso significa a construção de novas representações sociais sobre si e sobre o mundo que as cerca, o que leva à ampliação da consciência de que, como pessoa, "tem direito a ter direitos". Nesse sentido, buscam resgatar uma dimensão de sua existência que lhes vêm sendo negada, pela rigidez das hierarquias de gênero e classe. Isso se refletiu na vida de Amabilia, manifestando-se de forma latente, essa nova prática social no seu papel de mãe como verificamos anteriormente na preocupação com os filhos que havia se separado por motivo de segurança.

## 2.2 A ESCOLA EXPERIMENTAL: FAZENDO DA QUEDA UM PASSO PARA LIBERDADE

Quando fora afastada do serviço público pela ditadura, Amabilia não pensou em desistir da educação, pelo contrário, pensava numa forma de como poderia se reerguer daquela condição que o regime militar a havia colocado: “Vou dar a volta por cima! Não é essa quartelada que vai me derrotar, não posso ter uma função pública, mas nada pode me impedir de ter uma atividade particular”(Almeida, 2010). Nesse momento é que surge a idéia de fundar uma escola. Afinal, além de ter uma atividade, de se sentir útil, tinha a questão da sobrevivência. Ela precisa ter a sua renda, tinha a família para sustentar em caso de Contreiras lhe faltar por causa das prisões e do exílio frequente.

Logo que teve a ideia, falou com as companheiras de profissão que, como ela, eram seguidoras dos ideais de Anísio Teixeira. Suas colegas a apoiaram com entusiasmo e logo formaram uma sociedade para realização do plano. Luiz Contreiras, seu companheiro a incentivou e assumiu a parte técnica da construção, já que era engenheiro por profissão. O local já tinha, era um terreno grande localizado no bairro do Matatu onde moravam e o projeto foi do arquiteto Ari Pena Costa. Assim, com recursos escassos, cada um colocando o que podia. A construção da Escola Experimental nasceu em outubro de 1964 e no dia 14 de março de 1965 foi inaugurada. A escola começou com 16 alunos, ao meio do ano já eram 20 e não parou mais de crescer. A cada período de férias, cumpria-se uma etapa de ampliação da pré-escola até o fundamental.

A escola experimental nasceu em um período difícil no país, porém rico em inovações no campo educacional e Amabilia (2008) nos conta que era uma apaixonada pelas idéias construtivas educacionais e queria fazer a diferença com a experimental,

Estudava-se muito analisando os diversos sistemas. Experimentava-se o bastante, queríamos respeitar as individualidades no nosso espaço escolar. Na época, nós estudávamos muito para implantar uma coisa nova, em que a educação não se limitasse ao quadro e giz, que fosse uma escola participativa, que houvesse discussão, experimentos, que a gente pudesse tirar os meninos de dentro da sala de aula e mostrar o mundo lá fora. O apoio das famílias sempre foi um grande estímulo, pois a escola construtivista tem que estar permanentemente em contato com a família, apresentar o que está propondo para a criança e estar aberta a sugestões, porque o pai também é especialista, entende a educação. Por isso a experimental era diferente, era uma escola avançada no seu tempo, e que teve seu conceito firmado entre os que fizeram opinião sobre a educação, pessoas intelectualizadas ou não, que buscavam a Experimental porque queriam o melhor para seus filhos.

Nesse sentido, cruzamos outros depoimentos de professores e pais que viveram junto com as crianças o contexto da Experimental e é notório que a escola era um espaço diferente, como ressalta Maria Helena, uma das mães que tinha filhos na Experimental:

Meus filhos estudaram lá, eu achava maravilhoso. A experimental era uma escola diferente das outras, tinha uma concepção mais leve, tinha grupos de teatro, tinha toda uma valorização da parte pedagógica, de transformação da sociedade e debate mais livre, tinha um respeito pela diferença, tinha um olhar pedagogicamente mais correto e os pais tinham participação efetiva, isso era muito importante para nós que queríamos um mundo mais justo e filhos conscientes e bons para um novo mundo.<sup>78</sup>

No depoimento de Maria Helena podemos ver o quanto os pais confiavam na conduta da escola e acreditavam nessa nova concepção proposta pela direção da instituição e pelo profissionalismo coerente e toda a parte didática do funcionamento das atividades no espaço escolar. Ao conversar com um ex- professor Washington Queiroz sobre a figura de Amabilia e a ideologia desse espaço institucional ele nos faz algumas confissões e considerações que merecem ser registradas:

O ano que eu fui lecionar na experimental foi em 1979, veja bem, ainda era um período difícil, pois vivíamos aquele contexto de ditadura e tudo era muito delicado. Veja, eu era militante, estudante de biologia, líder estudantil, fazia parte do diretório do DCE e nessa época era muito complicado arrumar trabalho, pois quem era dos movimentos de esquerda, era carimbado como agitador... Daí fui contratado pra ensinar Ciências lá. Eu lecionei lá por 2 anos, e só pedi minha demissão porque em 1980 fui fazer uma pós em Antropologia Social e não podia conciliar... Nós éramos a segunda turma que estava lecionando naquela escola. Eu me lembro bem tinha um grupo de professores todos vinculados ao movimento político, ligados à esquerda, professores perseguidos, anistiados, políticos, gente que era considerado pelo sistema como subversivo. E ela (Amabilia), admitiu todos em sua escola, pessoas que poderiam trazer problemas para a escola, pois era um momento delicado ainda, se não, o mais delicado!<sup>79</sup>

Na fala de Queiroz, percebemos que Amabilia não se deixava vencer pelo regime e como ela tinha sido afastada compulsoriamente do serviço público sabia das dificuldades que era para conseguir um ofício nos tempos da ditadura, sentiu na pele o que era ficar desempregada e sem uma renda para sustentar os filhos. Dessa forma, pensava nos colegas de profissão, que precisariam de auxílio financeiro e de um espaço aberto para o novo e onde depositassem a confiança em sua capacidade e seu trabalho. Foi com esse pensamento político

---

<sup>78</sup> Maria Helena Souza – Formada em História, fez parte do PCB na década de 70 e se filiou ao Brasil Mulher em 1979, ex-superintendente de Políticas para Mulheres de Salvador. Seus filhos estudaram na Experimental na década de 80. Depoimento concedido em sua residência em Salvador em 01 de março de 2010.

<sup>79</sup> Washington Queiroz – Feirense, poeta, pintor, antropólogo, mestre em Ciências Sociais e Professor universitário. Entrevista concedida gentilmente a autora na Biblioteca Pública dos Barris em Salvador aos 25 de Fevereiro de 2010.

de resistência e solidariedade que ela enfrentava o sistema e admitia os colegas de profissão na sua escola. Em outro trecho do seu depoimento ele confirma a personalidade forte de Amabilia, conforme relato de Queiroz (2010):

Mas a Amabilia, essa figura de mulher revolucionária, sertaneja, lutadora e que vibra com as questões educacionais e direitos da mulher tem que ser encarada sobre vários ângulos: Primeiro, essa mulher forte, corajosa, que fez parte no cenário político. Segundo a Amabilia ideológica que tenho algumas considerações a fazer. Uma pessoa que queria sempre mais procurava mais, ousava, formadora, criadora, **mas que também tinha algumas posturas mais formais, mas deixa eu falar primeiro o exemplo e depois você vai entender porque faço essa ressalva.** Veja bem, a escola experimental tinha um espaço a ser ocupado e a gente fazia coisas interessantes por lá. Eu dava aula de Ciências da quinta a oitava série, ficava a manhã toda lecionando e às vezes eu saía da sala de aula e levava os meninos para a prática, saía do livro e levava para a realidade. Por exemplo; eu tive a oportunidade de fazer trabalho com os alunos onde eles foram apresentar no auditório da UFBA. Eles pegaram répteis, dessecaram ossos desses animais e nós fazíamos experimentos e eu levava a turma para apresentar em outros espaços, porque tinha liberdade e a escola acreditava nos professores nos dava esse espaço. Fizemos trabalhos interessantes, porque tínhamos abertura e os meninos se interessavam, meninos que eram considerados difíceis, sem interesse em estudar pelos pais. Nós viajamos por muitos lugares fazendo trabalho de campo, fomos até Jacobina, terra de Amabilia, pra ver a prática, no dia a dia. Daí, a escola até certa medida, dava um passo libertário e isso era dessa vontade de Amabilia de inovar, ela tinha uma confiança em nós professores, era uma coisa positiva nela.

Nesse trecho, Queiroz traz um pouco da personalidade da Amabilia diretora, a mulher que dirigia aquele espaço escolar e a militante, a figura que lutava pelos direitos da mulher naquele contexto ainda delicado da ditadura e a bravura de quem enfrentava ditames da ditadura e não temia empregar em seu espaço escolar pessoas consideradas subversivas pelo regime. Nos fala da sua força e destemor e das suas inovações educacionais e na confiança que depositava nos seus docentes, ao deixá-los aberto para inovar nas metodologias do ensino-aprendizagem na sala de aula. Isso é significativo, quando o professor Queiroz toca na questão de sair da teoria e ir para prática com os alunos (as). Nesse sentido, fica evidente que na escola eles valorizavam a realidade do aluno e o contato com o mundo lá fora, não sendo apenas subsidiado pelo livro didático, oportunizando, dessa forma, o despertar de outras habilidades nos discentes, enfatizando as suas múltiplas concepções de metodologias, enriquecendo os conteúdos e a bagagem intelectual de cada aluno (a). Em outro trecho Queiroz (2010) confirma essa liberdade que a escola proporcionava aos discentes:

Vou lhe dá um outro exemplo dessa liberdade... eu tinha um aluno que foi reprovado e ele não queria estudar aquela matéria, ele me disse que queria estudar astrologia – eu disse: Estude astrologia! Sua prova vai ser sobre esse assunto e eu dei oportunidade a esse menino porque acreditava que isso era bom pra sociedade, pra vida, um menino que queria saber, entender astrologia, isso é bom pro futuro da

humanidade, quem sabe ele não se tornou um homem importante com esse conhecimento... Pois eu marquei a prova, ele estudou e tirou a nota máxima, nem sei se a direção soube dessa mudança no assunto da prova, mas agora ficou sabendo (risos)! A linha da escola era uma certa liberdade, com uma orientação não muito dirigida, que era muito bom, talvez isso fosse um outro saque de Amabilia [...]

O professor traz mais um exemplo da educação libertadora que ele vivenciava no âmbito do ambiente escolar. Afinal, não existia a fiscalização cerrada por parte da direção da escola em relação às atividades no ensino aprendizagem dos alunos (as). Ainda que Amabilia dirigisse a instituição, segundo o depoimento de Queiroz, ela não era autoritária, não fazia uma gestão com braço de ferro, dava autonomia ao quadro de professores, apostava em suas concepções de ensino e talvez por esse motivo, não precisasse vigiar os mesmos e deixava-os a cumprir seus trabalhos. Na fala a seguir, Queiroz (2010) nos relata o outro lado da direção, uma postura formal que ele não esperava,

Mas, também tinha momentos de postura mais repressora como esse que vou lhe dá agora: Os meninos estudavam a questão da terra, da propriedade e do Estado e eu junto com o professor Machado que era de Ciências Sociais abominávamos aqueles livros com figuras incoerentes e consideramos que devíamos adotar um outro livro. Então, nós dois juntos, pois trabalhamos essa temática juntos, consideramos que o livro ideal para se trabalhar essa questão era o de Engels (o livro que ele se refere é o Federich Engels – A Origem da família, da propriedade privada e do Estado...) e aí passamos para os meninos comprar e quando ela soube da aquisição do livro mandou recolher todos os livros! Ela apreendeu os livros, isso de certa forma foi um susto pra nós. Ela dizia que os meninos não tinham reflexão para compreender sobre as questões daquele livro e nós argumentávamos que eles tinham. Esse é um exemplo da postura de que a escola não era tão libertária assim, a escola em momentos como esse, freava, censurava essas idéias. Mas, de maneira geral é uma mulher que faz falta hoje no nosso cenário baiano, uma mulher que faz falta até no aspecto que foi repressora. Acredito que a escola Experimental acrescentou muito a todos que passaram por lá, basta dá uma olhada em quem são os ex-alunos da Experimental. Diria que se a Bahia tivesse mais vinte escolas como a Experimental e mais vinte diretoras como a Amabilia, a Bahia não teria esse índice de analfabetismo e esse quadro de deseducação no cenário educacional. E Salvador, talvez fosse bem melhor.

Queiroz nos revela uma situação vivenciada num determinado momento no cotidiano escolar. Fica evidente que apesar de sua força e luta destemida conforme ele nos relata nos trechos anteriores, Amabilia também tinha receios. Ora, ela era vinculada a velha guarda, que a rigor tinha muito de tradicionalismo, existiam algumas posturas mais formais e ela não fugia disso, o seu vôo também tinha limites, também vivia a censura e, naquele momento específico, queria preservar a escola de uma repressão da ditadura. Não podemos esquecer o contexto do regime militar, onde as instituições eram acompanhadas pelos órgãos de repressão, além da ditadura tinha outra questão que era o conteúdo impróprio do livro para aquele ambiente e a faixa etária dos estudantes não condizia para tal discussão e Amabilia se

preocupava com a formação de seu corpo discente muito mais do que com a repressão, daí um dos motivos para recolher o livro.

Amabilia era uma figura conhecida pelos comunistas, participava e era vinculada aos movimentos de esquerda. Seu marido, era membro do PCB, já tinha sido preso por três vezes. Sua liberdade também tinha limites, porque a escola era uma forma de sobrevivência não só dela, mais de toda uma geração que vivia momentos delicados. Assim, muitas vezes, queria avançar, mais em outras tinha que recuar ser repressora, conter situações que poderiam lhe trazer problemas futuros. Acredito que essa postura era uma assinatura de Amabilia, uma mulher com uma identidade forte que sabia a hora de recuar e a hora de deixar fluir aquela liberdade que o seu espaço escolar oferecia a discentes e docentes.

Paralelo ao trabalho da Escola Experimental, Amabilia desenvolvia o seu trabalho social e político com toda a intensidade, vinculado ao movimento de mulheres. O seu envolvimento com as questões dos direitos das mulheres é ressaltado pelo professor Queiroz, ao defini-la como uma “mulher revolucionária, sertaneja, lutadora, e que vibra com as questões educacionais e os direitos da mulher”.

### 2.3 ENTRE PRÁTICAS E REPRESENTAÇÕES: O MOVIMENTO DE MULHERES NA DÉCADA DE 70

Amabilia já havia ingressado no movimento de mulheres antes do golpe como já sinalizei, foi uma das fundadoras e chegou a ser presidente, da primeira Organização Não Governamental (ONG) de Salvador na década de 50, registrada por Associação Feminina da Bahia<sup>80</sup>, cujo objetivo era defender os direitos da mulher, visando melhores condições de vida. Instituições semelhantes na época adquiriram novos contornos, baseados em um feminismo que se ampliou sustentando a tese de que a opressão à mulher não era um simples efeito biológico.

Na década de 1970 as reivindicações das mulheres aparecem com força crescente, em 1975 é criado o Movimento Feminino pela Anistia, a mulher se transforma em sujeito político, deixando de ser coadjuvante para ser protagonista. A memória dos “Anos de Chumbo” antecedeu o feminismo no Brasil, a presença das mulheres na luta armada era uma

---

<sup>80</sup> Daremos maior ênfase a essa Associação feminina no terceiro capítulo.

transgressão, assumiam um comportamento sexual que punha em questão a virgindade e o casamento.

Ser feminista tinha uma conotação pejorativa, pois para a direita era imoral e para a esquerda, reformismo burguês e para alguns homens e mulheres o feminismo era anti-feminismo. A partir daí começava-se a se questionar os papéis tradicionais, com relação ao gênero na sociedade e no lar. Nesse sentido, essa luta se intensificou e desde meados dos anos setenta que as brasileiras já se mobilizavam contra o custo de vida, por creches e, timidamente, buscavam uma maior abertura política (FERREIRA, 1996).

As ideias feministas circularam no meio das mulheres letradas de classe média, desde meados do século XIX. Das obras de Nísia Floresta Brasileira Augusta (1842) à publicação de jornais femininos preocupados com a educação, a profissionalização e a cidadania política (1889) há uma rica trajetória entre a formação de um pensamento feminista, a construção de uma prática e o processo de conscientização crítico da condição da mulher na sociedade brasileira. As discrepâncias ao *status quo* feminino abrangeram questionamentos tendentes à desestabilização das imagens de mulheres forjadas pelo conservadorismo dos costumes.

Paralelamente ao sufrágio, movimento de tendência liberal burguesa, desenvolvem-se no Brasil outros movimentos de mulheres operárias, com predomínio das teses do Partido Comunista Brasileiro (PCB). Nesse sentido, as mulheres lutaram contra a exploração da força de trabalho, baixos salários e a opressão sexistas. Tinham ideias que circulavam em torno do processo de emancipação da mulher que contrastava com o moralismo conservador de seus companheiros e com o discurso do movimento sufragista que ainda era conservador com algumas posturas em relação a família e ao casamento.

Assim, as teses do partido exigiam a preeminência das “lutas gerais” da sociedade em detrimento das lutas específicas pleiteadas pelo feminismo naquele contexto. O caráter peculiar desse movimento de mulheres articuladas nacional e internacionalmente aos PCs é concebido pelas autoras Ana Alice Costa e Cecília Sardenberg (1994):

Até recentemente, o que poderíamos chamar de “feminismo de esquerda”, no Brasil, não assumiu características próprias que o distinguisse do feminismo socialista mundial. Sua vinculação com os acontecimentos políticos e conjunturais interessavam mais à política mundial stalinista do que aos interesses específicos das mulheres às quais diziam representar. Esse foi o caso da União Feminina, criada para atender a política de “frente popular” estabelecida pela Terceira Internacional em 1935, o Comitê das Mulheres pela Anistia em 1945, que se transformava no Comitê das Mulheres pela Democracia, o Instituto Feminino do Serviço Construtivo criado em 1946, a Federação de Mulheres do Brasil, em 1949 e várias outras entidades (COSTA & SANDEMBERG, 1994, p. 101).

Considerando-se as abordagens delineadas sobre a realização da emancipação da mulher no Brasil, evidenciam-se, na história do movimento feminista, duas fortes tendências que dominaram o feminismo internacional: a liberal burguesa e a socialista. O feminismo liberal obedece à linhagem burguesa da conquista da igualdade jurídica e política pleiteando o direito do voto como estratégia de luta. Seu desenvolvimento tem origens francesas e inglesas (Olympe de Gouges e Mary Wollstonecraft) radicando-se nos EUA.

As sufragistas comportaram-se de modos diferentes no meio internacional, de um modo geral, moderado (as norte-americanas), mas, algumas vezes, usando políticas agressivas (como as “*suffragettes*” inglesas). Identificando-se com mulheres da classe média, letradas, essa corrente deixou de argüir as contradições básicas dos papéis femininos e das conseqüências da opressão no mercado de trabalho, acreditando na solução desses problemas via reformas jurídicas.

O feminismo socialista traz suas raízes em teorias explicativas da mudança social e das relações sociais, ultrapassando o debate marxista clássico, sublinhando as relações entre o sistema econômico e a subordinação das mulheres, constatando a sua opressão enquanto classe trabalhadora, mas enquanto mulheres, compreendendo de uma forma dialética as relações de sexo e de classe. No plano político, a teoria desse pensamento socialista parte do postulado da indissociável conexão entre a luta das mulheres e a luta de classes, pelo fato do capitalismo ser uma totalidade social, essa luta deve-se travar não só no plano econômico, mas, também, no da cultura. (MACKINNON, 1995).

Amabilia se aproxima do pensamento do feminismo socialista <sup>81</sup>, pois acreditava que a libertação da mulher só seria possível através de sua independência econômica. Nesse sentido, sob diferentes orientações ela procurava o reconhecimento da igualdade de direitos legais, política e na vida do cotidiano entre homens e mulheres que a cercavam. Isso pode ser percebido no seu engajamento político desde a década de 50, quando chegou a ser presidente da Associação Feminina da Bahia em Salvador e levantou em seu mandato muitas bandeiras pela independência da mulher.

Nas suas lutas diárias com o movimento de mulheres e, nesse sentido, obteve respaldo com muitas mulheres de associações femininas de Salvador, ela reivindicava oportunidades de empregos e melhores condições de vida para a ala feminina. Atuava fortemente nos bairros periféricos, lutava por creches, construíram projetos em prol das mulheres e dos segmentos menos favorecidos da cidade. Nesse sentido, Amabilia acreditava no sistema socialista como

---

<sup>81</sup> Para ter uma melhor compreensão da corrente do feminismo socialista e como se deu esse processo em distintos países ver: (COSTA, 1981, p. 41-45).

contribuição em benefício na vida social dos trabalhadores e trazer novas possibilidades de caminho para uma sociedade mais justa, menos desigual.

No contexto de luta dos trabalhadores (as), é também o feminismo socialista que introduz um novo elemento e faz emergir o modo de produção doméstico para o centro da atividade produtiva, atribuindo-lhe o devido reconhecimento do seu contributo para a economia. Em um sistema de valores patriarcal e econômico, no qual domina o capital, o trabalho doméstico não é reconhecido nem é remunerado beneficiando desta forma, a perpetuação de ambos os sistemas econômicos e culturais. Desta forma, via a situação da mulher como uma situação de classe, tendo a sua opressão na existência de papéis diferenciados hierarquicamente em função do sexo (CASTELLS, 1996).

O Feminismo Socialista fez sua síntese na perspectiva da libertação da mulher ser possível através de sua independência econômica. A luta por uma sociedade sem classes incidiria na ruptura com as desigualdades de sexo, gênero e raça, etc. Erradicando-se a exploração da classe operária a partir da socialização dos meios de produção, a igualdade social e política seriam garantidas, não sendo necessário seguir as questões específicas da mulher visto que elas estariam diluídas nas mais gerais (Cf. NYE, 1995; SAFFIOTI, 1987; COSTA & SANDEMBERG, 1994; VINCENT, 1992). O movimento criou suas consignas, seus símbolos e, em muitos países, começou a usar a cor roxa, que significava a cor das bruxas, expressando o desejo de construção de um novo homem e uma nova mulher. Buscava-se escapar dos estereótipos de masculino e feminino e do que isso significava em termos de opressão e desigualdade. Esse processo foi fundamental para a afirmação das mulheres como sujeitos políticos e para o enfrentamento das teorias e práticas vigentes.

O Movimento Feminista Socialista é produto da articulação das lutas feministas e socialistas pela emancipação das relações humanas. Tendo como objetivo estratégico a conquista da igualdade na diversidade, no contexto da supressão das desigualdades de classe e das relações hierárquicas de gênero. Nessas considerações que tecemos fica visível as influências da teoria socialista nas ações de Amabilia, no modo como ela via o mundo a sua volta, o debate que tratava com as pessoas no seu cotidiano, seja na participação de lutas em prol dos direitos das mulheres, ou em campanhas de reivindicações contra a carestia, exploração e opressão das mulheres ou luta pelos direitos de uma educação gratuita e de boa qualidade. Nesse sentido, é que a relevância do feminismo socialista e o importante contributo da teoria socialista para a valorização da população feminina, a situação de subordinação da mulher, bem como a discriminação vivenciada por outros grupos se faz significativa na história de luta de Amabilia.

Nessa perspectiva, Amabilia quis conhecer um pouco mais sobre o pensamento socialista. Assim, procurou viajar para conhecer os países socialistas e ver de perto a questão feminina nestas regiões. Ela observava em cada visita aos países como se contextualizava as políticas no que se refere a condição das mulheres, para que dessa forma, pudesse reelaborar estas questões nas suas práticas políticas no Brasil. Dessa sorte, ela nos conta que empreendeu uma longa viagem em cerca de 50 dias pelo Leste Europeu. Começou por Moscou, onde ficou impressionada com a beleza da cidade, foi a Budapeste, Hungria e comenta que o tempo foi curto para aprofundar o conhecimento sobre a vida do povo e das mulheres sob o regime socialista.

Amabilia revela que voltou ao Brasil com uma viva impressão das dificuldades do socialismo, o processo de industrialização da União Soviética, no final da Guerra Fria, já caminhando para a sua extinção, consumada uma década depois. Depois viajou para Cuba. Ela relata que notou aspectos interessantes e consolidados, como os avanços nas áreas de saúde e educação. Evidentemente, com as dificuldades impostas pelo bloqueio comercial dos Estados Unidos: como a alimentação racionada e transporte precário. Nesse sentido, Amabilia fala das impressões que ficaram da viagem:

Depois que a gente volta e começa a fazer comparações, avaliações, podemos perceber melhor que o socialismo perdeu o seu rumo e que ditadura nenhuma presta. Pode ser bonita e floreada em alguns aspectos, mas a liberdade é sempre um bem supremo (CÉSAR, 2009).

Neste depoimento mostra a preocupação de Amabilia em conhecer os países em que se baseava o regime em que ela acreditava, lutava e admirava. Ela queria ver de perto a prática para não ficar apenas com a teoria e isso é muito significativo na sua militância da perspectiva do socialismo real e a defesa de uma sociedade socialista no Brasil, porque acreditava que era melhor do que a que estávamos vivendo na época a luta dos trabalhadores (as) e a essa luta, incorporava-se pelo socialismo. O Brasil não passa impune por esses fenômenos. No período em que o país vive uma ditadura política que passa a ser abertamente questionada por operários em greve e por movimentos estudantis, embora a economia estivesse em expansão com industrialização acelerada e urbanização crescente, os salários se deterioraram e o custo de vida subiu muito (BRUSCHINI, 1994, p.179).

É, então, a partir da década de setenta que se formam (de forma mais organizada) movimentos sociais de mulheres. Principalmente em São Paulo, mulheres de periferia, através das comunidades da Igreja Católica reivindicam ao Estado o atendimento das necessidades básicas como creches, melhores salários, reclamam do custo de vida e unem-se contra a

carestia. A reivindicação pelas creches era apontada como um dos principais problemas, pois as mulheres precisavam trabalhar fora para manter a família (TELES,1993). Estas reivindicações propiciaram não só mudanças de mentalidades como também mudanças no espaço urbano.

Nesse período, algumas mulheres militavam clandestinamente em grupos de esquerda contra a ditadura, propiciando, segundo Soares (1994), a emergência do feminismo dentro dos partidos de esquerda. Em 1975 a ONU declara o início da *Década da Mulher* e no Brasil surgem os primeiros grupos feministas comprometidos em lutar pela igualdade das mulheres, pela anistia e pela abertura democrática. O crescimento expressivo da participação feminina no mercado de trabalho a partir dos anos setenta é apontado por Bruschini (1994, p.179) como “uma das mais marcantes transformações sociais ocorridas no país”. A militância feminista chega aos sindicatos, mas sob a forma de departamentos femininos, apontados por Pinto (1992) como uma das formas de inserção e de construção de espaços de poder.

As mulheres participando de movimentos populares sejam urbanos ou rurais, com reivindicações em nível do atendimento das necessidades básicas começam a perceber as relações de desigualdades a que estão submetidas e tornam-se visíveis publicamente. Algumas se assumem feministas, outras não. Os movimentos de mulheres podem assumir um caráter reivindicatório específico, mas alguns não excluem reivindicações universais como os movimentos feministas. Baseadas nesses princípios, as diversas correntes do movimento feminista buscaram construir formas de articulação entre si e com outras organizações populares, que permitissem a reflexão da problemática feminina.

Em Salvador, o movimento também se articulou e Amabilia encontrou respaldo no Movimento Democrático Brasileiro (MDB), partido ao qual já estava integrada, sendo uma das responsáveis por criar o Núcleo MDB Mulher. A princípio o núcleo era um centro que aglutinava mulheres filiadas ao Partido, para então se transformar em um movimento forte, buscando a participação feminina em todos os níveis da vida partidária. Nesse sentido, o que levou Amabilia a criação do núcleo foi uma permanente atuação na defesa das questões programáticas do partido, que visavam a nação como constante democracia, enfatizando os direitos das mulheres em todos os âmbitos.

O advogado Roque Aras que fez parte do MDB e seguiu mandatos eletivos pelo partido de 1970 a 1983 conviveu com Amabilia nesse período e relata sobre a sua presença dentro do partido,

Ante a repressão instaurada com a ditadura, quem quer que não aderisse ao regime era discriminado e mesmo perseguido, mormente se ocupasse algum cargo ou

função em órgão público, sociedades de economia mista (BB, BNB, etc.), empresa pública, etc. Embora as mulheres fossem (como ainda são) em sua maioria indiferentes à política (convém lembrar que quem ajudou a deflagrar o golpe foram as mulheres com as manifestações (painéis da Central do Brasil, etc.), algumas se destacaram, entre as quais Terezinha Zerbini, que, não somente organizou o movimento das mulheres em São Paulo, como saiu pelo Brasil afora com o mesmo objetivo, sendo recepcionada, na Bahia, por Amábíla Almeida. Evidentemente, que eram muito bem vindas no MDB e, de certo modo, encorajavam muitos homens, fosse na organização do partido, nos comícios e demais manifestações políticas “consentidas”. Nessa época, o fato de encontrar-se algum dissidente, principalmente no interior, era motivo de alegria para qualquer um democrata, especialmente em se tratando de mulheres. Amábíla Almeida era uma notável educadora, além de ter uma avançada posição política. Foi uma militante muito combativa, integrando os quadros do MDB, e, posteriormente, candidata a vereadora e deputada estadual na Assembléia Constituinte. Face à degradação dos quadros do MDB, mudou-se para o PSB, sendo sua secretária estadual. Somente a militância no partido oposicionista (único) já era um grande feito para o MDB, diante da fragilidade dos seus quadros iniciais. A Lei Orgânica dos Partidos Políticos (essa lei engessava os dois partidos permitidos, Arena e MDB), sendo a militância, especialmente a arregimentação de quadros, elementos importantes para o crescimento da agremiação oposicionista. Mesmo assim, Amábíla promovia encontro de mulheres, sempre preocupada em aumentar o número de militantes. Me lembro da presença constante dela nas reuniões do Partido. Amábíla era uma pessoa muito respeitada e querida por todos. Era a grande líder feminina que tínhamos na Bahia, juntamente com Ana (PCB exilada)<sup>82</sup>.

Na fala do senhor Roque Aras, percebemos que a figura de Amábíla era de uma mulher que se destacava dentro do partido pela sua militância, seus feitos e compromisso com a educação e movimento de mulheres e isso fazia dela um membro de respeito que era admirada por muitos dentro e fora do MDB. No relato, ele fala das manifestações políticas que “consentidas” pelo partido às mulheres, ou seja, nem tudo lhes era permitido. Nesse sentido percebemos em sua fala quem era quem mandava dentro dos partidos políticos, mas essa discussão deixo para explicar no próximo capítulo quando discuto a questão do machismo dentro das instâncias do PMDB.

Assim, o partido através de manifestações públicas e outros eventos tinham comissões de mulheres, denominados as “frações de mulheres do MDB”, com a finalidade de conscientizar as mulheres da importância de sua participação na sociedade e, nesse sentido, esses núcleos femininos constituíam-se em espaços de análise, pesquisa, capacitação e debates dos programas de ação política, das questões relacionadas aos direitos das mulheres, visando à integração destas às atividades políticas do partido.

As atividades do núcleo feminino se concentravam na representação da mulher junto

---

<sup>82</sup> Roque Aras. Nasceu em Monte Santo-Ba em na década de 1930. Formou-se em Direito em 1962, foi Gerente e inspetor do Banco Econômico, Secretário municipal da prefeitura de Feira de Santana, Procurador Federal da AGU, membro da OAB-Ba, vereador do MDB (1970-74), Deputado Estadual pelo MDB (1975-1979) e Deputado Federal pelo mesmo partido (1979-83).

aos órgãos que elaboram os planos políticos do partido propiciando à estas, condições de aperfeiçoamento político, incentivando sua participação para defender os seus direitos, deveres e garantias dos mesmos. Dessa forma, a organização dessas mulheres desenvolvia no núcleo a formação de futuras lideranças políticas femininas, visando o fortalecimento da fidelidade partidária, estimulava a participação nas atividades femininas, atuando como elemento facilitador em apoio à associações e entidades comunitárias dos bairros periféricos de Salvador e a lutar pela valorização da mulher na sociedade e no próprio Partido.<sup>83</sup>

Dessa forma, Amabilia participava na coordenação e desenvolvimento desses trabalhos em organizações de associações comunitárias de bairros periféricos e seminários em prol dos direitos das mulheres e, também, nas campanhas pela anistia dos presos e exilados políticos, pela necessidade e o direito daqueles conterrâneos e compatriotas voltarem à sua Pátria e ao convívio com seus familiares.

Em 1979, nasce o grupo autônomo **Sociedade Brasil Mulher**, um grupo com uma proposta feminista, formado por militantes dos movimentos de mulheres. Amabilia tinha contato com muitas dessas mulheres e através dessas relações é que surge seu contato com o Grupo Brasil Mulher. Paulatinamente o grupo conseguiu se articular com feministas de várias áreas nos assuntos referentes à questão da mulher para desenvolver metas de planejamento, estudos, pesquisa, capacitação e debates para a discussão das pautas de reunião do movimento relacionadas aos direitos das mulheres na Bahia. O núcleo feminista funcionava em Salvador com sede no bairro do Tororó e reunia representantes de vários movimentos de mulheres da cidade (CDIM, 2009).

As militantes faziam reuniões e iam aos Encontros da Mulher Baiana, assembleias e grandes debates em torno de questões sobre a origem da opressão da mulher, sexualidade e violência. Nesse sentido, eram discutidas nesses encontros, atividades em prol do respeito e direitos das mulheres e conclamando-as para uma maior participação nas lutas sociais. Dessa sorte, o Brasil Mulher formava grupos de reflexões, enfatizando as questões da sexualidade em relação aos temas de contracepção e aborto, participava no movimento de creches, promoviam cursos, seminários, palestras, debates voltados para as questões relativas à saúde, legislação da mulher, trabalho e economia, faziam trabalhos junto à associação de empregadas domésticas, projeções de filmes, slides e documentários e discussões acirradas em prol do movimento e as implicações eleitorais parlamentares no município.

---

<sup>83</sup> As fontes que compõem esse tópico foram levantadas no estatuto do PMDB, análise do histórico do partido e depoimentos de Amabilia Almeida no período de 2008-2009 e Ana Rios (presidente do PMDB Mulher- em 2010).

O grupo estava centrado na emancipação da mulher e no desenvolvimento de uma “consciência feminista de gênero” pelas mesmas, contudo segundo o relatório analisado <sup>84</sup>, a dificuldade com que se deparava era o fato de, apesar de terem consciência que devia existir um espaço próprio para que as mulheres discutissem as suas questões específicas, continuavam com dificuldades em acrescentar uma “consciência feminista de gênero” às mulheres dos bairros que tinham sido incorporadas no grupo.

Mesmo com as adversidades o grupo se fortaleceu e o resultado foi a criação da publicação de um jornal intitulado “Maria, Maria” que prestava serviço nas diversas áreas sociais da cidade como: educação, industrial, profissional, familiar, artística, dando ênfase a condição da mulher. Tamanha a repercussão do grupo que chegaram a publicar uma coluna no jornal Tribuna da Bahia na década de 70 a 90 dando respaldo ao Brasil Mulher como consta nos relatórios e Ata do grupo.

Amabilia se fazia presente nesses embates, pois segundo a mesma <sup>85</sup>, tinha vontade de aprofundar os seus conhecimentos sobre as questões feministas. Ela percebia a força que esse grupo possuía na Bahia e buscou uma aproximação junto aos movimentos de mulheres para o fortalecimento da sua relação com o Brasil Mulher. Fato que, mais tarde, ajudou muito e deu respaldo a sua candidatura e mandato como Vereadora de Salvador. Maria Helena Souza que fazia parte do Brasil Mulher na época, ao falar da relação de Amabilia com o movimento de mulheres, afirma:

Amabilia é a mulher mais empreendedora que já conheci. Uma pessoa solidária com foco na transformação. Ela procurava os movimentos, respeitava a pluralidade, a autonomia, ela tinha um respeito muito grande pelas pessoas e suas idéias, não havia uma manipulação partidária e isso enriquecia o próprio movimento. Ela se reunia com todo esse movimento de mulheres, era aberta e participava de toda essa luta. <sup>86</sup>

A fala de Maria Helena ressalta a figura de uma mulher que se movimentava pela causa, tinha um poder de mobilização que, ao longo de seu percurso, vai criando uma rede de envolvimento para a construção e manutenção das causas sociais em prol das mulheres. A depoente registra a sua solidariedade, seu empreendedorismo na vida social, cultural e política que permanecia aberta, pois se tratava de uma pessoa que tinha iniciativa para buscar apoio e fortalecer o movimento, porque acreditava na transformação de um mundo mais justo para as mulheres e isso se refletia em suas idéias e ações na luta que tratava no seu cotidiano.

---

<sup>84</sup> CDIM (Centro de Documentação, Informação e Memória Zahidé Machado). Acervo especializado em questões sobre a mulher, localizado no NEIM/UFBA. **Pasta Sociedade Brasil Mulher.**

<sup>85</sup> A autora se refere às entrevistas feitas e depoimentos gravados por ela com Amabilia entre o período de 2008-2010.

<sup>86</sup> Maria Helena Souza, entrevista já citada anteriormente pela autora.

## 2.4 JOGO DE DAMAS: PARTICIPAÇÃO DE AMABILIA NAS ENTIDADES E ASSOCIAÇÕES FEMININAS

A criação de organizações femininas – destinadas a luta e conquista pela participação aos espaços do poder público e socializar politicamente as mulheres - aparece antes da década de 1970, ainda durante o Estado Novo de Vargas. Foi através da Liga de Defesa Nacional<sup>87</sup> que essa ação de organização de mulheres se desenvolveu, tendo assumido muitas formas, desde as campanhas para obter agasalhos de lã para os pracinhas que iriam enfrentar o inverno europeu, até a realização de cursos intensivos para formar enfermeiras, necessárias ao país, no esforço de guerra. As madrinhas da FEB<sup>88</sup> (como se intitulavam as ativistas da Liga de Defesa Nacional) prestaram um apoio moral e material aos pracinhas, durante o tempo de sua permanência nos campos de batalha (CAMARGO, 1999).

Durante os anos da Segunda Guerra Mundial também não foi desprezível o esforço desenvolvido pelas mulheres brasileiras ligadas ao PCB, que se mobilizava nessas ações sociais para fortalecer a ligação do partido com a política internacional, em prol da entrada do Brasil na guerra, ao lado das nações democráticas, em uma demonstração de repúdio ao fascismo. Terminada a Segunda Guerra Mundial, o clima que surgia no Brasil, era favorável ao restabelecimento das liberdades democráticas, o que permitiu que novos grupos de mulheres se incorporassem a esses movimentos contestatórios e foi nesse impulso que começaram a se construir diversas organizações femininas que se espalharam rapidamente pelo país. Assim, o período que se seguiu foi de intensa expansão do movimento organizado e da participação mais expressiva das mulheres no plano social e político (CAMARGO, 1999).

Em 1945 surgiu o Comitê de Mulheres pró-Democracia, na cidade do Rio de Janeiro, que propunha fazer com que a mulher participasse efetivamente da consolidação da democracia no Brasil e se esforçasse pela conquista da igualdade de direitos em todos os ramos da atividade profissional, administrativa, cultural e política. Contudo, foi a luta das donas-de-casa contra a carestia pelo constante aumento dos alimentos de primeira

---

<sup>87</sup> Associação cívico-cultural brasileira que objetivava ressaltar a importância do envolvimento dos intelectuais na causa nacionalista, como responsáveis pela defesa da pátria e pela modernização das estruturas sociais. A liga encontra-se em funcionamento até os nossos dias, sendo a sua atividade pública mais destacada a promoção da Corrida do Fogo Simbólico da Pátria.

<sup>88</sup> Mulheres de classe média que buscavam a ampliação dos direitos da mulher nas questões práticas de assistência e proteção aos necessitados, evidenciando o desenvolvimento e progresso, oportunidades de ação, condições de trabalho e carreiras abertas á mulher, seu papel como fator no lar e na comunidade, suas funções e responsabilidade na vida dos povos, na elevação dos ideais do mundo civilizado, na aproximação das nações e na manutenção da paz.

necessidade, que conseguiu atrair um número significativo de mulheres e conduziu a criação de um número considerável de associações e uniões femininas (D'ARAÚJO, 1999). Nesse mesmo ano, também surge a União Democrática Feminina (UDF), com o objetivo da crescente participação da mulher nos quadros políticos da nação e congregá-los em torno dos postulados da democracia. Buscava, ainda, elevar o nível educacional, cultural, artístico, político e social pela capacidade profissional da mulher, visando à emancipação econômica. Nesse sentido, pugnava pela observação das leis trabalhistas que assegurassem à mulher um salário igualitário e medidas de proteção ao trabalho feminino.

Em 1946 surge o Instituto Feminino do Serviço Construtivo, sob a inspiração da líder feminina Alice Tibiriçá – membro do PCB - que um pouco mais tarde (em 1949) tornou-se a fundadora de uma organização nacional – a Federação de Mulheres do Brasil, atendendo a política do partido. Nesse mesmo ano de 1946, surgia a União Feminina do Distrito Federal, que já significava um passo à frente na coordenação da atividade desenvolvida por inúmeras uniões de bairro que se formavam nos municípios e que combatiam a carestia de vida e se manifestavam a favor da preservação da paz mundial <sup>89</sup> (TABAK, 2002).

A luta contra a carestia constituiu o centro da programação levada à prática por essas organizações femininas e ela se processou através de visitas diretas às donas-de-casa, nas feiras livres, à propaganda no bairro através de cartazes, conversas informais nas filas, etc. Outras iniciativas foram tomadas, como, por exemplo, manifestações contra o despejo de favelados e em favor da urbanização dos morros.

No Brasil, pela primeira vez a campanha eleitoral em favor da eleição para mulheres para o legislativo começa a ter significado diferente das anteriores. Nesse sentido, foi um fator de organização das massas femininas, em prol de seus problemas específicos, o que contribuiu para a formação de uma nova mentalidade política, entre as mulheres das camadas mais pobres (TABAK, 1982).

O período das eleições pós 45, segundo Fanny Tabak (1982), trouxeram as mulheres para novas atividades. Como as Uniões Femininas não se preocupavam estatutariamente com problemas político-partidários, as mulheres organizavam-se em comitês pró-candidaturas dos indivíduos que lhes eram mais confiáveis. Esses comitês se generalizavam entre todos os partidos, eram mistos ou exclusivamente femininos e cuidavam de recrutar novas eleitoras,

---

<sup>89</sup> Nessas organizações, o eixo da luta política deslocava-se para as questões partidárias que privilegiavam as demandas econômicas e organizavam os movimentos para fortalecerem os temas das questões gerais. Quanto às bandeiras feministas levantadas em favor das questões específicas à mulher não eram reconhecidas por esses movimentos. O reforço aos estereótipos do papel tradicional feminino, na sociedade, garantirá a ideologia de opressão denunciada por outros grupos (COSTA & SARDENBERG, 1994).

resolver os problemas surgidos nas juntas eleitorais, realizavam comícios, distribuíaam toda espécie de propaganda, organizavam campanhas de finanças, e, sobretudo traziam as reivindicações dos bairros até aos candidatos. Às vezes os comícios eram organizados só por mulheres e neles eram expostos os problemas fundamentais dos locais de trabalho ou dos agrupamentos residenciais. Embora variasse de um Estado a outro, devido às condições locais, a campanha eleitoral em todo o país atingiu amplas as massas populares, e a organizações de mulheres deu uma importante contribuição para a conscientização política do povo brasileiro (TABAK, 1982).

A Declaração dos Direitos da Mulher, adotada em Copenhague, passou a ser considerada como programa para as lutas femininas no Brasil, através da política do PCB. A data de 20 de novembro foi escolhida como Jornada de protesto contra a Carestia e o racionamento da energia elétrica. Uma resolução especial exigia o cumprimento das leis trabalhistas e sua extensão às trabalhadoras do campo; e, outra, a completa igualdade de direitos civis e políticos para a mulher (CFEMEA, 1999).

A partir da década de 1950 são criadas várias Uniões e Associações Femininas por todo o país. Em 1952, aconteceu na cidade do Rio de Janeiro a primeira Assembléia Nacional de Mulheres com a participação de mulheres de vários Estados. E **O Momento**, deu ênfase à notícia com a seguinte manchete: “Assembléia Nacional de Mulheres”, no qual fazia referência ao evento, trazendo informações às leitoras sobre o local a ser realizado o encontro, a data <sup>90</sup>, quantidade de estados <sup>91</sup> que iam participar e a composição da comissão responsável pela direção da Assembléia, as quais se constituíam de: 1 presidente, 1 vice-presidente, 3 secretárias e 1 tesoureira, todas eram mulheres ligadas ao movimento e membros de diferentes Associações femininas do país.<sup>92</sup>

No ano seguinte reuniu-se em Porto Alegre a segunda Assembléia Nacional de Mulheres, com 80 delegadas, representando 18 estados (CFEMEA, 1999). Na Bahia também surgem diversas organizações de mulheres nos bairros periféricos de Salvador e Amabilia teve participação nessa luta social, atuando-nos diversos movimentos de bairros em prol dos direitos das mulheres das camadas mais pobre da população. Assim surge o seu trabalho dentro da Associação Feminina da Bahia (AFB).

---

<sup>90</sup> Dias 14 a 15 de novembro de 1952.

<sup>91</sup> Um total de 09 estados.

<sup>92</sup> O Momento, SSA, 05 de Nov. de 1952.

#### 2.4.1 ASSOCIAÇÃO FEMININA DA BAHIA: EM DEFESA DA LUTA PELA PAZ E OS DIREITOS DA MULHER

A Associação Feminina da Bahia (AFB) surgiu no final da década de 40 envolvida nas lutas pela campanha da paz no país e tinha um forte vínculo com o PCB, no qual as mulheres podiam atuar na luta social. A entidade promovia palestras em defesa da paz mundial, coletando assinaturas pela campanha da paz, na qual milhares de pessoas de todos os segmentos e gerações expressavam sua vontade pela paz.

A AFB surgiu através da articulação de um grupo de mulheres vinculadas ao PCB que acreditava num mundo mais justo e se aproximaram em busca dessa conquista, as quais se destacam: Itália Magnavitta, Helena Mattos, Mercês Dourado, Vellêde e Antonieta Barreto (ambas tinham ligação como partido através de seus companheiros que eram membros do PCB). A instituição surgiu na Bahia, motivadas pelas lutas sociais e pela demanda dos direitos das classes menos favorecidas economicamente no Estado. Funcionava como uma entidade que lutava para que os diferentes setores das classes trabalhadoras assumissem as reivindicações das mulheres e se solidarizassem com seus movimentos específicos. Também buscava desenvolver uma incessante luta ideológica contra os preconceitos e o papel tradicional da mulher, contra a influência da tradição, costumes, moral burguesa, de modo que os homens e mulheres transformem suas relações estabelecendo entre si relações de respeito e solidariedade de classes (O MOMENTO, 1949).

Nessa perspectiva, a instituição além de trabalhar pela melhoria dos bairros periféricos de Salvador, participava na criação de creches nos bairros para que as mulheres pudessem trabalhar e ajudar no sustento da casa e demais movimentos em prol dos segmentos descriminalizados pela sociedade de então, mas, principalmente, a associação feminina buscava defender os direitos das mulheres baianas e incentivavam a população feminina a lutar pela paz no mundo, através da oposição à guerra mundial (O MOMENTO, 1950).

A associação prestava um grande serviço social à população nos bairros mais carentes da cidade de Salvador, atuava nas inaugurações de Posto Médico nos bairros periféricos, incentiva e participava de diversas Uniões Femininas de bairros, organizava comemorações de datas festivas e reivindicações das lutas pelo Dia Internacional da Mulher na cidade, elaborava memoriais contra a carestia e fazia protesto na Assembléia Legislativa do Estado para que suas demandas fossem ouvidas (O MOMENTO, 1949). A posse da diretoria da instituição baiana se deu no início de 1949 e teve destaque no jornal *O Momento*, conforme a nota transcrita:

Associação Feminina Bahiana (Convite) – Convidamos todas as mulheres bahianas para a posse solene da diretoria da Associação Feminina Bahiana e apresentação de delegadas do primeiro Congresso Feminino Nacional, que vai se realizar no próximo dia 08 de maio de 1949 na capital da Republica. A seção será na Associação dos Empregados no Comercio da Bahia, no dia 22 de abril, hoje, às 20 horas. (DIÁRIO DO POVO, 22/04/1949, p.1)

A nota do jornal faz referência ao Primeiro Congresso Feminino Nacional que se realizou em maio de 1949. Nesse sentido, a AFB realizou uma reunião para discutir a elaboração de um plano de ação imediata contra os problemas que perpassava a sociedade brasileira naquele contexto pós guerra; os quais tinham como pauta na reunião das mulheres: A questão da carestia, a falta de assistência a infância e a ameaça de uma nova guerra.

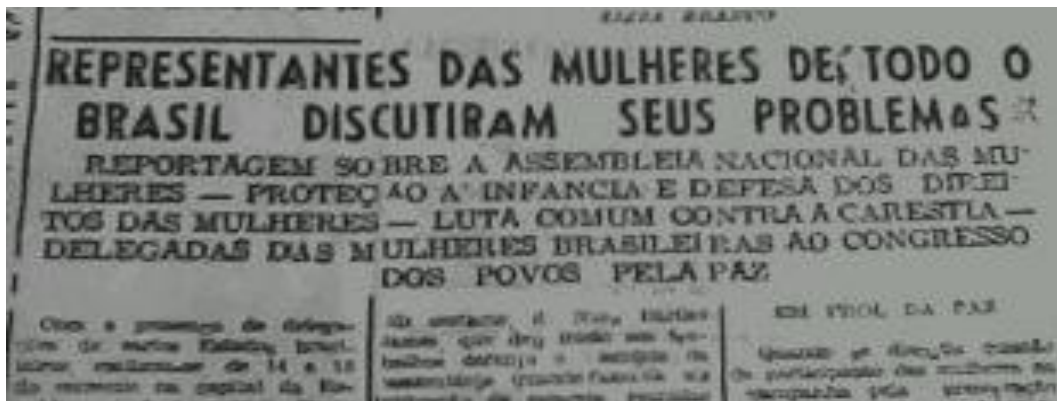


FIGURA 3 - REPRESENTANTES DAS MULHERES DE TODO O BRASIL DISCUTIRAM SEUS PROBLEMAS  
FONTE: DIÁRIO DO POVO, 26/11/1949. p.5

A matéria trazida pelo jornal discute os trabalhos desenvolvidos nessa I Assembléia Nacional de Mulheres, que aconteceu na cidade do Rio de Janeiro, entre os dias 14 a 18 de novembro de 1952, que teve a participação de representantes de mulheres oriundas de vários cantos do Brasil, para a discussão dos direitos das mulheres e a luta pela paz. Segundo a reportagem, nessa Assembléia se encontrava uma grande parcela da população feminina representando as Federações, Associações e Organizações femininas de cada região do país e a Bahia se fez presente nesse encontro, através da AFB e tendo como representante a poetisa baiana Elisa Bandeira.

A AFB trouxe uma proposta mais ampla que a da União Democrática Feminina<sup>93</sup> (1945), pois além do trabalho que se caracterizava nos bairros e basicamente no apoio às lutas pelo direito à moradia, defendendo as invasões, tinha o intuito de atingir outros setores da

<sup>93</sup> A UDF foi uma entidade muito importante criada em 1945, pois era uma articulação internacional capitaneada pela URSS.

população feminina como profissionais liberais, operárias, etc. Em seu programa de trabalho incluía uma nova reivindicação específica; a reforma do código civil, resolução essa aprovada na primeira Convenção Estadual das Mulheres Baianas (1951). Fazia, também, protestos contra as injustiças no Estado e buscava a solução através de denúncias e reivindicação (O MOMENTO, 1950).



FIGURA 4 - PROTESTO DA A.F.B. NA CÂMARA  
FONTE: Diário do Povo, 14/11/1952, p.1

A matéria do jornal enfoca esse outro lado político da AFB, que não deixava passar sem uma reivindicação para reparação das injustiças pelo qual passava a sociedade. Nesse momento, a notícia fala de mulheres lutando por questões gerais a exemplo dos atos arbitrários que vinha acontecendo na cidade contra a população. Amabilia e os membros da associação buscavam o apoio de todos os segmentos da sociedade para fortalecer essa luta. O objetivo era atingir e chamar atenção dos órgãos competentes para os abusos cometidos pelo Estado e para que conseguisse a resolução dessas questões, elas protestavam através de denúncias, passeatas e movimentação em geral, como mostra a notícia em O Momento.

Amabilia já casada com Contreiras e envolvida com os movimentos de esquerda e acreditando que para mudar a situação do país era preciso participar da luta, ela se filia como membro da AFB, na primavera de 1952. Quando ela adentra para a associação, a presidência era ocupada pela Sra. Maiaze Valença e a entidade sobrevivia com muitas dificuldades, como a maioria das instituições da época. O momento era difícil, não tinha recursos para muitas atividades e funcionava com a ajuda dos membros e doações de pessoas e empresas, mas não tinha auxílio do Estado ou órgão Federal, até a imprensa não ajudava na divulgação da associação, por acreditar que a entidade desenvolvia atividades subversivas, e isso se dava na

maior parte pelo trabalho de denúncia que a AFB prestava contra as prisões ilegais e arbitrárias que aconteciam no estado por ordem da Comissão de Inquérito.

Nesse sentido, a interpretação que faço é de que, como a entidade era ligada as lutas sociais e algumas das mulheres envolvidas nessas atividades tinham vínculos com o Partido Comunista, era considerada uma entidade esquerdista e por levantar suspeitas subversivas não tinha ajuda para divulgação ou prestação de serviço público à população, logo só contavam com o apoio do jornal O Momento<sup>94</sup>, órgão oficial do PCB na Bahia, um jornal de linha comunista, no qual jornalistas militantes do partido atuavam na direção do diário, que enfocava em suas páginas debates e informes em defesa dos direitos e reivindicação imediata da classe operária, como a luta contra a carestia. O jornal também realizava sabatinas e debates oferecendo o seu espaço como canal para veicular as reivindicações dos trabalhadores e se apresentava como seu porta-voz. Visava ainda diferenciar-se antagonicamente dos outros jornais do Estado, que se apresentavam como jornais das classes dominantes, a serviço do imperialismo e sustentados pelas forças retrógradas do capitalismo<sup>95</sup>.

Dessa forma, a AFB sobrevivia e atuava com recursos precários. A entidade ficava localizada na Rua Ruy Barbosa, atrás da Câmara de Vereadores, na Praça Municipal. Funcionava numa sala pequena, que fora cedida por amigos e de lá se concentravam os trabalhos sociais em prol das mulheres de bairros periféricos da cidade.

Dentro da AFB enquanto membro, Amabilia trabalhou nos bairros periféricos,<sup>96</sup> e conseguiu várias associadas para o movimento que tendia a crescer. Nesse sentido, Amabilia utilizava a estratégia de reuniões com pautas que traziam em seu discurso as informações dos direitos da mulher; fazia palestras contra a carestia da vida, falava sobre saúde, higiene, cuidados com as crianças, o direito a creche, a união das mulheres em prol de suas demandas femininas<sup>97</sup>. Assim, ela se articulava com os sindicatos, as fábricas de tecidos<sup>98</sup> localizadas na Cidade Baixa, através de moradoras locais que participam de suas palestras e a procuravam

---

<sup>94</sup> Jornal vinculado ao PCB, fundado em abril de 1945, tinha como diretor Almir Matos e redator J. Quintino de Carvalho. Funcionava na Ladeira de São Bento em Salvador. Imprensa combativa e polêmica, guiada pela ciência do marxismo-leninismo-stalinismo, representando as forças progressistas e o novo mundo do socialismo, mantido pelas classes trabalhadoras e sua vanguarda. Deixou de funcionar em novembro de 1957 por inúmeras perseguições e invasões da polícia em sua sede e pelas dificuldades em sua manutenção. Ver: Sônia Serra. **O momento**: história de um jornal militante. Dissertação/UFBA, 1987.

<sup>95</sup> BIBLIOTECA PUBLICA ESTADO DA BAHIA. Subgerência de Periódicos; Setor de Períodos e Livros Raros. SSA, 2010.

<sup>96</sup> O Momento (1948-1953), fotografias do período da AFB e depoimento de Amabilia Almeida.

<sup>97</sup> A forma como ela militava na busca de promover espaços de empoderamento das mulheres, possibilitando a estas refletirem de forma crítica acerca de como o fato de serem “mulheres” regia as relações sociais, econômicas, culturais, políticas em que estavam envolvidas, é a sua atitude em promover palestras onde socializava com as associadas as discussões realizadas nos congressos em que participava.

<sup>98</sup> A respeito ver, o trabalho de: SARDENBERG, Cecília. Mulheres e sindicatos: presença feminina no sindtextil-Ba nos anos 50. In: Fazendo Gênero na historiografia baiana. SSA: NEIM/UFBA, 2001.

para falar das explorações no ambiente de trabalho (O MOMENTO, 1953). Nesse ínterim já se tornava uma figura conhecida pelo movimento e logo foi indicada à presidência da AFB. Em 1953, toma posse e torna-se a mais nova presidente da instituição feminina. Ela nos conta:

Eu virei presidente da Associação Feminina Baiana porque participava muito dos movimentos e ouvia as reivindicações daquelas mulheres nas associações de mulheres filiadas a AFB, tinha 21 associações, todas localizadas em bairros muito carentes, eram mulheres pobres que precisavam de atendimento e informação e a associação era uma organização ligada ao PCB. Eu não tinha filiação nenhuma com o partido, mas era simpatizante, exercia tarefas, participava, apoiava a linha do partido, lutava para tirar o povo da cadeia. Eu não era do PCB, mas fazia tudo o que o partido precisasse, éramos chamados nessa época pelas pessoas de os “inocentes úteis”, chamavam a gente assim.

Nesse depoimento percebemos que a AFB tinha uma articulação com o PCB para preparar as mulheres para frente nacionalista feminina na década de 1950. A associação atuava com mulheres que tinham de algum modo uma ligação ou vínculo com o partido, seja através de seus companheiros (como o exemplo de Amabilia), amigos ou mesmo parentes e isso era significativo porque o partido assim podia atuar como contraponto, assessorando e organizando os movimentos de base através dessas mulheres. Nesse sentido se criavam novas formas de estruturação e de mobilização, embasadas na criação de redes, articulações setoriais, regionais e nacionais, a exemplo das 21 associações de mulheres filiadas a instituição.



FIGURA 5 - POSSE NA PRESIDÊNCIA DA A.F.B.  
FONTE: A.F.A.A., 1953

Amabilia fez parte da AFB até 1957, quando o então presidente Juscelino Kubitschek tomou posse e sob o pretexto de ameaça comunista internacional mandou fechar a Federação no Rio de Janeiro, o motivo era a sua ligação com a Confederação Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) e ao governo da União. Logo, suas filias foram encerradas, pois não tinha como continuar funcionando na Clandestinidade, afinal era a Federação de Mulheres do Brasil que aglutinava as associações femininas de modo geral.

Assim, com o fechamento da Federação de Mulheres do Brasil (FMB), a AFB também deu finalização as suas atividades no final da década de 1950. Na primeira metade da década de 1960 algumas organizações femininas continuavam a atuar como a Liga Feminina do Estado da Guanabara. No ano de 1961 realizou-se no Rio de Janeiro o II Encontro Latino-Americano de Mulheres, com a presença de representantes de diversos países do continente. (TABAK, 2002).

Em fins dos anos setenta e durante a década de oitenta dos noventa, o movimento se amplia e se diversifica, adentrando partidos políticos, sindicatos e associações comunitárias. Com a acumulação das discussões e das lutas, o governo federal e estaduais reconhecem a especificidade da condição feminina, acolhendo propostas do movimento na Constituição Federal e na elaboração de políticas públicas voltadas para o enfrentamento e superação das privações, discriminações e opressões vivenciadas pelas mulheres. Destaca-se a criação dos Conselhos dos Direitos da Mulher, das Delegacias Especializadas de Atendimento

à Mulher, de programas específicos de saúde integral e de prevenção e atendimento às vítimas de Violência Sexual e Doméstica (PINTO, 1992).

#### 2.4.2 A CASA DA MULHER BAIANA: ESPAÇO POLÍTICO FEMININO

Ao longo deste capítulo procurei demonstrar como a trajetória política de Amabilia, a partir das suas experiências como mulher, mãe, esposa, professora, militante, foram forjando a construção de uma “consciência de gênero”, na medida em que a fizeram refletir acerca dos contextos de domínios, de exploração, de opressão vivenciada pelas mulheres, sobretudo aquelas pertencentes às camadas populares e, principalmente, atuar no sentido de transformar estes contextos.

É evidente que a sua atuação tinha como princípios norteadores as idéias socialistas. A sua atuação na AFB é um exemplo, mas não o início da trajetória de Amabilia. Assim, na década de 1980 deu continuidade a luta por direitos políticos e civis das mulheres, pois acreditava que através da sua emancipação a mulher elevava o nível de conscientização e participação política. Nesse sentido, se fez necessário a audácia e persistência em uma atividade mais expressiva voltada para a atuação de uma organização que consistisse na denúncia das diferentes formas de discriminações que a mulher sofria em muitos setores da vida.

Aos 20 de setembro de 1986, às 21 h no Salão do Clube de Engenharia da Bahia, foi realizada a solenidade de fundação e posse da diretoria da associação feminina, “Casa da Mulher Baiana”. O depoimento de Amabilia Almeida (2010) nos revela bem esse cenário:

Nós já tínhamos experiência de outras ONG, movimento de mulheres. E dentro daquele espírito que sempre norteou o meu trabalho eu achava que as mulheres deveriam ter o seu espaço, um lugar onde elas pudessem desenvolver concretamente suas idéias, obter mais conhecimento e assim que eu assumi o mandato, me articulei com todas as mulheres que tinham ajudado na minha campanha, mulheres de outras lutas, então nós nos juntamos para a tão sonhada implantação da ONG, entidade que tivesse esse objetivo de levar mais adiante a luta em defesa dos direitos das mulheres. O primeiro passo foi a criação da Casa da Mulher Baiana. Essa entidade foi constituída legalmente com estatuto registrado e participou de algumas lutas. Conseguimos trazer a socióloga cubana, a Marta Hernandez, ela trabalhava na época com a questão da habitação em Cuba, e como aqui em Salvador a gente sempre teve esse problema achamos interessante trazê-la para nos orientar em relação a esse trabalho, para que nós pudéssemos desenvolver o mesmo projeto aqui. Então ela aceita o convite e vem e fica um tempo conosco... Ela dá palestras, participa de seminários, visitas alguns bairros periféricos da nossa cidade.

O depoimento de Amabilia nos revela a preocupação com o desenvolvimento das mulheres e a necessidade de se ter um espaço onde pudessem articular essas idéias em torno de um movimento capaz de subsidiar as várias especificidades das mulheres que a população de Salvador comportava.

A partir de então estava surgindo uma entidade com personalidade jurídica própria, sem fins lucrativos, com prazo de duração indeterminado, sem número fixo de sócias, que seria regido pelas disposições de um estatuto e normas regimentais. A associação tinha por finalidade estudar, pesquisar, elaborar projetos relativos às questões voltadas para a luta da mulher na cidade de Salvador. A Casa da Mulher Baiana prestava assistência jurídica e psicológica, com profissionais especializados nas respectivas áreas e dava suporte à instituição feminina<sup>99</sup>.

A Casa da Mulher Baiana tem por finalidade prestar às mulheres assistência jurídica, psicológica, bem como fornecer orientação sobre planejamento familiar, direitos trabalhistas e previdenciários, mercado de trabalho e capacitação profissional.<sup>100</sup>

A associação funcionava dentro de um espaço acolhedor, com escuta qualificada, orientação e encaminhamento dos casos<sup>101</sup>, além de contar com um serviço público e gratuito com atendimento psicológico, jurídico e social, contribuindo para que as mulheres vivenciassem um processo de auto-descoberta, autoconhecimento e fortalecimento da auto-estima<sup>102</sup>, condição indispensável para se tornarem sujeitos de transformação de sua história. Nesse sentido, a Casa da Mulher Baiana denunciava as diversas formas de discriminação e violência que sofriam as mulheres na sociedade, através da promoção de campanhas públicas que trabalhem com a perspectiva do respeito à mulher, de encontros realizados na Assembléia Legislativa e participação de audiências com órgãos competentes para apresentação de suas propostas de trabalho, conforme consta no estatuto da entidade<sup>103</sup>.

---

<sup>99</sup> Ata da fundação da posse da diretoria da instituição do dia 20/09/1986. Guia n. 127004, Série C – Cartório Santos Silva, sessão do microfilme, sob n. 2077.

<sup>100</sup> Estatuto da Casa da Mulher Baiana. Capítulo II, Da finalidade. Art. 2, parágrafo V. Cartório Santos Silva, seção de Microfilmado.

<sup>101</sup> Os casos eram diversos: de violência, de habitação, problemas de família, cuidados com a criança, etc.

<sup>102</sup> Isto era feito através de Comissões de trabalho realizado pelos membros da casa, aberto a participação da população, no qual as sócias ministravam cursos, debates e simpósios para o esclarecimento das mulheres nas comunidades mais carentes.

<sup>103</sup> Estatuto da Casa da Mulher Baiana. Capítulo II, artigo n. 2 – Cartório Santos Silva, 2.º Ofício de Salvador, set. 1986.

A Casa da Mulher Baiana surgiu da necessidade das mulheres ocuparem seu papel protagonista na luta contra o racismo, o sexismo e a opressão masculina <sup>104</sup>. A entidade, no início, realizou intervenções através de reivindicações populares desenvolvidas de maneira organizada, chamando a atenção para a história da luta das mulheres na sociedade brasileira. Promovia seminários sobre “os Direitos Específicos da Mulher” no Centro de Estudos da OAB <sup>105</sup>, no qual participavam vários setores da sociedade, tais como: conselho e associações de moradores, sindicatos e associações profissionais, clubes de mães, partidos políticos com comissões ou departamentos femininos, no qual a iniciativa tinha o objetivo de discutir os direitos da mulher assegurados nas Constituição Federal e Estadual, na qual trazia nestes debates a necessidade de leis complementares ou originárias e as conquistas que precisavam ser concretizadas. As palestras, conferências, seminários e os painéis eram ministrados por expositoras como: Ana Montenegro <sup>106</sup>, Lídice da Mata <sup>107</sup>, representantes da Comissão da Mulher Advogada da OAB <sup>108</sup> e a própria Amabilia.

A partir da análise realizada pelas componentes da instituição <sup>109</sup>, foi estabelecida a missão do grupo naquele momento da necessidade de uma tomada de consciência da importância das mulheres ocuparem um espaço político com questões específicas chamando atenção para a preocupação com a atuação das Associações de Mulheres em relação às dificuldades que elas iriam encontrar para desenvolverem os trabalhos dentro da organização.

As mulheres que coordenavam a Casa, não aceitavam a visão tradicional que traziam em seu discurso as Associações como meros instrumentos assistencialistas, elas queriam que olhassem essa entidade como um instrumento de politização e organização onde os problemas seriam discutidos e encaminhados aos poderes públicos. Nesse sentido, segundo a presidente

---

<sup>104</sup> Essa afirmação consta no contexto do Estatuto da Casa da Mulher Baiana no Capítulo II – Da Finalidade da Casa, Art. 2, parágrafo III.

<sup>105</sup> Ordem dos Advogados do Brasil – Seção do Estado da Bahia.

<sup>106</sup> Cearense ingressou nas fileiras comunistas em 1945, teve sua ficha assinada por Carlos Marighela. Teve participação ativa na Comissão Feminina de Intercâmbio e Amizade, da Liga de Defesa Nacional Contra o Fascismo, na Federação de Mulheres do Brasil e na Comissão da América Latina pela Federação Democrática Internacional das Mulheres.

<sup>107</sup> Formada pela UFBA em Economia. Foi vereadora de Salvador na década de 80, elegeu-se a primeira prefeita de Salvador e atualmente é Senadora pelo PSB.

<sup>108</sup> Estado da Bahia, Assembléia Legislativa – Setor de Pesquisa, Diários dos Parlamentares. Deputada Amabilia Almeida, 11/10/1989.

<sup>109</sup> As componentes da época eram: Ana Maria de Souza Andrade (presidente), Diana Telma da Cunha (vice), Maria da Conceição Melo (Secretária), Maria Célia Pinto (tesouraria), Maria Berenice Ferreira dos Santos (Diretora de divulgação e imprensa), Lucinda Pereira de Souza ( Diretora de núcleo de trabalho), Gildete Aires de Souza (Diretora sócio cultural), Maria Luiza Silva, Maria Odília da Silva e Maria Rita Pereira Silva (Conselho fiscal).

da Casa, “é preciso que saibamos aqui reunidas assumirmos o compromisso de fazer política que se refira a nossa condição de vida e que não rechace nenhuma de nós”<sup>110</sup>.

Para Soares (1994), os movimentos de mulheres se especificam em relação à outros movimentos ao proporem uma nova articulação entre a política e a vida cotidiana, entre esfera privada, esfera social e esfera pública. Ou seja, a mulher ao emergir da esfera privada para reivindicar na esfera pública também se torna visível na esfera social, onde os limites entre o público e o privado tornam-se confusos.

A Casa da Mulher Baiana<sup>111</sup> teve uma história curta, mas enquanto estava em funcionamento teve uma participação destacada no movimento de mulheres. Infelizmente não teve uma vida longa por questões de interesses políticos, pois, segundo Amabilia, a direção da casa não achava que a entidade estava de acordo com seus interesses pessoais, faltando por parte da direção mais entusiasmo para seguir com a experiência. Porém, o que a documentação analisada, nos revela é que a instituição sobreviveu até o final da década de 80, precisamente em fins de 1989 a associação foi extinta e o acervo de documentação da entidade como estava disposto no estatuto da mesma, foi destinado a uma instituição afim, registrada no Conselho Nacional de Serviço Social. Há depoimentos<sup>112</sup> que discutem o fim da instituição, no qual pode ser constatado que a sua não longevidade tenha sido em vista em função da má direção, como argumenta Amabilia:

Acho que escolhemos mal a direção. A mesa diretoria era acadêmica e logo se desinteressou pela causa e eu na época estava atribulada demais com o mandato e também não queria transformar a casa, a entidade num instrumento do meu mandato. Eu me propus a dá todo o apoio político que precisasse, mas não queria mandar nas reuniões. Acho que elas, a direção da casa, não achava que a instituição estava de acordo com seus interesses, e daí, não houve por parte delas, um maior entusiasmo pra continuar com a luta e não podia continuar essa luta sozinha, então a Casa da Mulher se desfez no tempo, mas enquanto viveu teve uma participação efetiva e muito intensa levantando bandeiras em prol dos direitos das mulheres baianas.<sup>113</sup>

O depoimento de Amabilia mostra o descompasso que andava na Casa, os interesses sociais e políticos que estavam pregados no estatuto, não eram comungados por todas dentro da instituição. Procuramos ampliar a discussão e saber a versão da mesa diretoria, porém, não encontramos depoentes da diretoria da casa, por mais que tentássemos entrar em contato não

---

<sup>110</sup> Ana Maria Andrade. Discurso na Ata da Posse da diretoria da Casa da Mulher Baiana em 20 de Set. de 1986.

<sup>111</sup> Atas, relatórios, estatuto, documentos da Casa e depoimentos.

<sup>112</sup> Depoimento de Amabilia Almeida e o de Maria Helena Souza, Ex- superintendente de Políticas para Mulheres do Município de Salvador que assessorava Amabilia na época do seu mandato de Vereadora e acompanhou na ALBA a sua atuação.

<sup>113</sup> Amabilia Almeida, Op. Cit.

tivemos sucesso, mas fica evidente que havia aí uma luta de interesses de grupos internos da entidade. O certo é que a organização dessas mulheres buscou durante quase quatro anos de existência dar visibilidade social às pautas feministas e articular movimentos de mulheres de diferentes naturezas em torno de uma plataforma de luta comum.

De acordo com o depoimento de Amabilia, conversas informais com pessoas que acompanharam a trajetória da instituição e o levantamento de documentos (Atas, Estatuto, Nota em Jornal, Registro em Cartório), os debates e articulações em torno dos temas eram ricos justamente por colocar em um mesmo espaço a perspectiva que mulheres diversas e de diferentes setores – estudantil, rural, sindical, do movimento negro e segmentos que participavam das discussões nas atividades realizadas na Casa da Mulher – tinham concepções diferentes e traziam suas experiências singulares a partir de seus marcadores sociais enriquecendo o debate sobre esses temas, como consta no Estatuto da entidade, no capítulo II, no parágrafo da finalidade, artigo 2, cláusula VII e no Extrato de Estatuto em Diário Oficial, datado de 10 de setembro de 1987, ao qual se teve acesso aos registros.

#### 2.4.3 A ATUAÇÃO DE AMABILIA NA LAR: LIGA DE ASSISTÊNCIA E REINTEGRAÇÃO

Outra associação que contou com a participação de Amabilia, foi a Liga de Assistência e Reintegração (LAR), entidade de cunho social, sem fins lucrativos, que buscava a integração com as ações de assistência social. Sua principal missão era promover e executar programas sociais em diversas comunidades carentes do município de Salvador, fornecendo atividades de apoio às creches comunitárias, minimizando o estado de pobreza em que vivem<sup>114</sup>.

A ONG, voltada para a assistência social foi fundada em 1963. De acordo com o estatuto da ONG, a presidência da instituição deveria ser exercida pela primeira dama do município, ou seja, a esposa do prefeito em exercício, exceto em casos quando o gestor municipal for do sexo feminino ou não tiver esposa, ou esta preferir abrir mão da presidência. Nesses casos é designado alguém para assumi-la. Assim, a primeira a assumir a presidência da LAR foi a Sra. Joselinda Senna<sup>115</sup>, que desempenhara sua função de primeira dama da cidade de Salvador como mandava o estatuto (BOLETIM DIÁRIO).

---

<sup>114</sup> Boletim de notícias da Prefeitura Municipal – Fundação Gregório de Matos, 1 andar / Documentos impressos.

<sup>115</sup> Primeira dama era casada com o prefeito Virgildásio de Senna.

Apesar da LAR ter sido uma associação civil sem fins lucrativos, era uma ONG atrelada ao estado, que na prática funcionava como um órgão do governo. Com a sede localizada em Salvador, na Avenida Antônio Carlos Magalhães, tinha o seu funcionamento dentro do Parque da Cidade, no bairro do Itaigara<sup>116</sup>. A ONG tinha parceria com diversas entidades privadas, além da Prefeitura Municipal de Salvador.

A LAR perdurou por muitos anos atuando na assistência e reintegração de crianças e adolescentes na cidade de Salvador. Desse modo, a Liga incorporava-se numa política como serviço dirigido a esse segmento, enfatizando processos educativos e de inserção social. Compreendia ações de proteção, acolhimento e inclusão na rede de serviços. Em sua organização tinha missão de articular para defesa dos direitos da criança e dos adolescentes, familiares e população em situação de rua, através de programas sócio-educativos, desenvolvidos em unidades de atendimento, favorecendo o protagonismo social. Tinha ainda como visão, ser referência na construção dos valores humanitários e solidários, possibilitando a inclusão da população atendida na sociedade com dignidade e cidadania. Assim, suas ações eram de acolhimento, compromisso com a vida e participação solidária<sup>117</sup>.

A LAR sobreviveu por décadas e no início dos anos 90 Amabilia já se encontrava afastada da política partidária<sup>118</sup>, mas não estava desligada dos movimentos sociais e acreditava que, independente de mandato, podia dar a sua contribuição à sociedade. Nessa época, tinha elaborado um Projeto Pedagógico ligado ao estudo das ciências naturais, ecologia e meio ambiente, com o objetivo de proporcionar à população jovem conhecimentos mais amplos sobre a matéria, em um ambiente apropriado, com uma área rural ampla, na qual pudesse voltar para aulas de aspecto teórico e articulado com a prática. Esse projeto está localizado em sua fazenda no município de Conceição do Jacuípe, a 94 Km de Salvador, e encontra-se em atividades com êxito até os dias atuais. No entanto precisou afastar-se da administração do projeto, pois a então prefeita de Salvador Lídice da Mata, eleita em 1992<sup>119</sup>, empossada convidou Amabilia Almeida para fazer parte na sua administração, tendo em vista a atuação desta luta nas lutas anteriores por direitos das mulheres e das populações mais sofridas dentro da mesma corrente.

---

<sup>116</sup> Onde se mantém a instituição ligada a prefeitura municipal, com novo nome e novas atividades, até o momento presente.

<sup>117</sup> Liga de Assistência e Reintegração. SSA, 1994.

<sup>118</sup> A trajetória partidária de Amabilia, enquanto vereadora e deputada será objeto das discussões do próximo capítulo.

<sup>119</sup> Primeira mulher que apoiada por uma coligação de Centro de Esquerda, teve prestígio de alcançar tão elevada posição.



FIGURA 6: AMABILIA NA POSSE DA PRESIDÊNCIA NO LAR  
FONTE: A.F.A.A

Amabilia aceitou o convite e assumiu a LAR. Ela nos confidenciou que considerou aquela solicitação de Lídice da Mata como uma determinação para dar continuidade a um trabalho que fora interrompido. Ela nos conta o que de mais significativo ela implementou na instituição social na época de seu mandato como presidente da associação:

Lídice foi eleita prefeita de Salvador e fui trabalhar com ela. Fui presidente da Liga de Assistência e Reintegração (LAR), que hoje se chama Mais Social. O que de mais importante eu consegui fazer foi implantar o Centro de Profissionalização da Mulher, que era um desejo antigo meu. Costumava dizer que no dia que tivesse algum poder na minha mão, ia implantar alguma coisa para elas se profissionalizarem. O CEPROM já atendeu mais de 12 mil mulheres. (ALMEIDA, 2010)

A fala de Amabilia gira em torno de um projeto antigo: o de ajudar na profissionalização das mulheres das classes menos favorecida e assim o fez. De volta ao setor administrativo dedicou-se integralmente ao trabalho de ordem social, que se voltava, especialmente, para a população mais carente de Salvador. A maioria dos projetos que chegou a realizar, já faziam parte dos seus planos e alguns deles foram ampliados, por já existirem <sup>120</sup>.

---

<sup>120</sup> Nesse sentido podemos destacar aqueles considerados mais significativos: apoio ao menor, através de orientação profissional e introdução ao mercado de trabalho. No íterim da administração desse projeto, já se contava com quase 500 jovens, entre 16 a 18 anos admitidos por empresas como menores aprendizes, com carteira assinada e os direitos trabalhistas assegurados pela lei. Foi criado e desenvolvido também o projeto de apoio ao idoso com pressupostos para valorização da pessoa e desenvolver a auto-estima dos mesmos.

O Centro de Profissionalização da Mulher (CEPROM) era uma proposta que já fazia parte das reivindicações dos movimentos de mulheres, especialmente do feminismo, que lutava pela libertação da mulher a partir de fatores econômicos. Em depoimento ela nos revela:

Durante o período de lutas e protestos pelos direitos e discriminação das mulheres, o maior clamor daquelas mais sofridas dependentes era o desejo de ter uma profissão e uma atividade remunerada como símbolo de sua independência perante a sociedade, especialmente diante do companheiro. Eu ouvia muito esse discurso nas falas delas, quando ministrava minhas palestras nas campanhas interiores por aí afora. Para elas, a maior humilhação era depender economicamente do homem, para suprir as suas necessidades. Aqueles clamores permaneciam em minha consciência, como um compromisso a executar. (ALMEIDA, 2010)

Nesta fala de Amabilia, é evidenciada a sua preocupação na execução de um projeto que beneficiasse as mulheres através da profissionalização, possibilitando a remuneração das mesmas. Assim, ela tomou a decisão de realizar aquele desejo antigo e dar seguimento a fundação do CEPROM. Não foi fácil. Segundo Amabilia foram muitas dificuldades para a implantação desse projeto, principalmente por parte da prefeitura que não recebia a ajuda devida por parte do governo carlista da época <sup>121</sup>. Mesmo com as dificuldades encontradas fora elaborado um amplo projeto e um trabalho de pesquisa na comunidade do bairro da Santa Mônica, onde após as dificuldades vencidas, o Centro foi instalado.

---

<sup>121</sup> Ver a respeito, o trabalho de Paulo Fábio Dantas Neto. Tradição, autocracia e carisma – A política de Antonio Carlos Magalhães na Bahia. UFMG, 2006.



FIGURA 7: FACHADA DO PRÉDIO ONDE ESTA LOCALIZADA A CEPROM  
FONTE: A.F.A.A

O projeto do CEPROM, além da criação e coordenação de Amabilia tinha uma grande equipe responsável pela execução como consta no documento consultado<sup>122</sup>. Fazia parte do quadro de funcionárias: Maria Angélica Teixeira Conceição (LAR), Isadora Browne (Conselho Municipal da Mulher) e, ainda, a assessoria de Maria Emília Ramalho Pereira (SESI) e Renata Braga Santos (Socióloga). Assim, o projeto visava criar um espaço voltado para o desenvolvimento da população feminina, de classe baixa, na perspectiva de incorporar a mulher ao processo econômico e político como sujeito social, no gozo e exercício da cidadania plena. Assim, ele se materializava nas oficinas, cursos, seminários, laboratórios e outras ações de capacitação e qualificação desse segmento com vistas à geração de emprego e renda e, também, a criação de micro e pequenas empresas cooperativas.

Procurei contato com as pessoas que trabalharam nesse projeto e encontrei a senhora Isadora Browne que me cedeu seu depoimento,

---

<sup>122</sup> Documento da CEPROM. Levantamento no Acervo da LAR. SSA, agosto de 1994. A equipe responsável pela execução do projeto cabia a responsabilidade pela articulação, orientação técnico-pedagógica aos programas implementados, compatibilizando os conteúdos específicos da capacitação profissional com os princípios básicos da cidadania, os quais eram imprescindíveis à formação da mulher profissional.

Eu conheci Amabilia já dentro dos movimentos e desde então estávamos sempre nos encontrando. Convivi muito com Amabilia e nossa amizade tem a ver com os processos do caldo dos movimentos feministas, redemocratização, anistia, Câmara dos deputados, Brasil Mulher e daí foi se estreitando a nossa convivência com ela e com o seu marido, pois Contreiras era amigo de papai. Resumindo, quando eu estava no Conselho da Mulher, fazendo a assessoria do conselho como um todo, ela me chamou para gestar a idéia do CEPROM e fomos trabalhar no projeto para verificar a situação das mulheres em Salvador e levantamos dados muito importantes. Eu fiquei muito feliz de trabalhar nesse projeto porque Amabilia tinha um trabalho lindíssimo na LAR com os jovens aprendizes em parceria com a Caixa Econômica, tinha a fábrica de picolés e ela ficava empolgada por demais e aí minha senhora, essa mulher vivia de guetoreide, pois era um corre corre para dar conta de tudo. Ela queria que as mulheres tivessem oportunidades de andar com seus próprios pés e ela tinha ótimas idéias para ajudar essas mulheres, afinal tinha acumulado experiências e isso enriquecia muito o seu trabalho e competência. Fazia cursos, cerimoniais para eventos, etc. E para tudo isso era possível e foi por aí que começou o projeto da CEPROM e tudo deu certo. Achemos o espaço e eu trabalhei desde o projeto no papel até a sua implantação, depois voltei ao meu posto no Conselho da Mulher <sup>123</sup>.

Na fala de Isadora Browne fica evidente que o que marcou a atuação de Amabilia na LAR foi o entusiasmo, a gestão da sustentabilidade, pois segundo a própria Browne, ela recusava qualquer coisa que fosse apenas pelo viés assistencialista, “ela não gostava disso”, Amabilia queria mesmo que as mulheres e jovens da instituição tivessem oportunidades de crescimento com seus próprios pés. Nesse sentido, capacitava as pessoas, ofertava possibilidades e cidadania, dava condições para que elas mesmas pudessem se desenvolver e alcançar suas metas. Browne fala da experiência acumulada, do comprometimento e seriedade com a qual eram marcas de Amabilia dentro e fora da LAR.

Nesse sentido de oportunidades, o projeto previa, ainda, a criação de um Núcleo de Referência da Mulher Trabalhadora com o propósito de estimular o debate e a reflexão sobre a atuação feminina na sociedade. Assim, constava na justificativa do projeto:

O Núcleo deverá também estimular a pesquisa, a preservação e a disseminação das informações e dados referentes à produção, distribuição e comercialização de produtos e serviços econômicos e culturais. Este Núcleo prestará serviços de orientação e consultoria, principalmente na área de financiamento e assistência técnica. <sup>124</sup>

É importante enfatizar que o projeto tinha em seus fundamentos, a necessidade de transformar os conteúdos assistencialistas de cunho populista e unilaterais, das ações

---

<sup>123</sup> Isadora Browne Ribeiro nasceu em Recife e aos 10 anos de idade veio para Salvador. Formou-se em Licenciatura em História em 1971 e possui mestrado na área de Educação. Foi do PMDB e PSB. Foi chefe de gabinete na Câmara Municipal de 82-88, trabalhou na ALBA. Trabalhou no Conselho da Mulher fazendo assessoria geral e atualmente trabalha com formação e políticas públicas com direitos humanos.

<sup>124</sup> Projeto da CEPROM. Cópia da Documentação da LAR, SSA, agosto de 1994, p. 05.

tradicionais das políticas desenvolvidas por entidades assistenciais, adotando os conceitos de cooperação, integração e autonomia nas funções, ações e dinâmicas que o Centro estava se propondo a desenvolver.

O objetivo principal do projeto da CEPROM era contribuir para a incorporação das mulheres na esfera econômica e política, no sentido de melhorar as suas condições de vida e torná-las capazes de contribuir de forma mais efetiva na manutenção de sua família e na construção da cidadania coletiva.



FIGURA 8: AMABILIA NA LAR COM AS MULHERES DESENVOLVENDO TRABALHO DE CONSCIENTIZAÇÃO E INFORMAÇÃO SOBRE PLANEJAMENTO FAMILIAR  
FONTE: A.F.A.A

A fotografia mostra Amabilia em uma das muitas palestras que eram dadas no espaço da LAR para mulheres de bairros periféricos de Salvador. Esse trabalho foi importante porque essas mulheres não possuíam muita instrução tinham nível de escolaridade baixo e essas conversas que Amabilia possibilitava a elas, eram muito significativas, posto que os temas eram variados e as informações eram muito importantes no cotidiano delas, principalmente essa questão do planejamento familiar na construção de uma família com mais qualidade e vida e, também, possibilitava a mulher em relação ao controle do seu corpo e métodos anticoncepcionais adequados para cada caso, afinal como mencionou a própria Amabilia em conversas, eram mulheres diferentes com suas especificidades. Segundo ela, era um trabalho muito gratificante de ser realizado.

Quanto aos recursos, segundo consta na documentação do projeto (LAR, 1994, p. 08), o financiamento seria da Fundação Banco do Brasil para o custeio dos equipamentos necessários à montagem das oficinas e laboratórios profissionalizantes e, ainda, a parte orçamentária das obras para a reforma do prédio onde seria instalado o Centro de Profissionalização da Mulher. O projeto foi aprovado e executado com comprometimento. O Centro foi instalado no dia 07 de dezembro de 1994, às 11 horas fora inaugurado.

A LAR que surgiu desde a década de 60 sobrevive até os dias atuais. Foi passado durante os anos a partir de cada novo mandato da prefeitura por outras denominações. Em julho de 2005, a ONG que era chamada de Instituto Ação Comunidade – IAC passou a chamar-se Mais Social. Neste mesmo ano, o Centro de Profissionalização da Mulher – CEPROM formou 1.090 mulheres. A nova denominação da ONG se deu durante a presidência da Sra. Maria Luíza Orge Barradas e Carneiro, mulher do então prefeito da cidade João Henrique Carneiro, porém atualmente o Mais Social é presidido pela Sra. Luciana Rossi, que substituiu a esposa do prefeito. Esta, por motivos pessoais, abriu mão da presidência do Mais Social em fevereiro de 2010, após cinco anos na função.<sup>125</sup>

O Mais Social enfoca trabalhos, educativos, culturais profissionalizantes e de assistência social que têm como objetivo reduzir as desigualdades sociais, buscando valorizar o ser humano e conscientizando-o sobre seu real papel de cidadão. Atualmente, a instituição trabalha com 14 programas que atendem crianças, adolescentes, jovens e idosos, além do público feminino e pessoas com necessidades especiais.

Ao término do mandato da Prefeita Lídice da Mata, Amabilia voltou à sua condição de aposentada. Desprovida de cargos públicos, retomou às suas atividades, como Diretora Administrativa da Escola Experimental, por considerar que aquela instituição desempenha um papel significativo na formação da juventude contemporânea e, segundo ela, “estar sendo prejudicada pela inversão de valores na sociedade, hoje, tão violenta e mecanizada”. Nesse sentido, Amabilia acredita ser necessário desenvolver, cada vez mais, a consciência dos jovens para os valores sobre a questão da preservação do meio ambiente, a luta pela paz, pelos direitos da igualdade entre os sexos. Talvez seja por isso que ela não se afasta das suas raízes, sua identidade com o meio rural, suas recordações da infância e juventude no piemonte da Chapada Diamantina, no coração de Jacobina.

---

<sup>125</sup> Dados coletados pela autora na visita ao **Mais Social**. SSA, agosto de 2010.

### **3. EXERCENDO O PODER: PRÁTICAS E REPRESENTAÇÕES SOBRE A AÇÃO POLÍTICA DE AMABILIA**

Neste capítulo apresento a entrada de Amabilia nas instâncias do poder, no qual teve sua efetiva inserção na política partidária. Discuto como as representações de gênero estavam articuladas no seu mandato de vereadora e deputada de Salvador pelo Partido do Movimento Democrático Brasileiro na década de 1980. Traço, também, o contexto do legislativo a partir da revolução de 1930 para discutir a Nova Constituição e as proposições de iniciativa apresentadas por ela nesses espaços de sociabilidades de poder dando ênfase aos projetos e ementas que versavam sobre os direitos das mulheres.

#### **3.1 A POLÍTICA PARTIDÁRIA E O MANDATO DE VEREADORA EM SALVADOR.**

A atividade política é eminentemente um processo público porque atinge questões que afetam o interesse de um grupo e não apenas de algumas pessoas em particular. O campo político refere-se, ainda, às dimensões de espaço-tempo onde as atividades políticas ocorrem e a sua acentuada mobilidade. Pode, portanto, existir mais de um campo político ao mesmo tempo, conforme os limites estabelecidos pelos interesses e envolvimento de seus participantes. É sob esta perspectiva que podemos compreender as múltiplas possibilidades de participação das mulheres na arena política.

A produção historiográfica acerca da temática mulher e política é considerável, isto pode ser constatado através de um breve balanço na historiografia na introdução desse trabalho, no qual se evidenciam algumas tendências nos estudos sobre a temática. Uma delas é a perspectiva de análise da participação da mulher nos movimentos sociais, sindicatos e partidos políticos. Outra tendência é sobre a atuação da mulher nas instâncias do poder legislativo e executivo, judiciário, etc.

As estratégias desenvolvidas pelas mulheres para a conquista de direitos políticos ou da cidadania constituíram um dos principais eixos dos estudos sobre a atuação feminina na vida pública e na participação política. A história da luta das mulheres pela equidade de gênero evidencia que o caminho em busca da emancipação da mulher passa pela conquista e garantia de seus direitos civis, políticos e sociais, no âmbito da família, da sociedade, na esfera pública, no plano cultural e ideológico, pelo combate aos preconceitos e discriminações a que foram e são submetidas.

Por acreditar nessa luta, Amabilia teve sua efetiva inserção nas instâncias do poder público e político. Filiou-se ao Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB)<sup>126</sup> e entrou no cenário político e compôs o Diretório Regional, integrando-se institucionalmente à política partidária na década de 80. Com a queda do sistema autoritário de governo e o retorno à democracia, o partido lançou sua candidatura ao cargo de Vereadora para a Câmara Municipal de Salvador em 1982. Contudo, Amabilia já participava do partido, tinha um trabalho junto com as mulheres na fração do PMDB Mulher, era uma figura conhecida pelo professorado e movimentos de mulheres<sup>127</sup>, por isso a resistência de alguns homens do partido à sua candidatura não foi ferrenha, pois seus feitos dentro do partido e, principalmente, junto com o movimento de mulheres, não deixava ir em contra a indicação de seu nome, portanto sabiam da sua luta e sua história e sem ter argumentos convincentes, o partido resolveu apoiar a sua candidatura.

Nesse ínterim foi eleita vereadora de 1982-1986 em Salvador. Assumiu o seu primeiro mandato, comprometida com a sociedade que a elegeu, na tentativa de solucionar alguns daqueles problemas com os quais já havia se envolvido; destacando-se na defesa dos interesses do movimento de mulheres e na questão educacional.



FIGURA 9: AMABILIA RECEBENDO O DIPLOMA DE VEREADORA DE SALVADOR EM 1982.  
FONTE: A.F.A.A

No seu mandato criou a Comissão Especial da Mulher na Câmara Municipal de Salvador com o objetivo de melhorar as condições de vida das mulheres, combatendo a

---

<sup>126</sup> O Partido nasceu MDB constitui-se informalmente em 04/12/1965 em oposição a ARENA (Partido Político da Direita), mas oficialmente teve a fundação em 24/03/1966 com Registro de Justiça Eleitoral.

<sup>127</sup> Estas questões foram discutidas no capítulo anterior.

violência e os preconceitos de gênero <sup>128</sup>. A comissão foi criada um ano depois que Amabilia entrou na Câmara de Vereadores em 1984. A comissão, segundo Amabilia, tinha que estudar a problemática da mulher na cidade e se reunia numa comissão permanente, bem ampla que fazia reuniões com pautas voltadas para questão da mulher no âmbito da discriminação de gênero, violência, sexo, trabalho, etc. Essa comissão ouvia as mulheres (do movimento negro, das fábricas, da APLB) nos bairros periféricos e encaminhava suas reivindicações para os órgãos competentes.



Figura 10: AMABILIA NA INSTALAÇÃO DA COMISSÃO ESPECIAL DA MULHER NA CÂMARA DE VEREADORES, 1984  
FONTE: A.F.A.A

Participou das lutas do movimento de mulheres na Bahia, pela criação da Delegacia Especial de Atendimento às Mulheres Vítimas de Violência, pois era consciente da opressão feminina e denunciava a violência que as mulheres sofriam em seu cotidiano (Jornal do Comitê, 1986, p.2). Em diversos discursos proferidos por Amabilia registra-se a denúncia aos crimes praticados contra as mulheres como fruto da sociedade patriarcal:

Há uma tendência à legitimação da violência que decorre, de um lado, da tradição do patriarcalismo brasileiro- onde a honra sempre foi lavada com sangue e, de outro, do esforço feito para se perdoar aos criminosos, através dos argumentos de que o “crime foi um acidente” na vida de um homem de bem, que foi cometido por cegueira ou loucura momentânea, causada por uma paixão violenta. Não podemos encarar esses crimes como fatos isolados. São, na verdade evidências mais brutais de

---

<sup>128</sup> Vale ressaltar que essa era uma demanda do movimento feminista.

uma sociedade onde as relações entre homem e mulher parecem se inscrever como potencialmente violentas. Ao conceder ao homem o dever de proteger e sustentar (econômica e moralmente) a mulher, a sociedade parece lhe conceder também o poder de controlar gestos e atos e de punir as transgressões à regra. (ALMEIDA, 1984)

No que tange a educação, durante a mesma gestão dedicou-se com o mesmo entusiasmo, tendo em vista ser este o seu maior compromisso e a primeira atuação profissional. Em nenhum momento esqueceu-se de onde vinha, pois sua trajetória educacional fazia com que não esquecesse sua classe e, nesse sentido, as preocupações com as questões relacionadas a essa problemática do ensino público era freqüente. Dessa sorte, lembremos que no capítulo anterior, Amabilia se posicionava contra os abusos cometidos na Educação e mesmo nos anos difíceis da ditadura não silenciou e continuou reivindicando os direitos dos professores. Devido à sua liderança e luta pela valorização dos docentes foi vítima do regime militar, o qual a aposentou compulsoriamente com 16 anos de serviço à rede estadual. Em 1979, foi anistiada e reintegrada a docência para exercer a sua profissão.

Na Câmara, Amabilia foi presidente da Comissão da Educação e a sua primeira providência foi fazer o diagnóstico da situação de ensino em Salvador, assim ela nos conta:

Com essa prática decidimos fazer um seminário para se discutir a situação da educação em Salvador. Teve a participação da UFBA, através do pessoal da área da educação. Com a participação da APLB (Sindicato dos Trabalhadores em Educação do Estado da Bahia – Teve a sua origem em 24 de abril de 1952 e são anos de luta em defesa do ensino público, gratuito e de qualidade.), e de outros órgãos e entidades. Então, conseguimos realizar esse seminário, foi muito importante! Demoramos bastante tempo trabalhando, não é uma coisa assim como um evento, um seminário de fim de semana, não! Toda semana nós nos reuníamos numa determinada sala na Câmara de Vereadores, naquele horário pra discutir como é que estava a educação e ouvíamos todos. Vinham os professores que falavam da situação, também ouvíamos as pessoas da Secretaria da Educação Municipal, até construímos a Carta de Salvador sobre o ensino municipal. Em 1984, Mário Kertész foi eleito o Prefeito da cidade e Eliana Kertész foi a Secretária de Educação. E nós levamos o Prefeito à Câmara de Vereadores para entregar as propostas advindas do seminário sobre educação municipal. Então, foi muito bom esse trabalho! (ALMEIDA, 2009)

Percebemos o seu comprometimento com a questão educacional, cujas origens estavam na época em que era educadora e não havia ainda se filiado a nenhum partido político, pois a educação foi desde sempre uma das suas bandeiras em defesa de um ensino com maior qualidade e uma docência mais valorizada e com melhores condições de trabalho. A sua atuação neste setor foi descrito pelo jornal Tribuna da Bahia (1983):

Amabilia quer melhorar ensino municipal: A vereadora Amabilia Almeida apresentou, ontem, ao secretário da Educação, Afonso Barbuda, uma série de reivindicações da categoria dos professores primários e educadores, “principalmente no que diz respeito à oferta de vagas e melhoria qualitativa da rede municipal de ensino”. Amabilia pediu também, “a realização de concurso público de provas e títulos para preenchimento dos cargos do magistério”. Para Amabilia, é fundamental a “equiparação salarial do magistério municipal aos dos colegas da rede estadual”. É necessário também, o cumprimento, na íntegra do estatuto do magistério municipal, especialmente no que diz respeito ao enquadramento por qualificação, além da adoção de medidas no sentido de tornar eletivos os cargos de direção de escola, por parte da comunidade escolar.

Durante o seu mandato de vereadora Amabilia apresentou projetos significativos para a população que a elegeu, visando no investimento da democracia. Seu pensamento era focado para uma sociedade mais justa, sem distinção de raça, classe e de gênero. Nessa perspectiva percebemos esse discurso nos seus projetos e bandeiras levantadas durante sua trajetória na Câmara. O primeiro ponto que Amabilia enfocou foram os altos preços dos alimentos à população. Assim, a vereadora denunciava na Câmara que a política econômica do governo era a principal responsável pela alta do custo de vida e o desrespeito ao consumidor.

Em busca de uma solução para ajudar a população, Amabilia apresentou à Câmara um projeto para formar uma comissão de Defesa do Consumidor. Esse projeto foi aprovado e a comissão entrou em funcionamento no mesmo ano, em 1983. Essa Comissão foi divulgada amplamente nos bairros periféricos em que Amabilia desenvolvia trabalhos sociais junto a comunidade. O Jornal Tribuna da Bahia registrou nos meses de setembro a outubro.

Amabilia quer Estado produzindo alimentos: A vereadora Amabilia Almeida do PMDB pediu ontem providência urgentes do Estado no sentido de produzir alimentos. Assinalou estar comprovado que não são medidas demagógicas eleitoreiras, tipo Cesta do Povo, que resolverão o problema da fome (1983<sup>1</sup>).

A vereadora Amabilia Almeida, presidente da Comissão de Defesa dos Consumidores, através de um requerimento ao governo do Estado da Bahia solicitou providências no sentido de fiscalizar e impedir a compra e transferência de produtos hortigranjeiros do Estado para outras áreas de consumo, beneficiando-se da inserção de tributos (1983<sup>2</sup>)

A comissão de Defesa do Consumidor da Câmara de Salvador, presidida pela vereadora Amabilia Almeida, realiza segunda-feira, às 17 horas, na Câmara, uma mesa redonda para discutir o problema do abastecimento na cidade. Segundo a vereadora que esteve essa semana reunida com diretores da CEASA, o órgão foi criado com objetivos de estimular a produção agrícola, melhorar a qualidade dos produtos, regularizar a oferta de produtos agrícolas nos grandes centros consumidores, entretanto fugiu aos seus verdadeiros objetivos (1983<sup>3</sup>)

As notícias eram de alerta e informação para o povo que procurava medidas para conter o custo de vida no seu dia-a-dia. Nesse sentido, pensamos no quanto a vereadora tem de poder e como a representante popular, portadora de um mandato, deveria cumprir com o seu papel de vereadora? E qual era a função de legisladora dentro da Câmara Municipal? Questões que Amabilia se perguntava e sabia que não bastavam às leis para modificar o mundo; percebia que tinha outra função, que completava a de legislar, a de construir com suas bases, com a população, com as organizações sociais, os interesses do eleitorado que a elegeu, pois os mesmos é que ajudavam na aprovação dos projetos formulados, como esse em Defesa do Consumidor. Com esses pensamentos Amabilia tinha a compreensão da necessidade de construir estratégias, implementar mecanismos para reformular os costumes, diminuir os preconceitos, para isto observava o dia a dia na Câmara, pois era preciso entender bem qual era o papel da vereadora para uma possível construção de uma candidatura consciente e mais humanitária.

Amabilia efetivou no seu mandato outras bandeiras importantes em relação aos direitos da mulher, que merecem destaque nesse trabalho. Um dos compromissos que debateu foi a respeito da política de reprodução humana que desenvolveu durante sua candidatura e que até o momento atual (século XXI), ainda se discute os rumos de uma solução eficaz para o problema. Nessa perspectiva, Amabilia Almeida (1983<sup>4</sup>) fez um discurso sobre a questão para as suas eleitoras:

O que hoje ocorre é que uma pequena parcela dispõe dos meios para evitar ou gerar filhos e até mesmo de segurança para interromper uma gravidez. Do outro lado, a grande maioria das mulheres fica submetida à distribuição massificada de pílulas, à esterilização indiscriminada e à prática de aborto em absurdas condições de higiene. E o governo é conivente com este quadro, estimulando organizações, como a Bemfam e outras, que manipulam o corpo da mulher, pondo em prática uma política antinatalista imposta, autoritária, cujo objetivo é acabar com os pobres, quanto ao governo cabe extinguir a pobreza pela promoção do bem estar social.

Na sua fala, Amabilia enfoca a importância de todas as mulheres terem acesso às condições essenciais como: assistência médica integral; anticoncepcionais adequados ou tratamento para estimular a fertilidade – para definir conscientemente o momento de ter filhos, se assim o desejar ou evitá-lo, se não for oportuno naquele contexto de suas vidas. Para ela, cabe aos órgãos governamentais criarem políticas públicas que garantam essas condições e estendê-las a todas as mulheres, pois segundo o seu posicionamento, falta mesmo uma

maior vontade política as autoridades competentes no que tange a questão do planejamento familiar e em relação aos planos do governo para a política de reprodução humana.

Outro compromisso que fez parte da bandeira de luta de Amabilia foi a questão da mulher no Novo Código Civil. Ao analisar as alterações do novo Código, como vereadora, ela assinalou em 1983, as principais alterações apresentadas no que tange ao conceito de chefia da sociedade conjugal, onde se mostrava a necessidade de mudança deste conceito; colocando o casal como unidade efetiva, econômica e social, que age conjunta e harmoniosamente perante a estrutura jurídica. Segundo Amabilia, se a lei Magna preconiza o princípio de igualdade, a lei civil simplesmente vem a ela se adequar.

A equidade no que se refere à administração de bens do matrimônio, que foi outro ponto alterado no Código Civil, estabelecendo que a mulher adulta fosse capaz de gerir seus próprios bens e negócios, independente o seu estado civil e eliminava quaisquer resquícios de controle ou oposição à sua liberdade de trabalho. Com esses pontos, Amabilia concretizava, a partir daí, as suas propostas específicas de campanha sobre a questão da mulher e o significado das concepções de poder e política nas mãos de uma mulher.

### 3.2 AMABILIA ENTRE 43 PARLAMENTARES MASCULINOS: A VOZ FEMININA NA CÂMARA DOS DEPUTADOS.

Ao terminar o mandato na Câmara Municipal, pelo mesmo partido (PMDB), Amabilia candidatou-se a Deputada Estadual Constituinte, nas eleições de 1986. Segundo dados do Serviço de Documentação e Divulgação do Tribunal Regional Eleitoral da Bahia (1986) foram 26 mulheres que se candidataram à Assembléia Legislativa nessas eleições representando 6, 6% dos candidatos inscritos, um fato inusitado, visto que isso não era um dado comum e essas mulheres representavam e pertenciam a diversos partidos do eleitorado baiano.

Amabilia Almeida foi à única mulher eleita, isto é, a bancada feminina na Assembléia Constituinte baiana representava 1,6% de todos os eleitos. Contudo, isso não foi impedimento para que ela, com o respaldo do Fórum de Mulheres de Salvador, visto que ela lutava a favor dos direitos das mulheres e tinha uma trajetória nos movimentos sociais e especialmente com a questão da educação e problemas referentes a moradia nos bairros periféricos, enfrentasse os preconceitos de gênero e interesses oligárquicos ali presentes e garantisse a conquista das demandas femininas.



FIGURA 11: AMABILIA SENDO DIPLOMADA COMO DEPUTADA ESTADUAL, 1986.  
FONTE: A.F.A.A

O campo político é um universo social como todos os outros, no qual se trata de poder, de capital, de relações de força, de estratégias de manutenção e de conservação das relações de força ali instituídas. Assim, segundo Bourdieu (1996, p. 30), a atuação de homens e mulheres na esfera política institucional guia-se, dentre outros fatores, pela preocupação masculina em manter sua posição dominante, excluindo outros grupos dos pólos de poder, e pela feminina em subverter a sua posição de dominada. Essa preocupação, no entanto, somente é considerada no momento em que as mulheres percebem-se como agentes políticos e passam a buscar igualdade de condições na ação no Parlamento. Logo, enquanto a dominação masculina é vista como normal, a estrutura de forças não é questionada.

Assim, Amabilia conseguiu eleger-se e adentrou para um território marcadamente masculino, como era na Assembléia e se ver entre 43 parlamentares homens e tendo que marcar presença e desempenhar o seu papel de representante das mulheres no parlamento e, como tal, deveria agir na defesa de seus interesses e necessidades práticas de gênero.



FIGURA 12: AMABILIA EM SUA CHEGADA NA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA, 1987  
FONTE: A.F.A.A

Ao examinar a fotografia no momento da entrada de Amabilia na Assembléia Legislativa, visualizamos que ela é a única mulher no cenário do parlamento. Em meio a muitos homens vestidos de terno e gravata, Amabilia contrapõe-se aos parlamentares com uma vestimenta bem feminina; traje de cor branca, saia rodada e longa, blusa de botão com decote em V, deixando seu pescoço a mostra e um cinto marcando a cintura, sandálias abertas, deixando as unhas pintadas à mostra com um salto alto grosso, marcando um território que agora seria, também, feminino.

Em relação ao que tange o papel das mulheres no Parlamento, Luiz Felipe Miguel (2001), traz uma discussão sobre política de interesses. Nesse trabalho, o autor traz visões de diferentes autoras que apontam para três linhas de raciocínio distintas. A primeira linha traz como defensoras, as teóricas Carol Gilligan e Nancy Chodorow, que buscam construir argumentos que permitam justificar a necessidade de maior igualdade entre os sexos na representação política. No entanto, seguem a teoria que as mulheres possuem uma diferença moral, que corresponderia à idéia de uma ética particular feminina, afirmando que as mulheres são dotadas de uma sensibilidade moral que é distinta da masculina, tornando a política uma atividade mais branda e humana. Elas defendem a idéia que as mulheres trariam

um aporte diferenciado à esfera política, por estarem acostumadas a cuidar dos outros e a velar pelos mais indefesos. As teóricas de tal corrente partem do pressuposto de que a presença feminina possibilitaria a superação da política de interesses, que seria a política típica dos homens (MIGUEL, 2001).

Tal visão, no entanto, tem sido alvo de muitas críticas. Primeiro por ratificar papéis de gênero, deslizando para a naturalização das diferenças. Segundo, porque a experiência de mulheres no poder tem demonstrado que a relação entre gênero e política do desvelo não é inequívoca, o que indica que homens e mulheres podem exercer o poder da mesma maneira.

A maioria das mulheres eleitas pode estar concentrada na atuação em políticas sociais porque este é o único nicho disponível a elas no campo político naquele momento. Segundo Sônia Malheiros (2000), o discurso da “política maternal” isola as mulheres neste nicho e, dessa forma, mantém a divisão do trabalho político, uma divisão que, mais uma vez, destina aos homens as tarefas socialmente mais valorizadas. E, em terceiro, porque a idéia de uma política desinteressada, que se opõe à política de interesses masculinos, traz consigo a idéia de que as mulheres têm como característica própria preocupar-se mais com os outros do que consigo mesma. Estaria subjacente aí a negação do direito da mulher a possuir interesses próprios, uma negação imposta pela sociedade patriarcal, e que essa corrente teórica vem a exaltar.

A segunda linha vai exatamente nessa direção, relacionando diferenças de interesses entre homens e mulheres. Assim, a presença de mulheres na política estaria justificada, não porque elas representam uma política do desvelo, mas porque têm interesses próprios, ligados a questão de gênero e que precisam ser levados em consideração. Está subjacente, a idéia de que as mulheres são as melhores defensoras de seus interesses. No entanto, há novamente uma perspectiva essencializadora nessa discussão, tanto porque supõe que todas as mulheres sejam dotadas dos mesmos interesses, ignorando outras dimensões que as compõem como sujeito, tais como; raça, classe, faixa etária, orientação sexual, etc., quanto porque define que uma parlamentar, simplesmente por ser mulher, estará comprometida com a questão feminina, o que, muitas vezes, não acontece.

Para Anne Phillips (2001), há uma discussão que transcende o sexo do parlamentar e que se coloca no nível de suas consciências. Logo, o comprometimento com a causa está intimamente relacionado à consciência feminista dos indivíduos, que pode estar presente tanto em homens quanto em mulheres. Para a autora, a simples presença de mulheres na política não basta; é preciso que essas mulheres estejam comprometidas com a causa feminista, levando a discussão de uma política de presença versus uma política de ideias.

A política de presença estaria baseada na argumentação de que pessoas de grupos diferentes têm uma vivência diferente e, portanto, a importância de quem os representa politicamente se torna fundamental. Já a política de ideias enfatiza mais o que é representado, independentemente de quem representa. O importante é que as ideias e necessidades das mulheres de todas as raças e classe estejam contempladas na diversidade de propostas apresentadas no Parlamento, não importando se foi uma mulher ou um homem o seu autor.

A construção teórica ajuda a entender como se dá a entrada da população feminina nesse espaço e como Amabilia conduz a sua gestão, seja na atuação do papel que a mulher representa no Parlamento, seja nas propostas e projetos que eram elaborados ou articulados por ela. Ao analisarmos as ações que ela desempenhou dentro da Assembléia verificamos uma gestão voltada em prol dos direitos da mulher. No relato de Maria Helena Souza (2010), fica evidente o comprometimento com as bandeiras da mulher e educação do seu novo mandato:

Amabilia desempenhou uma gestão de grande qualidade voltada para as questões da mulher e da educação, era uma grande articuladora que sabia vencer as dificuldades. Sempre pautou a sua atuação com grande dignidade e em respeito ao eleitor. Participou daquele segundo mandato considerando-o como um instrumento, colocado pelo povo em suas mãos, e continuou seguindo os seus princípios da mesma maneira que atuou na Câmara Municipal, em defesa dos direitos das mulheres, dos trabalhadores de um modo geral, e em favor dos professores e da educação.

“Um mandato a serviço da comunidade” foi assim que Amabilia classificou a sua gestão no discurso de estréia na tribuna do Legislativo Estadual. No pronunciamento ela registrou seu compromisso com a luta pelos direitos da mulher, na questão do ensino, organização popular, infância não assistida, posicionando-se favorável aos avanços e as conquistas sociais.

Ao longo da nossa história, as mulheres tiveram decisiva participação política, ainda que essa participação tenha sido minimizada pelas forças mais retrógradas da sociedade. São inúmeras as bandeiras levantadas e defendidas pelas mulheres, como são inúmeras as frentes de luta. Nos bairros ou nos locais de trabalho, em associações ou em sindicatos, as mulheres somam-se à luta geral por melhores condições de vida e trabalho, quando não tomam a iniciativa dessas lutas. Nos clubes de mães, nas associações de donas-de-casa, nos movimentos por creches, nos grupos feministas, engrossam as fileiras e dão corpo às reivindicações sociais mais prementes. A essa participação, contudo, não tem correspondido um reconhecimento por parte dos poderes públicos, no sentido de incorporar a representação feminina aos órgãos de decisão. No Brasil, a mulher é excluída do poder, mesmo em áreas em que reconhecidamente costuma ter mais vivência e melhores chances de contribuir. (ALMEIDA, 1988)

Em relação á luta pelos direitos das mulheres, Amabilia procurou viabilizar um compromisso de campanha pela aposentadoria das donas-de-casa. Nesse sentido, coordenou uma comissão envolvendo mulheres da capital e do interior, em um mutirão que conseguiu obter mais de 70 mil assinaturas para a emenda popular, encaminhada á Assembléia Nacional Constituinte, pela aposentadoria das donas-de-casa. Importante ressaltar que como todo trabalho em defesa dos direitos das mulheres encontrou resistência de uma parcela da população, em sua maior parte masculina, que não queria perder seu poder de dominação e de chefe de família, “aquele que deve prover o sustento da casa”, mas os argumentos eram tão machistas e desarticulados que não foram levados em consideração. (ALBA, 1988)

Segundo dados coletados no boletim de comunicação e divulgação do Gabinete da Assembléia Legislativa entre maio a agosto de 1988, três meses após o lançamento da campanha das assinaturas, a deputada reuniu a imprensa no salão nobre da Assembléia para mostrar o resultado da iniciativa. O ato de encerramento da campanha contou com a presença do Movimento Integrado de Ação Social (MAIS)<sup>129</sup>. Após a finalização desse encontro, Amabilia seguiu para Brasília acompanhada de uma delegação de mulheres, para entregar ao presidente da Assembléia Nacional Constituinte, o então deputado Ulysses Guimarães<sup>130</sup>, as setenta mil assinaturas da emenda popular, que foi aceita e consta no projeto da Comissão de Sistematização no Artigo 237 do qual o resultado final foi favorável.

No que tange a questão educacional, Amabilia esteve integrada na luta dos professores, acompanhando as negociações com o governo do estado que culminou com a aprovação, pela Assembléia Legislativa do Plano de Carreira do Magistério. A discussão do Plano de Carreira do Magistério encontrou na Assembléia Legislativa uma caixa de ressonância às aspirações dos professores. A deputada reconheceu a necessidade de aprovação do plano, uma das principais reivindicações da categoria e defendeu o amplo diálogo entre os setores envolvidos com a questão para que, efetivamente, as necessidades dos docentes fossem garantidas.

Em recortes no Boletim de Informação e Divulgação encontrado na Pasta dos Deputados (ALBA) Amabilia opina que o Plano de Carreira foi um primeiro passo no sentido de melhorar o ensino e a escola pública. Ela entende que para conseguir a dignidade do ensino

---

<sup>129</sup> O MAIS é uma associação civil de assistência social, não governamental, sem fins lucrativos, que presta serviços voluntários à comunidade.

<sup>130</sup> Político brasileiro nasceu em Rio Claro-SP (1916 -1992). Formou-se advogado pela Universidade de São Paulo (USP), em 1940. Elegeram-se deputado estadual em 1947, pelo Partido Social Democrático (PSD). Três anos depois, passou a ser deputado federal, função que exerceu durante 11 mandatos consecutivos. Foi presidente do MDB e PMDB durante vários anos e seu presidente de honra. Em 1987, comandou a Assembléia Constituinte.

público de qualidade ainda há necessidade de muito trabalho que passa por uma ampla discussão dos setores interessados em salvar a educação na Bahia. Desde o momento em que o Plano de Carreira do Magistério chegou à Assembléia, a deputada começou a se movimentar para que o mesmo fosse aprovado. A sua contribuição foi importante no sentido de lutar na Assembléia e interceder nas negociações entre a Associação dos Professores Licenciados – APLB e o Governo do Estado.

Outra questão em que Amabilia se dedicou no mandato de deputada foi referente à organização popular, contemplando de maneira específica a organização das mulheres. Na visão de Amabilia Almeida (1988): “é justamente nas sociedades mais organizadas onde as aspirações populares são canalizadas de maneira mais racional viabilizando, portanto, as conquistas sociais”. Uma das instituições que servia para socializar politicamente as mulheres era o núcleo PMDB MULHER, um movimento que atuava junto às comunidades e era filiada um número significativo de mulheres, apesar da quantidade reduzida na hora da militância. Amabilia fazia parte do diretório desse núcleo e estava integrada desde a época de Vereadora onde o processo de luta por reivindicações em prol das necessidades práticas de gênero das mulheres conduzia, muitas vezes, à conscientização política e à participação feminina em formas de lutas mais radicais. Contudo, ela enfrentou muitos obstáculos nessa luta, porque não era nada fácil travar uma luta a favor das mulheres dentro dos partidos.

A existência de departamentos femininos dentro dos partidos é pequena para aqueles que possuem uma estrutura partidária estável e consolidada no tempo. Na realidade, algumas incompreensões têm sido verificadas em relação ao significado e a importância da participação feminina institucionalizada no Poder Legislativo, que seria justamente aquela onde se podia esperar um número mais expressivo, em termos de quantitativos. Entretanto, a estrutura organizativa dos partidos não tem facilitado, em geral, esse tipo de organização. Uma das discussões que tem gerado polêmica foi a conveniência ou não de criar tais departamentos femininos dentro dos partidos.

Aqueles que defendem tal idéia alegam que justamente porque a mulher tem pouca experiência partidária, sua “timidez” a impede ou podia inibir de expressar livre e, abertamente, sua discordância ou emitir opiniões próprias no que tange as questões de seus direitos, assim seria preciso criar condições favoráveis especiais para a sua integração gradual aos órgãos partidários, em todos os níveis. Contudo, muitos partidos discordam de tal argumento, afirmando que a criação de tais departamentos femininos, ao contrário, significaria nova forma de marginalização dentro do próprio partido. Com esse discurso, eles

defendem que para superar a “timidez” e a inexperiência, a mulher deve integrar-se à própria estrutura organizativa do partido e nele militar em igualdade de condições com os homens.

Havia diferentes formas de discriminação que a mulher ainda sofre em muitos setores da vida. Entretanto, ela enfrentava as dificuldades e denunciava essas discriminações, principalmente o protesto contra medidas concretas de restrição ao acesso da mulher a qualquer cargo ou função pública ou privada, assumia freqüentemente uma significação especial, pois é sabido que a discriminação se reveste, na maior parte das vezes de formas bastante sutis e encobertas. Podemos constatar essa discussão no depoimento abaixo:

Eu e Amabilia éramos do PMDB MULHER que eu estou até hoje, sou presidente Estadual do Partido. Começamos uma amizade em 1979 quando começava crescer aqui na Bahia o movimento pró-anistia. Eu era militante e fui presa política em São Paulo, voltei para Bahia e fui viver em Jequié. Eu coordenava lá o trabalho de uma frente de anistia de outros colegas exilados e conheci a Amabilia em um desses encontros de mulheres em Salvador. Daí, começamos a amizade, ela militando aqui e eu no interior. Naquela época era muito mais difícil do que hoje falar em direitos da mulher, era complicado e ela tinha uma garra. **Enfrentou dificuldades com os homens para conseguir os objetivos tanto na câmara quanto no partido, porque no nosso partido, a cúpula era muito machista.** Ela batalhava muito, brigava mesmo para conseguir as coisas. Era muita luta naquela época, bem mais devastador que hoje para se reivindicar as idéias. E era nesses momentos de luta que nosso caminho sempre se cruzava. Daí pra frente a gente esteve unida; nos comícios, nas marchas das mulheres, nas campanhas pelos interiores, onde eu a convidava para dá palestras, nos fóruns de mulheres, na implementação da SPM, nessas lutas se fortaleciam nossos laços. Na assembleia Legislativa ela era a única mulher e mesmo assim não se intimidava com os homens, pegava todas as propostas da gente e juntava tudo nas reivindicações. Fui vereadora de Jequié no município por três mandatos no período de 88, 92 e 96 e nas minhas campanhas a encontrava viajando por toda a Bahia, ela se preocupava em ouvir todos os segmentos de mulheres e quando chegava na Assembleia falava tanto, que os homens acabavam acatando as suas sugestões, caso contrário eles sabiam que se não aceitassem, ela era capaz de colocar todas as mulheres juntas dentro da Assembleia e os homens tinham medo disso e daí atendia as reivindicações.<sup>131</sup>

No depoimento podemos perceber os obstáculos enfrentados dentro do partido para incluir na pauta a luta por direitos igualitários entre os membros. Na visão de Anailza Rios havia uma discriminação dentro do partido com relação às mulheres e, por essa razão, o PMDB MULHER era um segmento importante do partido, porque tratava dessas questões e buscava as conquistas através das reivindicações. Nesse sentido, segue uma manchete do Jornal da Bahia (1986) que reitera a visão de Anailza sobre o machismo dentro do Partido:

---

<sup>131</sup> Anailza de Freitas Coutinho Rios. Pedagoga, Ex- vereadora de Jequié por 3 mandatos, atual coordenadora do CRLV (Centro de Referência Loreta Valadares), presidente Estadual do PMDB MULHER e diretora da Fundação Ulisses Guimarães do Instituto do PMDB-BA. SSA, maio de 2010.

Machismo no PMDB é levado a Ulysses Guimarães: Uma representante da Comissão de Mulheres do PMDB viaja hoje para denunciar ao presidente nacional do partido, Ulysses Guimarães, o machismo existente na “Executiva Regional do partido”, cujos membros, estão querendo colocar normas às organizações de grupos como jovens, sindicalistas e especialmente mulheres.

A notícia retratada no Jornal da Bahia reforça o depoimento de Anailza Rios sobre o machismo dentro dos partidos. Os homens têm poder na sociedade e exercem esse poder sobre as mulheres, sustentado em uma ideologia machista que é dominante e que se manifesta de forma perversa dentro dos partidos políticos e reproduzem essa ideologia. A sociedade patriarcal destina o espaço público da política e das grandes decisões como prioritário dos homens e para as mulheres o espaço doméstico da casa. Essa lógica sempre trouxe benefícios para os homens. Embora sejam também explorados, eles ganham mais que as mulheres, não fazem trabalho doméstico, tem seu tempo disponível para dedicar-se a si e à sua vida profissional e não acumulam funções.

Já as mulheres vão para o mercado de trabalho marcadas pela sua condição de responsável pelo cuidado da família, sobrecarregadas nas funções de dona-de-casa e profissional. Ocorre que, muitas vezes, a mulher pode ser demitida se um filho fica doente, se ela não tem vaga na creche para deixar a criança, se ela está grávida. Além disso, as mulheres estão ocupando os postos de trabalhos menos qualificados, mais cansativos, mais rotativos, sofrem mais pressão e assédio sexual e, na maioria das vezes, mesmo ocupando o mesmo cargo, ganham menos que os homens.

Com isso, elas enfrentam mais obstáculos para se organizar, seja pela sobrecarga de trabalho e, muitas vezes, quando estão na política os homens acreditam que elas estão ocupando um lugar que não é seu.

### 3.3 PRODUÇÃO LEGISLATIVA: LEGISLANDO PARA AS MULHERES

Para entender o processo no Legislativo é necessário retroceder um pouco no tempo e voltar para o Legislativo no Brasil e pensar nas transformações ocorridas nas suas estruturas sociais e econômicas a partir da revolução de 1930, que trouxe uma nova Constituição, posta em vigência em 1934, com largos traços de democracia social influenciada por modelos estrangeiros. Em 1937, em seguimento ao golpe de estado que implantou o Estado Novo, o grupo dominante concedeu nova carta, altamente autoritária, onde o Legislativo submergia debaixo dos poderes do Executivo (SALDANHA, 1982).

Durante a ditadura de Vargas (1937-1945), o Legislativo teve pouca expressão. Com a Constituição de 46, procurou-se recuperar as linhas de separação de poderes, deixando ao Legislativo seu campo específico de funções, embora o regime continuasse sendo presidencialista, com traços de intervencionismo social (RODRIGUES, 1972).

A partir do fim da década de 50, começaram a fervilhar os debates. Com o desenvolvimentismo do governo de Kubitschek que acabou dominando boa parte da programação política, embora sem transformar o presidencialismo em autocracia. Na década de 60, com o episódio da renúncia de Quadros em 1962, discutiu-se a conveniência do parlamentarismo, como condição para que se passasse a presidência a Goulart, sucessor legal de Quadros. A experiência parlamentarista fruto de uma conjuntura e implantada no país através de uma reforma constitucional, não se consolidou. Em lugar de equilíbrio vieram conflitos constantes que dificultaram o governo de Goulart, até que em 64 aconteceu o golpe militar destituindo o presidente, tomando o poder aos civis (RODRIGUES, 1972).

Cassados os deputados opositores, a representação parlamentar tendeu a se reduzir a um papel de espectador. A partir de 64, todos os gestos de rebeldia do Legislativo foram punidos pelo Executivo que, por força dos Atos Institucionais, possuía poderes supraconstitucionais. Na Constituição de 1967 e refeita em 69, a seção sobre o Processo Legislativo insere-se no capítulo sobre o Poder Legislativo; mas ao presidente é dada competência para enviar ao Congresso, projetos de lei sobre qualquer matéria, até mesmo sobre reformas constitucionais. Esta atribuição, somada ao predomínio político que, de fato, o Executivo exerce, reduz o Congresso a um papel, por vezes, meramente formal.

A submissão do Legislativo ao Executivo, durante os últimos anos, ocasionou os diversos episódios que o país passou, tais como a cassação de deputados, uma série de pressões e de injunções. Porém, o mais lamentável continua a ser o comportamento de certos parlamentares, constantemente mais preocupados em manter seus mandatos do que defender os interesses nacionais (SALDANHA, 1981).

De sorte, a atitude do Legislativo no Brasil, tem servido nos últimos tempos, de espelho onde refletem as situações mais típicas: do adesismo oportunista e do conservadorismo mais rústico até posições de pretensão centrista e equidistante a diversas nuances da esquerda e aquelas lucidamente críticas que tentam (com dificuldades) manter a dignidade da representação popular.

O processo legislativo conforme a Constituição Federal (1998) compreende a elaboração de emendas à Constituição, leis ordinárias, complementares e delegadas, decretos legislativos, medidas provisórias e resoluções. A cada um desses conjuntos legais estão

associados objetivos e funções específicas, além de estarem previstos públicos com poderes de iniciativa distintos para cada caso. Uma das mais importantes funções do deputado é legislar, isto é, criar e modificar leis que regulam direitos e deveres de todos os cidadãos. À Assembléia Legislativa cabe aprovar as leis que vigoram em cada Estado. É, portanto, papel do Deputado Estadual, além de zelar pelo cumprimento das leis existentes, propor alterações nesse conjunto de normas em benefício da população.

Os projetos de leis (PLs), tradicionalmente aqueles que envolvem o maior número de proposições por deputado, destinam-se a regular matéria inserida na competência normativa do Congresso Nacional, estando sujeitos a veto presidencial. Já os projetos de lei complementar (PLCs) têm como função regulamentar dispositivo constitucional não auto-aplicável e, também, estão sujeitos a sanção do presidente da República. As propostas de emenda constitucional (PECs), por sua vez, também se destinam à Constituição, mas, nesse caso, para o qual não se exige aprovação presidencial, o objetivo é alterar e não regulamentar o texto vigente (ALBA, 2008).

A distribuição das proposições de iniciativa apresentadas e aprovadas por Amabilia formam uma quantidade significativa do seu mandato como deputada (1987 – 1990). Segue tabela da taxa de sucesso da proporção de iniciativas legislativas que se transformaram em normas jurídicas.

TABELA 1: TAXA DE SUCESSO DA PROPORÇÃO DE INICIATIVAS LEGISLATIVAS

TIPO DE PROPOSIÇÃO	APRESENTADAS	APROVADAS
Proposta Emenda à Constituição	73	1
Projeto de Lei	1	1
Projeto de Lei Complementar	1	0

FONTE: Arquivo da ALBA.

Tanto as emendas quanto os projetos de lei apresentados a Assembléia Legislativa eram indicações de uma parlamentar que revelava no conjunto de seu trabalho, uma grande sensibilidade e ações práticas voltada para a defesa dos que sofriam discriminações, sejam causadas por condições econômicas, sociais, racial ou de sexo. Havia uma demanda de luta das mulheres de uma forma geral para que esses projetos fossem criados, mas precisava-se de alguém que fosse sensível à causa dos direitos da mulher para propor essas leis e que elas fossem implantadas.

Além das preocupações gerais com o meio ambiente, saneamento básico, abastecimento de água, luz, assegurar recursos para a implantação, manutenção e desenvolvimento da Fundação de Amparo a Pesquisa do Estado da Bahia (FAPESB), projeto de lei a favor da meia passagem aos estudantes, problema do salário e plano de carreira dos professores, Amabilia dava ênfase nas ementas e projetos de leis que se voltava para a garantia dos direitos das mulheres, tais como; criação de hortas comunitárias para que as mulheres de menor poder aquisitivo tivessem uma renda financeira, implantação de Delegacias de Defesa da Mulher em vários municípios do estado com mais de 50 mil habitantes, núcleos de assistência jurídica gratuita as mulheres vítimas de violência, salas de parto, emenda contra a esterilização vedando às empresas a exigência de atestado de esterilidade para efeito de admissão às mulheres ao mercado de trabalho, emenda contra demissão de mulher grávida, indicação do projeto pela aprovação do novo Estatuto Civil da Mulher, aprovação do projeto considerando contravenção penal atos de discriminação por preconceito de sexo e aprovação ao projeto que estabelece descanso remunerado para empregadas domésticas e férias iguais às dos demais trabalhadores.

Amabilia tinha toda uma rede de mulheres que trazia até ela as suas demandas, pois a sua participação e interesse político pelos grupos econômico e socialmente excluído, reforçava a sua presença efetiva em associações de bairro e organizações não governamentais, e isso contribuiu, de maneira importante, para o processo que D'Ávila (1998) chama de *empowerment* feminino <sup>132</sup>, visto que esses espaços constituem em vias de acesso à participação social e à conscientização de direito e possibilitam afastamento da esfera doméstica, bem como aumento do controle de seus próprios destinos. Dessa forma, sua candidatura foi fortalecida, pelo apoio dessas mulheres que lutavam em prol de seus direitos e precisava de uma representante com força e determinação para levar seus apelos à Câmara e buscar junto aos órgãos competentes a conquista e implementação desses direitos.

A aprovação desses projetos, de maneira geral, era difícil de obter resultado favorável dos parlamentares, afinal Amabilia era uma voz isolada entre seus colegas que questionavam “para que direito de mulher?” Era uma luta desigual, considerando-se que a Comissão Constituinte era formada majoritariamente por homens (era constituída por 13 homens e apenas Amabilia de mulher), era necessário que as mulheres se mobilizassem e apoiassem a deputada daqueles que defendiam uma Constituição conservadora e que ignorava a realidade

---

<sup>132</sup> Esse termo é usado tanto pra significar um processo coletivo de poder feminino, a exemplo da participação das mulheres em movimentos sociais, como a presença de poder feminino em níveis das relações familiares. Em geral, empoderar-se significa adquirir o controle da própria vida e definir suas próprias agendas. Para maiores detalhes ver: LÉON (2000).

econômica e social do estado. Elas faziam isto através do movimento de mulheres, acompanhavam a deputada em suas lutas diárias dentro da Assembléia e o apoio dessas mulheres era constante aos trabalhos sociais desenvolvidos por Amabilia.

É em torno das propostas legislativa da deputada que se concentra boa parte do debate a respeito de sua atuação no Parlamento. Como já foi apontada, a preocupação de Amabilia com temas ligados à área social, em particular relacionado aos direitos da mulher e a sua capacidade de inserir novos temas na agenda é justificativa comumente empregada para defender a presença feminina na política institucional. Com base nisso é que alguns estudos apontam que a presença de mais mulheres no poder se traduz na inclusão de novos temas na agenda política. Esses temas dizem respeito a questões como violência doméstica, discriminação e assédio sexual no mundo do trabalho, políticas de acesso à educação, saúde e benefícios assistenciais, e são introduzidos pelas mulheres, pois se considera que têm maior autoridade para falar do social (HTUN, 2001).

Segundo Avelar (2001) evidencia que os temas priorizados pelas mulheres na legislatura 1998-2002 na Câmara dos Deputados referiram-se às áreas de trabalho e previdência, saúde, violência e direitos civis, enquanto que uma proporção mínima tratou de temas relacionados ao desenvolvimento, à infra-estrutura e ao poder. Esses estudos concluem que:

[...], a questão feminina se confunde com a questão social, podendo-se mesmo denominá-las de a questão social do gênero. E é aí que as mulheres fazem a diferença na política. Em qualquer lugar do mundo, a modernidade na política, a conduta ética em sentido pleno e a conduta humanista são frutos de políticas sociais que atendem tanto os segmentos marginalizados quanto aqueles discriminados (AVELAR, 2001, p. 143).

A partir da apresentação dos dados analisados na Tabela 1 inferimos que a produção legislativa de Amabilia foi bastante diversificada, com proposições em diferentes áreas temáticas, mas devido às dificuldades enfrentadas no parlamento, a despeito das diferenças internas travadas dentro do partido com seus colegas deputados que, na sua grande maioria, considerava os temas de interesse predominantemente feminino, a deputada não obteve uma significativa taxa de sucesso para transformar seus projetos e suas idéias em normas judiciais. Ademais, os temas levados pela parlamentar a Câmara de deputados para discussão e uma possível aprovação desses projetos de fato, têm sua inserção na esfera pública marcada pela pressão do feminismo, ou seja, Amabilia atuava como porta-voz da sociedade organizada e se constituía em um canal por meio do qual essas novas demandas sociais encontravam eco no poder legislativo.

Desse modo, a atuação de Amabilia na Câmara, além da produção legislativa, participava de Comissões permanentes e temporárias. As comissões permanentes organizam o funcionamento da Casa e, segundo o Regimento Interno da Câmara (2006), apresenta:

Caráter técnico-legislativo ou especializado são integrantes da estrutura institucional da Casa, co-partícipes e agentes do processo legiferante, têm por finalidade apreciar os assuntos ou proposições submetidas ao seu exame e sobre eles deliberar, assim como exercer o acompanhamento dos planos e programas governamentais e a fiscalização orçamentária da União, no âmbito dos respectivos campos temáticos e áreas de atuação.

Já as comissões temporárias são instaladas para apreciar determinado assunto e se extinguem ao término da legislatura, ou quando termina seu prazo de atuação sempre que se alcançam os fins a que se destinam (ALBA, 2006). Incluem nessas comissões: Especiais – Destinadas para dar parecer sobre proposta de emenda à Constituição, projeto de código ou sobre proposição que versar sobre matéria de competência de três ou mais comissões; Inquérito – aquela que é voltada para apurar acontecimento de relevante interesse para a vida pública e a ordem constitucional, legal, econômica e social do estado. Consta esta com prazo determinado e é dotada de poderes de investigação próprias das autoridades judiciais, além de outros previstos em lei; e Externas - cumprem missão temporária autorizada que implicam no afastamento do parlamentar (MIGUEL, 2001).

A participação de Amabilia nas comissões foi privilegiada por melhor possibilitar a identificação dos jogos e das estratégias políticas que se estabelecem no momento da sua distribuição pelos mais diversos temas. Desse modo, a parlamentar exerceu diversas atividades na Assembléia Legislativa. A Tabela 2 traz informações sobre as comissões conforme a sua distribuição.

TABELA 2: EXERCICIO DAS ATIVIDADES NA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA

COMISSÃO	CARGO	ANO
Fiscalização e Controle	Vice-Presidente	1988
Proteção ao Meio Ambiente	Vice-Presidente	1989
Defesa ao Consumidor	Vice- Presidente	1990
Educação, Esportes e Serviços Públicos	Vice- Presidente	1990

Educação, Esportes e Serviços Públicos	Titular da Comissão	1988-89
Fiscalização e Controle	Titular da Comissão	1988
CPI da Violência	Titular da Comissão	1990
CPI para Investigar Atividades na CNB	Titular da Comissão	1988
Constituição e Justiça	Suplente da Comissão	1988
Educação, Esportes e Serviços Públicos	Suplente da Comissão	1988
Direitos Humanos	Suplente da Comissão	1989
Proteção ao Meio Ambiente	Suplente da Comissão	1990

FONTE: ARQUIVO DA ALBA. SETOR DA DIRETORIA PARLAMENTAR/ DIVISÃO DE PESQUISA.

Entre os campos temáticos tratados nas comissões que Amabilia atuou, cinco podem ser diretamente identificados como femininos, tomando como parâmetros os estereótipos construídos socialmente a respeito de funções e habilidades masculinas e femininas. Tal como se apresentaram, as representações sociais atribuem à mulher melhor desempenho e aptidão em temas como educação, meio ambiente, defesa do consumidor, direitos humanos e violência<sup>133</sup>.

As comissões para quais as mulheres mais se deslocam segundo um estudo desenvolvido por Gustavo Muller (2005), refletem, de maneira explícita, tais estereótipos. De fato, a maioria das mulheres que passam pela Câmara dos Deputados tendem a ocupar, em algum momento, cadeiras na Comissão de Seguridade Social e Família, responsáveis por temas voltados para Saúde, Educação, Proteção e Defesa do Consumidor, assistência e previdência social, além da atuação para grupos socialmente vulneráveis, entre os quais se incluem as mulheres, crianças, idosos e portadores de necessidades especiais. Nesse sentido, esses mesmos temas foram responsáveis por 18% da produção legislativa das parlamentares, ou seja, concentra a maior parte do trabalho desenvolvido por essas mulheres na Câmara, logo a política de presença mostra-se, mais uma vez, eficiente.

A análise aqui realizada, ainda mais do que aquela desenvolvida para a produção no legislativo frente às deputadas explicita os estereótipos construídos a partir da questão de

<sup>133</sup> A respeito da CPI da violência urbana, instalada para apurar as causas e buscar soluções para a violência e a criminalidade nas cidades (Arquivo da ALBA).

gênero. Isso porque a apresentação de leis (e não a sua aprovação) envolve um menor requisito de capital político. Assim, é possível apresentar proposições em qualquer área, mesmo naquelas em que não se possui experiência. Já no caso da presença em comissões, torna-se decisivo não apenas o interesse manifesto das deputadas (que por si só, já carrega concepções de gênero), mas, também, a aceitação, por parte dos dirigentes partidários (no campo de disputas políticas), da demanda pelas mulheres, momento no qual os estereótipos se manifestam e definem as escolhas parlamentares.

É importante ter em mente que o Regimento Interno da Câmara dos Deputados (RICD) define que nenhum deputado poderá fazer parte de mais de uma Comissão Permanente (CP), ressalvada as Comissões de Legislação Participativa e de Seguridade Pública, e que a cada parlamentar deverá ser assegurado o direito de integrar, como titular pelo menos uma comissão. Garantem também, que na constituição das CPs deverá ser assegurada, o tanto quanto possível, a representação proporcional dos partidos ou blocos parlamentares que participam da Casa. O que se observa, porém é que, para além das divisões em termos partidários, existe uma divisão que considera aspectos relacionados à divisão sexual dos papéis fundamentada em concepções de gênero.

Dentro da distribuição das atividades que Amabilia tinha nas comissões em que atuou, vale ressaltar que ela foi uma das poucas mulheres no parlamento que conseguiu atuar em duas comissões estruturantes, que decide – Fiscalização e Controle e Constituição e Justiça, estas guardam uma forte correspondência com as representações sociais e os papéis de gênero que constroem estereótipos a partir dos quais as mulheres dirigem-se para esferas de cunho mais social (em grande medida, ligadas ao papel que tradicional desempenham no espaço privado), enquanto que os deputados tendem a ocuparem espaços mais estratégicos, como aponta o estudo de Muller (2005).

A eficiência da dominação simbólica e dos *habitus* discutidos por Bourdieu (2003), fundados em concepções de gênero, além de produzirem nas consciências de homens e mulheres a idéia de aptidões típicas e diferenciadas para cada um deles, favorecem a construção de espaços bem delimitados de atuação. Dificulta, ainda, o rompimento de tais limites, já que não apenas o acesso a espaços de maior poder e prestígio é dificultado, como as próprias deputadas tendem a reproduzir a aplicar sobre seus atos e escolhas os padrões da dominação e da socialização fundada nos papéis de gênero, explicitando preferências que, sendo socialmente construídas, referem-se aos espaços tradicionais.

Assim, Amabilia enquanto esteve na Assembléia Legislativa atuou em diversas atividades parlamentares, como mostramos na Tabela B. Contudo, teve maior destaque e contribuiu de

maneira ímpar na sociedade em três momentos: Primeiro, quando atuou na criação e aprovação de um projeto para defender o consumidor; segundo, ao obter respaldo significativo quando foi relatora do capítulo da Educação da Constituição do Estado; e, por último e de maior importância, para as mulheres, foi ter conseguido introduzir na Constituição um capítulo específico sobre os Direitos das Mulheres, sendo a única Constituição com este privilégio em todo território nacional, como discutiremos mais a frente.



Figura 13: AMABILIA (SENTADA AO LADO DIREITO DE TANCREDO NEVES) EM REUNIÃO PARA RESOLUÇÕES EM TORNO DA DEFESA DO CONSUMIDOR, 1984  
FONTE: A.F.A.A

Amabilia enquanto relatora do capítulo da Educação durante o seu mandato de deputada e a respeito a essa experiência nos revela;

Veja só, uma coisa muito importante e gratificante foi eu ter sido relatora do capítulo da Educação da Constituição do Estado da Bahia. Todos os deputados que participaram da comissão da educação eram leigos no assunto, cada um tinha uma formação, professora mesmo, era só eu, nem o presidente da comissão era professor, eu escolhi ser relatora, porque sabia da importância do que poderia ficar registrado no capítulo da educação. É evidente que a Constituição de cada Estado tem que se mirar na Constituição maior do país. Mas tínhamos que assegurar pelo menos mecanismos democráticos para a educação no nosso Estado. Adotamos a sistemática de ouvir os segmentos organizados. Então, eram várias seções que nós fazíamos, vinha o pessoal da universidade, pessoal de nível superior, pessoal do nível técnico. Eu me lembro muito do pessoal do Instituto de Física que estava sempre atento e assim foi se construindo um capítulo bem avançado (ALMEIDA, 2009).

Nesse fragmento encontra-se a preocupação de Amabilia com a educação pública e de qualidade, não só nesse mandato onde conseguiu trazer muitos benefícios para os docentes, mas em toda a sua trajetória de vida essa foi uma preocupação sempre presente em sua luta enquanto educadora. O texto incorporado na Constituição ao qual ela foi relatora tentou avançar ao capítulo referente a educação, ao propor a ampliação do conceito do ensino fundamental, que compreendia da primeira à oitava série do primeiro grau, a proposta da comissão foi estendida a partir do pré-escolar até a oitava. Amabilia afirmava que isso era preciso porque esse segmento da infância, no seu entendimento, é o lastro básico para evitar a alta incidência de repetências e evasões no futuro. Também foi incluída na proposta a ampliação de 180 para 200 dias letivos, o que corresponde o ano letivo na Bahia, pois considerava os 180 dias um período muito reduzido para o aprendizado formal, diante de tantos avanços sociais e tecnológico pelo qual passava a sociedade.

No que tange o Capítulo sobre os Direitos da Mulher na elaboração da Constituição do Estado, Amabilia então integrada ao Fórum de Mulheres, lutou para conseguir a incorporação do texto específico que fez parte desse capítulo especial, porque houve muitas resistências afinal, ela era a única mulher a participar da elaboração da Constituição entre 43 parlamentares do sexo masculino e isso era difícil de ser aceito por parte dos deputados. No seu relato abaixo vemos a dimensão das suas dificuldades para inclusão do texto na Constituição:

É, não foi nada fácil de convencer os parlamentares da importância desse capítulo, tive que lutar muito para que ele fosse aceito. Eu não estava nessa luta sozinha e isso foi o que me fortaleceu a partir para briga. Eu estava apoiada pela organização de mulheres através do Fórum de Mulheres. Nós discutimos do lado de fora da Assembléia as propostas que elas queriam que estivessem na Constituição e cabia a mim, como deputada eleita por essas mulheres trabalhar para ver quais daquelas propostas poderiam ser aceitas. Fui a porta-voz delas, lutei com muita garra, tive que brigar com muito deputado que até diziam piadas assim: “Mas vocês já têm tantos direitos, como escolher a marca da geladeira, do fogão [...]”. (ALMEIDA, 2010)

Na fala de Amabilia podemos perceber os problemas relacionados à discriminação de gênero por parte dos parlamentares que não aceitavam a idéia de medidas afirmativas no que tange aos direitos da mulher. A dominação dos deputados (majoritariamente dentro da Assembléia) era atribuída a uma ação ou omissão violadora desses direitos pelos quais Amabilia reivindicava com base em critérios injustos que a sociedade patriarcal se estruturou por longos anos.

As medidas que a deputada buscava assegurar na Constituição não garantiram (como ainda não garantem) mudanças efetivas na mentalidade social, que pensa a realidade de

maneira binária. A discriminação ainda acontece, pois, como nos alerta Bourdieu (1995, p. 137) “[...] A visão dominante da divisão sexual exprime-se nos discursos [...] ela se exprime igualmente bem nos objetos técnicos ou nas práticas”.

Nessa discussão sobre a discriminação de gênero, o depoimento da Senadora Lídice da Mata (PSB-BA) que conviveu e trabalhou com Amabilia, foi uma das 26 mulheres que integraram o Parlamento, com 533 homens naquele momento na chamada “bancada do batom”, ela também foi alvo de preconceitos num mundo político até então quase exclusivamente masculino, o que reproduz o jornalista Nunes (2008) em entrevista a senadora,

Elegemos 26 mulheres e fizemos uma bancada feminina que se caracterizou pela unidade de ação naquele momento. Independente de legenda partidária, nós constituímos um fórum de mulheres. Foi um grande momento da luta das mulheres que provou, inclusive, que era necessário aumentar numericamente a nossa participação no poder político para que resultasse em conquistas objetivas, em mudança na lei e conquista de direitos na sociedade.

Enfrentamos preconceitos de todos os tipos. Nós chegamos num Congresso que não tinha sequer banheiro feminino. O plenário só tinha banheiro de homem, um banheiro único porque a presença da mulher era tão minúscula que não se fazia necessário esse tipo de equipamento. A primeira questão foi a luta pelos banheiros, por incrível que possa parecer. Terminou que se estabeleceu um acordo pelo qual as mulheres ficariam no anexo 4 para garantir que teriam banheiro privativo nos seus gabinetes. Mas na luta para que tivéssemos banheiro dentro do plenário, foi feita uma reforma na Câmara para garantir o banheiro feminino ali. Foi uma luta um tanto cultural, surda, para que a compreensão da presença das mulheres não fosse apenas de um enfeite, enfim, foi com muita unidade e articulação política que nós conseguimos nos impor pelas idéias e pela participação. Não só a presença, mas uma participação qualitativa, interferindo em todas as áreas de atuação. Nas comissões, tínhamos um número de emendas grande, e um nível de intervenção nos debates também de uma forma muito intensa. Com nossa participação, havia uma unidade em debates onde podíamos convocar outras mulheres na comissão onde tinha uma só, para todas virem apoiar aquela posição, aquela situação que a companheira enfrentava. E foi uma experiência singularíssima porque tivemos um grande número de mulheres nesse processo constituinte que mudaram de partido, saindo de partidos mais conservadores para os mais progressistas. Inclusive, algumas delas rompendo com seu próprio marido, que tinha uma posição política mais quadrada. O que podemos dizer é que a partir da Constituição foram usadas leis importantes no Brasil, consolidando esses direitos e seus conceitos. Depois da Constituinte, tivemos a mudança da lei penal, a mudança do Código Civil, a criação do Estatuto do Idoso, do Estatuto da Criança e do Adolescente. Todos estes descriminando direitos de proteção específica, atendendo as mulheres, sejam meninas ou a terceira idade. O fato de existir a lei faz com que possamos lutar para que estes direitos se tornem realidade. Sem a lei, nem isto podemos fazer.

Assim como mostra a fala de Lídice da Mata, é possível perceber mudanças na lei, nas estratégias, nas ações afirmativas sobre a mulher convivendo com piadas, provérbios e músicas que evidenciam estereótipos de gênero e da pouca capacidade intelectual feminina. No depoimento da senadora pode ser percebido que a apresentação do olhar social sobre a

mulher é um olhar limitado, carregado de ideologias, de preconceitos. Um olhar que preso a um passado onde mulheres só se constituíam como ser social a partir do casamento, não considera a autonomia, a liberdade e a competência presentes na população feminina que, mesmo arduamente conquistadas, não são ainda plenamente validadas. A mulher ainda é atrelada aos grilhões ideológicos de fragilidade, futilidade, submissão e exclusão, principalmente na arena política.

Nesse sentido, Amabilia tinha seus limites e não aceitava certas atitudes no que tange a questão discutida sobre as discriminações de gênero e sabia ser ousada quando a situação permitia. Quem nos conta um desses momentos na Assembléia é Isadora Browne (2011),

Olha, o mandato de Amabilia na ALBA foi muito sofrido e ela sentiu isso na pele, saiu desgastada e triste, sentiu o impacto de ser a única mulher lá, mas a gente tem coisa bonita e engraçada para contar, vou lhe dá um exemplo desses momentos divertidos dela. Certa vez eu fui ao gabinete e tinha uma história do livro de ouro. E um dia apareceu um cara na porta e disse: “Eu queria falar com **o deputado, ele está?**” Ela olhou para mim e olhou para ele e falou bem séria: “**Não, o deputado não está!**” E o cara foi embora e ela virou para mim e disse: **Ora eu não sou o deputado, sou a deputada!** Ela não tolerava muita coisa assim lá dentro.

No depoimento abaixo, Amabilia Almeida (2010) revela mais preconceitos e violência de gênero pelo qual passara, principalmente porque aqui se concentram as bandeiras do feminismo e, desse modo, as resistências por parte dos deputados tendiam a aumentar:

O coordenador-geral dizia: “Eu não entendo, vamos ter que colocar um capítulo dos negros, dos índios e por aí em diante (...)”. E eu dizia que tinha que ter mesmo, porque eram os segmentos discriminados e acabou tendo todos esses capítulos. E até hoje eu acompanho para ver se essas propostas que ficaram lá na Constituição estão sendo implementadas. Muitas já o foram, como a **criação das delegacias nos municípios a partir de 50 mil habitantes. Aqui em Salvador conseguimos a implantação do Centro de Referência Loreta Valadares para acolher as mulheres vítimas de violência. Tem mais outras propostas, é principalmente na parte que diz respeito á política de reprodução humana, isso tem sido muito importante para que o corpo da mulher não fosse transformado num “campo” de experiências.** Pode até acontecer, a ciência tem que se desenvolver, mas tem que ter o respeito á individualidade. Então esse capítulo foi muito bem elaborado porque contou com a participação dos segmentos organizados das mulheres que tinham um pensamento político muito firme a respeito da situação da mulher. As companheiras do NEIM da UFBA, na pessoa da sua coordenadora, à época, Ana Alice Costa, o Brasil Mulher, a Comissão feminina da OAB, seção da Bahia, da saudosa Ana Montenegro, Maria Helena Silva, das Associações de Mulheres de diversos bairros, tudo que se pôde juntar, juntou-se e discutiu. Eu sempre adotei essa prática. Você pode até tentar e fazer, mas ele vai sair melhor se contar com a participação de todas, ouvindo opiniões, ah, mas foi muito bom! Então te digo que um mandato na mão de uma mulher batalhadora é uma arma para vencer as discriminações.

Amabilia revela os obstáculos enfrentados para garantir o capítulo específico da mulher dentro da Constituição. Nesse trecho ela indica as dificuldades que passou para se fazer ouvir, em um espaço marcadamente masculino, no qual nos remete a reflexão de Bourdieu (2002, p.97) ao afirmar que a exclusão das mulheres dos jogos do poder – do universo das coisas sérias, dos assuntos públicos – e o confinamento delas no universo doméstico fazem que elas sejam preparadas para deles participar por procuração, ou seja, por intermédio dos homens que neles estão envolvidos, maridos ou filhos. Pelos homens, as mulheres participam dos jogos dos quais estão excluídas.

Assim, ao adentrarmos no discurso de violência apontado por Amabilia no depoimento, nos remete aos primeiros anos da década de 80, quando surge um ativo movimento feminista que tem duas principais bandeiras: a violência e a saúde da mulher. A discussão da violência contra a mulher foi remetida estratégica e conscientemente para três campos principais: os direitos humanos, a saúde e o desenvolvimento social, os três consolidados e reconhecidos internacionalmente (SAFFIOTI, 1995).

O movimento buscou associar a violência a estas questões já reconhecidas como importantes, utilizando este prestígio para colocar a violência contra a mulher na agenda internacional. Além disto, estes campos tinham conceitos e ferramentas que poderiam ser úteis no trabalho com a violência contra a mulher, tais como a linguagem dos direitos e a noção de prevenção, por exemplo. Ao fazer este movimento, o tema encontra novas linguagens possíveis de expressão e trabalho além da jurídica e policial, e passa a ser explorado como um problema também de saúde (GROSSI, 1995).

Tendo as Delegacias como único recurso visível de enfrentamento do problema, bastante legitimado entre as classes populares e extremamente divulgado nos últimos anos, especialmente pelo movimento feminista, como um lugar de defesa dos direitos da mulher, elas buscam nos órgãos competentes uma mediação do conflito privado. A concepção do que seja exatamente “direitos” ou “interesses das mulheres”, entretanto, variam bastante, e uma boa parte da demanda dirigida às Delegacias são intervenções na área civil, que não se enquadram na função primária da polícia penal tal como compreendido pelas trabalhadoras das Delegacias, isto é, verificar e apurar o crime. As mulheres que procuram a DDM<sup>134</sup> têm uma visão global de seu problema, cujo sentido é bem mais complexo do que os crimes

---

<sup>134</sup> A violência contra a mulher foi o carro chefe das reivindicações feministas na década de 80, elemento catalisador e marca significativa do movimento de mulheres, a mobilização sob o lema “quem ama não mata” contra os assassinatos de mulheres justificados pela legítima defesa da honra, alcançou eco na opinião pública levando à experiência internacionalmente inédita da criação, em 1985 da primeira Delegacia de Defesa da Mulher (DDM) em São Paulo (IZUMINO, 2004).

tipificados em lei, como a lesão corporal. A própria agressão física pode não ser o problema para algumas delas, já que a perturbação da ordem familiar que ela indica pode ser bem mais importante (HEISE, 1994; GROSSI, 1995).

Dentro da preocupação de defesa de igualdade de direitos das mulheres, Amabilia apresentou uma proposta à Assembléia Legislativa para ser encaminhada ao então governador na época Waldir Pires, propondo a criação da Polícia Militar Feminina no Estado. Ao propor essa medida ela justificou na época a necessidade de “humanizar” a corporação da PM, em função do desgaste sofrido pela instituição durante os longos anos de autoritarismo. Nesse sentido, fazemos um retrocesso necessário como se deu a entrada da parcela feminina na polícia.

No Brasil, a concentração de entrada das mulheres na Polícia deu-se na década de 1980, coincidindo com um momento de crise da própria instituição policial que, por sua vez, refletia uma crise mais ampla do próprio modo de organização do trabalho nas sociedades contemporâneas. (CALAZANS, p. 144, 2004). Atualmente, nos estados brasileiros, encontramos os mais diversos obstáculos à incorporação de mulheres nas polícias militares, manifestos, sobretudo por meio de restrições legais e informais, o que vem dificultando a inserção e a ascensão na carreira.

O Distrito Federal restringe a 10% a participação feminina no efetivo da PM, o mesmo ocorrendo no Mato Grosso, onde, em um concurso realizado em 2001, a participação feminina também foi limitada a 10% de um total de 800 vagas oferecidas. Atualmente, na maioria dos estados, o efetivo de mulheres não pode ultrapassar 10% do total, e a participação feminina nas polícias militares corresponde a, aproximadamente, 5% do conjunto do efetivo. (CALAZANS, p.143, 2004). Na Bahia, em contrapartida o contingente feminino da Polícia Militar, é o maior do Brasil em termos proporcionais, correspondendo a 14% do efetivo da PM baiana, o que equivale a 3.800 profissionais, do total da corporação - 27 mil. A Companhia de Polícia Militar Feminina existe há 19 anos. Foi criada em 12 de outubro de 1989, sob a égide da Constituição de 1988, que ratificou que homens e mulheres são iguais em direitos e obrigações. A escolaridade da PM feminina baiana é mais elevada que a masculina e segue a tendência dos outros setores, aonde a mulher vem se impondo. De acordo com Calazans (2004), a maioria das policiais militares femininas tem nível superior e pós-graduação.

No Brasil, a filosofia tradicional de policiamento é movida pelo espírito belicoso do exército nacional e por ideologias machistas, assim, o tratamento para a inserção de mulheres nos quadros das polícias dá-se de uma forma muito limitada e com pouca visibilidade.

(CALAZANS, p.143, 2004). Estas questões são fundamentais quando se analisa tal tema, até porque aqui não se deixa de debater o domínio masculino desde os primórdios perante a mulher. Ser policial mulher é um desafio de sobrevivência não só ao crime, mas também a inúmeras barreiras sociais.

Identifica-se que as mulheres são analisadas no mercado de trabalho pelas suas funções biológicas, a mulher que reproduz e tem licença do trabalho e que é frágil para certas funções. Por tal fato as mulheres que são policiais demonstram uma ascendência social e o espaço público de fato é considerado como uma exceção que reforça a regra do domínio masculino.

A resistência em aceitar a mulher em cargos de direção relaciona-se a dois aspectos fundamentais: a tradição cultural, que privilegia o espaço para a mulher na esfera do doméstico, do privado, e não do público, e por considerá-la desprovida de atributos, como combatividade, autoridade, dinamismo, objetividade e audácia, ressaltados como fundamentais ao exercício do poder, e sedimentados a partir do modelo racional burocrático de gestão organizacional. (BAHIA; FERRAZ, 2008, p.3). São dificuldades e preconceitos que acabam por inibir a capacidade competitiva das mulheres, por exigirem delas um esforço sobrenatural, não apenas com relação ao seu desempenho, mas também para a conquista da confiança de todos. Estas são considerações que permeiam as atividades femininas e para as quais temos que considerar seu profundo enraizamento nas articulações entre as dimensões do público e do privado.

Apesar dos percalços, as mulheres foram adentrando as esferas da polícia e, aos poucos, elas juntaram capacidade e a vontade de quebrar preconceitos e conquistaram um espaço que, até então, era exclusivo dos homens, apesar de algumas barreiras ainda persistirem dentro das corporações, pois leva-se tempo para mudar as mentalidades numa sociedade patriarcal, onde o espaço reservado às mulheres é o lar.

Para as policiais, este modo de agir não é exclusivo da corporação. Está presente também na família que, muitas vezes, não aceita a carreira escolhida e, principalmente, na sociedade. Nota-se que as possibilidades históricas que favoreceram a entrada da mulher no mercado de trabalho abriram espaço para o questionamento de um modelo de hegemonia patriarcal e que este questionamento, embora busque a afirmação de outra proposta modelar, não se encerra nisto, mas reflete, acima de tudo, a crise dos ideais de justiça e igualdade do processo civilizatório que atravessamos e, nesse sentido, Amabilia Almeida (2010) contribuiu muito para garantir essa equidade entre os sexos, conforme o seu depoimento:

Veja bem, eu já tinha ouvido falar do trabalho de Velda Barreto, uma mulher que na década de 50 trabalhava na PM como civil e tinha conseguido um batalhão de polícia feminina, isso no governo de Régis Pacheco, fiquei impressionada, mas depois acabou e não ouvir mais tocar no assunto. Com o tempo e a evolução nas questões da mulher pensei porque não tentar uma proposta baseada nessa idéia de uma polícia feminina. Como havia espaço para incluir as mulheres em todos os espaços, por que não na polícia... Eu acredito nessa idéia de que a presença da mulher possa humanizar a corporação porque a mulher num mundo exclusivamente masculino vinha a ajudar a sociedade ver a polícia com outros olhos. Isso melhorava no atendimento com a população, isso ajudava no olhar com aquelas pessoas, era uma outra situação ter um homem e uma mulher para ajudar nos bairros. Na minha opinião as polícias femininas poderiam atuar com eficiência nos módulos policiais, no trânsito, em frente as escolas, trabalhando em dupla, enquanto os policiais masculinos poderiam ser deslocados para locais onde a criminalidade requer um policiamento mais ostensivo.

A construção cultural da divisão sexual do trabalho se elabora sobre as diferenças biológicas. Isso não quer dizer que haja uma explicação “natural” para a distinção entre papéis masculinos e femininos, mas que, nesse particular, a cultura organiza, orienta, resalta ou suprime características que possuem fundamentação biológica. Mas, independente da compreensão sobre a gênese ou a própria explicação da divisão sexual do trabalho, o fato significativo é que, nos diferentes espaços da sociedade, as atividades masculinas são reconhecidas como mais importantes que as realizadas pelas mulheres, isto é, aquelas que os homens realizam costumam ser socialmente mais valorizadas (COSTA, 1998).

A preocupação de Amabilia com a inclusão de mulheres na corporação militar seria uma forma de “humanizar” o espaço e o exercício da profissão, marcadamente masculino. Nesse sentido, torna-se revelador a fala de Amabilia e nos dá pistas de sua visão de gênero ao fazer uma reflexão do que seria essa humanização na fala da nossa personagem. Evidenciamos então na análise do depoimento que em pauta está, sobretudo o termo humanizar, que para ela seria tornar o trabalho policial menos bruto, mais aceitável. Assim, poderemos interpretar que a presença da mulher na Polícia tiraria as barreiras entre as pessoas, visto que um dos sentidos de humanizar seria, portanto, a quebra de distância entre polícia e comunidade. Com efeito, a mulher emprestaria uma imagem pública mais palatável ao conjunto dos policiais e, ao mesmo tempo, os influenciaria, no sentido de suavizar sua ação, tornando-os menos truculentos.

Nesse contexto pós ditadura, a sociedade os via como pessoas violentas e na visão de Amabilia, a presença da mulher seria um indicador positivo, capaz de quebrar um pouco esse estereótipo. O papel da mulher dentro da polícia seria quebrar com aquela imagem do militarismo que marca naquela farda, e associar tudo que tem de positivo (humano) da mulher. É preciso, entretanto, problematizar essa ausência de um debate sobre questões de

gênero que tende a prevalecer nesses espaços, uma visão essencialista das diferenças sexuais e, conseqüentemente, a idéia de que a mulher é, por natureza, mais “humana” que o homem (lê-se aqui, mais gentil, delicada, afetiva, atenciosa e sensível aos dramas alheios).

Percebemos também na fala de Amabilia que o efeito humanizador da presença feminina não é somente pensado para fora, isto é, na relação da PM com a população civil, mas, também, no ambiente e nas relações internas – como se a mera introdução da mulher nesse espaço masculino, criasse uma nova possibilidade, que abrisse o caminho para a positivação da incorporação, permitindo a despeito do universo militarismo, das resistências, da violência, a infiltração de novos valores. Segue a repercussão da notícia da entrada da mulher na polícia no jornal da Bahia (1988):

Em julho de 1988 a deputada Amabilia Almeida recebeu ofício do Comandante Geral da Polícia Militar, Cel. Luiz Ventura Mesquita, informando que o governo do Estado havia determinado a adoção de providências legais e administrativas com vistas ao recrutamento de voluntárias para integrar a primeira unidade feminina da PM. No ofício o Comandante ressaltou que as medidas atendiam a indicação da deputada.

A notícia destacada no jornal, fala da importância dessa medida tomada por Amabilia para incorporação das mulheres na PM e reflete o processo de implantação do destacamento feminino nessa instância de poder. Na opinião de Amabilia, além da humanização já discutida, a medida ia representar também mais uma opção ao mercado de trabalho para a mulher, posto que suas propostas de lutas elaboradas durante os seus dois mandatos eram com base em discussões de membros de várias entidades e militantes feministas, no qual ela priorizava a necessidade de um tratamento igualitário entre homens e mulheres no mercado de trabalho, até porque os dados não deixam esconder que mais da metade da população economicamente ativa no Brasil eram formados pelo sexo feminino, o que mostrava a importância da mulher nas atividades produtivas.

#### 3.4 A MUDANÇA DE PARTIDO A UM NOVO CAMINHO NO PSB.

Amabilia Almeida iniciou sua militância partidária ainda no extinto MDB e foi uma das fundadoras do PMDB na Bahia. Participou de muitas conquistas do partido, também brigou, algumas vezes, por ter divergências em relação a algumas medidas que considerava arbitrária ou descabidas; tinha críticas quanto à atuação de alguns membros peemedebistas que, segundo ela, já se mostravam dispostos a apoiar medidas que não eram condizentes com o

pensamento de origem do partido <sup>135</sup>. Segundo ela, o PMDB não tinha mais a mesma credibilidade e não funcionava positivamente como antes. Mesmo pessimista com a situação da política dentro do partido, permaneceu com afinco durante muitos anos apostando nas mudanças que esperava que o partido fosse realizar. Contudo, não viu resultados positivos e após um longo processo de discussão junto às bases na capital e no interior a fizeram refletir e decidir pela mudança de partido.

Durante os anos em que militou tinha a esperança de que o partido assumisse características próprias, como a sua linha combativa que abria espaço para lideranças populares ao longo de sua existência, o que não aconteceu, e por não conseguir aceitar a progressiva descaracterização que levou o PMDB a perder a sua fisionomia de partido popular, comprometido com a solução dos problemas coletivos e a saída de Waldir Pires também aumentou o seu desencanto e por esses motivos ela decidiu procurar novos rumos na política.

Assim, ela resolve se filiar ao Partido Socialista Brasileiro (PSB), anunciando sua definitiva saída do PMDB, partido em que ocupava o cargo na Executiva estadual. Nesse sentido, com a sua entrada no PSB, ela esperou colocar o seu trabalho político à disposição da luta por um socialismo democrático e participativo, pois são essas bandeiras que a mesma vem defendendo desde a década de 50, quando iniciou sua militância no movimento de mulheres nas campanhas de paz e na presidência da AFB na Bahia. Segue trecho da notícia na imprensa da sua saída do PMDB:

Os deputados estaduais Coriolano Sales e Amabilia Almeida trocaram o PMDB pelo PSB. O ingresso dos parlamentares ao Partido Socialista Brasileiro deu-se ontem de manhã, no salão nobre da Assembléia Legislativa, quando assinaram as fichas de filiação. O ato foi prestigiado pelos presidentes das executivas nacional e estadual do PSB, senador Jamil Haddad e deputada federal Abigail Feitosa, respectivamente, e pelo presidente do legislativo, deputado José Amando (PMDB). A solenidade durou cerca de 40 minutos e foi aberta às 11h 30 minutos pelo senador Jamil Haddad, que ressaltou a importância da filiação, considerando-a “um grande feito para o partido.” (D.O.E, 1990)

Em outro trecho o **Diário Oficial** traz as justificativas de Amabilia e Coriolano pela escolha do PSB:

Os deputados Coriolano Sales e Amabilia Almeida justificaram a saída do PMDB e o ingresso na nova legenda, afirmando que o PSB é a alternativa dos tempos presentes. Nas palavras do ex-presidente da Assembléia, “o socialismo democrático é a resposta para o exercício da democracia”. Amabilia Almeida, por sua vez,

---

<sup>135</sup> Um partido aberto aos democratas de todas as tendências que desejavam construir uma sociedade justa, solidária, fraterna e ética.

considerou que o PSB “é a legenda onde pulsam constantemente propostas alternativas para o socialismo com liberdade e democracia.” (D.O.E, 1990)

Em relato de desabafo Amabilia Almeida (2010) nos conta que se permanecesse no partido seria difícil continuar com seu trabalho:

As propostas que tinha no meu trabalho de campanha foram sendo inviabilizadas, meu sonho tinha acabado. O ingresso no PSB, não atenuou a crise de identidade ideológica em que ainda me encontrava, talvez por ter chegado ao partido num momento de ano eleitoral, sem tempo de militar e de ajudar na construção de sua proposta. Guardei, contudo, a certeza de que os acontecimentos do Leste Europeu, longe de representar o fim do socialismo, assinalam o seu ressurgimento de forma mais consciente, mais transparente e mais generosa. E é nessa convicção que procuro pautar a minha trajetória. Estarei sempre do lado daqueles que têm como proposta perseguir a alternativa socialista para o Brasil.

Na fala de Amabilia percebemos a sua decepção com o partido que fizera parte de sua trajetória de luta e vemos no depoimento as suas concepções e convicções de uma mulher que não sucumbiu aos desmandos do sistema que estava vivenciando na cúpula do seu partido. Ela reagiu e preferiu a saída do mesmo, porque não desejava trair seu eleitorado e confessa que não tentar a reeleição foi a decisão mais coerente, diante da derrota maciça de parlamentares com o perfil progressista, tanto em nível estadual como federal. Esse fenômeno Amabilia atribui a uma campanha “orquestrada por grandes grupos empresariais, através dos meios de comunicação, nivelando por baixo a atuação de políticos sérios e colocando no mesmo saco da corrupção”. Dessa forma, o trabalho de parlamentares comprometidos com os problemas da população que o elegeu, mal aparecem e, mesmo assim, quando tem visibilidade é só na imprensa escrita, ao qual a maior parte da população por ser analfabeta funcional não tem acesso.

#### **4. CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Seguindo as pistas deixadas por Amabilia Almeida, tornou-se possível identificar diversas construções que atravessaram seu percurso: Amabilia foi a filha de Estevam Pereira de Pinho e Generosa Vilaronga de Pinho, criada desde a infância pela madrasta Maria da Conceição Souza e Pinho; a esposa de Luiz Fernando Contreiras e a mãe de Liana, Luís Fernando e Liz Anete; foi a menina criada nas Serras de Jacobina em uma família da elite local e a mulher que, pelos laços do casamento contraiu o vírus da política e teve de administrar a vida nos momentos mais difíceis da ditadura; foi a mulher (educadora, militante, política, esposa e mãe), que introjetou a política em sua vida como componente sempre presente e ajudou a família a assimilar esse processo.

Na história da luta das mulheres pela equidade de gênero, Amabilia afirmou que o caminho em busca da emancipação da mulher passa pela conquista e garantia de seus direitos civis, políticos e sociais, no âmbito da família, da sociedade e na esfera pública e, no plano cultural e ideológico, pelo combate aos preconceitos e discriminações a que são submetidas.

Nesta perspectiva, foram problematizações que guiaram a pesquisa, dentre outros, uma teia discursiva foi tecida em torno da trajetória de Amabilia. Vimos ao decorrer do trabalho que ela pode ser considerada uma feminista socialista, porque a sua atuação dentro das instituições femininas e, até mesmo, nos seus mandatos eletivos tinha como princípios norteadores as idéias socialistas e isso pode ser verificado a partir as questões feministas que ela trazia para sua vida política, seja nos projetos, nas leis e nas muitas palestras e discursos que fazia. Suas ações expressavam, portanto, uma “consciência de gênero”.

Ao longo desse trabalho identificamos os níveis de consciência de gênero de Amabilia e, ao mesmo tempo, detectamos os graus de penetração das bandeiras que ela levantava do movimento feminista, a partir da análise de seus posicionamentos sobre as questões básicas para a compreensão da condição feminina. Essas necessidades reproduziam-se no seu dia a dia, nas diversas relações sociais de gênero ao qual ela participava e se integravam à sua vida cotidiana.

Ao demonstrar sua posição sobre os problemas e preconceitos de gênero pelas quais as mulheres passavam na estrutura familiar, no dia a dia e, principalmente, dentro dos partidos, Amabilia percebeu que era preciso uma transformação no seu fazer político, pois as possibilidades como agente político abria, mesmo que de forma incipiente, um horizonte a descobrir para as mulheres que viviam em situação de oprimidas e em situação de violência.

Nesse sentido, a consciência de sua subordinação e, com ela, o desejo de mudar, de transformar suas vidas e as relações sociais e afetivas nas quais estavam envolvidas e que começa a ser presença no seu cotidiano.

Na trajetória de Amabilia, vimos que apesar das ações governamentais rumo à equidade de gênero ainda não são suficientes para consolidar a cidadania efetiva das mulheres. Falta ainda amadurecer tais conquistas e avançar em sua implementação. Na busca de soluções, Amabilia encontrou diversas filosofias de coesão social (integração ou assimilação e outras). Esse é um desafio que continua a ser enfrentado pelos movimentos de mulheres no seu percurso não linear rumo à consolidação de um marco normativo mais igualitário e à transversalização da igualdade de gênero nas políticas públicas, de forma que a questão dos direitos de cidadania das mulheres e as condições para seu exercício constituam questões centrais de democracia e não apenas uma questão das mulheres.

Consciente na questão debate-se no último capítulo que é bastante reduzida ainda a participação de mulheres nos postos decisórios, no âmbito dos poderes legislativo, executivo e judiciário, traduzindo a dicotomia entre os espaços público e privado, o que acaba por condicionar o exercício de seus direitos mais fundamentais. Pode-se falar da pouca visibilidade das mulheres no fazer político tradicional (entendido aqui como processos eleitorais, atividades no parlamento e no aparelho estatal) e na vida pública, de forma que o tema não se impôs no campo da Ciência Política.

Acompanhamos ainda no decorrer do trabalho que o pleno exercício dos direitos políticos das mulheres requer e pressupõe o pleno exercício de seus direitos civis e vice-versa. Por certo, foram realizados progressos, e grandes, e as situações são por demais diversas para que se possa permanecer num raciocínio global. No entanto, duas ordens do fenômeno identitário, o “público” e o “privado”, jamais se fundem, ainda que muitas vezes se confundam. Conforme dados divulgada pelo Fórum Econômico Mundial em 16 de maio (2006), o Brasil alcançou a 51ª posição, considerando 58 países – 30 pertencentes à Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Econômico e outros 28 países em desenvolvimento. Foram considerados cinco fatores: participação econômica; oportunidade econômica; atuação política; acesso à educação; e saúde e bem-estar.

A partir desses pontos, podemos dizer que, a mudança nas relações entre homens e mulheres amplia as bases de sustentação democrática da governabilidade, ao integrar nos grandes debates a construção de novas regras, a experiência e a superação dos problemas derivados da inequidade de gênero. Nos capítulos II e III do trabalho foi evidenciado que a

compreensão das mulheres como protagonistas políticas pode contribuir para desencadear processos importantes para consolidar sua inclusão nos temas da governabilidade.

A construção da cidadania e dos direitos das mulheres constituiu uma meta na trajetória de Amabilia, tendo em vista que um dos desafios dos direitos humanos é encontrar caminhos para defender sua universalidade, respeitando, ao mesmo tempo, a diversidade, o impacto, influências no trabalho, na saúde, na sexualidade, na vida reprodutiva e na política de mulheres. Esse modelo visa romper com os prejuízos, desigualdades comuns que devem ser reconhecidas, evidenciadas e reconstruídas.

É nesse sentido que compreendemos que ser cidadão é ser possível argumentar que um corpo de mulher não assegura um pensamento de mulher. Compreende-se a partir do trabalho, que um pensamento de mulher pode nascer somente da consciência da necessidade das outras mulheres. Este pensamento é produto de relações. Se pudermos compreender isto, todo o resto é estratégia, como também a pertinência a um partido político. Assim, coloca-se ênfase na necessidade de tornar visível a diferença sexual, de falar a partir de nossa experiência particular, marcada política e ideologicamente como mulheres.

A presença das mulheres no poder político contribui para democratizar, questionar as hierarquias, as formas de poder mantidas pelo homem. Introduce uma nova forma de olhar, de identificar os processos comunicacionais através dos quais se desenham produtos comunicativos discriminatórios e excludentes. Lentamente, de eleição em eleição, as mulheres vão estruturando uma nova cultura e ocupando espaços na política. Não há dúvida que as eleições sofrem transmutações significativas na nova sociabilidade e a trajetória de Amabilia nesse cenário político nos mostrou isso.

Com o estudo biográfico de Amabilia, percebemos que o empoderamento de mulheres se refere ao processo mediante o qual as relações desiguais de poder se transformam a favor das mulheres, através da obtenção de poder interno para expressar e defender seus direitos, obter maior confiança nela mesma, identidade pessoal, auto-estima e controle sobre suas próprias vidas, relações pessoais e sociais. Esse processo varia em grau ao longo do tempo nas sociedades e dentro de uma sociedade em particular, de acordo com as circunstâncias nelas existentes.

A participação das mulheres na política constitui um específico objetivo dos novos tempos. O fortalecimento da mulher na arena política tem o potencial de transformar as sociedades. Seu envolvimento em organismos governamentais nos níveis nacional e local leva à criação de políticas e leis centradas na mulher, na criança e na família. Contudo, a escassa participação feminina no poder político da sociedade aponta para o fato de que se nega à

mulher a plena fruição dos benefícios que adviriam de sua presença mais efetiva naqueles espaços, constituindo um processo saudável em toda sociedade que se pretende democrática e pluralista.

Na história do tempo presente, vive-se um período de rupturas em muitos níveis e de uma conseqüente redistribuição dos papéis sexuais tradicionais ou, pelo menos, de uma tentativa de repensar esses papéis. Da evolução econômica, social, política e cultural – conforme alguns textos teóricos –, emergem tentativas de encontrar recortes mais operatórios ou modos mais pertinentes de pensar a diferença entre os sexos, na busca de superação das dicotomias público/privado e produção/reprodução, entre outras.

Existe o entendimento consensual de que as relações de gênero são relações de poder e, como tal, estruturam as relações em todos os espaços da sociedade. Há consenso também na percepção de que, para se construir relações mais igualitárias entre os sexos, as raça e as gerações, é preciso trabalhar com um marco conceitual que de fato dê conta dessa complexidade. A dificuldade consiste em manter uma distinção entre categorias mulher e gênero, bem como implementar, em projetos e programas, a transversalidade da análise de gênero. Gênero não pode ser empregado como se fosse sinônimo de mulher. Frequentemente confunde-se uma categoria de análise com uma categoria empírica, um conceito com um sujeito. Deve-se ter a preocupação de discutir questões pertinentes às relações de gênero visando a superar relações assimétricas entre homens e mulheres.

A partir dos dados e fontes analisadas e discutidas no decorrer do trabalho, concluo afirmando que a transformação social é o espaço histórico da confluência e de tensão dos vários sujeitos políticos. A construção de espaços específicos de afluência em determinados contextos e conjunturas devem ser criados como meio de produzir a ação coletiva e o fortalecimento da luta contra os sistemas de poder que produzem as desigualdades e explorações. A Associação Feminina da Bahia, a Casa da Mulher Baiana, a Liga de Assistência e Reintegração tinham esse papel conscientizador na luta das mulheres soteropolitanas ao buscarem fortalecer e se articular politicamente através desse coletivo de discussão e circulação de idéias reivindicatórias em prol de seus direitos civis e políticos.

## REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Amabilia Vilaronga de Pinho. **Deputada Amabilia**: biografia. Salvador: ALBA. Disponível: < <http://www.al.ba.gov.br/v2/biografia.cfm?varCodigo=201>> Acesso em: 03.08.2009

ALMEIDA, Ângela Mendes. **Pensando a família no Brasil**: da colônia à modernidade. Rio de Janeiro: Espaço e tempo, 1987.

ALMEIDA, Jane Soares de. **Mulher e educação**: a paixão pelo possível. São Paulo: Editora da UNESP, 1998.

ALMEIDA, Maria Amélia. O ideário feminista na Bahia nos anos 30. **História**. São Paulo, n. 12, 1993.

\_\_\_\_\_. **Feminismo na Bahia (1930-1950)**. 1986. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Faculdade de Filosofia e Ciências Sociais, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 1986.

ALVES, Branca Moreira. **Ideologia e feminismo**: a luta da mulher pelo voto no Brasil. Rio de Janeiro: Vozes, 1980.

ARAÚJO, Célio Roberto de. **O voto, o terço e as armas**: atuação política da igreja católica na Bahia na conjuntura do golpe de 1964. 2008. Dissertação (Mestrado em História Social) – Faculdade de Filosofia e Ciências Sociais, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2008.

ARENDT, Hannah. **A condição humana**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2005.

AUGUSTA, Nísia Floresta Brasileira. **Conselhos à minha filha**. Rio de Janeiro. Typographia de J. E. S. Cabral, 1842.

AVELAR, Lúcia. **Mulheres na elite brasileira**: canais de acesso ao poder. São Paulo: Cento de Estudos Konrad Adenauer Stifting; UNESP, 2001.

BADINTER, Elisabeth. **Um amor conquistado**: o mito do amor materno. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1985.

BAHIA. Assembléia Legislativa da Bahia. **Arquivo fotográfico**. Salvador: ALBA, 2010

BAHIA, Cândida; FERRAZ, Cida. Entre a exceção e a regra: A construção do feminino na polícia civil baiana. In.: ENCONTRO DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ADMINISTRAÇÃO, 23 . Rio de Janeiro, **Anais eletrônicos...** Rio de Janeiro: ENANPAD, 1999.

BAHIA. Federação Bahiana pelo Progresso Feminino. **Coleção de recortes de jornais do arquivo da Academia de Letras da Bahia**. Salvador, FBPF/CRJ, [s.d]

BALDINO, J.M; AFONSO, L.H.R. Formação de profissionais da educação: a intervenção dos sindicatos. In: BRZEZINSKI, I. (Org.). **Profissão professor: identidade e profissionalização docente**. Brasília: Plano, 2002.

BASSANEZI, Carla. **Virando as páginas, revendo as mulheres: revistas femininas e relações homem–mulher 1945-1964**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1996.

BESSE, S. K. **Modernizando a desigualdade: reestruturação da ideologia de gênero no Brasil, 1914-1940**. São Paulo: EDUSP, 1999.

BONILLA, Luís R. C. M.; RIVORÊDO, Carlos R. S. F. **Puericultura: duas concepções distintas**. *Jornal de Pediatria*, v. 81, Rio de Janeiro p.8-13, jan./fev. 2005. Disponível:< [www.scielo.br/pdf/jped/v81n1/v81n1a04.pdf](http://www.scielo.br/pdf/jped/v81n1/v81n1a04.pdf)> Acesso: 21/05/2010

BOURDIEU, Pierre. A dominação masculina. **Educação e realidade**. Porto Alegre. v.20, n. 2, p.133-184, jul./dez., 1995.

\_\_\_\_. **O poder simbólico**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002.

\_\_\_\_. **Razões práticas: sobre a teoria da ação**. Campinas: Papirus, 1996.

\_\_\_\_. **A dominação masculina**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003.

BRITES, Olga. Crianças de revista (1930-1950). **Revista educação e pesquisa**. São Paulo. v. 26, n. 1, jan/jun, 2000. Disponível em:< [http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1517-97022000000100011&script=sci\\_arttext](http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1517-97022000000100011&script=sci_arttext)> Acesso em: 30/07/2009.

BRUSCHINI, Cristina. O trabalho da mulher no Brasil: tendências recentes. In: ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS DO TRABALHO, 3., 1994, São Paulo. **Anais ...** São Paulo: ABET,1994. Disponível em:< [www.periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/download/16102/14646](http://www.periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/download/16102/14646)> Acesso em: 22/06/2011

CALAZANS, Márcia. **Mulheres no policiamento ostensivo e a perspectiva de uma segurança cidadã**. Perspectiva. São Paulo, v. 18, n.1,p.142-150, jan./mar. de 2004. Disponível:< [www.scielo.br/pdf/spp/v18n1/22236.pdf](http://www.scielo.br/pdf/spp/v18n1/22236.pdf)> Acesso: 22/03/2010

CAMARGO, Sônia de. Governança global, utopia, desejo e armadilha. In.: **Governança global**. São Paulo: Fund. Konrad Adenauer, 1999.

CARONE, Edgard. **A República nova**. São Paulo: DIFEL, 1974.

CARVALHO, Patrícia Carneiro Santos Moreira de. **Juracy Magalhães e a construção do juracismo: um perfil da política baiana**. 2005. Dissertação (Mestrado em História) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2005.

CASTELLS, M. **A sociedade em rede**. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

\_\_\_\_. **Fluxos, redes e identidades: uma teoria crítica da sociedade informacional**. In: CASTELLS, M. *et al.* **Novas perspectivas críticas em educação**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1996.

CASTRO, Zília Osório de. Na senda do feminismo intelectual. In: \_\_\_\_\_. **Vozes femininas do Império e da República**. Rio de Janeiro: Quartet/ FAPERJ, 2008.

CÉSAR, Elieser. **Contreiras, camarada engenheiro**: uma história de luta e coerência. Salvador: Caros amigos, 2009.

CHANEY, Elza M. Supermadre. **La mujer dentro de la política en América Latina**. México: Fondo de Cultura Económica, 1983.

CHARTIER, Roger. **História cultural**: entre práticas e representações. Lisboa: Difel, 1991.

COSTA PINHEIRO, Ana Alice. **Avances y definiciones del movimiento feminista en Brasil**. 1981. Dissertação (Mestrado em Sociologia) - Facultad de ciencias políticas y sociales, Universidad Nacional Autónoma de México, México, 1981.

COSTA, Ana Alice Alcântara. **As donas no poder**: mulher e política na Bahia. Salvador: NEIM/UFBA; ALBA, 1998.

\_\_\_\_\_. ; DUARTE, Ivira Iracema. **Ritos, mitos e fatos**: mulher e gênero na Bahia. Salvador: NEIM/UFBA, 1997.

\_\_\_\_\_. ; SARDENBERG, Cecília Maria. Feminismos, feministas e movimentos sociais. In. BRANDÃO, Maria Luiza e BINGEMER, Maria Clara (org). **Mulher e relações de gênero**. São Paulo: Loyola, 1994.

D'ARAÚJO, Maria Celina. **21 anos de regime militar**: balanços e perspectivas. Rio de Janeiro: FGV, 1997.

\_\_\_\_\_. **Democracia e forças armadas no Cone Sul**. Rio de Janeiro: FGV, 1999.

D'ÁVILA NETO, Maria Inácia; PIRES, Cintia Brasil Simões. **Empoderamento**: uma questão atual no projeto de equidade de gênero no Brasil. Arquivo brasileiro de psicologia, v. 50, n. 4. p.14-21, out. 1998.

DANTAS NETO, Paulo Fábio. Elos mantidos: política e administração pública na Bahia (1958-1962). In: \_\_\_\_\_. **Tradição, autocrítica e carisma**: a política de ACM na modernização da Bahia (1954-1974). Tese (Doutorado em Ciências Políticas e Relações Internacionais) – Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro, IUPERJ, Rio de Janeiro, 2004.

DUBY, George; PERROT, Michelle. **História das mulheres no Ocidente**. São Paulo: EBRADIL, 1990.

EBOLI, Maria Terezinha de Melo. **Uma escola diferente**. São Paulo: Nacional, 1969.

FARGE, A. Famílias. A honra e o sigilo. In: ARIÈS, Phillips.; CHARTIER, R. **História da vida privada: da renascença ao século das luzes**. São Paulo: Companhia das Letras, 1991.

FERREIRA Jr, .Professores primários. **Revista brasileira de estudos pedagógicos**. Rio de Janeiro, v. 20, n. 52, p. 147, out.-dez. 1953.

FERREIRA, Elizabeth F. Xavier. **Mulheres, militância e memória**: histórias de vida histórias de sobrevivência. Rio de Janeiro: FGV, 1996.

FERREIRA, Muniz Gonçalves. O golpe de estado de 1964 na Bahia. **Clio**: revista de pesquisa história, n. 22. Recife: UFPE, 2004. Disponível em: <[www.fundaj.gov.br/licitacao/observa\\_bahia\\_02.pdf](http://www.fundaj.gov.br/licitacao/observa_bahia_02.pdf)> Acesso: 23/04/2010.

FONSECA, Claudia. **Ser mulher, mãe e pobre**. In: PRIORE, Mary Del (org.). História das mulheres no Brasil. São Paulo: Contexto, 2006.

FONTOURA, Amaral. O congresso dos professores do Brasil. **Revista do ensino primário**: Porto Alegre, v.32, maio, 1954.

GOMES, Ângela de Castro. **História e historiadores**. Rio de Janeiro: FGV, 1996.

GOMES, Eugênio. **Castro Alves**: obra completa. Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 1960.

GONTIJO, Rebeca. História, cultura, política e sociabilidade intelectual. In: SOIHET, R.; BICALHO, M. F. B.; GOUVÊIA, M. F. S (Org.). **Culturas políticas**: ensaios de história cultural, história política e história. Rio de Janeiro: Mauad, 2005.

GROSSI, M. O significado da violência nas relações de gênero no Brasil. **Revista sexualidade, gênero e saúde**. v.2, n.4, 1995.

GUERREIRO, Antonio. A Bahia em pedaços ou uma política de oligarcas e neo oligarcas. **Revista do CEAS**, Salvador, n.153, set./out. 1994.

HAHNER, June. **A mulher brasileira e suas lutas sociais e políticas: 1950-1937**. São Paulo: Brasiliense, 1981.

HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. Rio de Janeiro: DP&A, 2001.

HEISE, Lori L.; PITANGUY, Jacqueline; GERMAIN, Adrienne. **Violence against women: the hidden health burden**. Washington: The international bank for reconstruction and development, 1994.

HTUN, Mala. A política de cotas na América Latina. **Revista Estudos Feministas**, v. 9, n. 1, p. 230, 2001.

IZUMINO, Wânia Pasinato. **Justiça e violência contra a mulher**: o papel do sistema judiciário na seleção dos conflitos de gênero. São Paulo: Annablume/ FAPESP, 2004.

JESUS, Zenaide Rios de. **Eldorado sertanejo**: Garimpos e garimpeiros nas serras de Jacobina (1930-1940). 2005. Dissertação (Mestrado em História Social) – Escola de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2005.

KOSSOY, Borris. **Fotografia e história**. São Paulo: Brasiliense, 2001.

LAVINAS, Lena. **O legado da constituição de 1988: é possível incluir sem universalizar?** Rio de Janeiro: Carta Social e do Trabalho, 1988.

LEITE, Márcia Maria da Silva Barreiros. **Entre a tinta e o papel: memórias de leituras e escritas femininas na Bahia (1870-1920).** Salvador: Quarteto, 2005.

LEMOS, Doracy Araújo. **Jacobina: sua história e sua gente.** Jacobina-Ba: D.A Lemos, 1995.

LEON, M. Empoderamiento: relaciones de las mujeres com el poder. **Revista estudos feministas.** v. 8, n.2, p. 191-205, 2000.

LEYDESDORFF, Loet. The knowledge content of science and the sociology of scientific knowledge. **Journal for general philosophy of science,** v.23, p.241-263, 1992.

LOPES, Osorio. Feminismo ingrato. **Revista vida doméstica.** Rio de Janeiro, n. 89, jun. 1925.

LOURO, Guacira Lopes. Prendas e antiprendas: educando a mulher gaúcha. **Educação e realidade,** Porto Alegre, v.11, n.2, p.25-56, jul./dez., 1986.

LUGLI, Rosário Silvana Genta. **A idéia de reforma do ensino no campo educacional brasileiro: As bases sociais do conflito entre teoria e prática (1950-1971).** São Paulo: Universidade Bandeirante de São Paulo, 2002.

MACKINNON, Catharine. **Hacia una teoria feminista del estado.** Madrid: Universitat de València; Instituto de la mujer, 1995.

MAQUIAVEL, Nicolau. **O Príncipe.** 2 ed. São Paulo: Martin Claret, 2007.

MASSOLO, Alejandra. **Los medios y los modos: participación política y acción colectiva de las mujeres.** México: PUEG/EL Colégio de México, 1994.

MATOS, Maria Izilda S. de. Estudos de gênero: percursos e possibilidades na historiografia contemporânea. **Cadernos Pagu,** n. 11. Campinas, 1998.

MEIRELES, Domingo. **Histórias de família, fonte primária: 1930, os órfãos da revolução.** São Paulo: Record, 2006.

MIGUEL, Luis Felipe. Política de interesses, política de desvelo: representação e singularidade feminina. **Revista Estudos feministas,** v. 9, n. 1, 2001.

MIGUEL, Sônia Malheiros. **A política de cotas por sexo: um estudo das primeiras experiências no Legislativo brasileiro.** Brasília: CFEMEA, 2000.

MONTENEGRO, Ana; OLIVEIRA, Jardilina de Santana. **Falando de mulheres.** Salvador: Casa amarela, 2002.

MORENO, Amparo. El arquétipo viril protagonista de la historia: ejercicios de lecturas no andocentricas. **Cuadernos inacabados.** Barcelona: La Sal, 1987.p.17-52.

MULLER, Gustavo. Comissões e partidos políticos na câmara dos deputados: um estudo sobre os padrões partidários de recrutamento para as comissões permanentes. **Revista de ciências sociais**. Rio de Janeiro, v. 48, n. 1, p. 371-395, 2005.

MURITIBA, Itamar Reis. **O coronelismo na Chapada Diamantina e Piemonte (1880-1930)**. Jacobina: Santa Cruz Artes Gráficas/UNEB-FFPJ, 1997.

NEDER, Rosa Maria. **Ser professora: entre os ranços da maternagem e a profissão**. 2005. Dissertação (mestrado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2005.

NUNES, Paulo. **Lídice da Mata**, entrevista[out. 2008] .Salvador: Especial Constituição 88. Disponível em:< <http://blogdopaulonunes.com/> > Acesso em: 23.07.2010.

NYE, Andrea . **Teoria feminista e as filosofias do homem**. Brasília: Rosa dos Tempos, 1995.

PASSOS, Elizete Silva. **Palcos e platéias: as representações de gênero na Faculdade de Filosofia**. Salvador: UFBA/NEIM, 1999.

PERROT, Michelle. Escrever uma história das mulheres: relato de uma experiência. In: **Cadernos Pagu**, n. 4, 1995.

PHILLIPS, Anne. De uma política de idéias a uma política de presença? **Revista estudos feministas**, v. 9, n. 1, p. 263-290, 2001.

PICANÇO, Iraçy Silva Picanço. **Entrevista a Elpídio Pestana Filho**, 2008.

PINHEIRO, Israel de Oliveira. **El proceso de burocratizacion Del Partido Comunista Brasileiro (1922-1931)**. 1981. Tesis (Mestrado em Sociologia) - Division de Estudios Superiores da Faculdade de Ciencias Políticas y Sociales, Universidade Autonoma do Mexico, Mexico, 1981.

\_\_\_\_. A política na Bahia: atraso e personalismo. **Revista Ideação: Feira de Santana-BA**, n. 4, p. 49-78, jul/dez. 1999.

PINTO, Celi. Movimentos sociais: espaços privilegiados da mulher enquanto sujeito político. In: \_\_\_\_\_. **Uma questão de gênero**. São Paulo: Rosa dos Tempos, 1992.

PRESTE, Luis Carlos. Discurso proferido por Luiz Carlos Prestes no estádio do Pacaembú em São Paulo. Jul. 1945.

PRIORE, Mary Del. **História das mulheres no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2001.

PRVICENTOST, A. **História da vida privada**. São Paulo: Companhia das Letras,

RAGO, Margareth. Adeus ao Feminismo? Feminismo e pós-modernidade no Brasil. **Cadernos AEL**, n.3/4, p.12-43, 1995/1996.

\_\_\_\_. E se Nietzsche tivesse razão? A categoria do gênero no pós-estruturalismo. In.: SCAVONE, Lucila. **Tecnologias reprodutivas: gênero e ciência**, São Paulo: UNESP, 1996.

\_\_\_\_. Epistemologia feminista, gênero e história. In: PEDRO, Joana; GROSSI, Miriam. **Masculino, feminino, plural**. Florianópolis: Ed. Mulheres, 1998.

RIBEIRO, Darcy. **Aos trancos e barrancos: como o Brasil deu no que deu**. Rio de Janeiro: Guanabara Dois, 1985.

RIDENTE, Marcelo. **O fantasma da revolução brasileira**. São Paulo: Universidade Estadual Paulista, 1993.

RODRIGUES, Almira. **Participação política das mulheres e gestão em política de gênero: Projeto em tramitação, ano VI, 1999**. CFEMEA, Brasília.

RODRIGUÊS, José Honório. **O parlamento e a evolução nacional**. Brasília, 1972.

SA FILHO, José. **Amabilia Almeida**. 2010. Disponível: < <http://joserosafilho.wordpress.com/2010/04/12/amabilia-almeida/>> Acesso em: 12.06.2010.

SAFFIOTI, Heleieth I. B. **Rearticulando gênero e classe social**. In: \_\_\_\_\_. Uma questão de gênero, Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos; São Paulo: Fundação Carlos Chagas, 1992.

\_\_\_\_. **O poder do macho**. São Paulo: Moderna, 1987.

\_\_\_\_. **Violência de gênero: poder e impotência**. Rio de Janeiro: Revinter Ltda, 1995.

SALDANHA, Nelson. **O que é o poder legislativo**. São Paulo: Brasiliense, 1982.

\_\_\_\_. **A separação dos poderes**. Brasília: Fundação Milton Campos, 1981.

SAMARA, Eni Mesquita de. **As mulheres, o poder e a família**. São Paulo, século XIX. São Paulo: Marco Zero, 1989.

SAMPAIO, Consuelo Novais. **O poder legislativo da Bahia na primeira república**. Salvador: Assembléia Legislativa, 1985.

SANTOS, Silva Vanicléia. **Sons, danças e ritmos: a micareta de Jacobina-Ba (1920- 1950)**. 2002. Dissertação (Mestrado em História) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. 2002.

SARDENBERG, Cecília. Mulheres e sindicatos: presença feminina no sindtextil-Ba nos anos 50. In: \_\_\_\_\_. ; VANIN, Iole Macedo; ARAS, Lina M. Brandão de. **Fazendo gênero na historiografia baiana**. Salvador: NEIM/UFBA, 2001.

SCHWARTZMAN, Simon. Gustavo Capanema e a educação brasileira: uma interpretação. **Revista brasileira de estudos pedagógicos**, v. 65, n. 153, 1985.

SCOTT, J.W. História das mulheres. In.: BURKE, Peter. **A escrita da história**. São Paulo: Unesp. 1992.

\_\_\_\_. **Gênero: uma categoria útil para análise histórica.** Recife: SOS Corpo, 1991.

SERRA, Sônia. **O momento: história de um jornal militante.** 1987. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal da Bahia. Salvador, 1987.

SIERRA, Gregorio Martinez da. A mulher e os filhos. **Revista doméstica.** v.12, n. 160, maio de 1932.

SILVA, Fabiana Machado da. **O trem das gotas: a ferrovia leste brasileiro e seu impacto social em Jacobina (1920-1945).** 2009. Dissertação (Mestrado de História) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2009.

SILVA, Vanessa Magalhães da. **No embaló das redes: cultura, intelectualidade, política e sociabilidades na Bahia (1941-1950).** 2010. Dissertação (Mestrado de História) - Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2010.

SOARES, Vera. Movimento de mulheres e feminismo: evolução e novas tendências. **Revista Estudos Feministas,** Rio de Janeiro, nº especial, out. 1994.

SODRÉ, Nelson Werneck. **História da imprensa no Brasil.** Rio de Janeiro: Grall, 1977.

\_\_\_\_. **A formação da sociedade brasileira.** Rio de Janeiro: José Olympio, 1944.

SOIHET, Rachel; SOARES, Rosana M.; COSTA, Suely Gomes. História das mulheres: cultura e poder das mulheres: ensaio de Historiografia. In: **Revista do núcleo interdisciplinar de estudos de gênero.** v. 2, n. 1, 2º semestre de 2001.

\_\_\_\_; PEDRO, Joana Maria. A emergência da pesquisa da história das mulheres e das relações de gênero. **Revista brasileira de história.** v. 27, n. 54. São Paulo, dez. 2007.

\_\_\_\_. **História das mulheres.** In: CARDOSO, Ciro Flamarion; VAINFAS, Ronaldo. **Domínios da História: ensaios de teoria e Metodologia.** 18 ed. Rio de Janeiro: Campus, 1997.

\_\_\_\_. A pedagogia da conquista do espaço público pelas mulheres: a militância de Bertha Lutz. **Revista brasileira de educação.** n.especial. p.97-117. set-dez. 2000.

\_\_\_\_. **Bertha Lutz e a ascensão social da mulher.** 1974. Dissertação (Mestrado em História) - Departamento de História. Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Universidade Federal Fluminense: Rio de Janeiro, 1974.

SWAIN, Tânia Navarro. Feminismo e representações sociais: a invenção das mulheres nas revistas “femininas”. **História, questões e debates.** Curitiba, n. 34, p. 11-44, 2001.

TABAK, Fanny ; TOSCANO, Moema. **Mulher e política.** Rio de Janeiro: Paz e Terra,

\_\_\_\_. **Mulheres públicas: participação política e poder.** Rio de Janeiro: Letra Capital, 2002.

TAFFAREL, Celi Zulke. **Sobre Iracy Picanço**. Disponível:<  
[http://www.faced.ufba.br/rascunho\\_digital/textos/557.htm](http://www.faced.ufba.br/rascunho_digital/textos/557.htm)> Acesso em: 03.06.2010.

TELES, Maria Amélia de Almeida. **Breve história do feminismo no Brasil**. São Paulo: Brasiliense, 1993.

THOMPSON, Edward Palmer. **A miséria da teoria ou um planetário de erros**: uma crítica ao pensamento de Althusser. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.

VALE, Miguel de Almeida. **Senhores de si**: Uma interpretação antropológica da masculinidade. Lisboa: Fim de Século, 1995.

VANIN, Iole Macedo. **As damas de Branco na biomedicina baiana (1879-1949)**: médicas, farmacêuticas e odontólogas. Salvador: UFBA, 2008.

\_\_\_\_\_. **Mulher & magistério, feminilização & feminização**. Salvador: NEIM/ UFBA, 2010. Disponível em:<  
<http://webcache.googleusercontent.com/search?q=cache:358DFpFZ3n4J:www.webartigos.com/articles/25416/1/>> Acesso em: 23.07.2010.

VANIN, Iole Macedo. Masculinidades na Bahia: Estudos. In: ENCONTRO DA REDOR, 10, 2002, Salvador. **Anais...** Salvador.

VINCENT, G. **História da vida privada**. São Paulo: Companhia das Letras, 1992.

WEBER, Silke. Profissionalização docente e políticas públicas no Brasil. **Educação e Sociedade**. São Paulo. v.24, n.85, p.1125-1154, dez. 2003.

## LISTA DE FONTES

### ➤ JORNAIS

**A TARDE:** Caderno especial sobre os 40 anos do Golpe de 64, Salvador: Jornal A Tarde, 31 mar 2004.

**BAHIA. Diário Oficial do Estado da Bahia.** PSB ganha dois representantes no Legislativo. Salvador: EGBA, 06 de mar. de 1990.

**BAHIA. Diário Oficial do Estado da Bahia.** Salvador: EGBA, 10 set. 1987.

**BAHIA. Diário Oficial do Estado da Bahia.** Salvador: EGBA, mar., 1988.

**BAHIA. Jornal da Bahia.** Amabilia quer Estado produzindo alimentos. Salvador, 27 de Set. 1983.

**BAHIA. Jornal da Bahia.** Comissão discute problemas do abastecimento na cidade. Salvador, 23 de out. 1983.

**BAHIA. Jornal da Bahia.** Machismo no PMDB levado a Ulysses. Salvador, 15 mar. 1986.

**BAHIA. Jornal da Bahia.** PM feminina vai recrutar. Salvador, 22 de jul. 1988.

**BAHIA. Jornal da Bahia.** Vereadora denuncia alta dos produtos. Salvador, 08 de Out. 1983.

**BAHIA. Jornal do Comitê,** Salvador, Ano V, p.1-2, 1986.

**BAHIA. O Momento.** Diário do Povo. Salvador, 1949, 1950, 1952, 1953.

**BAHIA. Tribuna da Bahia.** Salvador, 28 abr. de 1983.

### ➤ REVISTAS

**A NOITE ILUSTRADA.** Salvador, 1925 a 1940.

**REVISTA BRASILEIRA DE ESTUDOS PEDAGÓGICOS.** Salvador, 1950 a 1960.

**VIDA DOMÉSTICA.** Salvador, 1925, 1932 a 1935, 1940.

### ➤ IMPRESSOS: ARTIGOS, FOLHETOS E OUTROS DOCUMENTOS

ALMEIDA, Amabilia. **Discurso impresso de Amabilia Almeida** sobre a política de reprodução humana. Salvador, Jun. de 1983.

\_\_\_\_. **Discurso impresso de Amabilia Almeida**. Salvador: Câmara Municipal, 1984.

\_\_\_\_. **Discurso impresso de Amabilia Almeida**. Salvador: Tribuna da Bahia, mar, 1988.

BAHIA. Assembléia Legislativa da Bahia. **Boletim de informação e divulgação**: pasta dos Deputados. maio, 1988. Salvador: ALBA, 2008.

\_\_\_\_. **Documentos do diário do Legislativo**: setor da diretoria parlamentar; divisão de pesquisa. Salvador: ALBA, 2008.

\_\_\_\_. **Regimento Interno da Câmara dos Deputados**. Art. 22, & I e II. Salvador: ALBA, 2008.

\_\_\_\_. **Boletim de informação e divulgação no Diário do Legislativo**. Salvador: ALBA, 2008.

BAHIA. Federação Bahiana pelo Progresso Feminino. **Coleção de recortes de jornais do arquivo da Academia de Letras da Bahia**. FBPF/CRJ, [s.d]

\_\_\_\_. **Coleção de recortes de jornais do arquivo da Academia de Letras da Bahia**. FBPF/CRJ, 1931-1936.

BAHIA. Fundação Gregório de Matos . **Boletim de notícias da Prefeitura Municipal** –, 1 andar / Documentos impressos.

BAHIA. Liga de Assistência e Reintegração. **Documento da CEPROM**. Salvador: LAR, 1994. -. SSA, agosto de 1994.

\_\_\_\_. **Projeto da CEPROM**: documentação da LAR, Salvador: LAR, agosto de 1994, p. 05.

BAHIA. Prefeitura Municipal. **Mais social**. Salvador: PMS, agosto 2010.

BAHIA. Sociedade Unificadora do Professorado Primário da Bahia. **Relatórios da SUPP sobre a situação do ensino primário no período de 1950-60 na Bahia**. Salvador: SUPP, [19--]

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**, Art. 59. Brasília: Senado Federal, 1998.

Casa da Mulher Baiana. **Estatuto da instituição**. Capítulo II. Da finalidade da casa. Art. 2, parágrafo, III e V. Cartório Santos Silva, seção de Microfilmado, 1986.

\_\_\_\_. **Ata da fundação da posse da diretoria da instituição** do dia 20/09/1986. Guia n. 127004, Série C – Cartório Santos Silva, sessão do microfilme, sob n. 2077.

CONGRESSO DOS PROFESSORES PRIMÁRIOS DA BAHIA, 1 , 1953, Salvador. **Anais ...**  
Salvador: Sociedade Unificadora do Professorado Primário da Bahia. 1953.

PRESTE, Luiz Carlos. **Discurso proferido por Luiz Carlos Prestes** no estádio do Pacaembu em São Paulo. Jul. 1945.

➤ **ACERVOS EM BIBLIOTECAS E CENTROS DE DOCUMENTAÇÃO DA BAHIA**

**BIBLIOTECA ALOYSIO DA FRANCA.** Assembléia Legislativa (ALBA) – Setor de Pesquisa, Diários dos Parlamentares. Pasta da Deputada Amabilia Almeida, 11/10/1989.

**BIBLIOTECA PÚBLICA DOS BARRIS (BPEB),** Subgerência de Periódicos – Setor de Períodos Raros. SSA, 2010.

**CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO, INFORMAÇÃO E MEMÓRIA ZAHIDÉ MACHADO (CDIM).** Acervo especializado em questões sobre a mulher, localizado no NEIM/UFBA. Pasta Sociedade Brasil Mulher, SSa, 2009-2010.

**FUNDAÇÃO GREGÓRIO DE MATOS.** Arquivos da Sala Afonso Ruy de Souza, 1 andar. SSA-Ba, 2009.

**FUNDAÇÃO PEDRO CALMON.** Centro de Memória da Bahia. Salvador, 2010.

**MEMORIAL DA CÂMARA DOS VEREADORES.** Arquivo dos Diários da Câmara. SSA-Ba, 2009.

**ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL (OAB).** Seção do Estado da Bahia. Salvador, 2010.

**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL (TRE).** Dados dos serviços de Documentação e divulgação de mulheres nos resultados eleitorais. Salvador, 2010.

➤ **FONTES ORAIS**

AMABÍLIA ALMEIDA: Educadora, militante, fundadora da Escola Experimental e ex-deputada de Salvador (1987-1991).

ANAILZA DE FREITAS COUTINHO RIOS: Educadora e coordenadora do CRLV.

IRACY SILVA PICANÇO: professora titular da UFBA, Mestra em Educação.

ISADORA BROWNE RIBEIRO: Professora de História foi assessora geral do Conselho da Mulher de Salvador na época nos anos 1990.

JOSÉ EMANUEL SOUZA PINHO: Farmacêutico químico, irmão de Amabilia Almeida.

LÍDICE DA MATA: Senadora pelo PSD.

LUIZ FERNANDO CONTREIRAS: Militante histórico do PCB desde a década de 1950.

MARIA HELENA SOUZA: Licenciada em História, foi assessora da Secretaria de Políticas Públicas para Mulheres nos anos 1980.

WASHINGTON QUEIROZ: professor, escritor e ex-funcionário da Escola Experimental na época da gestão de Amábíia Almeida.

ROQUE ARAS: Advogado teve mandatos eletivos pelo MDB (1979-1983).